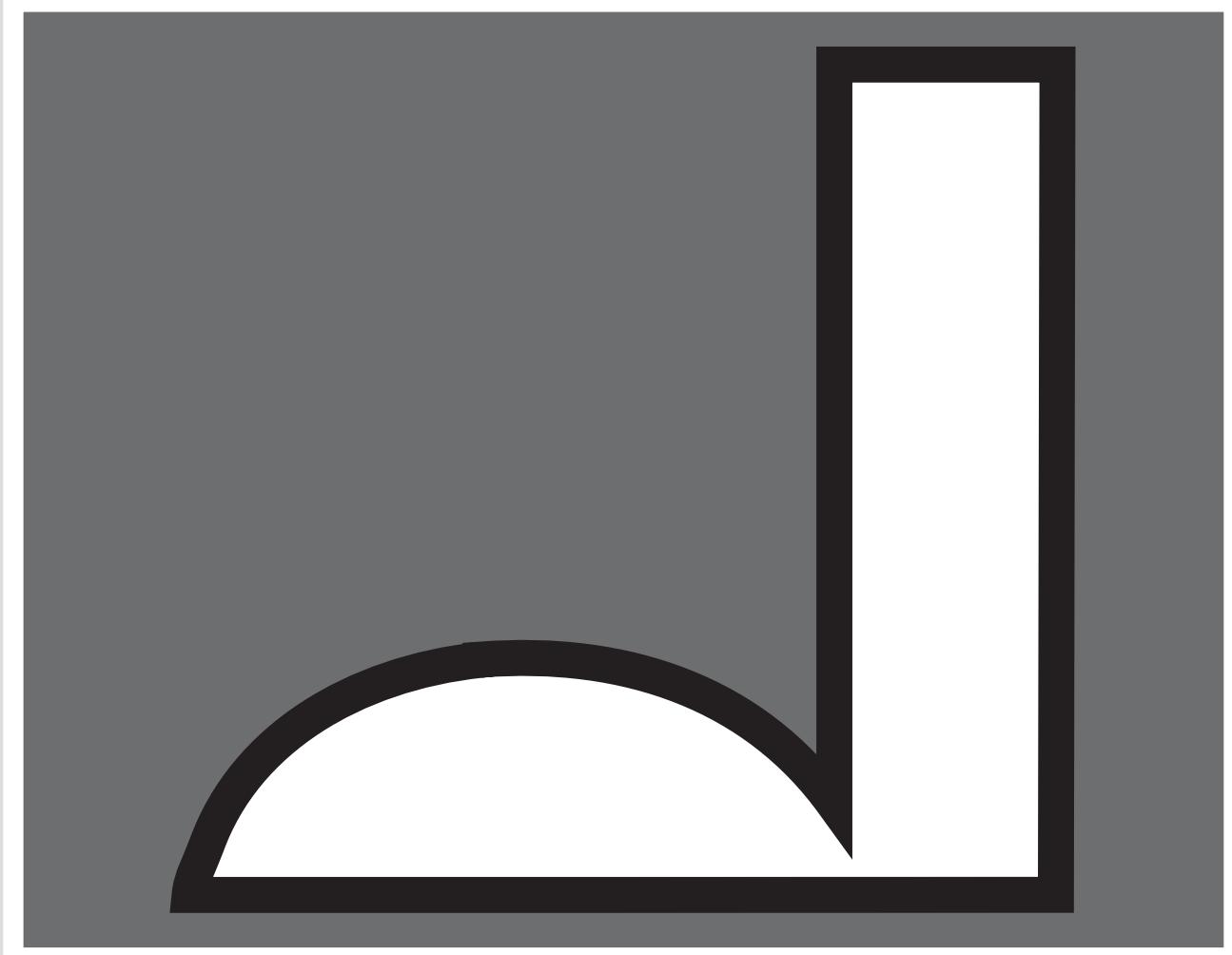




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL  
E DOS TERRITÓRIOS

Ofício nº 16, de 2010-CN (nº 8.980/2010, na origem)

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DAS CONTAS,  
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2009

---

ANO LXV - SUP “F”, AO Nº 047 - SÁBADO, 10 DE ABRIL DE 2010 - BRASÍLIA-DF

---

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>	
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Mão Santa - (PSC-PI)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marconi Perillo - (PSDB-GO)	<b>4ª SECRETÁRIA</b> Patrícia Saboya - (PDT-CE)
<b>2ª VICE-PRESIDENTE</b> Serys Slhessarenko - (PT-MT)	<b>SUPLENTES DE SECRETÁRIO</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b> Heráclito Fortes - (DEM-PI)	<b>1º - César Borges - (PR-BA)</b>
<b>2º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)	<b>2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)</b>
	<b>3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)</b>
	<b>4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)</b>

## LIDERANÇA

<b>Maoria (PMDB/PP) - 19</b>	<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18</b>	<b>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 28</b>
<b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b>	<b>Líder</b> <b>Aloizio Mercadante - PT</b>	<b>Líder</b> <b>Raimundo Colombo - DEM (1)</b>
Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior .....	Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella .....	Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana .....
<b>Líder do PMDB - 18</b> <b>Renan Calheiros</b>	<b>Líder do PT - 9</b> <b>Aloizio Mercadante</b>	<b>Líder do DEM - 14</b> <b>José Agripino</b>
Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,10) Neuto De Conto	Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)	Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,9) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes
<b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>	<b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b>	<b>Líder do PSDB - 14</b> <b>Arthur Virgilio</b>
	<b>Líder do PSB - 2</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b>	Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
	<b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b>	
<b>PTB - 7</b>	<b>PSOL - 1</b>	<b>Governo</b>
<b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b>	<b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b>	<b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b>
Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	<b>PV - 1</b>	Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma
<b>PDT - 6</b>	<b>Líder</b> <b>Marina Silva - PV</b>	
<b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b>	<b>PSC - 1</b>	
	<b>Líder</b> <b>Mão Santa - PSC</b>	

**Notas:**

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maoria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09, conforme Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09.
9. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
10. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, a partir de 01.04.2010.

## EXPEDIENTE

<b>Haroldo Feitosa Tajra</b> Diretor-Geral do Senado Federal	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
<b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	<b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata

# OFÍCIO N.º 16, DE 2010-CN

Ofício GPR N. 08.980/2010

Brasília-DF, 29 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor  
**JOSÉ SARNEY DE ARAÚJO COSTA**  
Presidente do Congresso Nacional

**Assunto:** Encaminha Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

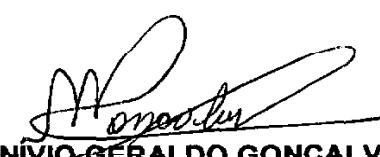
Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em atenção ao disposto no art. 49, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar N. 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Prestação das Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – Órgão 16.000 – e respectivo anexo.

2. Essa documentação abrange o resultado das análises específicas realizadas na prestação de contas e vem acompanhada de relatório descritivo e sintético dos programas e das ações desenvolvidos ao longo do exercício, em consonância com as propostas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual.

3. Esclarecemos, ainda, que a elaboração dessa documentação obedeceu às solicitações contidas no Aviso n. 03/2009 – Gab. Min. Raimundo Carreiro.

Respeitosamente,

  
Desembargador **NÍVIO GERALDO GONÇALVES**

Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Recebi em 30/03/2010  
Rosa Maria Andrade Melles  
Mat. 34414  
Secretaria - Geral de Mesa  
17/03/2010.

## **RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

### **ÓRGÃO 16.000 – JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**

**EXERCÍCIO FINANCEIRO 2009**

#### **LEGISLAÇÃO APLICADA**

**Art. 70 a 75 – Constituição Federal do Brasil**

**Art. 56 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF N. 101/00**

**Art. 101 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO N. 12.017/09**

**RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

---

## **COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA**

---

Desembargador NÍVIO GERALDO GONÇALVES

*Presidente*

Desembargador ROMÃO CÍCERO DE OLIVEIRA

*Vice-Presidente*

Desembargador GETÚLIO PINHEIRO DE SOUZA

*Corregedor*

Drª. IVANA HERMÍNIA UEDA RESENDE

*Secretaria-Geral*

---

**COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE TRABALHO**

---

**COORDENAÇÃO**

Secretaria de Controle Interno – SECI

*raquel.bugarin@tjdft.jus.br*

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG

*paulo.bandeira@tjdft.jus.br*

Secretaria de Recursos Orçamentários e Financeiros – SEOF

*cid.moreira@tjdft.jus.br*

**APOIO**

Vice-Presidência

Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI

Secretaria de Recursos Humanos – SERH

Secretaria de Recursos Materiais – SEMA

Secretaria Judiciária – SEJU

Secretaria de Jurisprudência e Biblioteca – SEBI

Secretaria de Gestão Documental – SEGД

Vara da Infância e da Juventude – VIJ

**SUMÁRIO**

1.	<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	11
2.	<b>IDENTIDADE INSTITUCIONAL .....</b>	14
2.1.	<b>Introdução.....</b>	14
2.2.	<b>Missão .....</b>	14
2.3.	<b>A Visão de Futuro .....</b>	15
2.4.	<b>Os Valores .....</b>	15
3.	<b>ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA.....</b>	17
3.1.	<b>Introdução.....</b>	17
3.2.	<b>Mapa Estratégico .....</b>	17
3.3.	<b>Plano Estratégico (Portaria Conjunta N. 14 de 2007) .....</b>	18
3.4.	<b>Execução do PLABI em 2009.....</b>	20
3.5.	<b>Principais Atividades Estratégicas em 2009.....</b>	29
4.	<b>CONTEXTO ECÔNOMICO-SOCIAL NO DF – CORRELAÇÕES .....</b>	31
4.1.	<b>População.....</b>	32
4.2.	<b>Desemprego .....</b>	34
4.3.	<b>Renda .....</b>	36
4.4.	<b>Violência .....</b>	39
4.5.	<b>Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.....</b>	41
4.6.	<b>Correlações .....</b>	42
5.	<b>A JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL.....</b>	45
5.1.	<b>JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU .....</b>	45
5.1.1.	<b>Varas Comuns .....</b>	53
5.1.2.	<b>Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal .....</b>	55
5.1.3.	<b>Vara de Execuções Penais – VEP .....</b>	57
5.1.4.	<b>Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas – VEPEMA.....</b>	58
5.1.5.	<b>Juizados Especiais .....</b>	59
5.1.5.1.	<b>Juizado Itinerante do Distrito Federal.....</b>	64
5.1.5.2.	<b>Juizado Especial de Trânsito.....</b>	65
5.1.5.3.	<b>Juizado Especial da Violência contra a Mulher .....</b>	67
5.2.	<b>JUSTIÇA DE SEGUNDO GRAU .....</b>	70

5.3.	METAS DE NIVELAMENTO DO JUDICIÁRIO NACIONAL.....	71
5.4.	INDICADORES DO CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA – CNJ.....	74
5.4.1.	Análise Geral dos Indicadores .....	79
6.	ÁREA ADMINISTRATIVA .....	81
6.1.	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	82
6.1.1.	Quantitativo de Pessoal .....	82
6.1.2.	Recrutamento e Seleção .....	85
6.1.3.	Estágio Supervisionado .....	85
6.1.4.	Capacitação de Recursos Humanos.....	87
6.2.	GESTÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS .....	90
6.2.1.	Infraestrutura Tecnológica.....	91
6.2.2.	Segurança das Informações .....	91
6.3.	GESTÃO DE RECURSOS PATRIMONIAIS .....	92
6.3.1.	Imóveis .....	93
6.3.2.	Outras ações de destaque: .....	93
7.	PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS .....	95
7.1.	PROGRAMA VIVER DIREITO .....	95
7.2.	PROJETOS INSTITUCIONAIS .....	96
7.2.1.	Projeto de Construção do Prédio queabrigará as Varas de Fazenda Pública, adotando Padrão de Edificação Sustentável Ambiental – PBVFP.....	96
7.2.2.	Projeto de Reforma do Posto de Abastecimento da Frota de Veículos do TJDFT – PROPOST .....	97
7.2.3.	Projeto de Redução do Consumo de Combustíveis Fósseis Poluentes – PFOSSIL.....	98
7.2.4.	Projeto de Monitoramento de Energia Elétrica – PROMEE .....	99
7.2.5.	Projeto de Redução do Impacto Ambiental Provocado pelo Uso de Papel – PRIMA.....	100
7.2.6.	Projeto de Redução do Impacto Ambiental Causado pela Utilização de Bens de Consumo – PRIAC .....	101
7.2.7.	Projeto de Acessibilidade para Portadores de Necessidades Especiais – PRAPNE .....	102
7.2.8.	Projeto de Inclusão de Servidores e Magistrados com Deficiência – PROIND .....	103
7.2.9.	Projeto de Reaproveitamento dos Resíduos Recicláveis do TJDFT – PROECO .....	104
7.2.10.	Projeto de Divulgação do Programa Viver Direito – PRODVD .....	104
7.2.11.	Projeto de Expansão do Juizado Especial de Trânsito – PROJET .....	105
7.2.12.	Projeto de Instalação de Cabines do Protocolo Expresso em Brasília, Taguatinga e Ceilândia – PRO-EXPRESSO .....	106

7.2.13. Projeto de Implantação da Central de Conciliação dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília – PROCECOJE .....	107
7.2.14. Projeto de Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade com Certificação ABNT NBR ISO 9001:2000 – PGQ.....	109
7.2.15. Projeto de Finalização de Obras (Fórum José Júlio, Fórum de São Sebastião e Bloco A) – POBRAS.....	111
7.2.16. Projeto de Desenvolvimento e Racionalização do Fluxo dos Procedimentos de Contratação/ Aquisição – PRAFP .....	112
7.2.17. Projeto de Modernização de Arquivos do TJDFT – PROMA .....	114
7.2.18. Projeto de Eliminação dos Processos Judiciais Tratados pelo PROMA – PROELI .....	115
7.2.19. Projeto de Implantação do Programa Memória do TJDFT – PRO-MEMORIA.....	116
7.2.20. Projeto de Implantação do Instituto de Formação de Servidores – INSTITUTO .....	117
7.2.21. Projeto de Redução no Orçamento de Material de Consumo – PROMAC .....	118
7.2.22. Projeto de Realização do Congresso Internacional Psicossocial Jurídico – PCOPSI .....	118
7.2.23. Projeto de Realização de Pesquisa de Clima Organizacional – PCLIMA.....	120
7.2.24. Projeto de Incrementação do Projeto de Gestão por Competências – PCOMP.....	121
7.2.25. Projeto de Promoção de Ações Psicoeducativas no TJDFT – PAPSI.....	122
7.2.26. Projeto de Implementação de Política de Segurança de TI – PROPOL.....	123
7.2.27. Projeto de Incremento dos Níveis de Gerenciamento e Disponibilidade das Informações Corporativas do TJDFT – PINGDI.....	123
7.2.28. Projeto de Implementação de Sistema que Viabilize Controle de Acesso a Rede de Dados do TJDFT – PROACE .....	125
7.2.29. Projeto Institucional Audiência Interprofissional Protetiva – PROAIP .....	125
7.2.30. Projeto de Realização de Pesquisa de Conhecimento sobre o Plano Estratégico – PCONPE .....	126
7.2.31. Projeto Definição de Atribuições dos Ocupantes de Funções Comissionadas – FCs – e Cargos em Comissão – CJs – PFCCJ.....	127
7.2.32. Projeto de Implantação do Restaurante – PIRES .....	128
7.2.33. Projeto de Padronização e Reabilitação Arquitetônica dos Ambientes Sanitários do TJDFT – PRASAN.....	128
7.2.34. Projeto de Criação do Complexo Arquivístico – PROARQ .....	129
7.2.35. Projeto de Reestruturação do Programa de Estágio Supervisionado com Foco na Seleção Pública de Estagiários – PREPES .....	130
7.2.36. Projeto de Expansão do Programa de Comunicação e Divulgação Integrados – Proedi	131
7.2.37. Projeto de Adoção das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário da 1 <sup>a</sup> Instância – PROAT1 e Projeto de Adoção das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário no Sistema Informatizado de 2 <sup>a</sup> Instância – PROAT2 .....	131
<b>7.3. OUTRAS AÇÕES REALIZADAS PELAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS .....</b>	<b>132</b>
<b>RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>	

7.3.1. Projeto de Implantação da SUGAI – Subsecretaria de Gestão de Arquivos Intermediários	132
7.3.2. Campanhas de Apoio à Divulgação .....	133
7.3.3. Sistema da Vara de Execuções Penais – VEP e da Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas – VEPEMA.....	133
7.3.4. Sistema da Vara de Execução Fiscal – VEF .....	134
7.3.5. Sistema do Protocolo Integrado.....	134
7.3.6. Eecaninho Digital (STJ).....	135
7.3.7. Grupo de Reflexão com Usuários sobre a Responsabilização das Drogas .....	135
7.3.8. Projeto Rede de Enfrentamento da Violência .....	136
7.3.9. Palestra para Ex-Casais em Disputa Judicial sobre o Impacto do Divórcio Destruutivo na Vida dos Filhos .....	137
7.3.10. Implantação do Serviço de Perícias Judiciais .....	138
7.3.11. Programa Qualidade de Vida.....	138
7.3.12. Programa Medicina Preventiva.....	139
7.3.13. Projeto de Substituição do Mobiliário com Adoção de Princípios de Ergonomia.....	139
7.3.14. Projeto de Atualização Bibliográfica do Acervo do TJDFT .....	140
7.3.15. Criação do Serviço de Apoio às Sessões de Julgamento.....	140
7.3.16. Acompanhamento de Feitos do TJDFT perante o STF e STJ .....	140
7.3.17. Pesquisa de Remissivos no Informativo Jurisprudencial .....	141
7.3.18. Reforma dos Fóruns de Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho e Planaltina .....	141
7.3.19. Programa de Assistência Materno Infantil – PRO-AMI .....	142
7.3.20. Programa Cidadania e Justiça nas Escolas.....	142
7.3.21. Consulta Processual Online .....	144
7.3.22. Acompanhamento Automático de Processos Judiciais.....	144
7.3.23. Jurisprudência .....	145
7.3.24. Ouvidoria-Geral .....	145
7.3.25. Central de Precatórios.....	150
7.3.26. Plantão Judicial de 1ª Instância .....	152
7.3.27. Plantão Judiciário de 2ª Instância.....	153
7.3.28. Sistema de Múltiplas Portas de Acesso à Justiça.....	154
7.3.29. Programa Justiça Restaurativa .....	154
7.3.30. Programa Justiça Comunitária.....	155
7.3.31. Serviço de Apoio à Central Judicial do Idoso.....	159

7.3.32. Serviço de Apoio aos Núcleos de Mediação Cível e de Família .....	162
7.3.33. Virtualização do Processo Judicial .....	162
7.3.34. Acompanhamento Processual Online via <i>Internet</i> e nos Terminais de Autoatendimento Instalados no TJDFT.....	162
7.3.35. Sistema <i>Push</i> .....	162
7.3.36. Sessões de Julgamento ao Vivo na <i>Internet</i> .....	163
7.3.37. Acompanhamento do Andamento Processual via 9MS .....	163
7.3.38. Guia de Custas Judiciais com Código de Barras .....	163
7.3.39. Peticionamento Eletrônico.....	163
7.3.40. Acórdão em Tempo Real.....	163
7.3.41. Mandados Digitais .....	164
7.4. AÇÕES DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – VIJ .....	165
7.4.1. Festa “Viva a Vida da Criança” .....	165
7.4.2. Centro de Referência para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual – CEREVS .....	165
7.4.3. Programa Gente de Sucesso .....	168
7.4.4. Rede Solidária Anjos do Amanhã .....	169
7.4.5. Projeto Sala de Espera – Atendimento Humanizado na 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF 171	
7.4.6. Programa Apadrinhamento Afetivo .....	174
7.4.7. Publicações de Orientações e Procedimentos para a Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente.....	175
7.4.8. Publicações de Orientações e Procedimentos para a Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente .....	176
7.4.9. Projeto de Cooperação Técnica .....	177
7.4.10. Programa VIJuventude .....	178
8. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	179
8.1. Programação e Execução Orçamentárias .....	179
8.2. Restos a Pagar .....	183
8.2.1. Restos a Pagar Processados.....	183
8.2.2. Restos a Pagar Não Processados.....	183
8.3. Execução Financeira .....	184
8.4. Suprimentos de Fundos .....	184
8.5. Principais Ações Orçamentárias .....	185

8.5.1. Capacitação de Recursos Humanos .....	186
8.5.2. Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal .....	188
8.5.3. Construção do Edifício-sede das Varas de Fazenda Pública e de Execução Fiscal .....	191
8.5.4. Construção e Instalação de Galpão para Armazenamento de Processos Judiciais .....	192
8.5.5. Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais Cíveis e Criminais .....	193
8.5.5.1. Juizado Especial de Competência Geral do Riacho Fundo .....	194
8.5.5.2. 1ª Vara de Execução Fiscal do DF .....	195
8.5.5.3. Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal .....	196
8.5.5.4. 3ª Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Circunscrição Judiciária de Brasília .....	196
8.5.5.5. Quatro Varas na Circunscrição Judiciária do Núcleo Bandeirante .....	197
8.5.6. Modernização de Arquivos de Processos Judiciais e Administrativos .....	197
8.5.7. Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional (e-Jus) .....	199
8.5.8. Apreciação e Julgamento de Causas - Vara da Infância e da Juventude .....	200
8.5.8.1. Projeto "Rede Solidária – Anjos do Amanhã" .....	202
8.5.8.2. Projeto "Sala de Espera: Humanizando o atendimento na VIJ – DF" .....	202
8.5.8.3. Publicações e Orientações .....	202
8.5.8.4. Centro de Referência para Proteção Integral da Criança e do Adolescente em Situação de Violência Sexual.....	203
8.5.8.5. Apadrinhamento Afetivo .....	203
8.6. Demonstrativo da Execução dos Programas do Exercício .....	204
8.7. Notas Explicativas Às Demonstrações - Gestão Tesouro Nacional.....	206
8.7.1. Balanço Patrimonial - Art. 105 Da Lei 4.320/64 .....	206
8.7.1.1. Ativo Financeiro .....	206
8.7.1.2. Ativo Não Financeiro .....	207
8.7.1.3. Passivo Financeiro .....	207
8.7.1.4. Passivo Não Financeiro .....	208
8.7.2. Balanço Orçamentário- Art. 102 Da Lei 4.320/64 .....	209
8.7.2.1. Da Receita Executada - R\$ 1.418.821.978,47 .....	209
8.7.2.2. Da Despesa Executada – R\$ 1.419.012.606,76.....	210
8.7.2.3. Do Resultado Orçamentário – (R\$ 190.628,29) .....	211
8.7.3. Balanço Financeiro - Art. 103 Da Lei 4.320/64 .....	211
8.7.4. Extra-Orçamentários – R\$ 272.091.187,06.....	212

## RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

---

<b>8.7.5. Demontração Das Variações Patrimoniais prevista no Art. 104 Da Lei 4.320/64 .....</b>	<b>214</b>
<b>8.7.5.1. Variações Ativas Orçamentárias – R\$ 1.565.563.894,66 .....</b>	<b>214</b>
<b>8.7.5.2. Variações Ativas Extra- Orçamentárias – R\$ 411.284.782,99 .....</b>	<b>214</b>
<b>8.7.5.3. Variações Passivas Orçamentárias – R\$ 1.422.732.402,98 .....</b>	<b>214</b>
<b>8.7.5.4. Variações Passivas Extra-Orcamentárias – R\$ 508.879.373,82 .....</b>	<b>215</b>
<b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>216</b>
<b>10. ANEXOS .....</b>	<b>217</b>

## **1. APRESENTAÇÃO**

---

A Constituição de 1988, denominada Constituição Cidadã, trouxe em seu bojo a conquista de direitos e garantias individuais voltadas à afirmação da dignidade da pessoa humana e das liberdades públicas e democráticas, principalmente no que concerne aos direitos dos trabalhadores, das minorias, dos mais fragilizados e, ainda, diversificadas políticas de inclusão e de justiça social.

Um dos direitos previstos na Constituição Federal é o controle pelo cidadão para um Estado mais transparente. Esse direito já fazia parte da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada em agosto de 1789, pela Assembleia Nacional da França: "Cada cidadão tem o direito de constatar por ele mesmo ou por seus representantes a necessidade de contribuição pública, de consenti-la livremente, de acompanhar o seu emprego, de determinar a cota, a estabilidade, a cobrança e o tempo".

O estabelecimento de mecanismos de controle da moralidade pública é essencial, seja ele social (por meio de denúncia aos órgãos fiscalizadores, ajuizamento de ação popular, participação em conselhos e organismos não governamentais, entre outros) ou institucional (Controle Interno, Tribunais de Contas, Poder Judiciário).

Em seu artigo 49 - IX, a Constituição Federal definiu como competência exclusiva do Congresso Nacional, o julgamento anual das contas prestadas pelo Presidente da República, e a apreciação dos relatórios sobre a execução dos planos de governo. Por seu turno, o artigo 71 estabeleceu que o controle na Administração Pública será exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU.

A atividade de controle não se esgota no âmbito do Congresso Nacional; pressupõe, também, a participação do cidadão, como um supervisor diligente e zeloso, que gerencia a aplicação dos recursos na Administração Pública. Esta prestação de contas constitui a base da transparência e do controle social.

É nesse contexto que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT, cumprindo dever constitucional, apresenta o **Relatório da Prestação de Contas**, exercício de 2009, proporcionando à sociedade, a oportunidade de verificação de todos os atos praticados, na gestão do excelentíssimo Senhor Desembargador **NÍVIO GERALDO GONÇALVES**, destacando a aferição da eficiência

na prestação jurisdicional à população do Distrito Federal, bem como a análise dos balanços contábil, patrimonial, financeiro e orçamentário e a adequação ao Plano Plurianual – PPA, à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e à Lei Orçamentária Anual – LOA.

A Administração do TJDFT tem pautado o seu desempenho de acordo com o Plano de Gestão do Biênio – PLABI 2008/2010, principal norteador das ações a serem desenvolvidas para o cumprimento de sua missão institucional.

A adoção da cultura do planejamento no Tribunal traz benefícios a todos: à sociedade do Distrito Federal, que pode contar com um atendimento cada vez melhor, aos servidores e magistrados, que passam a trabalhar em uma Instituição mais moderna, inovadora, eficiente e bem conceituada.

Diante da necessidade de aprimorar a gestão dos recursos orçamentários frente ao quantitativo de demandas do Tribunal, foi elaborado o Mapa Estratégico, tendo como metodologia o *Balanced Scorecard* (BSC), desmembrado em quatro perspectivas: Sociedade, Processos Internos, Pessoas e Conhecimento, e Parcerias e Crescimento. Para cada perspectiva foram elencados os objetivos estratégicos, que compuseram o Plano Estratégico com metas e indicadores de desempenho relacionados a cada um deles.

Nesse sentido, cabe destacar as ações que priorizam o atendimento das necessidades dos usuários, tais como: adequação das instalações físicas, incluindo projetos para acesso aos portadores de necessidades especiais; ampliação do uso de soluções de Tecnologia da Informação; melhoria nas rotinas de trabalho; valorização do corpo funcional, com ênfase em ações de capacitação, e ainda, adequação na lotação de referência das unidades judiciais.

O TJDFT é um tribunal pioneiro e inovador, com diferenças e semelhanças previstas na Constituição Federal, que vão desde sua estrutura até a realidade sociocultural do Distrito Federal. Quando se fala em boas práticas, o TJDFT tem sido destaque nacional, com projetos premiados em todo o país: a Justiça Comunitária, o *Drive-thru* de petições, o Programa de Modernização de Arquivos, o Protocolo Integrado, o Acórdão em Tempo Real, a Videoconferência, o Juizado Itinerante, o Juizado de Trânsito, a Consulta Processual Online, a Consulta via terminais bancários, via *Wap* e o Torpedo Legal.

Evidencia-se, também: a Central de Precatórios, a Central Judicial do Idoso, o Projeto VIJuventude, a Rede Anjos do Amanhã e o Site Transparência. O Tribunal foi o primeiro no país a disponibilizar o teor de seus acórdãos; o segundo a instalar a Ouvidoria Judiciária, e na área de gestão de pessoas, o pioneiro na implantação da Gestão por Competência. São inúmeras ações de vanguarda, comuns e rotineiras no dia a dia da Justiça do DF.

## **2. IDENTIDADE INSTITUCIONAL**

### **2.1. Introdução**

A identidade organizacional do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT é constituída por sua Missão, sua Visão e seus Valores. Esses elementos refletem os princípios que dão embasamento à atuação institucional do Tribunal, com foco na prestação jurisdicional de qualidade à sociedade do Distrito Federal.

A Missão e a Visão foram definidas quando da elaboração do primeiro Plano Estratégico, no ano de 2007. Elas nortearam o trabalho dos setores e colaboradores da Instituição nos últimos três anos e contribuíram para a integração de forças em prol do cumprimento das metas.

No segundo semestre de 2009, o TJDFT deu início à elaboração do novo Plano Estratégico da Casa que, em conformidade com a Resolução N. 70/09, do Conselho Nacional de Justiça, terá duração de seis anos, compreendendo o período de 2010 a 2016. Isso resultou em modificações na identidade organizacional. A Missão foi mantida, por ser um elemento mais perene, que representa a razão de ser da Instituição. Contudo, a Visão de Futuro, por expressar um desafio a ser atingido, passou a ser diferente daquela aprovada em 2007.

A outra novidade refere-se aos Valores do TJDFT, acrescentados pelo novo Plano Estratégico. Os Valores são os atributos positivos que orientarão todas as ações dentro do Tribunal. Porém, no exercício de 2009, ainda não havia uma definição para esse elemento.

### **2.2. Missão**

A principal função da Missão Institucional é orientar e delimitar a estratégia organizacional. Sua definição parte da resposta a três perguntas, e esclarece o compromisso e o dever da Instituição para com a sociedade:

- Por que a instituição existe?
- O que ela faz?
- Para quem?

A Missão do TJDFT está assim definida:

*"Proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social."*

### **2.3. A Visão de Futuro**

A Visão representa a projeção de um cenário idealizado possível e desejável da organização; descreve o quadro futuro que se quer atingir dentro de um período estabelecido.

A Visão do TJDFT até o final de 2009 estava assim definida:

*"Vir a ser reconhecida pela sociedade do Distrito Federal e dos Territórios como uma instituição de excelência na prestação de seus serviços, por meio da atuação de profissionais capacitados e valorizados, da gestão estratégica, de processos de trabalho eficientes e de tecnologias inovadoras."*

A nova Visão do TJDFT para o período de 2010 a 2016 é:

*"Até 2016 apresentar resultados que refletem o aumento da produção, eficiência e qualidade em nossa atuação".*

### **2.4. Os Valores**

Os Valores representam as virtudes desejáveis ou as características básicas positivas que norteiam todas as ações do Tribunal. Eles estabelecem limites e orientam as atitudes e os comportamentos de seus membros. Os Valores do TJDFT são descritos a seguir:

- Celeridade – cumprir a Missão institucional em menor tempo possível, considerando as perspectivas de segurança, custo e benefício;
- Transparência – praticar atos com visibilidade plena no desempenho de suas atribuições;

- **Excelência** – desenvolver suas ações com emprego de melhores práticas de qualidade;
- **Ética** – atuar sob os princípios da boa-fé, honestidade, lealdade e dignidade;
- **Pró-atividade** – antecipar a adoção de medidas que visem minimizar problemas futuros ou evitar que eles surjam;
- **Eficácia** – buscar resultados concretos e mensuráveis;
- **Imparcialidade** – manter-se equidistante das partes em litígio, dispensando tratamento igualitário e julgamento de maneira neutra e justa; e
- **Coerência** – alinhar o discurso à prática.

### **3. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA**

---

#### **3.1. Introdução**

O desafio atual das instituições públicas brasileiras é atender a demanda crescente da sociedade por celeridade, economia de recursos e aumento da qualidade dos serviços. Para tornar possível esse processo de modernização e mudança, organizações em todo o mundo têm posicionado a estratégia no centro dos seus modelos de gestão. Inserida nesse movimento, a Administração do TJDFT tem adotado soluções que aprimoram e modernizam os serviços da Casa, com o objetivo de cumprir a sua Missão Institucional e promover o alcance da sua Visão de Futuro.

Nesse contexto, nos últimos dois anos, o TJDFT pautou seu desempenho de acordo com o Plano de Gestão do Biênio – PLABI 2008-2010, documento que reúne os projetos institucionais. Em 2009, a Administração Superior do TJDFT deu continuidade à implementação do planejamento estabelecido, com o acompanhamento constante do que já havia sido iniciado e a execução das demais ações.

O PLABI, por sua vez, se baseou no Plano Estratégico instituído pela Portaria Conjunta N. 14 de 2007. Como pilar da orientação estratégica, esse Plano permitiu uma visão sistêmica e abrangente do Tribunal e foi fundamental para garantir seu crescimento contínuo e sua modernização.

Vale observar que, ainda no início do ano de 2009, a Resolução N. 70/09 do Conselho Nacional de Justiça modificou em parte a orientação estratégica dos órgãos judiciários. A partir daí, o Tribunal deu início a um trabalho de revisão e adequação, o que resultou em um novo Plano Estratégico para os próximos seis anos.

#### **3.2. Mapa Estratégico**

O Mapa Estratégico do TJDFT foi elaborado utilizando a metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), instrumento de gestão baseado em uma abordagem sistêmica a longo prazo. Sua implantação permitiu a visão compartilhada da estratégia utilizada e dos objetivos esperados em todos os níveis da organização.

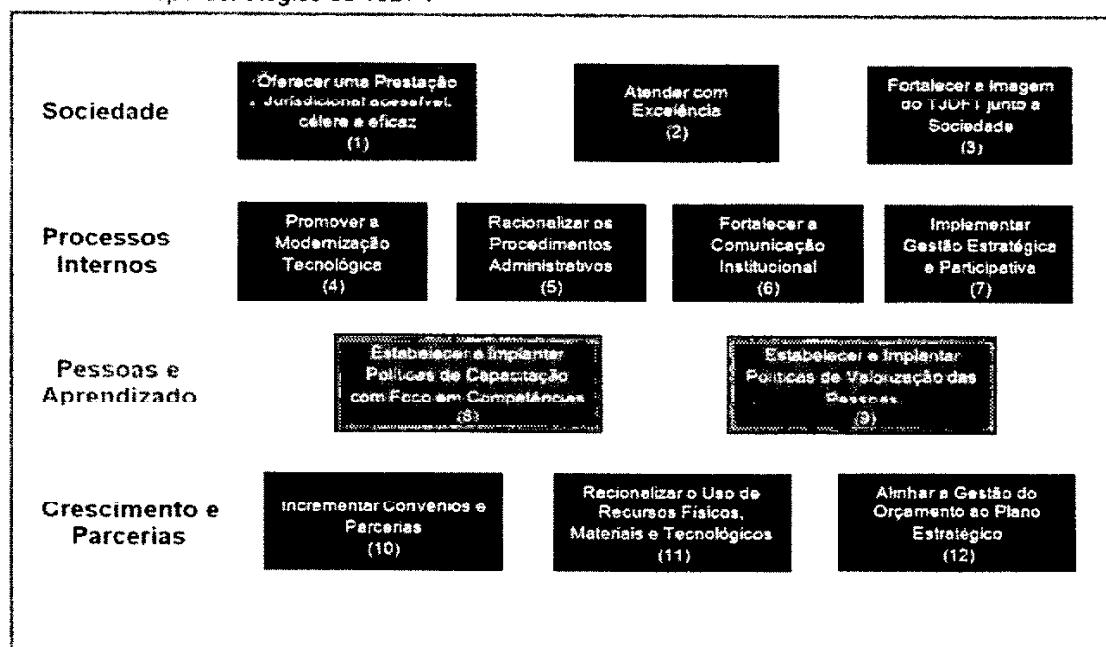
No último biênio, o TJDFT adotou as seguintes perspectivas do BSC em sua atuação institucional:

- I. **Sociedade** – Foco no atendimento às necessidades dos usuários do TJDFT;

- II. **Processos Internos** – Avaliação, aperfeiçoamento e controle das rotinas de trabalho, buscando eficiência e eficácia;
- III. **Pessoas e Conhecimento** – Tratamento de todo o conhecimento, por meio do desenvolvimento e da valorização das pessoas;
- IV. **Parcerias e Crescimento** – Utilização racional de recursos e ampliação das parcerias que viabilizem o crescimento e a modernização do TJDFT.

Cada perspectiva do Mapa possui os Objetivos Estratégicos do Tribunal, conforme a figura abaixo:

**Gráfico 1 - Mapa Estratégico do TJDFT**



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG

### 3.3. Plano Estratégico (Portaria Conjunta N. 14 de 2007)

O Plano Estratégico apresenta as metas e os indicadores de desempenho relacionados a cada objetivo estratégico e suas perspectivas, conforme a tabela abaixo:

**Tabela 1 - Plano Estratégico aprovado pela Portaria Conjunta N. 11 de 2007**

Perspectiva	Objetivo	Meta	Indicador	Prazo
Sociedade (SO)	Oferecer uma prestação jurisdicional acessível, célere e eficaz (1)	1.1 Elevar a 100% o grau de confiabilidade dos dados processuais dos 1º e 2º Graus, Juizados Especiais e Turmas Recursais	Grau de confiabilidade nos dados processuais	abr/2010
		1.2 Definir o tempo e o custo médio de tramitação processual nos 1º e 2º Graus, Juizados Especiais e Turmas Recursais por natureza	Percentual de execução do projeto visando à definição do tempo e do custo médio de tramitação processual nos 1º e 2º Graus, Juizados Especiais e Turmas Recursais por natureza	abr/2010
	Atender com excelência (2)	2.1 Elevar em 10% o índice de satisfação do usuário externo dos Juizados Especiais e Turmas Recursais	Índice de satisfação do usuário externo dos Juizados Especiais e Turmas Recursais	abr/2009
		2.2 Aferir o índice de satisfação do usuário externo das Varas Comuns e de 2º Grau	Percentual de execução do projeto de pesquisa visando à aferição do índice de satisfação do usuário externo das Varas Comuns e de 2º Grau	abr/2010
	Fortalecer a imagem do TJDFT junto à sociedade (3)	3.1 Aumentar em 10% a percepção positiva da atuação do TJDFT junto à sociedade	Índice de percepção positiva da atuação do TJDFT junto à sociedade	abr/2009
		3.2 Aumentar em 10% o percentual de matérias positivas ou neutras veiculadas, na mídia externa, sobre o TJDFT	Percentual de matérias positivas ou neutras veiculadas, na mídia externa, sobre o TJDFT	abr/2009
	Promover a modernização tecnológica (4)	4.1 Aferir o grau de criticidade relativo à Segurança da Informação no TJDFT	Percentual de execução do projeto visando à aferição do grau de criticidade relativo à Segurança da Informação no TJDFT	abr/2009
		4.2 Atingir 100% de realização dos 4 (quatro) projetos estratégicos de Segurança da Informação	Percentual de execução de cada um dos 4 (quatro) projetos estratégicos de Segurança da Informação	abr/2010
	Otimizar os procedimentos administrativos (5)	5.1 Reduzir em 10% a diferença entre o tempo médio de tramitação dos processos de contratação/aquisição em relação ao tempo médio de tramitação previamente definido para cada uma das modalidades	Diferença entre o Tempo médio de tramitação dos processos de contratação/compras e o tempo médio predefinido para esses processos	abr/2010
	Fortalecer a comunicação institucional (6)	6.1 Atingir 100% das ações e decisões institucionais divulgadas segundo os padrões e normas definidas pela política de comunicação da instituição	Percentual de ações institucionais divulgadas de acordo com o padrão institucional	abr/2010
Processos Internos (PI)	Implementar Gestão Estratégica e Participativa (7)	7.1 Atingir índice de 60% dos servidores e magistrados com conhecimento geral sobre a estratégica institucional (Missão, Visão e Objetivos Estratégicos)	Percentual de servidores e magistrados com conhecimento geral sobre os principais elementos do Plano Estratégico do TJDFT (Missão, Visão e Objetivos Estratégicos)	abr/2010
		7.2 Elevar em 3% a satisfação dos servidores do TJDFT em relação à dimensão "Política Organizacional" mensurada na Pesquisa de Clima Organizacional	Grau de satisfação dos servidores do TJDFT em relação à dimensão "Política Organizacional" mensurada na Pesquisa de Clima Organizacional	abr/2010
Pessoas e Aprendizado (PA)	Estabelecer e implantar políticas de capacitação com foco em competências (8)	8.1 Atender a 100% da demanda legal de capacitação a cada ano	Percentual de demandas legais atendidas	abr/2010
		8.2 Alcançar 60% de realização de eventos de capacitação vinculados à Estratégia Organizacional	Percentual de eventos de capacitação realizados anualmente que estejam vinculados à Estratégia Organizacional	abr/2010

<b>Crescimento e Parcerias (CP)</b>	<b>Estabelecer e implantar políticas de valorização das pessoas (9)</b>	9.1 Aferir o nível de satisfação do servidor quanto às oportunidades de localização	Percentual de execução do projeto de pesquisa para aferição da satisfação do servidor quanto às oportunidades de localização	abr/2009
		9.2 Diminuir em 10% o índice projetado do aumento anual do número de dias de afastamento por colaborador	Índice projetado de aumento anual de número de dias de afastamento por colaborador	abr/2010
	<b>Incrementar convênios e parcerias (10)</b>	10.1 Atenuar o padrão de qualidade das parcerias e convênios firmados pelo TJDFT	Percentual de execução do projeto que aferirá o padrão de qualidade das parcerias e convênios firmados pelo TJDFT	abr/10
		11.1 Reduzir em 5% o valor elevado com despesas com telefonia em cada edificação pertencente ao TJDFT	Valor elevado em despesas de telefonia por número de colaboradores do TJDFT	abr/10
		11.2 Reduzir em 5% o dispêndio com material de consumo	Consumo de material de consumo	out/2009
		11.3 Elevar em 20% o índice de satisfação dos servidores do TJDFT em relação à dimensão "Suporte Organizacional" mensurada na Pesquisa de Clima Organizacional	Índice de satisfação dos servidores do TJDFT em relação à dimensão "Suporte Organizacional" mensurada na Pesquisa de Clima Organizacional	abr/2010
	<b>Racionalizar o uso de recursos físicos, materiais e tecnológicos (11)</b>	11.4 Reduzir em 5% o impacto ambiental causado pelo TJDFT	Índice de redução de consumo de água, papel, energia elétrica e combustíveis poluentes	abr/2010
		12.1 Contemplar 100% das ações do Plano Estratégico, consideradas prioritárias, no orçamento	Índice das ações do PE consideradas prioritárias, que necessitam de orçamento, contempladas pela LOA e atendidas com destinação orçamentária	abr/2010
		12.2 Aumentar em 10% o nível de satisfação dos gestores do TJDFT quanto à transparência no processo de gestão do orçamento	Índice de satisfação dos gestores do TJDFT quanto à transparência no processo de gestão do orçamento	abr/2010

*Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG*

Os indicadores e as metas traçadas permitem avaliar resultados e mensurar os avanços do TJDFT, rumo ao aperfeiçoamento dos serviços jurisdicionais prestados à sociedade. Ao monitorar o efetivo desempenho institucional, esses elementos promovem a análise integrada e eficaz das práticas de gestão do Tribunal e a revisão das estratégias de curto, médio e longo prazo, com o fim de obter os resultados planejados.

### 3.4. Execução do PLABI em 2009

O Plano de Gestão do Biênio 2008/2010 apresenta os projetos institucionais do TJDFT para o período, relacionando-os às unidades responsáveis e aos objetivos estratégicos respectivos. Veja o quadro a seguir:

**Tabela 2 – Quadro Resumo do PLABI 2008/2010**

Objetivo	Nome do Projeto	Unidade Respons.	Objetivo
<b>Oferecer uma prestação jurisdicional acessível, célere e eficaz (1)</b>	Projeto de Adoção das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário da 1ª Instância	CJ	Introduzir práticas e procedimentos de classificação, movimentação e fases processuais padronizadas com o intuito de melhorar o serviço prestado pela Justiça e aprimorar a coleta de informações estatísticas.
	Projeto de Adoção das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário no Sistema Informatizado de 2ª Instância	SEJU	Coletar dados estatísticos precisos, de forma correta e confiável a fim de auxiliar o planejamento estratégico e o aperfeiçoamento contínuo do Poder Judiciário, além de melhorar a qualidade da prestação jurisdicional.
	Projeto Tempo Médio dos Atos Processuais na VEP e VEPEMA	CJ	Identificar o tempo médio de duração dos atos processuais e consequentemente dos processos, com o intuito de atender as disposições do artigo 5º, inc. LXXVIII, da Constituição Federal, e, consequentemente melhorar o serviço prestado pela Justiça
	Projeto de Definição do Tempo e Custo Médios de Tramitação dos Processos no 2º grau	SEJU	Definir o tempo e calcular o custo médio de tramitação dos processos judiciais de 2ª. Instância em LEVANTAMENTO DE DADOS anuais de 2004 a 2008, até janeiro de 2009.
	Projeto de Implementação da Distribuição Integrada	CJ	Facilitar a distribuição de petições iniciais (exceto medidas urgentes) possibilitando distribuir de Brasília para qualquer circunscrição. Num primeiro momento, o projeto será iniciado em Brasília e futuramente será possível integrar toda a distribuição do tribunal.
	Projeto de Instalação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	SEG	Atender as demandas judiciais de violência doméstica e familiar contra a mulher no DF.
	Projeto de Implantação do Sistema de Notas Taquigráficas Virtuais	SEJU	Modernizar uma rotina já existente para agilizar a tramitação de notas taquigráficas entre os gabinetes.
	Projeto de Expansão do Juizado Especial de Trânsito.	CJ	Minimizar a demanda judicial proveniente de ocorrências sem vítimas.
	Projeto de Instalação de Cabines do Protocolo Expresso em Brasília, Taguatinga e Ceilândia	CJ	Construir um posto de atendimento Drive Thru, no estacionamento do Ginásio Nilson Nelson, composto por 4 cabines de atendimento, com funcionamento similar a um sistema de pedágio, transferindo o posto de atendimento, localizado no Bloco B, para a nova localidade.
	Projeto de Monitoramento Eletrônico de Condenados	CJ	Dotar o Poder Judiciário e os segmentos da Segurança Pública do Distrito Federal com instrumentos efetivos de monitoramento dos condenados beneficiados pela Liberdade Condicional.
<b>Atender com excelência (2)</b>	Projeto de Implementação da Audiência Interdisciplinar Protetiva à Vítima	SEPSI	Minimizar o dano emocional de crianças e adolescentes quando em depoimento nos casos de crime sexual.
	Projeto de Implantação da Central de Conciliação dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília	CJ	Disponibilizar, de forma centralizada, a organização prévia necessária à realização de audiências de conciliação dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília, compreendendo a execução de procedimentos essenciais à realização de audiências, expedição de mandados de citação, recepção de partes e advogados, audiência de conciliação e administração dos conciliadores.
	Projeto de Acessibilidade para Portadores de Necessidades Especiais	SEAP	Adequar o acesso dos portadores de necessidades especiais nos Fóruns e instalações onde funcionam Juizados Especiais do Distrito Federal.
	Projeto de Realização de Pesquisa de Qualidade do Atendimento dos Usuários Externos das Varas Comuns	OVG	Criar base de dados sobre a satisfação do usuário externo, com a utilização do método de pesquisas padrão na Casa, consolidando dados e informações gerenciais úteis e precisas, referentes à qualidade do atendimento ao público nas Varas Comuns e nas Secretarias Judiciárias de Segunda Instância para a tomada de decisão por parte dos gestores do TJDF, contribuindo para a excelência do TJDF na prestação dos serviços ao público.

	Projeto de Conversão de Textos Jurisprudenciais em Voz - Juris in Vox	SEBI	Disponibilizar na página eletrônica do TJDFT as publicações relativas aos seus informativos de jurisprudência em formato de voz, assim como o acesso às ementas constantes nos espelhos dos julgados acessados pela internet/intranet.
<b>Fortalecer a imagem do TJDFT junto à sociedade (3)</b>	Projeto de Realização do Congresso Internacional Psicossocial Jurídico	SEPSI	Fortalecer a imagem do TJDFT junto ao público interno e externo, dar visibilidade às ações inovadoras do TJDFT no que tange ao trabalho psicossocial, além de fomentar o desenvolvimento do conhecimento científico e teórico-prático dos servidores que atuam na área psicossocial.
	Projeto de Divulgação Institucional na Mídia Externa	ACS	Divulgar ações, serviços e avanços tecnológicos do TJDFT, nos principais canais de TV, visando fortalecer a imagem do Tribunal, junto à sociedade, por meio da transmissão de vídeos institucionais na mídia externa.
	Projeto de Implementação de Política de Segurança de TI	SETI	Contratar solução de análise de riscos, com vistas à elaboração de critérios para o adequado manuseio, armazenamento, transporte e descarte das informações, por meio do desenvolvimento de diretrizes, normas, exemplos de procedimentos e instruções destinadas, respectivamente, aos níveis estratégico, tático e operacional da SETI (Secretaria de Tecnologia da Informação), com a identificação de áreas, setores, serviços e informações críticas do ambiente para minimização dos riscos, manutenção da integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações, tanto nas atividades meio, como nas atividades fim, bem como o licenciamento da ferramenta de Gestão de Riscos, o suporte, a atualização de versões e a manutenção da ferramenta de gestão de riscos.
<b>Promover a modernização tecnológica (4)</b>	Projeto de Criação de Site Backup - Criar área Física Remota que Assegure a Redundância dos Serviços e Aplicações de Informática	SETI	Prover o TJDFT de alto nível de redundância para os serviços disponibilizados aos usuários internos e externos, através da contratação de serviço de hospedagem em Datacenter.
	Projeto de Incremento dos Níveis de Gerenciamento e Disponibilidade das Informações Corporativas do TJDFT	SETI	Garantir um maior nível de disponibilidade e acessibilidade para as cópias de segurança de informações corporativas do TJDFT, por meio da adoção de uma estrutura de backup mais confiável, durável e ágil quanto à recuperação das mesmas, assim como garantir a segurança e o gerenciamento efetivo dessas informações quando as mesmas estiverem armazenadas nos dispositivos corporativos de armazenamento em massa de informações.
	Projeto de Ampliação e Atualização das Redes de Voz e Dados do TJDFT	SETI	Ampliar/atualizar redes de voz e dados na sede e circunscrições.
	Projeto de Implementação de Sistema que Vabilize Controle de Acesso à Rede de Dados do TJDFT	SETI	Proteger a rede física de dados de acessos não autorizados.
	Projeto de Aperfeiçoamento e Implantação de Sistemas Integrados ao PRÓ-SAÚDE - SISPSWEB.	SEAB	Aperfeiçoar o sistema informatizado do PRÓ-SAÚDE - SISPS; Implantar novos módulos do SISPS, em continuidade à avaliação realizada por meio do PNUD, com o projeto denominado SISPSWEB; e Gerar dados precisos e detalhados para o controle financeiro e contábil dos gastos dos servidores/beneficiários do PRÓ-SAÚDE, assim como do próprio Programa.
	Projeto de Implantação do Novo Sistema da Fofia de Pagamento	SERH	Otimizar os serviços prestados por esta Subsecretaria, garantindo celeridade e segurança aos procedimentos relativos à foifa de pagamento e, consequentemente, gerando maior satisfação ao público interno da Casa.
	Projeto de Implantação do Modelo de Fábrica de Software	SETI	Racionalizar, agilizar o processo de desenvolvimento e manutenção de sistemas até dezembro 2008.
<b>Otimizar os procedimentos administrativos (5)</b>	Projeto de Desenvolvimento e Racionalização do Fluxo dos Procedimentos de Contratação/Aquisição	SECI	Proporcionar celeridade no trâmite dos procedimentos de contratação/aquisição no âmbito do TJDFT, por meio de racionalização do fluxograma.

	Projeto de Desenvolvimento do SIPAD para Ambiente WEB	SEGD	Implantar a versão do SIPAD para o ambiente WEB até março de 2010, permitindo a realização de atos administrativos com a utilização de documentos digitais, atendendo a todos os requisitos legais de segurança. Permitindo, também, a criação, uso e o gerenciamento dos documentos e processos administrativos do Tribunal, independentemente do suporte utilizado para o registro da informação.
	Projeto de Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade com Certificação ABNT NBR ISO 9001:2000	SEJU	Implementar um Sistema de Gestão da Qualidade em relação a duas rotinas específicas da 2ª Instância (Recurso e Feito Originário), com o objetivo de atender as exigências de conformidade com os requisitos da Norma ABNT NBR ISO 9001:2000, para dotar a Secretaria Judiciária de mecanismos eficientes e eficazes na implantação e manutenção da gestão da qualidade.
	Projeto de Elaboração do Manual de Prática e Rotinas Cartorárias	CJ	Proceder à identificação dos processos de trabalho que atendam as disposições legais de maneira mais eficiente e, por conseguinte, a uniformização e/ou padronização dos procedimentos análogos, em âmbito cartorário.
	Projeto de Modernização de Arquivos do TJDFT	SEGD	Virtualizar um processo de trabalho "piloto" da SERHISUCAP, diminuindo o tempo de tramitação desse processo, melhorando o acesso à informação e a gestão documental do acervo relacionado.
	Projeto de Tratamento Arquivístico dos Processos dos Arquivos Intermediários Judiciais	SEGD	Implementar a política de gerenciamento das informações arquivísticas judiciais nos Postos de Serviço de Arquivo Intermediário Judicial de todas as Circunscrições Judiciais do Distrito Federal.
	Projeto de Eliminação dos Processos Judiciais Tratados pelo PROMA	SEGD	Eliminar autos judiciais findos sem valor secundário até 03 de março de 2010.
<b>Fortalecer a comunicação institucional (6)</b>	Projeto de Estabelecimento de Políticas de Comunicação Social do TJDFT	ACS	Estabelecer uma Política de Comunicação Social com diretrizes (padrões e normas) regulamentadas, dotando a Assessoria de Comunicação Social do reforço necessário à execução do marketing institucional com segurança, por meio da correta divulgação das ações e decisões do TJDFT até março de 2008. Integrar os projetos e ações de comunicação social conduzidos no TJDFT I, incorporando seus resultados e sua compreensão pelos públicos alvos à missão do TJDFT, unificando e fortalecendo a imagem do TJDFT, até março de 2008.
	Projeto de Implantação do Programa Memória do TJDFT	SEGD	Resgatar e preservar partes da trajetória do Tribunal de Justiça do DF. Devido à importância desta Corte junto à sociedade, essa História merece ser contada, conservada e divulgada, ampliando conceitos e definições, que se apresentam cada vez mais vinculados à memória afetiva da sociedade; Implementar o site do CMD, em 08.08.2008; Criar os EHC do TJDFT, que será localizado no térreo do Palácio (Bloco C), e nos fóruns; Preparar as ações que farão parte das comemorações do cinquentenário do TJDFT em Brasília, como o lançamento do Livro Biográfico em 10.04.2010.
	Projeto de Expansão do Programa de Comunicação e Divulgação Integradas	ACS	Aperfeiçoar o uso de uma ferramenta de divulgação audiovisual, voltada aos interesses da Instituição e direcionada aos magistrados e servidores; possibilitar o acompanhamento em tempo real das principais sessões da 2ª Instância e eventos realizados internamente; incorporar a informação institucional às rotinas de trabalho; e promover a integração dos públicos, rompendo as barreiras resultantes do distanciamento físico entre os Fóruns.
<b>Implementar Gestão Estratégica e Participativa (7)</b>	Projeto de Realização de Pesquisa do Conhecimento Sobre o Plano Estratégico	SEPC	Aferir o grau de conhecimento de magistrados e servidores em relação aos elementos do Planejamento Estratégico e divulgar os respectivos resultados.
	Projeto de Realização de Pesquisa de Clima Organizacional	SERH	Dotar a administração do TJDFT com informações fidedignas da percepção dos magistrados e servidores dos fatores que compõem o clima organizacional.

	Projeto de Definição de Atribuições para FCs e Cargos em Comissão	SERH	Munir a Organização com o registro das atividades exercidas pelos ocupantes de FCs e CJs.
	Projeto de Implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento de Programas e Projetos	SEPG	Dotar o Tribunal de Justiça de capacidade ampla de acompanhamento e gestão de projetos através dos recursos de ferramenta corporativa.
<b>Estabelecer e implantar políticas de capacitação com foco em competências (8)</b>	Projeto de Implantação do Instituto de Formação de Servidores	INSTITUTO	Implantar o Instituto Ministro Luiz Vicente Cemiacchiaro em cumprimento à Resolução N. 8 de 15 de setembro de 2008.
	Projeto de Disponibilização de Cursos a Distância	INSTITUTO	Disponibilizar cursos à distância a magistrados e servidores do TJDFT. Os cursos oferecidos inicialmente serão: Pós-graduação em Direito Processual Civil, Desenvolvimento Gerencial e Curso de EAD para instrutores.
	Projeto de Definição de Critérios de Avaliação para Eventos de Capacitação e Desenvolvimento	INSTITUTO	Definir critérios de avaliação para as ações de capacitação e desenvolvimento, alinhados ao PE.
	Projeto de Incrementação do Projeto de Gestão por Competências	SERH	Introduzir um novo modelo de gestão de pessoas, com foco em resultados, buscando o desenvolvimento dos servidores e alinhando suas competências às competências deste Tribunal.
<b>Estabelecer e implantar políticas de valorização das pessoas (9)</b>	Projeto de Redução do Número de Licenças Médicas no TJDFT	SESA	Oferecer uma redução em 10% no número de servidores que homologam atestados médicos no biênio de 2008/2010. Executar atividades preventivas e programas de valorização da vida e da saúde.
	Projeto de Promoção de Ações Psicoeducativas no TJDFT	SESA	Prevenir a instalação de problemas de saúde mental. Favorecer a identificação precoce de psicopatologias para iniciar os tratamentos adequados e impedir o progresso da doença.
	Projeto de Inclusão de Servidores e Magistrados com Deficiência	SERH	Conhecer a realidade de trabalho e características dos servidores com deficiência, ocupantes de vaga reservada, a fim de dotar a Administração com dados empíricos.
	Projeto de Reestruturação do Programa de Estágio Superior com foco na Seleção Pública de Estagiários	SERH	Regulamentar regras básicas, de natureza administrativa e operacional, capazes de disciplinar o preenchimento de vagas do Programa de Estágio no TJDFT por meio de critérios claros e objetivos.
<b>Incrementar convênios e parcerias (10)</b>	Projeto de Mepeamento de Convênios e Parcerias Firmados pelo TJDFT	SEMA	Dotar o SERCOOP de plena capacidade de fornecer informações para todo o público externo, bem como para as unidades administrativas deste Tribunal.
	Projeto de Criação de Agência dos Correios (EBCT) no TJDFT	SEGD	Reducir gasto com combustível no deslocamento de servidores e agilidade na postagem.
	Projeto de Redução de Custo Telefônico	SETI	Reducir os custos de telefonia em 5% do TJDFT até dezembro de 2009.
	Projeto de Redução no Orçamento de Material de Consumo	SEMA	Reducir o orçamento destinado à aquisição de cartuchos em, no mínimo, 15%, com vistas a alcançar o objetivo principal, ou seja, redução mínima do orçamento com material de consumo em 5%.
<b>Racionalizar o uso de recursos físicos, materiais e tecnológicos (11)</b>	Projeto de Implantação do Restaurante	COB	Aumentar a satisfação e a produtividade dos funcionários do TJDFT.
	Projeto de Finalização de Obras (Fórum José Júlio, Fórum de São Sebastião e Bloco A)	SEAP	Concluir as obras do Bloco A, Complexo Criminal e Fórum de São Sebastião, promovendo o efetivo funcionamento dos serviços judiciais e administrativos.
	Projeto de Elaboração de Estratégias para Solucionar a Problemática dos Estacionamentos em Torno do Fórum de Brasília	COB	Permitir que mais 600 automóveis tenham vagas de estacionamento em áreas próximas ao TJDFT.
	Projeto de Estudo de Túnel de Ligação com o MPDFT	SEAP	Promover deslocamento seguro e ágil de autoridades, servidores e processos entre o TJDFT e o MPDFT.
	Projeto de Padronização e Reabilitação Arquitetônica dos Ambientes Sanitários do TJDFT	SEAP	Padronização dos ambientes sanitários do TJDFT de acordo com parâmetros contemporâneos de tecnologia e utilização, para promover melhoria na gestão de sua manutenção e melhorar as condições de utilização por parte dos usuários até março de 2010.

<b>Alinhar a gestão do orçamento ao Plano Estratégico (12)</b>	Projeto de Construção do Prédio que Abrigará as Varas de Fazenda Pública, Adotando Padrão Edificação que Considere a Sustentabilidade Ambiental	COB	Introduzir novas soluções estéticas e técnicas no conceito do "Edifício Verde".
	Projeto de Ampliação dos Fóruns de Ceilândia e de Taguatinga	SEAP	Instalar novas serventias nos fóruns de Ceilândia e Taguatinga.
	Projeto de Divulgação do Programa Viver Direito	ACS	Implantar na Instituição a cultura da responsabilidade ambiental e social, por meio das técnicas de marketing e comunicação social, e da integração com os setores competentes e diretamente envolvidos no planejamento e monitoramento das ações que tenham impacto ambiental e social.
	Projeto de Redução do Consumo de Combustíveis Fósseis Poluentes	SEST	Reducir a emissão de gases poluentes na atmosfera e redução de gastos.
	Projeto de Monitoramento Energetico e de Água	SEAP	Promover um consumo adequado de energia elétrica e água nos próprios do Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios.
	Projeto de Redução do Impacto Ambiental Provocado pelo Uso de Papel	SEAP	Reducir o orçamento destinado a aquisição de cartuchos em, no mínimo, 15%, com vistas a alcançar o objetivo principal, ou seja, redução mínima do orçamento com material de consumo em 5%.
	Projeto de Modernização de Elevadores dos Fóruns de Ceilândia e Taguatinga	SEAP	Garantir a segurança e o perfeito funcionamento dos equipamentos. Utilizar equipamentos que apresentem maior eficiência energética e confiabilidade em seu funcionamento.
	Projeto de Redução do Impacto Ambiental Causado pela Utilização de Bens de Consumo	SEMA	Reducir o impacto ambiental causado pela utilização de bens de consumo no TJDFT.
	Projeto de Reaproveitamento dos Resíduos Recicláveis do TJDFT	SEAP	Inserir o TJDFT na gestão ambiental com a redução de custos, reutilizando os resíduos, promovendo mudança comportamental dos servidores e prestadores de serviço com relação ao meio ambiente, bem como inserção social dos catadores de resíduos.
	Projeto de Instalação de Interruptores nos Fóruns	SEAP	Instalar interruptores em cada sala das diversas unidades do TJ, permitindo o consumo fracionado de energia elétrica.
	Projeto de Criação do Complexo Arquivístico	SEGD	Criar o Complexo Arquivístico do TJDFT até 26 de fevereiro de 2010.
	Projeto de Adaptação/Construção dos Prédios para os Arquivos Intermediários de 1ª Instância - Fóruns do TJDFT	SEGD	Adaptar os prédios para os Arquivos Intermediários de 1ª Instância – Fóruns do TJDFT - até 16 de dezembro de 2009.
	Projeto de Revitalização da Fachada do Bloco B	SEAP	Melhorar a estética da fachada do Bloco B do Complexo do Palácio da Justiça.
	Projeto de Revitalização da Fachada do Bloco D	SEAP	Melhorar a estética da fachada do Bloco D do Complexo do Palácio da Justiça.
	Projeto de Reforma do Posto de Abastecimento da Frota de Veículos do TJDFT	SEST	Adequar-se às normas que regem o setor de abastecimento de combustíveis no tocante à segurança e impacto ambiental; reduzir o consumo de água utilizada na lavagem dos veículos; e reduzir o impacto ambiental proveniente da lavagem, com a captação dos efluentes produzidos.
	Projeto de Elaboração do Planejamento Orçamentário Orientado pelo PE	SEOF	Disponibilizar página de informações orçamentárias, na intranet do Órgão, visando maior transparéncia da execução orçamentária do Órgão até junho de 2008.
	Projeto de Capacitação Participativa - Área Administrativa	INSTITUTO	Promover melhor distribuição de recursos destinados à área administrativa do TJDFT, oferecendo capacitação alinhada ao Plano Estratégico do Tribunal, após processo de levantamento das necessidades junto aos gestores.
	Projeto de Implantação da Página de Informações Orçamentárias	SEOF	Disponibilizar página de informações orçamentárias, na intranet do Órgão, visando maior transparéncia da execução orçamentária do Órgão até junho de 2008.

**Fonte:** Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG

Ao longo de 2009, os objetivos e as metas estabelecidos no PLABI foram monitorados, detalhadamente, por meio dos indicadores de desempenho definidos no planejamento dos projetos. Os registros foram consolidados mensalmente em um Relatório de Acompanhamento e Controle, permitindo identificar a evolução periódica de cada projeto e o cumprimento das metas. O documento, que segue abaixo, fornece ainda insumos para possíveis correções que se mostrem necessárias.

**Tabela 3 – Quadro de Acompanhamento e Controle das Ações do PLABI 2008/2010**

<b>ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DAS AÇÕES DO PLABI 2008/2010</b>					
#	Nome do Projeto	Sigla do Projeto	Unid. Resp.	Data Prevista Conclusão	% de Realização 2009
1.A	Projeto de Adoção das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário da 1ª Instância	PROAT1	CJ	1/6/09	73%
1.B	Projeto de Adoção das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário no Sistema Informatizado de 2ª Instância	PROAT2	SEJU	1/6/09	76%
1.C	Projeto Tempo Médio dos Atos Processuais na VEP e VEPEMA	PROTEM	CJ	1/12/09	63%
1.D	Projeto de Definição do Tempo e Custo Médios de Tramitação dos Processos no 2º grau	PROTEC	SEJU	31/1/09	55%
1.E	Projeto de Implementação da Distribuição Integrada	PRODI	CJ	30/4/09	85%
1.G	Projeto de Instalação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	PROVCM	SEG	30/6/09	100%
1.H	Projeto de Implantação do Sistema de Notas Taquigráficas Virtuais	PNOTAV	SEJU	31/3/10	18%
1.I	Projeto de Expansão do Juizado Especial de Trânsito	PROJET	CJ	31/3/10	67%
1.J	Projeto de Instalação de Cabines do Protocolo Expresso em Brasília, Taguatinga e Ceilândia	PRO-EXPRESSO	CJ	30/10/09	66%
1.M	Projeto de Implementação da Audiência Interdisciplinar Protetiva à Vítima	PROAIP	SEPSI	30/3/10	47%
1.N	Projeto de Implantação da Central de Conciliação dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília	PROCECOJE	CJ	24/5/09	100%
2.A	Projeto de Acessibilidade para Portadores de Necessidades Especiais	PRAPNE	SEAP	30/3/10	61%
2.B	Projeto de Realização de Pesquisa de Qualidade do Atendimento dos Usuários Externos das Varas Comuns	PPQA	OVG	30/3/10	78%
2.C	Projeto de Conversão de Textos Jurisprudenciais em Voz - Juris in Vox	PJVOX	SEBI	15/11/08	58%
3.A	Projeto de Realização do Congresso Internacional Psicosocial Jurídico	PCOPSI	SEPSI	-	97%
4.A	Projeto de Implementação de Política de Segurança de TI	PROPOL	SETI	30/6/09	89%
4.B	Projeto de Criação de Site Backup - Criar área Física Remota que Assegure	PROSIT	SETI	30/3/09	36%

	<b>a Redundância dos Serviços e Aplicações de Informática</b>				
<b>4.C</b>	<b>Projeto de Incremento dos Níveis de Gerenciamento e Disponibilidade das Informações Corporativas do TJDFT</b>	PINGDI	SFTI	10/4/09	100%
<b>4.D</b>	<b>Projeto de Ampliação e Atualização das Redes de Voz e Dados do TJDFT</b>	PROAMP	SETI	1/3/10	51%
<b>4.E</b>	<b>Projeto de Implementação de Sistema que Viabilize Controle de Acesso à Rede de Dados do TJDFT</b>	PROACE	SETI	5/5/09	98%
<b>4.F</b>	<b>Projeto de Aperfeiçoamento e Implantação de Sistemas Integrados ao PRÓ-SAÚDE - SISPWEB.</b>	PSISPS	SEAB	15/12/10	42%
<b>4.G</b>	<b>Projeto de Implantação do Novo Sistema da Folha de Pagamento</b>	PROFOP	SERH	-	41%
<b>4.J</b>	<b>Projeto de Implantação do Modelo de Fábrica de Software</b>	PWARE	SETI	31/3/10	100%
<b>5.A</b>	<b>Projeto de Desenvolvimento e Racionalização do Fluxo dos Procedimentos de Contratação/ Aquisição</b>	PRAFP	SECI	29/8/09	100%
<b>5.B</b>	<b>Projeto de Desenvolvimento do SIPAD para Ambiente WEB</b>	SIPADWEB	SEGD	-	63%
<b>5.C</b>	<b>Projeto de Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade com Certificação ABNT NBR ISO 9001:2000</b>	PGQ	SEJU	7/10/12	60%
<b>5.D</b>	<b>Projeto de Elaboração do Manual de Prática e Rotinas Cartorárias</b>	PROMAC	CJ	26/8/09	84%
<b>5.E</b>	<b>Projeto de Modernização de Arquivos do TJDFT</b>	PROMA	SEGD	30/12/10	98%
<b>5.F</b>	<b>Projeto de Tratamento Arquivístico dos Processos dos Arquivos Intermediários Judiciais</b>	PROPAJ	SEPG	24/7/15	80%
<b>5.G</b>	<b>Projeto de Eliminação dos Processos Judiciais Tratados pelo PROMA</b>	PROELI	SEGD	3/10/10	100%
<b>6.B</b>	<b>Projeto de Implantação do Programa Memória do TJDFT</b>	PRO-MEMORIA	SEGD	-	77%
<b>7.A</b>	<b>Projeto de Realização de Pesquisa de Conhecimento Sobre o Plano Estratégico</b>	PCONPE	SEPG	31/3/09	100%
<b>7.B</b>	<b>Projeto de Realização de Pesquisa de Clima Organizacional</b>	PCLIMA	SERH	30/3/10	88%
<b>7.C</b>	<b>Projeto de Definição de Atribuições para FCs e Cargos em Comissão</b>	PFCCJ	SERH	31/3/10	90%
<b>7.D</b>	<b>Projeto de Implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento de Programas e Projetos</b>	PROSIG	SEPG	-	61%
<b>8.B</b>	<b>Projeto de Implantação do Instituto de Formação de Servidores</b>	INSTITUTO	SEIF	17/4/09	100%
<b>8.C</b>	<b>Projeto de Disponibilização de Cursos a Distância</b>	PEADTJ	SEIF	30/6/09	100%
<b>8.D</b>	<b>Projeto de Definição de Critérios de Avaliação para Eventos de Capacitação e Desenvolvimento</b>	CAECD	SEIF	-	100%
<b>8.E</b>	<b>Projeto de Incrementação do Projeto de Gestão por Competências</b>	PCOMP	SERH	5/8/10	100%
<b>9.B</b>	<b>Projeto de Redução do Número de</b>	PROLIM	SESA	1/11/09	100%

<b>Licenças Médicas no TJDFT</b>					
9.C	Projeto de Promoção de Ações Psicoeducativas no TJDFT	PAPSI	SESA	31/3/10	100%
9.D	Projeto de Inclusão de Servidores e Magistrados com Deficiência	PROIND	SERH	30/4/09	100%
9.E	Projeto de Reestruturação do Programa de Estágio Superior com foco na Seleção Pública de Estagiários	PREPES	SERH	-	100%
10.A	Projeto de Mapeamento de Convênios e Parcerias Firmados pelo TJDFT	PROMAP	SEMA	19/12/08	100%
11.A	Projeto de Redução de Custo Telefônico	PROTEL	SETI	-	92%
11.B	Projeto de Redução no Orçamento de Material de Consumo	PROMAC	SEMA	1/12/09	83%
11.C	Projeto de Implantação do Restaurante	PIRES	COB	20/4/10	61%
11.E	Projeto de Finalização de Obras (Fórum José Júlio, Fórum de São Sebastião e Bloco A)	POBRAS	SEAP	-	98%
11.H	Projeto de Padronização e Reabilitação Arquitetônica dos Ambientes Sanitários do TJDFT	PRASAN	SEAP	30/3/10	57%
11.I	Projeto de Construção do Prédio que Abrigará as Varas de Fazenda Pública, Adotando Padrão Edificação que Considere a Sustentabilidade Ambiental	PBVFP	COB	30/3/10	48%
11.L	Projeto de Divulgação do Programa Viver Direito	PRODVD	ACS	1/4/10	100%
11.M	Projeto de Redução do Consumo de Combustíveis Fósseis Poluentes	PFOSSIL	SEST	20/4/10	71%
11.N	Projeto de Monitoramento Energético e de Água	PROMEA	SEAP	4/11/09	86%
11.O	Projeto de Redução do Impacto Ambiental Provocado pelo Uso de Papel	PRIMA	SEAP	19/12/08	100%
11.P	Projeto de Modernização de Elevadores dos Fóruns de Ceilândia e Taguatinga	PMEFCT	SEAP	-	31%
11.Q	Projeto de Redução do Impacto Ambiental Causado pela Utilização de Bens de Consumo.	PRIAC	SEMA	-	90%
11.R	Projeto de Reaproveitamento dos Resíduos Recicláveis do TJDFT	PROECO	SEAP	15/8/09	100%
11.S	Projeto de Instalação de Interruptores nos Fóruns	PROINI	SEAP	22/9/09	96%
11.T	Projeto de Criação do Complexo Arquivístico	PROARQ	SEGD	26/3/10	31%
11.U	Projeto de Adaptação/Construção dos Prédios para os Arquivos Intermediários de 1ª Instância - Fóruns do TJDFT	PROADI	SEGD	16/12/09	26%
11.Z	Projeto de Reforma do Posto de Abastecimento da Frota de Veículos do TJDFT	PROPOST	SEST	11/6/09	99%
12.A	Projeto de Elaboração do Planejamento Orçamentário Orientado pelo PE	PIO	SEOF	CONCLUÍDO	100%
12.B	Projeto de Capacitação Participativa - Área Administrativa	POC	SEIF	28/2/09	100%

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica - SEPG

**LEGENDA:**

	Ação com atividades atrasadas ou com risco de atraso		Ação dentro do prazo planejado		Ação Concluída
--	--	--	--------------------------------	--	----------------

O trabalho de acompanhar mensalmente a execução das ações definidas no Plano de Gestão do TJDFT é fundamental para garantir o atendimento eficiente e eficaz das demandas da sociedade do Distrito Federal. Ao final de cada exercício, é possível verificar a relação entre o que foi planejado e o que foi executado por cada unidade responsável pelo alcance das metas traçadas. Além disso, proporciona a modernização do órgão público, com ferramentas de planejamento que auxiliam na melhoria contínua dos serviços prestados.

### **3.5. Principais Atividades Estratégicas em 2009**

Em maio de 2009, a Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – APG, então coordenadora do processo de acompanhamento da execução do PLABI e principal braço de apoio do Grupo Gestor Administrativo – GGA, foi transformada em Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG, com uma estrutura mais adequada às crescentes demandas na área de gestão.

Inserida na cultura do planejamento e orientação à estratégia, a Administração do TJDFT executou diversas atividades em 2009, dentre as quais se destacam:

- a. Execução das ações do PLABI por coordenadores treinados na Metodologia de Gerenciamento de Projetos do TJDFT, acompanhamento e orientação contínua dos trabalhos por meio de ações de controle e ajustes;
- b. Realização de estudo e análise para a implantação de nova Metodologia de Gestão de Processos com o intuito de criar rotinas de trabalho mais organizadas, céleres e econômicas, identificando e corrigindo pontos críticos, sempre em busca do alinhamento de todas as unidades do Tribunal e do alcance da estratégia;
- c. Preparação para o cumprimento das 10 Metas Nacionais de Nivelamento definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Destaca-se o cumprimento da Meta 1, normatizada pela Resolução N. 70/09 do CNJ, que determina o alinhamento à estratégia nacional do Poder Judiciário;

- d. Mobilização dos servidores e magistrados para atingir a Meta 2, de julgar todos os processos judiciais distribuídos até 31/12/2005, o que conferiu maior comprometimento de todos em busca da celeridade e do atendimento satisfatório às demandas da sociedade do Distrito Federal;
- e. Participação efetiva do TJDFT no sistema de estatística do Poder Judiciário “Justiça em Números”, criado em maio de 2009 pelo CNJ, por meio da qual foi possível ao Tribunal adquirir o novo aprendizado de coletar e sistematizar os dados estatísticos da Instituição, com vistas ao controle e aprimoramento constantes dos serviços prestados.

#### **4. CONTEXTO ECÔNOMICO-SOCIAL NO DF – CORRELAÇÕES**

---

Para o cumprimento de sua missão institucional, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT busca, por meio do planejamento estratégico, definir os rumos da Instituição e deliberar sobre a alocação dos recursos disponíveis, como forma de garantir a melhoria da qualidade da prestação jurisdicional.

Com as constantes mudanças nos cenários econômicos, é necessário não só planejar, mas também projetar o futuro, garantindo a excelência na gestão. No processo de planejamento, devem ser consideradas as condições internas e externas à Instituição e sua evolução esperada. A análise interna envolve os aspectos estruturais, os recursos financeiros e humanos, enquanto a externa contempla as características atuais, as tendências futuras, as perspectivas e a conjuntura que afeta a sociedade.

O planejamento ajuda a estruturar a incerteza por meio de uma análise consistente da realidade, influenciando os tomadores de decisão a partir de uma releitura do ambiente. A geração de cenários contribui para estimar como um futuro incerto pode reagir e como pode ser influenciado pelas decisões feitas hoje. Assim, eles devem ser imagens plausíveis e possíveis do futuro, e também suficientemente ricos em indicadores para contribuir na tomada de decisões.

No entanto, mesmos os mais complexos estudos são insuficientes para antever todas as variáveis possíveis, já que fatos imprevisíveis podem ocorrer sem que haja prognósticos anteriores. Atualmente, a responsabilidade social obriga a Administração Pública a tomar atitudes que promovam os interesses e o bem-estar da sociedade.

No Tribunal, o estudo da demanda judicial nos últimos anos vem demonstrando que as variáveis socioeconômicas: **crescimento populacional, desemprego e índice de criminalidade** merecem atenção especial dos gestores, devendo ser consideradas ainda a distribuição da renda e o nível de escolaridade da população. Todas as transformações pelas quais passa a sociedade local devem ser monitoradas, cuidadosamente, pelos setores de planejamento, de modo a antever as necessidades de cada Região Administrativa, adequando espaços físicos e recursos humanos à demanda de cada uma delas, a fim de manter a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional.

A configuração socioeconômica do DF decorre diretamente da condição de ser o centro político-administrativo do país. O Distrito Federal ocupa apenas a oitava

posição na economia brasileira, mas continua com a maior renda per capita do País: R\$ 40.696,00 dados de 2009, divulgados pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A Administração Pública é a atividade mais relevante na economia do Distrito Federal, ou seja, 53,8% de toda a estrutura produtiva em 2009.

Ademais, apesar de ao longo de seus quase cinquenta anos de existência Brasília tenha ultrapassado amplamente sua vocação inicial de sede do governo federal, o conjunto populacional do DF continua a ser caracterizado por certas especificidades, notadamente, uma fraca proporção de trabalhadores do setor secundário e o peso muito importante dos trabalhadores do setor terciário, entre os quais os funcionários do setor público.

O DF corresponde a um território formado por vinte e nove localidades distintas, tecnicamente designadas como “Regiões Administrativas” – RAS, de perfil econômico variado e bastante desigual do ponto de vista social, onde se destaca o Plano Piloto.

#### 4.1. População

O Distrito Federal, apesar de possuir a maior renda e o mais alto PIB per capita do país<sup>1</sup>, apresenta grandes diferenças socioeconómicas entre as suas Regiões Administrativas. Ao lado de algumas regiões com famílias de alto poder aquisitivo e edificações de alto padrão, convivem famílias de baixíssima renda, que habitam em barracos improvisados com qualidade de vida aquém da desejada.

O crescimento populacional do Distrito Federal é o dobro da média nacional, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Em 2008, o DF tinha 2.557.158 de habitantes. Neste ano, a projeção<sup>2</sup> mostra que há 2.606.885 de pessoas. Um aumento de 1,94%, enquanto no Brasil, a média de crescimento, em relação ao mesmo período, ficou em 0,98%.

<sup>1</sup> Vale salientar que os PIBs per capita foram obtidos pela população residente enviada oficialmente pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União – TCU, diferente da população revista recentemente e utilizada nas Contas Nacionais do Brasil. A população apresentada serve de base para o cálculo dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, e o projeto de Contas Regionais guarda compromisso legal com as informações disponibilizadas ao TCU.

<sup>2</sup> A estimativa do IBGE revela que o Brasil tem 191,5 milhões de habitantes espalhados por 27 estados e 5.565 municípios. São Paulo é o mais populoso, com 11 milhões de habitantes, seguido pelo Rio de Janeiro (6,2 milhões) e Salvador (3 milhões). Belo Horizonte (2,5 milhões) esteve no quarto lugar em 2000 e, a partir de 2007, caiu para sexto, tendo sido ultrapassado pelo DF e Fortaleza que, desde então, permanecem nos 4º e 5º lugares, respectivamente. A projeção foi feita em 1º de julho de 2009.

Quando o comparativo é o crescimento registrado nos 27 estados brasileiros, o DF está no segundo lugar e só perde para o Amapá, que ocupa o topo da lista de evolução demográfica, com 2,19%. Mas em relação ao crescimento dos 10 municípios brasileiros mais populosos, revelado pela estimativa do IBGE, o DF é o líder – o seu crescimento ultrapassa localidades como Manaus (AM), Salvador (BA) e Curitiba (PR).

Diferentemente do que ocorreu no passado, hoje, o fenômeno é o crescimento vegetativo da população, vinculado com o surgimento de novas Regiões Administrativas. Vicente Pires, Estrutural, Varjão, Samambaia, Taguatinga e Ceilândia são localidades cuja população cresce a cada dia.

O quadro a seguir apresenta a contagem da população no Distrito Federal, efetuada em 2004, e a população estimada em 2009, de acordo com os últimos dados disponibilizados pelo IBGE, contemplando as Regiões Administrativas:

**Tabela 4 – População Urbana do DF segundo Regiões Administrativas**

Regiões Administrativas	Habitantes 2004	Estimada 2009	Percentual (%)
<b>Distrito Federal</b>	<b>2.096.534</b>	<b>2.606.885</b>	<b>100,00</b>
RA I - Brasília	198.906	250.260	9,6
RA II - Gama	112.019	140.770	5,4
RA III - Taguatinga	223.452	286.750	11
RA IV - Brazlândia	48.958	62.570	2,4
RA V - Sobradinho	61.290	78.200	3
RA VI - Planaltina	141.097	177.270	6,8
RA VII - Paranoá	39.630	49.530	1,9
RA VIII - Núcleo Bandeirante	22.688	28.680	1,1
RA IX - Ceilândia	332.455	417.100	16
RA X - Guará	112.989	140.770	5,4
RA XI - Cruzeiro	40.934	52.140	2
RA XII - Samambaia	147.907	185.090	7,1
RA XIII - Santa Maria	89.721	112.100	4,3
RA XIV - São Sebastião	69.469	86.030	3,3
RA XV - Recanto das Emas	102.271	127.730	4,9
RA XVI - Lago Sul	24.406	31.280	1,2
RA XVII - Riacho Fundo	26.093	33.900	1,3
RA XVIII - Lago Norte	23.000	28.670	1,1
RA XIX - Candangolândia	13.660	18.250	0,7
RA XX - Águas Claras	43.623	54.750	2,1
RA XXI - Riacho Fundo II	17.386	20.850	0,8

RA XXII – Sudoeste/Octogonal	46.829	44.320	1,7
RA XXIII – Varjão	5.945	7.820	0,3
RA XXIV – Park Way	19.252	23.460	0,9
RA XXV – SCIA (Estrutural) (1)	14.497	18.250	0,7
RA XXVI – Sobradinho II	71.805	78.200	3
RA XXVII – Jardim Botânico (2)	-	-	-
RA XXVIII – Itapoã	46.252	52.145	2
RA XXIX – SIA (3)	-	-	-

**Fonte:** Diário Oficial do Distrito Federal – DODF e SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD – 2004. **Projeção:** IBGE

**Notas:**

(1) SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – inclui a Estrutural.

(2) Para a Região Administrativa XXVII Jardim Botânico não existem informações por ter sido criada após o término da pesquisa.

(3) A Região Administrativa XXIX SIA foi criada em 2005 e não possui unidades residenciais.

No entanto, a maior preocupação é a região do Entorno, um aglomerado de municípios de Goiás e Minas Gerais que não param de crescer em termos populacionais, mas em condições precárias de vida. A situação é particularmente grave no sul e no oeste do DF, onde cidades como Águas Lindas e Santo Antônio do Descoberto, que viraram municípios na década passada, apresentam crescimento explosivo. A população de Águas Lindas cresce nada menos que 18% ao ano, mas a qualidade dos serviços não segue, nem de perto, o mesmo ritmo.

O governo do Distrito Federal também pretende fazer um desenvolvimento descentralizado da região, criando pólos de empregos perto das áreas de maior densidade populacional. Isso, além de melhorar a qualidade de vida, diminuiria a pressão sobre o Plano Piloto.

Um exemplo do sucesso dos programas de erradicação de favelas de Brasília é a boa colocação de cidades-satélites como Samambaia, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Santa Maria, antigos assentamentos que acolheram não só favelados que já moravam na capital, mas centenas de milhares de migrantes.

#### 4.2. Desemprego

Segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese<sup>3</sup>, o nível de ocupação no DF cresceu 3,7%, desempenho inferior ao verificado em 2006, quando

<sup>3</sup> Pesquisa Emprego e Desemprego no DF, ano 2009, divulgados pela Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB, juntamente com o DIEESE e Fundação SEADE/SP.

a ocupação se expandiu em 6,1%. Apesar disso, o número de postos de trabalho criados no ano passado (41 mil) foi superior ao incremento da População Economicamente Ativa (37 mil). No ano em tela, o número de desempregados foi estimado em 218 mil pessoas, o de ocupados em 1.160 mil e a População Economicamente Ativa em 1.378 mil.

A taxa de desemprego total diminuiu pelo sexto ano consecutivo, transitando de 16,6% em 2008 para 15,8%, em 2009. Vale destacar que essa é a menor taxa de desemprego dos últimos 14 anos. Nesse período, a taxa de desemprego aberto<sup>4</sup> variou de 10,8% para 10,6%, e a de desemprego oculto<sup>5</sup> diminuiu de 5,7% para 5,3%.

**Tabela 5 - Taxas de desemprego por grupos de regiões administrativas DF – 2004/2009 - DES/PEA %**

Ano	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Desemprego Total (DES/PEA) <sup>6</sup>
2004	10,3	18,3	26,5	20,9
2005	9,8	16,7	23,7	19,0
2006	9,8	17,3	22,3	18,8
2007	9,0	16,1	21,3	17,7
2008	9,2	14,7	19,3	16,6
2009	8,7	14,5	18,5	15,8

*Fonte: Convênio: Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF*

*Obs.:*

*Grupo 1 - Brasília, Lago Sul e Lago Norte (Grupo de renda mais alta).*

*Grupo 2 - Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro, Candangolândia e Riacho Fundo (Grupo de renda intermediária).*

*Grupo 3 - Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas. (Grupo de renda mais baixa).*

Em dezembro de 2009, no grupo 2 (Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro, Candangolândia e Riacho Fundo), a PEA somava 605 mil indivíduos, destes, 88 mil estavam em busca de um posto de trabalho. No grupo 3 (Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas), 645 mil pessoas compunham a PEA, sendo que 121 mil estavam desempregadas. No fim de 2008, 14,7% da PEA das cidades do DF com renda intermediária estavam procurando emprego, permanecendo quase inalterado em 2009 (14,5%). Nas cidades mais carentes, a taxa passou de 19,31% para 18,5%.

<sup>4</sup> Desemprego Aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete (7) dias.

<sup>5</sup> Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário: pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou não remunerado, em ajuda a negócio de parentes) e que procuraram efetivamente trabalho nos trinta (30) dias anteriores ao da entrevista ou nos últimos doze (12) meses.

<sup>6</sup> Taxa de desemprego total: total dos desempregados dividido pela população economicamente ativa total vezes 100.

Enquanto o número de pessoas em busca de uma vaga cresceu nas cidades ao redor do centro da capital, no Plano Piloto houve uma redução de 131 mil trabalhadores para 128 mil no período estudado.

A pesquisa do Dieese engloba as asas e os lagos Sul e Norte, além de 16 cidades do DF. A Estrutural ainda não entrou no levantamento, apesar de o desemprego ser um dos maiores do DF. Outra pesquisa, de abrangência nacional, feita anualmente pelo IBGE, aponta o DF como a segunda unidade da federação com maior desemprego do país em 2009. Apenas o Amapá tem um percentual mais elevado.

#### 4.3. Renda

Segundo dados da Pesquisa Domiciliar Socioeconômica – PEDS, divulgada pela Codeplan, em julho de 2009, a renda média do brasiliense caiu no último ano. No fim de 2008, cada trabalhador do DF ganhava, em média, R\$ 1.866, em valores atualizados pela inflação. Os brasilienses chegaram ao fim de 2009, com um rendimento médio de R\$ 1.810. Uma perda de 3% no poder de compra, reflexo direto da contratação com salários abaixo da média. A perda ocorreu até mesmo no serviço público. Os novos servidores aprovados em concursos têm salários inferiores aos da média do funcionalismo. Em 2008, a média salarial no setor público era de R\$ 4.628. Um ano depois, passou para R\$ 4.518<sup>7</sup>.

O Distrito Federal é a unidade da federação que mais concentra renda, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD, divulgados em setembro de 2009, pelo IBGE.

Utilizado para medir a desigualdade de renda, o índice Gini, constatado pela pesquisa no DF, ficou em 0,62. A média brasileira é de 0,53. Quanto mais próximo de 1 for o valor, maior é a desigualdade da região. Essa desigualdade se deve ao fato de haver no DF, um extrato de trabalhadores, em especial no setor público, cujos rendimentos são maiores. Possui, também, outro extrato de pessoas que estão no mercado mais informal, com rendimentos menores.

Em 2009, os 10% mais pobres auferiam, no máximo, R\$ 429, o que representa um crescimento de 3,9% em relação a 2008. No outro extremo, os 10% mais ricos obtiveram rendimentos superiores a R\$ 4.623, perfazendo um aumento de 6,5% em comparação com o ano anterior.

<sup>7</sup> Dados da Pesquisa Domiciliar Socioeconómica – PEDS/CODEPLAN

Maior cidade-satélite do DF, Ceilândia é também a região administrativa que concentra o maior número de moradores – 60.147 – e domicílios de baixa renda – 14.094. As cidades-satélites de Ceilândia, Planaltina, Samambaia, Gama e Santa Maria concentram 65% dos 255.561 moradores de baixa renda, que fizeram parte da pesquisa. A PED determinou como critério para baixa renda, famílias que ganham até 2 salários mínimos per capita e cujo consumo de energia não ultrapasse os 80 KW mensais.

A pobreza no Distrito Federal está concentrada em 15 das 30 regiões administrativas existentes. Nesses lugares, estão 62.332 lares onde a renda domiciliar por pessoa não ultrapassa dois salários mínimos. Em alguns, a situação é crítica: a renda domiciliar per capita da maioria dos habitantes não ultrapassa a marca irrisória de meio salário.<sup>8</sup>

Além das citadas, Brazlândia, Estrutural, Sobradinho II, Riacho Fundo I e II, São Sebastião, Paranoá, Varjão e Planaltina, Itapoã, Recanto das Emas e Riacho Fundo apresentam também bolsões de pobreza. Dentre estas, Sobradinho II e Estrutural são as que registram os piores índices sociais. Sobradinho II tem o maior número de moradores com renda per capita de até meio salário mínimo (81%), seguido pela Estrutural (75,5%), Samambaia (50%), Brazlândia (30,5%) e Riacho Fundo II (29,9%). A maior parte dos moradores de baixa renda trabalha com serviços gerais, no comércio, na construção civil ou serviços domésticos.

Na análise dos dados de 2009, toma-se patente que mesmo semelhantes, os problemas atacam ou interferem de modo bastante peculiar em cada região, apresentando ao Governo o desafio de enfrentar distintamente os problemas dessas regiões.

Regiões Administrativas	% da População	Renda Domiciliar Mensal	(em salários mínimos)	
			Renda per capita Mensal	Coeficiente de Gini
Brasília	9,6%	19,3	6,8	0,443
Gama	5,4%	6,0	1,6	0,466
Taguatinga	11%	9,6	2,5	0,467
Brazlândia	2,4%	3,4	0,8	0,503
Sobradinho	3%	9,2	2,4	0,510

<sup>8</sup> Dados levantados pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan.

Planaltina	6,8%	3,2	0,8	0,490
Paranoá	1,9%	5,2	1,2	0,515
Núcleo Bandeirante	1,1%	8,3	2,4	0,488
Ceilândia	16%	4,7	1,2	0,493
Guará	5,4%	12,3	3,3	0,448
Cruzeiro	2%	12,1	3,1	0,452
Samambaia	7,1%	4,0	1,0	0,439
Santa Maria	4,3%	3,7	0,9	0,442
São Sebastião	3,3%	5,2	1,4	0,535
Recanto das Emas	4,9%	3,9	0,9	0,502
Lago Sul	1,2%	43,4	10,8	0,437
Riacho Fundo	1,3%	5,9	1,5	0,465
Lago Norte	1,1%	34,3	7,8	0,450
Candangolândia	0,7%	8,3	2,2	0,492
Aguas Claras	2,1%	12,4	3,1	0,533
Riacho Fundo II	0,8%	3,3	0,9	0,426
Sudoeste/Octogonal	1,7%	24,1	8,6	0,392
Varjão	0,3%	2,8	0,8	0,407
Park Way	0,9%	19,6	4,9	0,578
SCIA (Estrutural)	0,7%	1,9	0,4	0,376
Sobradinho II	3%	6,5	1,7	0,523
Itapoã	2%	1,6	0,4	0,404

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento, Coordenação e Parcerias do Distrito Federal – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD

(1) Setor Complementar Indústria e Abastecimento. Inclui-se a Estrutural.

Concluindo a análise da renda no DF, apresenta-se a seguir um breve retrato do Diagnóstico Social do Distrito Federal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Transferência de Renda – SEDEST<sup>9</sup>, retratando as situações de indigência e de pobreza, tendo como referência os parâmetros de Linha de Indigência (renda per capita até ¼ de Salário Mínimo) e de Linha de Pobreza (renda per capita de até ½ Salário Mínimo):

**Linha de Pobreza** – As tabulações geradas demonstram existir 97,4 mil famílias beneficiárias em programas assistenciais do governo do DF, que se encontram abaixo da linha de pobreza, nas quais 91,4 % são chefiadas por mulheres e 8,6 % por homens.

<sup>9</sup> Diagnóstico Social do Distrito Federal apresentado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Transferência de Renda – SEDEST, que retrata o perfil sócio-econômico e demográfico da população do Distrito Federal

Em ordem decrescente, o maior número de famílias encontra-se nas Regiões Administrativas de Ceilândia (16,7 mil), Samambaia (13,3 mil), Planaltina (11,0 mil), Recanto das Emas (9,6 mil), Santa Maria (6,6 mil), Paranoá (6,2 mil), Brazlândia (4,5 mil), São Sebastião (3,7 mil), SCIA/Estrutural (3,4 mil) e Sobradinho (3,4 mil). Em relação ao quantitativo de membros das famílias beneficiárias de programas sociais, os dados indicam que o total de indivíduos pertencentes a famílias abaixo da linha de pobreza somam 448,1 mil pessoas (241,3 mil mulheres e 206,6 mil homens), concentrados nas Regiões Administrativas de Ceilândia (73,2 mil), Samambaia (61,1 mil), Planaltina (51,6 mil), Recanto das Emas (44,9 mil), Santa Maria (33,1 mil), Paranoá (28,7 mil), Brazlândia (21,4 mil), São Sebastião (17,2 mil), Sobradinho (15,8 mil), SCIA/Estrutural (15,0 mil) e Taguatinga (10,8 mil).

**Linha de Indigência** – Existem 61,8 mil famílias beneficiárias de programas assistenciais do governo do DF abaixo da linha de indigência, das quais 91,9% chefiadas por mulheres e somente 8,1% por homens. Em ordem decrescente, o maior número de famílias encontra-se nas Regiões Administrativas de Ceilândia (10,3 mil), Samambaia (8,1 mil), Planaltina (7,6 mil), Recanto das Emas (5,9 mil), Santa Maria (4,4 mil), Paranoá (4,2 mil), Gama (3,1 mil), Brazlândia (3,0 mil), Sobradinho (2,2 mil) e São Sebastião (2,2 mil). Na análise das situações de indigência, relativa aos membros das famílias beneficiárias dos programas sociais, verifica-se, segundo as RA's, a existência de 47,8 mil pessoas em Ceilândia, 40,7 mil em Samambaia, 37,5 mil em Planaltina, 30 mil no Recanto das Emas, 23,3 mil em Santa Maria, 21,2 mil no Paranoá, 15,9 mil no Gama, 15,4 mil em Brazlândia, 10,9 mil em São Sebastião, 10,9 mil em Sobradinho e 11,5 mil no SCIA/Estrutural.

#### 4.4. Violência

Em números absolutos a criminalidade no DF, em 2009, teve um aumento de 7,3%. Se for considerado cada 100 mil habitantes, ele vai para 5,4%. O único tipo de crime que sofreu queda foi latrocínio, mesmo assim a diminuição registrada foi insignificante, representada por apenas um caso a menos, segundo balanço divulgado pela Secretaria de Segurança Pública do DF – SSP.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do DF, em julho de 2009

Os crimes contra o patrimônio representaram 88% da criminalidade geral do Distrito Federal. Os roubos a casas subiram 40% de 2008 para 2009, enquanto a quantidade de homicídios registrados aumentou em 15%. Roubos a coletivos e furtos de veículos sofreram um aumento se comparados com o ano passado, passando de 377 (2008) para 685 (2009) e de 3.783 (2008) para 4.066 (2009).

Segundo dados da SSP, o registro de roubo a veículos quase dobrou, saltou de 866 para 1.418. Roubos considerados diversos foram de 10.452 para 12.611.

Merecem destaque, também, os números relacionados à Violência contra a Mulher: 14.064 entraram na Justiça do Distrito Federal, com medidas protetivas desde que a Lei Maria da Penha entrou em vigor, em setembro de 2006, segundo dados da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM.

O quadro abaixo apresenta os números de registros de homicídios para cada 100.000 habitantes no DF, seguindo dados dos censos demográficos do IBGE referentes à estimativa da população e projeções para 2008 a 2010. Entre os anos de 2008 e 2010, a projeção indica que a taxa de homicídios se manterá ascendente.

**Tabela 7:** Taxa de homicídios consumados por 100 mil habitantes, de acordo com as ocorrências registradas pela PCDF, entre 1996 e 2007, e projeção de eventos entre 2008 e 2010.

Ano	População estimada	Homicídios	Taxa por 100 mil habitantes	Taxa de incremento da população ano anterior	Taxa de incremento de homicídio ano anterior
2007	2.455.697	610	23,1	3,03%	5,19%
2008	2.483.697	610	24,6	1,13%	7,58%
2009	2.532.691	653	25,8	1,97%	7,05%
2010	2.580.970	696	27,0	1,91%	6,58%

*Fonte: DEPO/PCDF. População estimada: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)*

Outra constante preocupação do aparato de segurança pública é o entorno do DF. Levantamento feito pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás mostra que a violência ainda assusta moradores de municípios goianos ao redor da capital federal. Ocorrências registradas pela Polícia Civil em sete cidades apontam que os homicídios cresceram, em média, 12% na região em 2009, em comparação com o mesmo período de 2008.

A criminalidade, considerando crimes como estupro, roubos e sequestro, também aumentou em quatro dos sete municípios pesquisados. O número cresceu 12% em comparação ao mesmo período de 2008. Luziânia lidera as estatísticas, com 54

mortes, seguido do Novo Gama, onde o crime cresceu 90% (de 20 mortes para 48) e Valparaíso, com um aumento de 48% no número de homicídios (de 27 para 40).

Depois dos assassinatos, o crime que mais preocupa é o roubo a pedestre. Em todos os dias de 2009, 15 pessoas foram assaltadas a mão armada no Entorno.

#### 4.5. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Desde 1991, o Distrito Federal é líder em qualidade de vida entre as 27 unidades da Federação, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, medido pela ONU. O cálculo do IDH é feito em três variáveis: renda, longevidade e educação. Entre os países, o campeão de IDH é a Noruega, com índice de 0,942, seguido da Suécia, com 0,941. O índice na Região Administrativa de Brasília, onde está instalado o chamado Plano Piloto, chega perto dos melhores do mundo, com a marca de 0,936.<sup>11</sup>

Pelo estudo feito pela Secretaria de Planejamento e Coordenação de Brasília, o Lago Sul, moradia de cerca de 28 mil pessoas teria 0,945 de IDH, o mais alto do mundo, superando inclusive o da Noruega. O Plano Piloto, com 300 mil habitantes, ficaria em nono lugar, com 0,936 ponto.

Mesmo em cidades-satélites, como o Cruzeiro, pode-se apresentar um resultado excepcional, da ordem de 0,928: enquanto outra satélite, mais pobre, Samambaia, ainda está numa faixa razoável, na ordem de 0,781.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, tratado pelo IBGE no Censo do ano 2000, mostra a necessidade premente de se incrementar o desenvolvimento do Planalto Central a partir dessa realidade positiva do DF. Isso porque, quando se considera o Entorno de Brasília – formando-se o Grande DF com a inclusão das cidades mineiras e goianas mais próximas – em confronto com as 33 regiões metropolitanas do país, a posição dessa sub-região no ranking nacional cai para o 11º lugar, com IDH de 0,75. Ou seja, o DF precisa consolidar o seu desenvolvimento para absorver as pressões sociais oriundas das cidades mais próximas, onde as condições de vida apresentam registros inferiores ao da Capital Federal.

O DF é uma cidade-estado, com pouca população rural, quase nenhuma favela e características diferentes do restante do país, onde as condições de vida para as comunidades mais pobres são melhores do que nos demais centros urbanos.

<sup>11</sup> IDH - Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano.

O IDH alto, segundo as mais recentes avaliações técnicas, é resultante, principalmente, das condições de vida desfrutadas pela base da pirâmide social.

O índice de escolarização (que tem peso de 51,8% no cálculo do IDH) é o maior do Brasil. O número de crianças entre sete e quatorze anos matriculadas nas escolas chegou a 98,7%. No serviço público, responsável por quase metade da economia local, 50% dos funcionários têm nível universitário, 30% nível médio e só 20% ficaram no básico. Também há postos de saúde, coleta de lixo, água potável e esgoto sanitário para quase 100% da população do DF, incluindo as cidades-satélites mais pobres. Tudo isso transforma o Distrito Federal num lugar ideal para a implantação de novos empreendimentos, pois as condições de segurança estão muito acima da média nacional e a população está mais preparada para enfrentar novos desafios.

#### **4.6. Correlações**

Cotejando-se a renda e os índices de desemprego com as estatísticas policiais de homicídio e latrocínio, percebe-se que a diferença social implica aumento da violência.

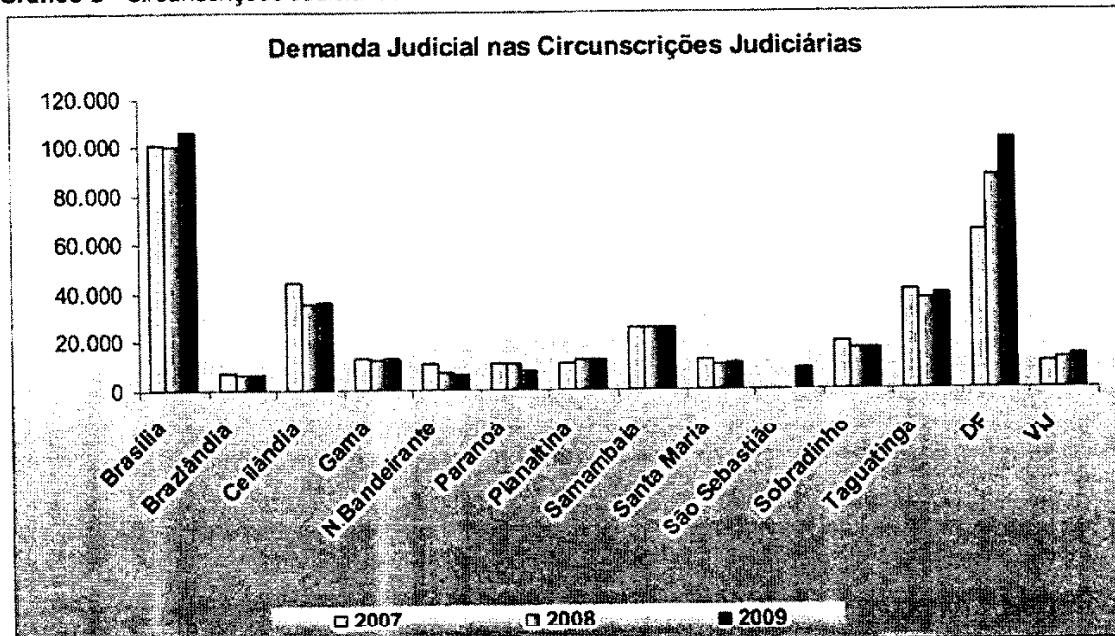
Pelos dados apresentados, pode-se inferir que a criminalidade e a marginalidade têm suas origens, em grande medida, na parcela da população desempregada e com agravamento de alguns conflitos sociais. As ocorrências oriundas desses conflitos, por sua vez, desencadeiam a busca por justiça, causando, consequentemente, o incremento na demanda judicial, comprometendo em algumas Regiões os serviços oferecidos pelas Circunscrições Judiciárias.

O papel desempenhado pelo TJDF na resolução desses conflitos sociais é de reconhecimento geral, a impor, ao mesmo tempo, uma atuação dinâmica, responsável, com vistas à modernização e à democratização do acesso à justiça, que possibilitem lidar com a realidade política, social e econômica em que a Instituição está inserida.

É importante na atual conjuntura que o Tribunal mantenha estudos e projeções das variáveis socioeconômicas, de modo a antecipar as decisões administrativas para minorar os impactos negativos de uma demanda crescente e permanecer fiel ao cumprimento da Missão Institucional e, ainda, manter a qualidade da prestação dos serviços jurisdicionais.

Ao efetuar uma análise da demanda judicial nos últimos anos, verifica-se a aceleração na distribuição de processos em algumas Circunscrições, notadamente Brasília, DF (varas de competência geral em todo o DF) e na Vara da Infância e da Juventude. Na maioria, no entanto, a demanda judicial apresentou pequena variação ou permaneceu inalterada, conforme demonstra o gráfico a seguir:

**Gráfico 2 - Circunscrições Judiciárias do Distrito Federal**



**Fonte:** Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1<sup>a</sup> Instância – SISTJ

**Obs.:** O Fórum de São Sebastião foi inaugurado no final de 2008

Na comparação entre o período de 2008 e 2009, a demanda judicial foi crescente nas seguintes Circunscrições Judiciárias: Varas de Competência em todo o DF (16,93%), Santa Maria (7,45%), Taguatinga (5,85%), Brasília (5,34%), Gama (5,36%) e Ceilândia (3,02%).

Em consulta ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1<sup>a</sup> Instância – SISTJ do Tribunal verificou-se, nas Varas de Competência em todo o DF, um expressivo acréscimo na distribuição de processos, provocado, basicamente, por um incremento de casos novos, da ordem de 43,88%, na Vara da Fazenda Pública. Em relação à redução da demanda judicial na Circunscrição Judiciária do Paranoá, pode ser explicada pela instalação do Fórum de São Sebastião, no final de 2008, o que propiciou uma redistribuição dos feitos e um melhor atendimento àquela comunidade.

Em algumas Circunscrições Judiciárias, o aumento na demanda judicial pode ser explicado, em parte, pelo próprio crescimento populacional, tais como em

Taguatinga, Gama e Santa Maria. É crescente em todo o Distrito Federal os conflitos que envolvem questões fundiárias, provocadas pelo crescimento desordenado dos diversos assentamentos e condomínios ao redor de Brasília.

O aumento do desemprego e dos índices de criminalidade em algumas Regiões Administrativas podem, muitas vezes, repercutir no aumento da demanda judicial, tais como em Ceilândia, Santa Maria e São Sebastião, principalmente nas Varas Criminais.

## **5. A JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL**

### **5.1. JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU**

O TJDFT, no desempenho de suas atividades judicantes conta, atualmente, com 168 órgãos judiciais instalados, sendo 127 Varas Comuns e 41 Juizados Especiais na Justiça de Primeira Instância.

A aprovação da nova Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, Lei N. 11.697, em 13 de junho de 2008, possibilitou ao Tribunal efetuar o redimensionamento da estrutura judicial, visando garantir ao cidadão uma prestação jurisdicional de qualidade, e aos magistrados e servidores, condições dignas de trabalho.

Conforme estudos e levantamentos apresentados no item 4, o Distrito Federal, nos últimos anos, tem experimentado um aumento expressivo da sua população, bem como o agravamento dos índices de desemprego e de criminalidade, notadamente em algumas cidades satélites. Esses fatos têm colaborado fortemente para o aumento da demanda judicial.

Essas constatações possibilitam ao Tribunal planejar, antecipadamente, a instalação de novas Circunscrições Judiciárias, definirem o quantitativo e o tipo de Varas a serem implantadas, e, ainda, fixar a lotação de referência, de acordo com as necessidades de cada Região Administrativa.

O provimento dos cargos, Instituídos pela nova Lei, estão sendo definidos conforme orientação da Portaria GPR N. 1531/2009 do Tribunal, que determinou a localização de 70% dos servidores na área-fim e 30% na área-meio, priorizando a adequação do quadro funcional, a fim de evitar déficits que possam prejudicar o atendimento da demanda judicial.

O quadro a seguir apresenta a situação atual do quantitativo de Varas aprovadas com a edição da nova Lei e o de Varas efetivamente instaladas na Justiça de Primeiro Grau, totalizando treze Circunscrições Judiciárias:

**Tabela 8 - Circunscrições Judiciárias do Distrito Federal**

Circunscrição Judiciária	Região Administrativa	Varas Autorizadas	Varas Instaladas
1- Circunscrição Especial Judiciária de Brasília e DF	Brasília, Cruzeiro, Lago Sul, Lago Norte	109	79
2. Circunscrição Judiciária de Taguatinga	Taguatinga e Águas	20	16

	Claras		
3. Circunscrição Judiciária de Ceilândia	Ceilândia	20	15
4. Circunscrição Judiciária do Gama	Gama	15	09
5. Circunscrição Judiciária do Paranoá	Paranoá	11	07
6. Circunscrição Judiciária de Samambaia	Samambaia e R. dae Emas	14	09
7. Circunscrição Judiciária de Sobradinho	Sobradinho	14	08
8. Circunscrição Judiciária de Brazlândia	Brazlândia	08	03
9. Circunscrição Judiciária de Planaltina	Planaltina	13	07
10. Circunscrição Judiciária de Santa Maria	Santa Maria	10	06
11. Circunscrição Judiciária do Núcleo Bandeirante	Núcleo Bandeirante	09	04
12. Circunscrição Judiciária de São Sebastião	São Sebastião	06	04
13. Circunscrição Judiciária do Riacho Fundo	Riacho Fundo	06	01
<b>TOTAL</b>		<b>255</b>	<b>168</b>

*Fonte: Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios*

Em 2009, dando prosseguimento à política de democratização da prestação jurisdicional, foi inaugurado, em 18 de maio, mais um espaço destinado ao atendimento dos jurisdicionados: o Fórum José Júlio Leal Fagundes, localizado no SMAS Trecho 3, lotes 4/6, que abriga diversos juízos e importantes setores administrativos do TJDFT.

Em 13 de novembro de 2009, inaugurou o Fórum da Circunscrição Judiciária do Riacho Fundo, com a instalação do Juizado Especial de Competência Geral, em um prédio de 290 m<sup>2</sup>, cedido pelo GDF, localizado na Área Especial N. 4, Lote N. 6. Assim, o TJDFT atendeu uma antiga reivindicação da população do Riacho Fundo I e II, que passou a contar com a justiça mais acessível. Além das causas cíveis próprias dos Juizados, que eram atendidas pelo ônibus do Juizado Itinerante, o novo Juizado atenderá ações criminais nos processos de menor complexidade, com penas de até dois anos de reclusão, segundo a Lei N. 9.099/95. No local também irão funcionar órgãos auxiliares da justiça, OAB, Ministério Público e Defensoria Pública, além dos órgãos da Corregedoria, tais como: Distribuição, Redução a Termo e Conciliação.

Além disso, em continuidade ao cronograma de implementação definido no Anexos IV e V da Lei de Organização Judiciária do DF, foram instalados em 2009, os seguintes Varas e Juizados:

**Tabela 09 – Varas e Juizados Instalados em 2009**

<b>Circunscrição Judiciária do Distrito Federal</b>	<b>Portaria Conjunta Nº</b>	<b>A partir de:</b>
Vara do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF	014 de 06/04/2009	18/05/2009
3ª Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar c/ a Mulher	014 de 06/04/2009	18/05/2009
Vara de Execução Fiscal do DF	084 de 10/12/2009	14/12/2009
<b>Circunscrição Judiciária do Núcleo Bandeirante</b>	<b>Portaria Conjunta</b>	<b>A partir de:</b>
Vara Criminal e do Tribunal do Júri	076 de 29/10/2009	04/11/2009
Vara Cível, Família e Órfãos e Sucessões	076 de 29/10/2009	04/11/2009
1º Juizado Especial de Competência Geral	076 de 29/10/2009	04/11/2009
2º Juizado Especial de Competência Geral	076 de 29/10/2009	04/11/2009
<b>Circunscrição Judiciária do Riacho Fundo</b>	<b>Portaria Conjunta</b>	<b>A partir de:</b>
Juizado Especial de Competência Geral	076 de 29/10/2009	13/11/2009

*Fonte: Corregedoria da Justiça do Distrito Federal*

A Vara do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano, Urbanístico e Fundiário do DF será responsável pelo julgamento das causas relativas à flora, fauna e recursos hídricos (meio ambiente natural), espaços urbanos, edificados ou não, destinados ao uso público (meio ambiente urbano) e patrimônios arqueológico, paisagístico, turístico, histórico, artístico, urbanístico e ecológico (meio ambiente cultural), ressalvada a competência da Justiça Federal. A Vara terá também sob sua competência o julgamento de ações que envolvam ocupação do solo urbano ou rural, assim entendidas as questões fundiárias e agrárias de interesse público ou de natureza coletiva; e as causas relativas ao parcelamento do solo para fins urbanos. Essa instalação foi ansiosamente aguardada pela população e pelo Governo do DF.

A criação da Vara de Execução Fiscal foi prevista na nova Lei de Organização Judiciária do DF, com o objetivo de viabilizar o trâmite regular dos executivos fiscais e desafogar as Varas de Fazenda Pública do Tribunal. Tramitam nessas Varas cerca de 200 mil processos de execução fiscal, atualmente sob a gestão do Núcleo de Executivos Fiscais. Com a criação da Vara especializada, a Administração do TJDFT pretende melhorar a prestação jurisdicional, tornando-a mais célere e eficiente. A instauração e tramitação dos executivos fiscais se darão por meio eletrônico e os processos em andamento serão paulatinamente inseridos à nova plataforma eletrônica.

Os quantitativos de magistrados e de Varas estão, atualmente, definidos na nova Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, conforme demonstrado a seguir:

**Tabela 10 - Quantitativo Legal de Magistrados e Varas**

Denominação	1991	1992	1998	2003	2008
Instrumento Legal (Leis)	N. 8.185/91	N. 8.407/92	N. 9.699/98	N. 10.801/03	N. 11.697/08
Juiz de Direito	104	118	178	178	255
Juiz Substituto	85	95	145	145	207
Juiz de Paz	15	15	15	15	15
Circunscrições Judiciárias	07	09	10	10	13
Varas Comuns	104	118	118	122	195
Juizados Especiais	-	-	60	60	60

*Fonte: Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios*

Apesar da autorização legal, o Tribunal não tem conseguido preencher todas as vagas existentes para Juiz, em virtude de os candidatos não conseguirem lograr êxito no concurso público. Esse descompasso acarreta, por sua vez, um acúmulo de processos em tramitação na 1ª Instância, contribuindo para a morosidade judicial.

Nos últimos anos, menos de 1% dos inscritos obtiveram sucesso nos certames do Tribunal. Em 2009, constatou-se que do total de candidatos (cerca de 3.000) apenas 33 foram aprovados.

A tabela seguinte demonstra o percentual de vacância, ou seja, postos providos em relação aos criados, relativos aos cargos de Juiz de Direito e Juiz de Direito Substituto, conforme disposto na Lei N. 11.697/08:

**Tabela 11 - Percentual de Cargos Vagos Juiz de Direito e Substituto**

Cargos	2007			2008			2009		
	Ap.	Pr.	(-%)	Ap.	Pr.	(-%)	Ap.	Pr.	(-%)
Juizes de Direito	178	151	15,17	255	149	41,57	255	161	36,86
Juizes Substitutos	145	94	35,17	207	104	49,76	207	123	40,58
<b>Total</b>	<b>323</b>	<b>245</b>	<b>24,15</b>	<b>462</b>	<b>253</b>	<b>45,24</b>	<b>462</b>	<b>284</b>	<b>38,53</b>

*Fonte: Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios / Secretaria de Recursos Humanos SERH*

Cabe ressaltar que, se comparado ao ano anterior, houve em 2009 um decréscimo percentual de 6,71% no quantitativo de cargos vagos de Juiz de Direito e Juízes Substitutos, com a posse de 33 novos juízes.

Visualiza-se, a seguir, a tendência da demanda judicial nas diversas Circunscrições Judiciais do Distrito Federal:

**Tabela 12 - Processos distribuídos por Circunscrição Judiciária do DF**

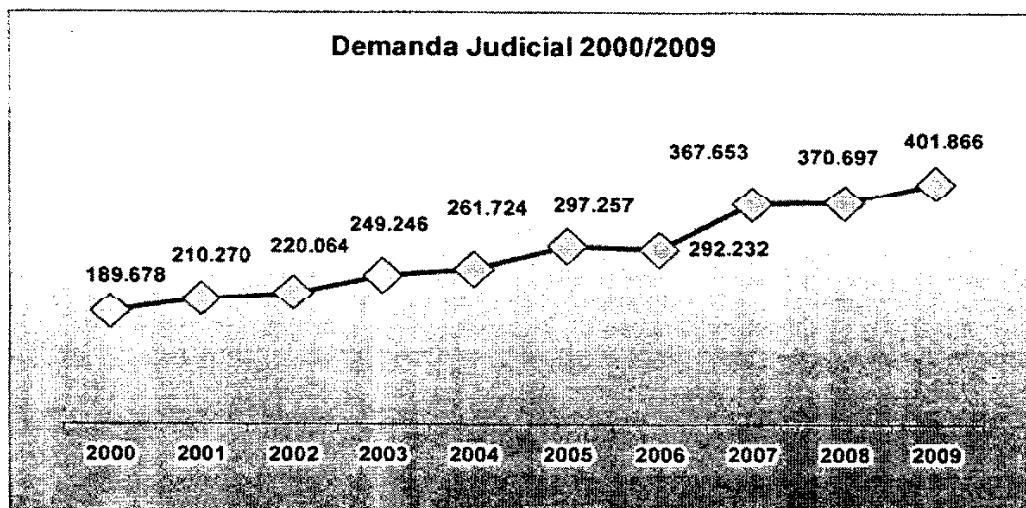
Localidades	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasília	59.223	64.673	67.448	74.403	71.326	79.116	85.416	100.746	100.364	105.725
Brazlândia	16.816	3.401	3.835	4.763	4.949	5.132	4.958	7.372	6.362	6.130
Ceilândia	12.635	16.026	19.077	23.613	24.075	26.298	28.119	44.272	35.173	36.234
Gama	10.127	11.467	15.036	16.630	17.502	13.420	12.018	12.582	12.009	12.653
N. Bandeirante	0	20	2.822	3.833	4.312	5.219	5.855	10.307	6.895	6.439
Paranoá	4.062	4.707	5.033	7.488	8.216	8.997	9.405	10.669	10.994	7.926
Planaltina	8.715	7.869	9.478	12.539	11.209	9.919	10.074	10.976	12.049	12.180
Riacho Fundo (*)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	160
Samambaia	8.333	10.668	12.321	15.400	16.559	18.829	20.536	24.523	24.500	24.866
Santa Mônica	0	0	0	0	1.540	7.363	8.852	12.380	9.782	10.511
S. Sebastião	0	0	0	0	0	0	0	0	319	8.409
Sobradinho	6.114	6.900	8.147	11.115	12.167	13.209	14.256	19.001	16.152	16.103
Taguatinga	15.405	18.276	21.192	24.890	25.194	27.727	29.832	40.366	36.905	39.065
DF (**)	48.248	66.263	55.675	54.572	64.675	82.028	62.911	64.027	87.225	101.992
VIJ	0	0	0	0	0	0	0	10.432	11.968	13.473
<b>Total</b>	<b>189.678</b>	<b>210.270</b>	<b>220.064</b>	<b>249.246</b>	<b>261.724</b>	<b>297.257</b>	<b>292.232</b>	<b>367.653</b>	<b>370.697</b>	<b>401.866</b>

**Fonte:** Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1ª Instância – SISTJ

(\*) A Circunscrição do Riacho Fundo foi instalada em novembro de 2009.

(\*\*) Varas de Competência geral em todo Distrito Federal.

**Nota:** os dados referentes aos anos de 2007 e 2008 encaminhados pela Secretaria de Controle Interno - SECI foram alterados devido à nova metodologia adotada, em 2009, pela Assessoria de Desenvolvimento e Modernização – ADEM do Tribunal de Justiça do DF. Essa metodologia motivou a necessidade de uma revisão dos dados por ser incompatível com a adotada anteriormente, o que impossibilitava a comparação entre o ano de 2009 e os anos anteriores.

**Gráfico 3 – Demanda Judicial no DF em 2000/2009**

**Fonte:** Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1ª Instância – SISTJ

A demanda judicial, nos últimos nove anos, vem apresentando tendência ascendente, como demonstrado no gráfico acima, com um aumento de 111,87% no período. Em 2009, houve um acréscimo de 8,41% em relação ao ano anterior. Desde o início do estudo da demanda judicial, no ano 2000, apenas em 2006, o número de processos distribuídos na Justiça de 1ª Instância foi inferior ao do ano anterior.

Constata-se o comportamento ascendente na maioria das Circunscrições Judiciárias, notadamente, Ceilândia, Gama, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Taguatinga e Varas de Competência Geral do Distrito Federal.

Tramitam no Tribunal, atualmente, mais de 600.000 processos na 1ª Instância, sendo que cerca de 70% desse total estão em andamento nas Varas e Juizados da Circunscrição Especial de Brasília, incluindo aquelas de competência em todo o DF. Os setores envolvidos no Planejamento Estratégico do Tribunal, a par dessas estatísticas, buscam conjugar ações e disponibilidades orçamentárias para acelerar a prestação jurisdicional.

A tabela abaixo demonstra que houve um aumento bastante significativo na distribuição de processos em 2009 em relação a 2008, e que o número de processos julgados permaneceu quase inalterado. A produtividade na 1ª Instância, ou seja, o quantitativo de processos sentenciados em relação aos distribuídos, em 2009, situou-se em 83,36%. Esse resultado foi influenciado pelo aumento no número de casos novos, em relação a 2008.

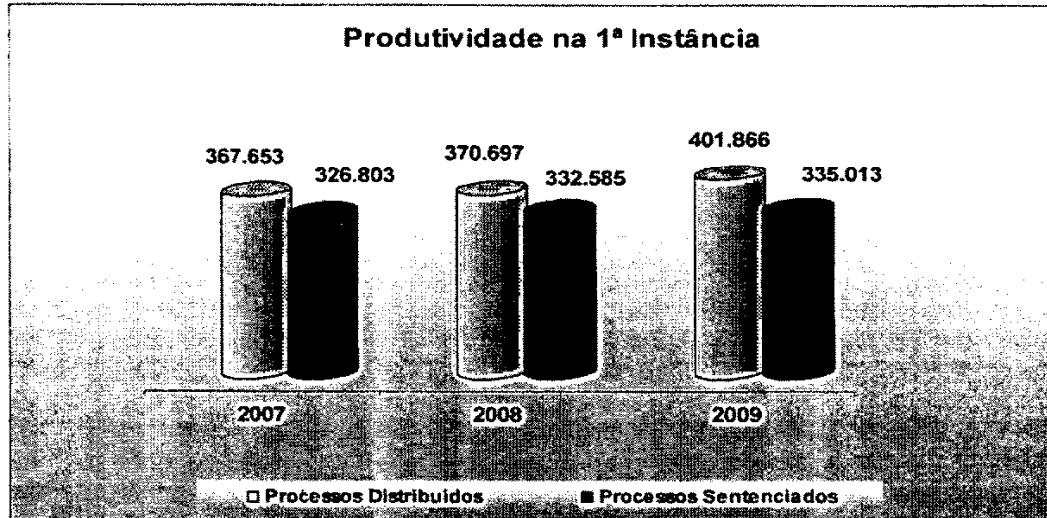
**Tabela 13 - Produtividade da Primeira Instância**

Ano	2007	2008	2009	Variação 08/09
Processos Distribuídos	367.653	370.697	401.866	8,41%
Processos Sentenciados	326.803	332.585	335.013	0,73%
<b>Sentenciados / Distribuídos</b>	<b>88,89%</b>	<b>89,72%</b>	<b>83,36%</b>	

*Fonte: Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1ª Instância – SISTJ*

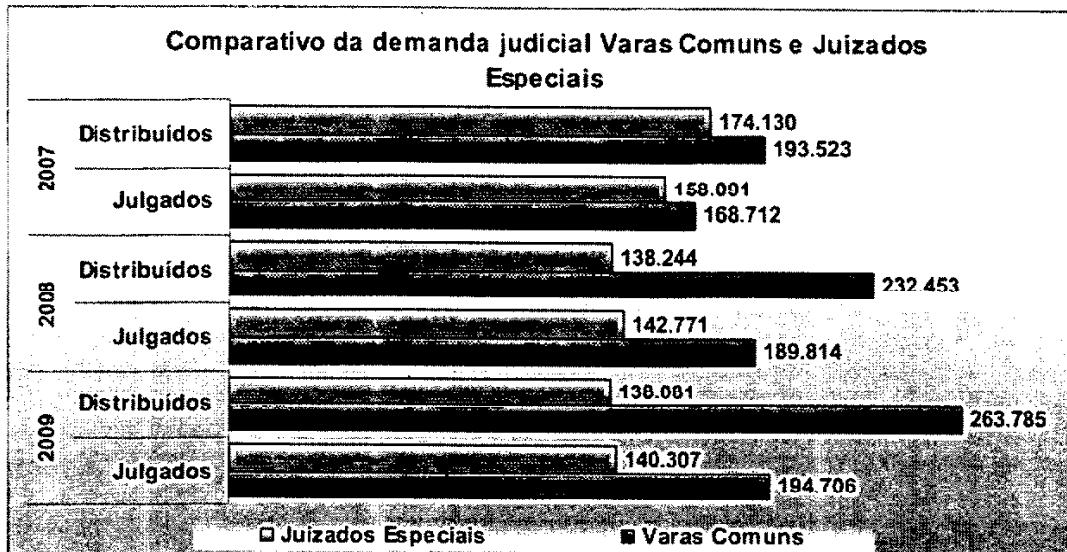
**Nota:** os dados referentes aos anos de 2007 e 2008 encaminhados pela Secretaria de Controle Interno - SECI foram alterados devido à nova metodologia adotada, em 2009, pela Assessoria de Desenvolvimento e Modernização – ADEM do Tribunal de Justiça do DF. Essa metodologia motivou a necessidade de uma revisão dos dados por ser incompatível com a adotada anteriormente, e que impossibilitava a comparação entre o ano de 2009 e os anos anteriores.

Esses dados estão representados no Gráfico a seguir:

**Gráfico 4 - Produtividade na 1ª Instância 2007/2009**

*Fonte: Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1ª Instância – SISTJ*

O gráfico a seguir apresenta um comparativo da demanda judicial para as Varas Comuns e para os Juizados Especiais, proporcionando uma visualização do comportamento nos 3 últimos anos:

*Gráfico 5 – Comparativo da Demanda Judicial Varas Comuns e Juizados Especiais*

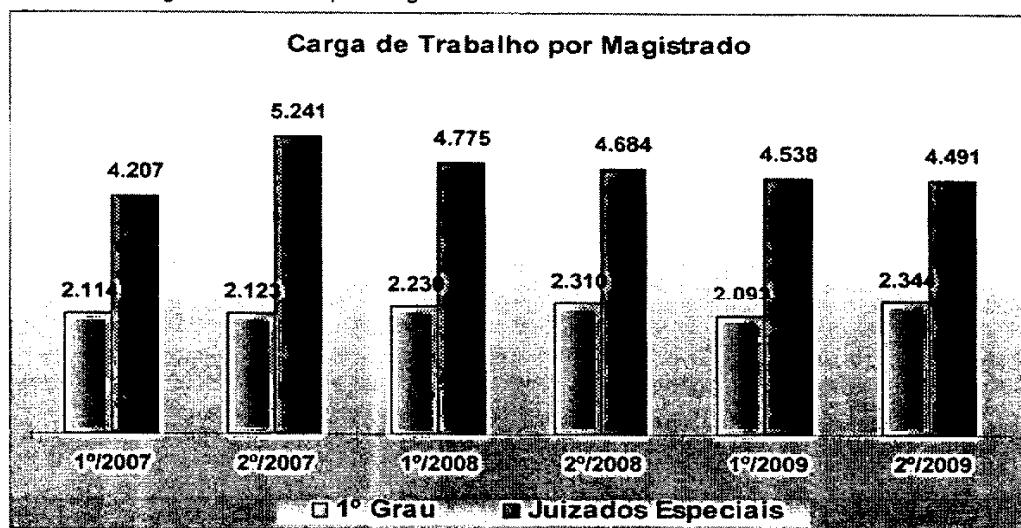
*Fonte: Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1ª Instância – SISTJ*

O comparativo permite concluir que a distribuição de casos novos tanto para as Varas Comuns como para os Juizados Especiais tem apresentado comportamento ascendente nos últimos anos. As Varas Cíveis receberam o maior quantitativo de processos, em 2009, representando cerca de 57% de toda a demanda judicial do Tribunal, enquanto as Varas Criminais, 8%.

A demanda nos Juizados Cíveis vem apresentando tendência crescente, ao passo que nos Criminais o comportamento é inverso. Em 2009, a distribuição de processos para os Juizados representou 34,36% da demanda total.

Nas Varas Criminais e nos Juizados Cíveis a prolação de sentença foi superior à entrada de casos novos, contribuindo para a redução do estoque de processos de anos anteriores.

Nos Juizados Especiais, a carga de trabalho tem sido intensa, sendo que no 2º semestre de 2009, a média foi de 4.491 processos por magistrado, número quase duas vezes maior ao apresentado nas Varas Comuns para o mesmo período. Essa análise pode ser visualizada no gráfico abaixo:

**Gráfico 6 - Carga de Trabalho por magistrado**

*Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG*

### 5.1.1. Varas Comuns

Com a aprovação da nova Lei de Organização Judiciária, o total de Varas Comuns nas diversas Circunscrições Judiciais no Distrito Federal passará de 122 para 195. No entanto, a instalação dessas novas Varas vem obedecendo a um cronograma previsto nos anexos da referida Lei, para os próximos três anos.

A estatística apresentada a seguir detalha a demanda judicial nas Varas Comuns no período de 2007 a 2009:

**Tabela 14 - Quantitativo de Processos Distribuídos nas Varas Comuns**

Ano	2007	2008	2009	Variação 08/09
Varas Cíveis	156.985	194.690	229.325	17,67%
Varas Criminais	36.538	37.557	34.460	-8,25%
<b>Total</b>	<b>193.523</b>	<b>232.453</b>	<b>263.785</b>	<b>13,48%</b>

*Fonte: Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1ª Instância – SISTJ*

**Tabela 15 - Quantitativo de Processos Sentenciados nas Varas Comuns**

Ano	2007	2008	2009	Variação 08/09
Varas Cíveis	106.761	119.699	137.273	14,68%
Varas Criminais	61.951	70.115	57.433	-18,09%
<b>Total</b>	<b>168.712</b>	<b>189.814</b>	<b>194.706</b>	<b>2,58%</b>
<b>Sentenciados/Distribuídos</b>	<b>87,18%</b>	<b>81,66%</b>	<b>73,81%</b>	

*Fonte: Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1ª Instância – SISTJ*

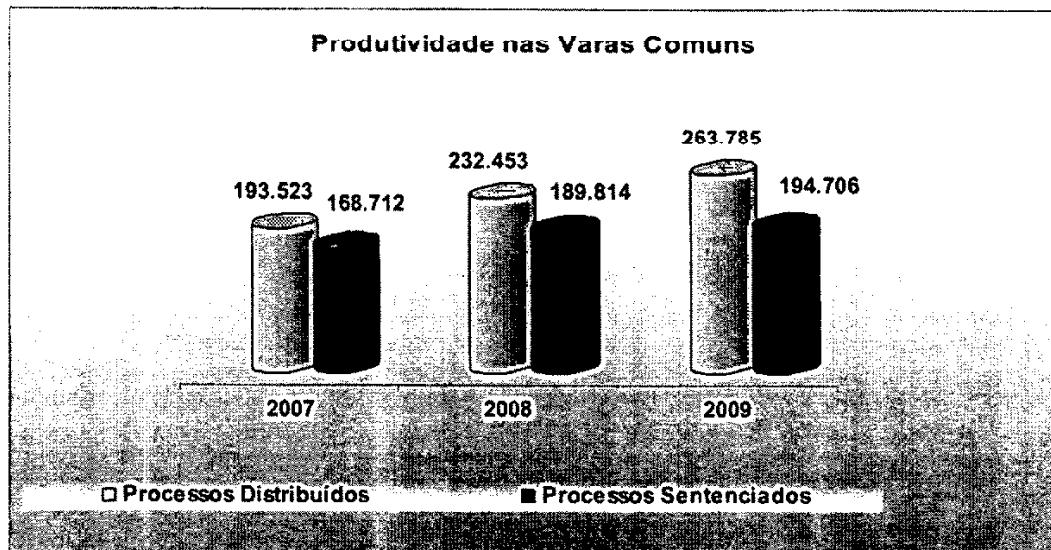
**Nota:** os dados referentes aos anos de 2007 e 2008 encaminhados pela Secretaria de Controle Interno - SECI foram alterados devido à nova metodologia adotada, em 2009, pela Assessoria de Desenvolvimento e Modernização – ADEM do Tribunal de Justiça do DF. Essa metodologia motivou a necessidade de uma revisão dos dados por ser incompatível com a adotada anteriormente, o que impossibilitava a comparação entre o ano de 2009 e os anos anteriores.

Em 2009, verificou-se um expressivo aumento (17,67%) no quantitativo de processos distribuídos para as Varas Cíveis, mesma tendência verificada em 2008. Em relação às Varas Criminais houve uma retração da ordem de 8,25%. Quanto aos processos sentenciados em 2009, verificou-se um pequeno aumento em relação a 2008 (2,58%), no entanto, foi insuficiente para atender ao total da demanda de 2009, que teve um acréscimo de 13,48% em relação ao ano anterior.

Esses dados indicam uma elevação no nível de congestionamento nas Varas Comuns, ensejando a adoção de instrumentos necessários para agilização na tramitação dos processos no Tribunal.

O gráfico a seguir apresenta a produtividade alcançada em 2009 nas Varas Comuns:

**Gráfico 7 - Produtividade nas Varas Comuns em 2007/2009**



**Fonte:** Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1º Instância – SISTJ

Para efeito da classificação em cíveis e criminais foram considerados:

- Processos Cíveis** – Fazenda Pública, Falências e Concordatas, Registros Públicos e Precatórios, Infância e da Juventude, Ações Previdenciárias, Cível, Família, Órfãos e Sucessões, Meio Ambiente.

b) **Processos Criminais** – Auditoria Militar, Tribunal do Júri, Entorpecentes e Contravenções Penais, Execuções Criminais, Delitos de Trânsito.

### **5.1.2. Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal**

A Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal – VIJ desempenha importante papel na sociedade local. Sua missão institucional é “*garantir os direitos da criança e do adolescente, no âmbito do Distrito Federal, por meio da prestação jurisdicional, assegurando-lhes condições para o seu pleno desenvolvimento individual e social.*”

A VIJ/DF, com jurisdição em todo o Distrito Federal, tem como instrumento norteador o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei N. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente.

Por meio de suas equipes administrativa, jurídica e técnica, a VIJ/DF promove a resolução de conflitos e a regularização de situações que envolvam os interesses infanto-juvenis, buscando também parcerias com entidades diversas, a fim de possibilitar o atendimento mais completo e humanizado de sua clientela.

Seu grande desafio é garantir o atendimento das disposições legais impostas pelo Estatuto para todos, sem distinção, permitindo a formação de cidadãos conscientes de seus papéis na sociedade.

Nesse sentido, a VIJ tem investido em projetos e programas pioneiros e de sucesso, principalmente, para a inserção de jovens no mercado de trabalho e na comunidade. São exemplos de projetos exitosos: Rede Solidária Anjos do Amanhã, Programa Apadrinhamento Afetivo, Programa Gente de Sucesso e VIJuventude, além de manter convênios com diversas instituições de abrigo do DF.

No intuito de demonstrar a variação da demanda judicial na Vara da Infância e da Juventude, são apresentados abaixo, dados estatísticos dos processos distribuídos e sentenciados, no período 2007/2009:

**Tabela 16 - Quantitativo de Processos Sentenciados / Distribuídos na VIJ**

Ano	2007	2008	2009	Variação 08/09
Processos Distribuídos	10.432	11.968	13.473	<b>12,58%</b>
Processos Sentenciados	7.315	8.388	12.765	<b>52,18%</b>
<b>Sentenciados / Distribuídos</b>	<b>70,12%</b>	<b>70,09%</b>	<b>94,75%</b>	

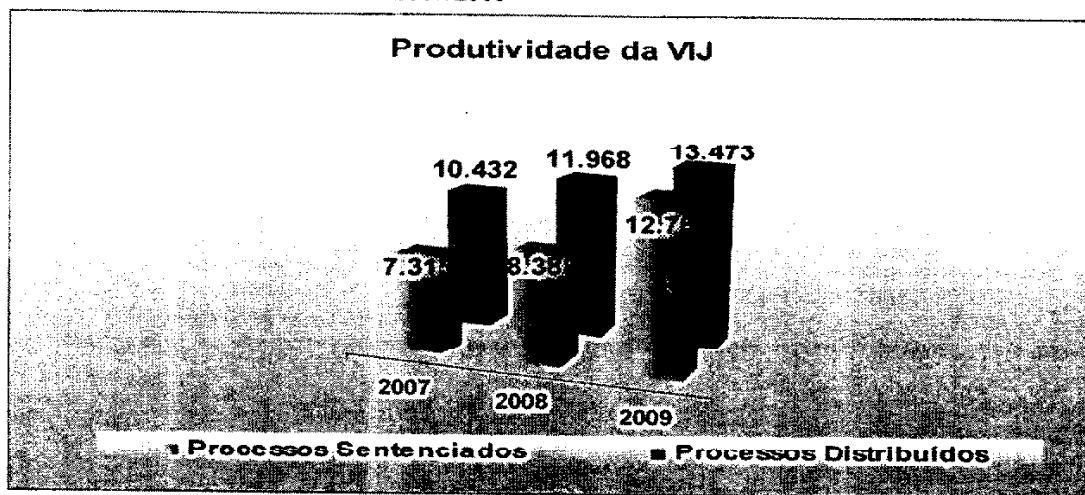
*Fonte: Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1ª Instância – SISTJ*

*Obs.: Foram englobados os dados estatísticos da 1ª e a da 2ª VIJ*

**Nota:** Os dados referentes aos anos de 2007 e 2008 encaminhados pela Secretaria de Controle Interno - SECI foram alterados devido à nova metodologia adotada, em 2009, pela Assessoria de Desenvolvimento e Modernização – ADEM do Tribunal de Justiça do DF. Essa metodologia motivou a necessidade de uma revisão dos dados por ser incompatível com a adotada anteriormente, o que impossibilitava a comparação entre o ano de 2009 e os anos anteriores.

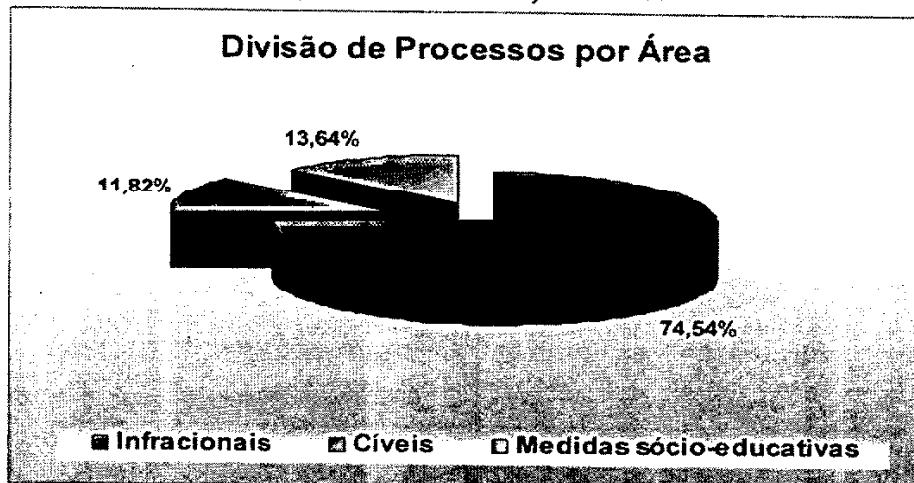
Com base nos dados da tabela acima, constata-se que em 2009 houve, em relação a 2008, um aumento de 12,58% na distribuição de processos e de 52,18% na prolação de sentenças. Os dados indicam que a produtividade foi de 94,75%, ou seja, houve um acréscimo percentual de 24,66% em relação à produtividade do ano anterior.

**Gráfico 8 - Produtividade da VIJ em 2007/2009**



**Fonte:** Relatório de Atividades da VIJ/DF

Do montante de processos distribuídos naquela Vara, 74,54% correspondem a processos infracionais – referentes a adolescentes que praticaram algum tipo de delito; 11,82% correspondem a medidas sócio-educativas e 13,64% a processos cíveis – que englobam processos referentes à adoção, guarda, tutela, inscrição para adoção, ação civil pública, alvarás e infrações administrativas.

**Gráfico 9 – Percentual de processos em tramitação em 2009**

**Fonte:** Relatório de Atividades da VIJ/DF

A VIJ/DF possui outras atribuições para o fiel cumprimento de sua Missão Institucional, sendo algumas relacionadas a seguir:

**Tabela 17 - Produtividade do cartório da VIJ em 2007/2009**

Expediente	2007	2008	2009
Ofícios expedidos	31.200	29.400	24.100
Mandados de busca e apreensão expedidos	1.200	900	1.831
Mandados de citação/intimação expedidos e cumpridos por Oficiais de Justiça	12.185	13.638	9.451
Audiências realizadas	5.723	6.592	3.678
Processos remetidos à 2ª Instância para apreciação de recurso	347	442	495
Mandados de citação/intimação expedidos e cumpridos pela ECT	3.656	6.542	5.650

**Fonte:** Relatório de Atividades da VIJ/DF

### 5.1.3. Vara de Execuções Penais – VEP

A Vara de Execuções Penais é a responsável pela execução das penas e das medidas de segurança; decisão sobre pedidos de unificação ou de detração das penas; homologação das multas aplicadas pelas autoridades policiais nos casos previstos em lei; inspeção em estabelecimentos prisionais e em órgãos de que trata a legislação processual penal; expedir normas e procedimentos previstos no Código de Processo Penal.

Em 2009, a VEP recebeu 5.630 novos casos. Para garantir o acompanhamento das sentenças penais condenatórias, da suspensão condicional de penas, de regime aberto e prestação de penas alternativas, a VEP contava com o apoio da

Central de Penas e Medidas Alternativas – CEPEMA. Conforme previsto na Lei de Organização Judiciária, a antiga CEPEMA foi transformada, no dia 01 de setembro de 2008, em Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas – VEPEMA, desvinculando-se da VEP.

#### **5.1.4. Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas – VEPEMA**

Estão entre as suas atribuições: a execução de penas restritivas de direito provenientes de sentença penal condenatória, da suspensão condicional da pena, o regime aberto em prisão domiciliar e o livramento condicional; a fixação das condições do regime aberto em prisão domiciliar; o acompanhamento e a avaliação dos resultados das penas e medidas alternativas; a designação das entidades credenciadas para cumprimento da pena ou medida alternativa; e a inspeção dos estabelecimentos onde se efetive o cumprimento de penas ou medidas.

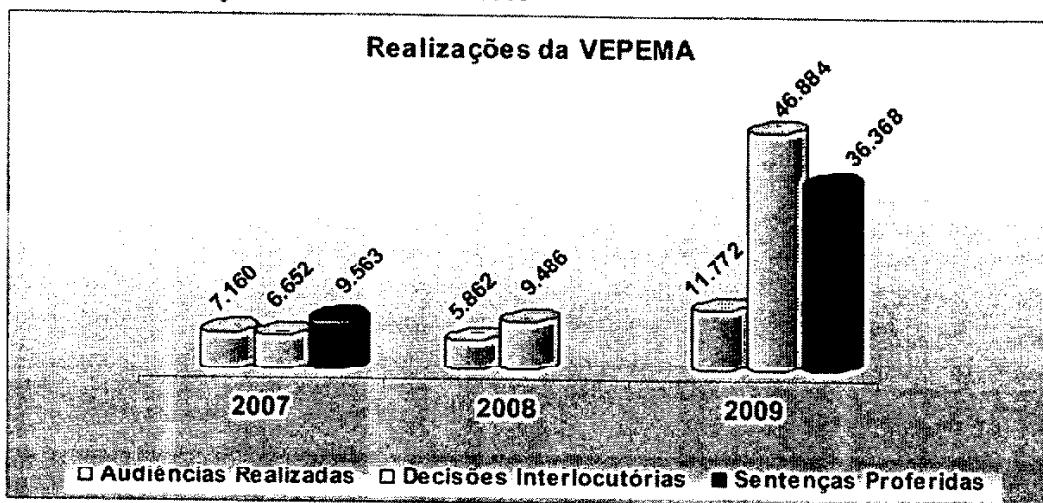
As penas alternativas constituem uma opção jurídica à pena privativa de liberdade, aplicada aos crimes de pequeno e médio potencial ofensivo. Sua aplicação requer, entre outras exigências, que o réu seja primário, a pena seja inferior a quatro anos e que o crime tenha sido praticado sem o uso de violência. Surgiram num contexto em que se faz necessário buscar novos caminhos para a execução penal, dada a atual situação do Sistema Penitenciário Brasileiro, que, além do elevado custo de manutenção, não se mostra capaz de suportar a crescente demanda de presos, tampouco de cumprir sua função ressocializadora.

Para alcançar tal objetivo, a VEPEMA conta com o apoio de um núcleo psicossocial, composto por psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, que orientam os sentenciados sobre a importância do correto cumprimento da pena, levando-os a refletir sobre os atos praticados e a conscientizar-se da necessidade de não reincidir. O Núcleo também orienta as instituições parceiras, instruindo-as sobre como supervisionar o cumprimento da pena e contribuir para a reabilitação dos sentenciados encaminhados para prestação de serviço à comunidade.

Cabe destacar que em 2009 foram realizadas 11.772 audiências, 46.884 decisões interlocutórias e 36.368 sentenças proferidas (dados aglutinados VEPEMA e VEP). Há, atualmente, 304 entidades conveniadas. No que se refere aos dados de 2009, cabe ressaltar, em relação a 2008, houve um acréscimo de 100,82% em

audiências realizadas e 394,24% em decisões interlocutórias. No que se refere a sentenças proferidas, houve, em relação a 2007, um acréscimo de 280,30%.

**Gráfico 10 - Realizações da VEPEMA 2007/2009**



**Fonte:** Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas – VEPEMA

### 5.1.5. Juizados Especiais

Os Juizados foram instituídos pela Lei N. 9099/95, e têm competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, como cobranças e reparações de danos materiais ou morais, cujo valor seja de no máximo 40 salários mínimos. Para causas de até 20 salários mínimos, é facultativa a assistência de advogado. Acima desse valor, é obrigatória a presença de advogado. Se o reclamante não tiver recursos para pagar um advogado, tem o direito de ser assistido por um defensor público.

Uma pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB apontou os Juizados Especiais como a terceira instituição de maior credibilidade no país. A rapidez e a informalidade dos juizados especiais justificam esse sucesso.

Os Juizados Especiais Criminais são responsáveis por julgar infrações penais de menor potencial ofensivo, buscando-se, com rapidez e informalidade, a reparação do dano sofrido pela vítima e a aplicação de penas alternativas. Entende-se por infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes cuja pena máxima prevista não ultrapasse um ano e que a lei não preveja procedimento especial.

A audiência preliminar é a oportunidade que os envolvidos no fato delituoso têm para chegar a um acordo entre si, fazendo uma composição civil, ou um acordo

com o Ministério Público, fazendo uma transação penal. No primeiro caso, a composição civil (acordo de indenização) põe fim à questão criminal. Ela é sempre possível nos delitos em que a lei exige representação ou queixa da vítima. Na transação penal, o Promotor de Justiça propõe o cumprimento de uma pena alternativa, antes de oferecer a denúncia. Caso aceita e cumprida a pena, o processo acaba sem se discutir se o autor do fato é culpado ou inocente. A transação penal pode ser proposta quando o autor for primário e preencher os requisitos legais necessários para tanto.

Atualmente já se encontra à disposição da sociedade do Distrito Federal, 41 Juizados Especiais, sendo 16 Cíveis (incluindo o Juizado Itinerante e o Juizado de Trânsito), 08 Criminais, 17 de Competência Geral.

**Tabela 18 - Juizados Especiais Instalados**

Circunscrição	Cíveis	Criminais	Competência Geral
Brasília <sup>1</sup>	9	3	-
Brazlândia	-	-	1
Ceilândia	3	2	-
Gama	-	-	2
Guará <sup>2</sup>	-	-	2
Núcleo Bandeirante <sup>3</sup>	-	-	2
Paranoá	-	-	2
Planaltina	1	1	-
Riacho Fundo	-	-	1
Samambaia	-	-	3
Santa Maria	-	-	1
São Sebastião	-	-	1
Sobradinho	-	-	2
Taguatinga	3	2	-
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>8</b>	<b>17</b>

**Fonte:** Relatório de atividades da Coordenação Geral dos Juizados Especiais do Distrito Federal.

1) Incluído o Juizado Itinerante (9º Juizado Cível Itinerante);

2) 1º Juizado de Competência Geral do Guará (8º Juizado Cível de Brasília) e 2º Juizado de Competência Geral do Guará (11º Juizado Especial Cível de Brasília);

3) 1º Juizado de Competência Geral do Núcleo Bandeirante (10º Juizado Cível de Brasília) e 2º Juizado de Competência Geral do Núcleo Bandeirante (5º Juizado Especial Criminal de Brasília.)

Em sua estrutura, o Tribunal de Justiça conta com a Coordenação Geral dos Juizados Especiais, cuja finalidade é propor medidas de natureza administrativa no sentido de agilizar os procedimentos e tornar mais efetiva a atividade jurisdicional. É responsável também pelas ações de planejamento, além de centralizar as atividades de recrutamento e treinamento de conciliadores.

Os Recursos nos Juizados são julgados por uma Turma composta de três Juizes em exercício no primeiro grau de Jurisdição. As decisões são colegiadas e tomadas por maioria de votos.

O desempenho nos Juizados Especiais, no período de 2007 a 2009, encontra-se retratado nos quadros a seguir. É possível identificar um decréscimo de 0,12% na distribuição de processos nos Juizados Cíveis e Criminais, incluindo o Juizado da Violência contra a mulher. Cabe ressaltar que em 2007 houve uma demanda atípica relativa a ações de resarcimento da assinatura básica da Brasil Telecom, o que influenciou a análise dos dados. A demanda de 2009, se comparada ao ano de 2008, apresenta índices normais.

**Tabela 19 - Quantitativo de Processos Distribuídos nos Juizados Especiais**

Ano	2007	2008	2009	Variação 08/09
Juizados Cíveis	125.270	88.297	85.427	-3,25%
Juizados Criminais	44.973	48.315	47.370	-1,96%
Violência c/ a Mulher	3.887	1.632	5.284	223,77%
<b>Total</b>	<b>174.130</b>	<b>138.244</b>	<b>138.081</b>	<b>-0,12%</b>

*Fonte: Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1º Instância – SISTJ*

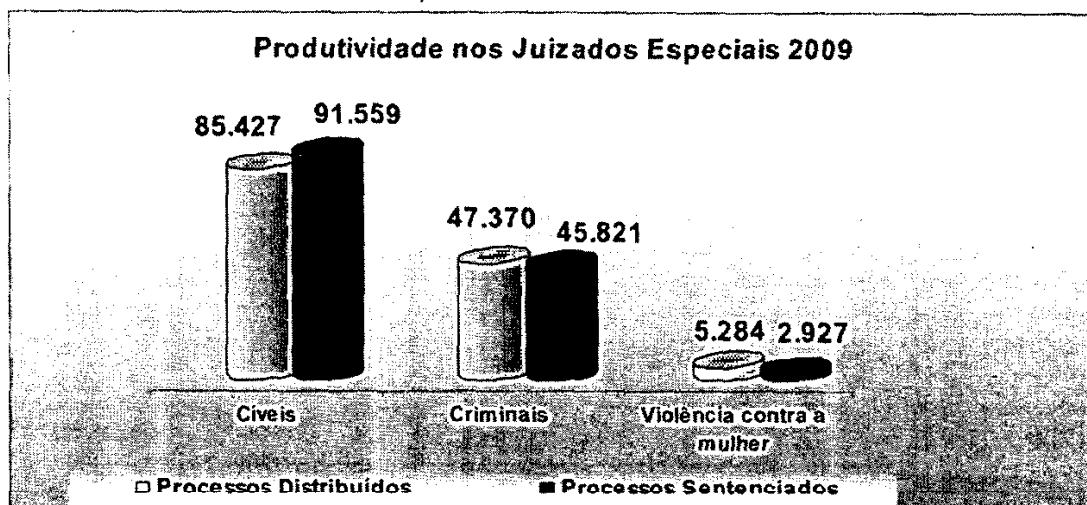
**Tabela 20 - Quantitativo de Processos Sentenciados nos Juizados Especiais**

Ano	2007	2008	2009	Variação 08/09
Juizados Cíveis	118.553	98.800	91.559	-7,33%
Juizados Criminais	38.769	42.799	45.821	7,06%
Violência contra a Mulher	769	1.172	2.927	149,74%
<b>Total</b>	<b>158.091</b>	<b>142.771</b>	<b>140.307</b>	<b>-1,73%</b>
<b>Sentenciados/Distribuídos</b>	<b>90,79%</b>	<b>103,27%</b>	<b>101,61%</b>	

*Fonte: Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1º Instância – SISTJ*

*Nota: os dados referentes aos anos de 2007 e 2008 encaminhados pela Secretaria de Controle Interno – SECI foram alterados devido à nova metodologia adotada, em 2009, pela Assessoria de Desenvolvimento e Modernização – ADEM do Tribunal de Justiça do DF. Essa metodologia motivou a necessidade de uma revisão dos dados por ser incompatível com a adotada anteriormente, o que impossibilitava a comparação entre o ano de 2009 e os anos anteriores.*

O total de processos sentenciados superou o de distribuídos, o que nos permite inferir que os Juizados Especiais Cíveis estão conseguindo julgar processos remanescentes de anos anteriores, contribuindo para a eficácia na prestação jurisdicional. Em 2009, dos 5.284 processos referentes à Violência contra a mulher, 2.927 foram sentenciados, resultando em uma produtividade de 55,39%.

**Gráfico 11 - Produtividade Juizados Especiais em 2009**

**Fonte:** Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1ª Instância – SISTJ

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Brasília estão instalados no Fórum José Júlio Leal Fagundes desde abril de 2009, bem como a Delegacia de Repressão a Pequenos Delitos, as Turmas Recursais dos Juizados Especiais, a Coordenadoria dos Juizados Especiais e Turmas Recursais, a Central de Conciliação dos Juizados Cíveis, a Central de Apoio aos Juizados Especiais, o Serviço de Redução a Termo (subordinado à Coordenadoria).

Em dezembro de 2009, o Tribunal, possuía em tramitação nos Juizados Especiais, cerca de 86.000 processos (sendo 56.000 cíveis e 26.000 criminais e o restante da Vara de Violência contra a Mulher). Esses dados indicam que apesar da eficiência demonstrada no julgamento de processos, ainda é elevada a taxa de congestionamento nos Juizados Especiais.

No funcionamento dos Juizados Especiais está prevista a participação efetiva de conciliadores, auxiliares da Justiça, recrutados na forma da lei, preferentemente entre bacharéis em Direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal. No âmbito do Tribunal, essa atividade foi regulamentada pela Resolução N. 08, de 09 de outubro de 2001.

Em 2008, o TJDFT possuía um total de 1.293 conciliadores, trabalhando uma vez por semana, durante 4 horas diárias. Em 2009, os Juizados contaram com 808 voluntários, distribuídos nas diversas Circunscrições Judiciais.

A organização dos treinamentos para capacitação dos conciliadores compete, atualmente, ao Instituto de Formação Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro.

Anteriormente, tratava-se de competência da Coordenação Geral dos Juizados Especiais do DF. Por exigir uma formação específica e especializada, o Instituto decidiu alterar o formato do curso no que tange ao conteúdo ministrado e ao número de horas/aula.

Rapidez e eficácia são características que se destacam no trabalho dos Juizados Especiais do Distrito Federal. Com a preocupação de manter a agilidade e a qualidade da prestação jurisdicional aos cidadãos que buscam resolver suas causas de menor valor, foi promovida a Semana Nacional da Conciliação, nos 24 Juizados Cíveis e de Competência Geral do DF, que conseguiu colocar fim a 769 demandas de forma amigável, graças aos acordos celebrados durante o período. Os acordos homologados alcançaram um montante de R\$ 854.208,24. Trabalharam na Semana Nacional da Conciliação cerca de 27 juízes, 240 servidores, 50 colaboradores e 500 conciliadores.

Foram atendidas 5.388 pessoas que, depois de intimadas com antecedência, buscaram os serviços dos Juizados Especiais para colocar um ponto final nos seus conflitos por meio da conciliação. Durante o período, a média de acordos foi positiva: 33% (1º dia); 32% (2º dia); 31% (3º dia); 44% (4º dia) e 36% (5º e último dia), o que deu uma média geral de 35% de acordos. Das 13 Circunscrições Judiciárias que participaram da Semana da Conciliação, a que conseguiu o melhor desempenho em números percentuais foi a de Brazlândia, com 71% de acordos, seguida por Samambaia com 66% e Planaltina com 60%. Essas três Circunscrições juntas solucionaram 171 casos de forma consensual.

Ainda, segundo a Coordenação Geral dos Juizados Especiais do Distrito Federal, as audiências que não aconteceram foi devido à falta de comparecimento das partes, apesar de terem sido intimadas com antecedência. O atendimento ao público em geral não foi comprometido, ocorrendo normalmente, seja para consulta processual, seja para dar entrada em novas ações ou mesmo para audiências marcadas anteriormente. É a sexta vez que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT realiza o Mutirão da Conciliação, que integra o Movimento pela Conciliação, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

O principal objetivo é estabelecer a cultura do diálogo e do entendimento entre as partes.

### 5.1.5.1. Juizado Itinerante do Distrito Federal

Em 2009, o TJDFT comemorou com satisfação e orgulho 10 anos de existência do Juizado Especial Itinerante. Orgulho justificado pelo pioneirismo na implantação de um serviço que facilitou o acesso do cidadão comum à Justiça do Distrito Federal e que, desde então, passou a ser referência para outros lugares do Brasil e do mundo. O Juizado Itinerante foi criado em 1999, com o objetivo de levar a Justiça de maneira rápida e fácil às comunidades que não dispõem de fórum na sua região. A idéia era, e continua sendo tornar a Justiça acessível, principalmente, à parcela da população onde a concentração de pessoas de baixa renda é maior.

Após cinco anos de sucesso nos atendimentos do Juizado Itinerante no DF, foi publicada pelo governo federal a Emenda Constitucional N. 45, que estabeleceu essa modalidade de Juizado como uma imposição aos Tribunais regionais e estaduais do país. Desde a sua criação, 14.451 processos já tramitaram no Juizado Itinerante do TJDFT. São cerca de 700 atendimentos mensais nas 15 regiões beneficiadas com o serviço, e o número de acordos entre as partes varia entre 80 e 90%.

Desde o dia 16 de março de 2009, o atendimento do Juizado Itinerante está sendo realizado numa espaçosa carreta emprestada pelo TRF – 1ª Região, enquanto o ônibus do TJDFT passa por reformas em sua estrutura. Oferecendo conforto, segurança e funcionalidade aos jurisdicionados, a carreta possui quatro salas de audiência, com todos os ambientes refrigerados e equipados de modo a facilitar o atendimento.

No primeiro atendimento, o problema do cidadão é relatado, e após um prazo médio de 30 dias, o ônibus volta ao local para realizar as sessões de conciliação. Nos casos em que não há acordo, as partes seguem para as audiências com o juiz. Em caso de acordo, a cópia da homologação pelo juiz é obtida no mesmo dia. Na maioria dos casos, são necessários apenas dois atendimentos e, em média, 45 dias até a solução do conflito.

Os jurisdicionados são atendidos por uma equipe composta por três conciliadores, uma servidora que confere a pauta e a presença das partes, três estagiários e pelo juiz, responsável pela homologação dos acordos fechados na presença dos conciliadores.

A Justiça Itinerante é um meio de proporcionar cidadania e dignidade às pessoas que desconhecem seus direitos e obrigações, com um atendimento respeitoso e com acesso a uma Justiça célere e gratuita. Cobranças, despejos, indenização por

inclusão do nome no SPC e SERASA e outros prejuízos no valor de até 40 salários mínimos podem ser recuperados no Juizado Itinerante, sem custo algum. As causas no valor de até 20 salários mínimos dispensam a presença de advogado.

Fazem parte do roteiro de visitação do Juizado Itinerante: Estrutural, Expansão de Samambaia, Vila Planalto, Itapoã, Recanto das Emas, Sobradinho II e Vale do Amanhecer. A proposta é democratizar e ampliar o acesso à Justiça, flexibilizando o atendimento à população do Distrito Federal.

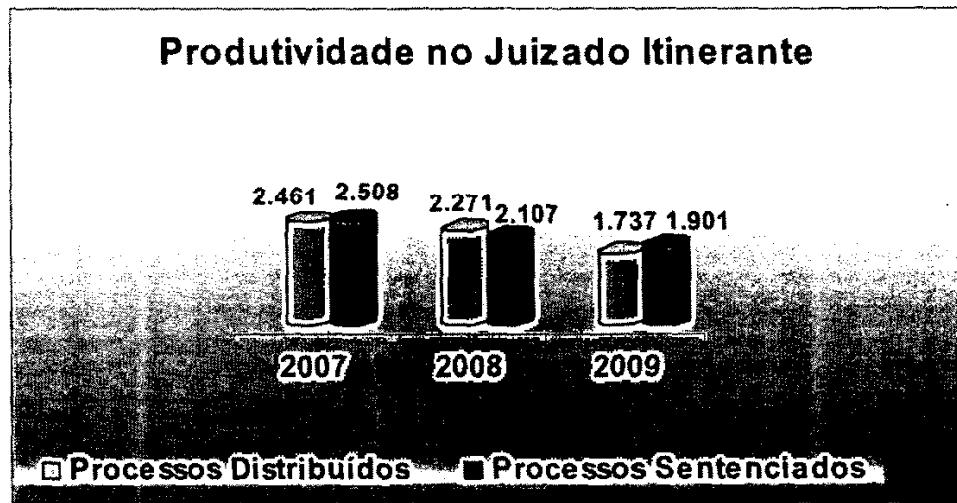
O índice de acordo obtido na esfera desse Juizado é bastante expressivo, conforme demonstrado na tabela abaixo. Existem, atualmente, apenas 255 processos em tramitação.

**Tabela 21 - Produtividade do Juizado Especial Itinerante**

Ano	2007	2008	2009	Variação 08/09
Processos Distribuídos	2.461	2.271	1.737	-23,51%
Processos Sentenciados	2.508	2.107	1.901	-9,78%
<b>Sentenciados / Distribuídos</b>	<b>101,91%</b>	<b>92,78</b>	<b>109,44%</b>	

Fonte: Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1ª Instância – SISTJ

**Gráfico 12 - Produtividade no Juizado Especial Itinerante**



Fonte: Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1ª Instância – SISTJ

#### 5.1.5.2. Juizado Especial de Trânsito

É um serviço destinado ao atendimento de ocorrências relativas a acidentes de veículos de via terrestre, nas áreas administrativas compreendidas nas Circunscrições Judiciais de Brasília (Asa Sul, Asa Norte, Lago Sul, Lago Norte,

Cruzeiro, Octogonal, Setor de Indústria, Guará, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Riacho Fundo I e II), Águas Claras e Taguatinga.

O Juizado Especial de Trânsito não atende aos chamados quando o acidente envolver carros oficiais (veículos que pertençam a órgãos públicos ou embaixadas); danificar o patrimônio público (como postes, semáforos, entre outros) e resultar em ferimento de algum envolvido, de forma leve, grave ou gravíssima. Também não serão atendidos os chamados que beneficiarem pessoas jurídicas que não sejam microempresas ou empresas de pequeno porte.

Os atendimentos são efetuados em unidades móveis devidamente equipadas, que contam com a presença de um conciliador e um policial militar. No primeiro contato, busca-se a conciliação entre as partes na hora e no local do fato. Caso não haja acordo, o pedido é reduzido a termo e é marcada uma nova audiência de conciliação, sendo que as partes já saem intimadas para a mesma.

Os principais benefícios são:

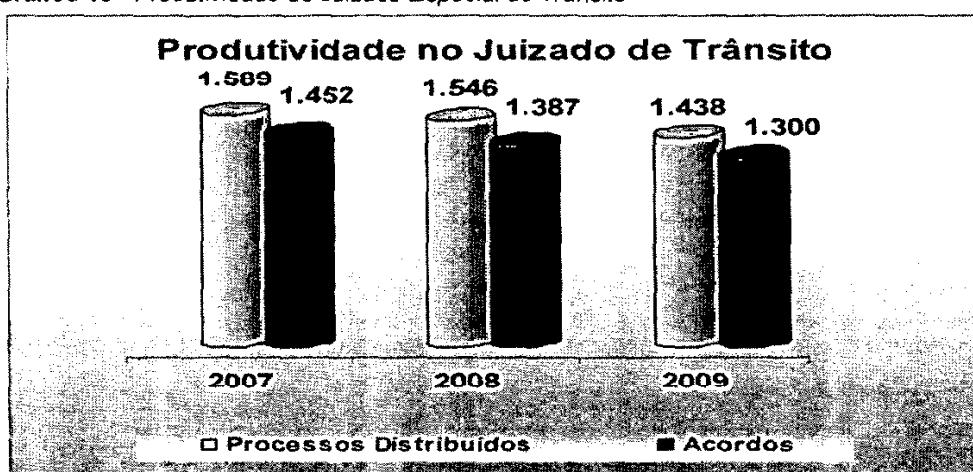
- Evitar o acúmulo de processos nos Juizados Especiais;
- Pronto atendimento aos cidadãos envolvidos em acidentes de trânsito;
- Conciliação entre as partes;
- Celeridade na resolução da lide.

**Tabela 22 - Produtividade do Juizado Especial de Trânsito**

Ano	2007	2008	2009	Variação 08/09
Processos Distribuídos	1.589	1.546	1.438	-6,99%
Acordos	1.452	1.387	1.300	-6,27%
Distribuídos / Acordos	91,38%	89,71%	90,4%	

*Fonte: Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1ª Instância - SISTJ*

O quadro acima demonstra o número de atendimentos efetivos realizados pelo Juizado de Trânsito, bem como o percentual de acordos em relação aos processos distribuídos, que, em 2009, foi de 90,4%. As estatísticas apontam, ainda, que em 2009, um total de 3.004 chamadas foram efetuadas para o Juizado, que resultaram no atendimento de 3.801 pessoas.

**Gráfico 13 - Produtividade do Juizado Especial de Trânsito**

**Fonte:** Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1ª Instância – SISTJ

#### 5.1.5.3. Juizado Especial da Violência contra a Mulher

A Lei N. 11340/06, batizada “Maria da Penha” em homenagem a uma vítima de agressão doméstica, aumentou a pena referente ao crime de lesão corporal de um para três anos de detenção. Possibilitou, ainda, a prisão em flagrante do agressor e a decretação da prisão preventiva, dependendo do grau de periculosidade do acusado, até a conclusão do inquérito. Além do caráter punitivo, a Lei Maria da Penha determina no art. 1º, a criação de mecanismos para prevenção e erradicação da violência doméstica contra a mulher.

As audiências preliminares são realizadas com a participação de assistentes sociais e psicólogos da Secretaria Psicossocial Judiciária do TJDFT. Eles assessoram magistrados e promotores quanto aos aspectos psicossociais dos processos de violência doméstica. As audiências interprofissionais promovem a celeridade dos processos de violência doméstica, pois, durante a própria audiência, o juiz pode solicitar a opinião dos profissionais quanto à necessidade dos programas de tratamentos psicossociais previstos na Lei Maria da Penha. Outro lado positivo é a melhoria na resolução dos conflitos, porque o parecer dos psicólogos e assistentes sociais favorece a decisão judicial que contempla os aspectos psicossociais dos casos de violência.

Encontram-se instalados e em funcionamento 4 (quatro) Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, sendo três deles localizados no Fórum Júlio Leal e um no Fórum de São Sebastião. Cada juizado é composto de equipes multidisciplinares constituídas por profissionais especializados como psicólogos.

assistentes sociais e psiquiatras, que visam promover o bem-estar das mulheres vítimas de violência doméstica, e, com isso, aprimorar a prestação jurisdicional no DF.

O TJDFT criou a Vara do Juizado de Violência doméstica e Familiar Contra a Mulher na Circunscrição de Brasília e ampliou a competência dos Juizados Especiais Criminais em todo o DF para receber as ações decorrentes da prática de violência contra a mulher.

O TJDFT foi o primeiro Tribunal do país a contar com uma vara especializada no tema, instalada no dia seguinte à sanção da Lei N. 11.340, em setembro de 2006. De lá para cá, foram protocoladas 6.526 ações somente na 1ª Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Dessas, 4.906 foram arquivadas, 537 redistribuídas e as demais estão em andamento.

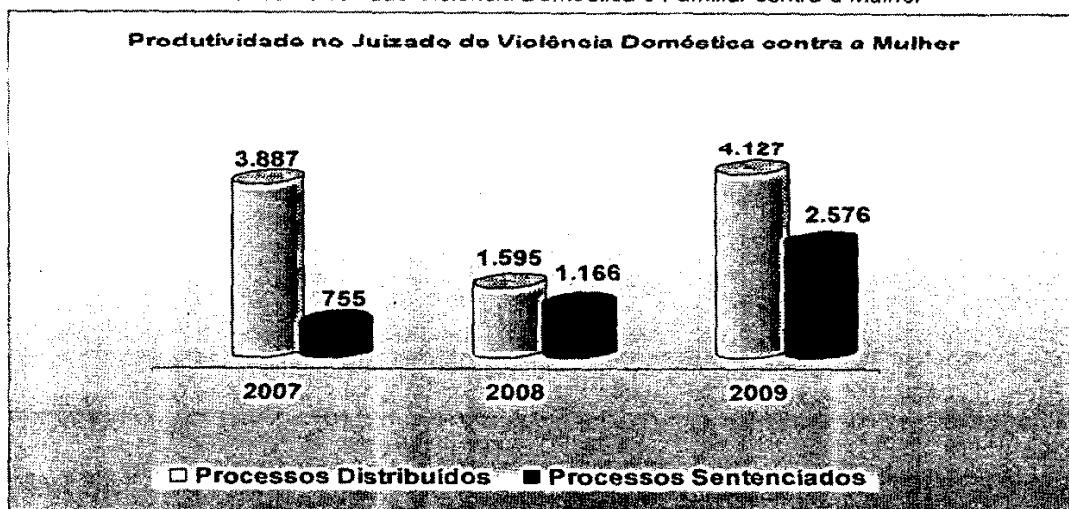
Em setembro de 2008, por meio da Resolução N. 6, foram criadas na Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, as 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> Varas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, em dezembro de 2008, foi instalada a Vara do Juizado na Circunscrição Judiciária de São Sebastião.

**Tabela 23 - Produtividade do Juizado Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**

Ano	2007	2008	2009	Variação 08/09
Processos Distribuídos	3.887	1.595	4.127	158,75%
Processos Sentenciados	755	1.166	2.576	120,93%
Sentenciados / Distribuídos	19,42%	73,10%	62,42%	

*Fonte: Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1<sup>a</sup> Instância – SISTJ*

Entende-se que a demanda judicial nesse Juizado apresenta uma tendência ascendente, visto que as brasilienses estão denunciando cada vez mais. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do DF, do total de agressões registradas contra mulheres diariamente no DF, seis viram processos judiciais. O expressivo número de processos novos pode ser explicado, em parte, por ser uma demanda reprimida, visto a ausência de varas especializadas nesse assunto (os casos eram distribuídos às Varas Criminais).

**Gráfico 14 - Produtividade do Juizado Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**

*Fonte: Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos de 1ª Instância – SISTJ*

Alguns dados<sup>12</sup> demonstram que as mulheres do DF estão denunciando cada vez mais:

- 14.064 mulheres entraram na Justiça do Distrito Federal com medidas protetivas desde que a Lei Maria da Penha entrou em vigor, em setembro de 2006. A maioria se refere a proibições judiciais de contato pelos companheiros e ex-companheiros;
- 3.686 desses pedidos, o equivalente a 26%, vieram de mulheres que moram em Brasília (região que inclui, além do Plano Piloto, os lagos Sul e Norte, o Varjão e a Estrutural. Em segundo lugar no ranking ficou Ceilândia, com 2.792 pedidos (19,8%);
- 90% das cerca de 6 mil ações acolhidas pelo Tribunal de Justiça do DF com base na Lei Maria da Penha estão relacionadas à ingestão de álcool;
- 80% das denúncias são feitas contra ex-companheiros das mulheres agredidas;
- 3.122 inquéritos foram abertos no ano passado na Delegacia da Mulher (DEAM) do DF. Houve um crescimento de 86% em relação às 1.677 denúncias feitas no ano anterior.

## 5.2. JUSTIÇA DE SEGUNDO GRAU

O Tribunal de Justiça é composto por 35 Desembargadores com jurisdição no Distrito Federal e nos Territórios. Funciona em sessões do Tribunal Pleno; do Órgão Especial, denominado Conselho Especial; do Conselho da Magistratura; das Câmaras e Turmas especializadas: 04 Câmaras, sendo 03 Cíveis e 01 Criminal, e em 08 Turmas, sendo 06 Cíveis e 02 Criminais.

O quadro de magistrados na Justiça de 2º Grau foi atualizado pela Lei N. 10.801, de 10 de dezembro de 2003, e permaneceu inalterado com a edição da nova Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal.

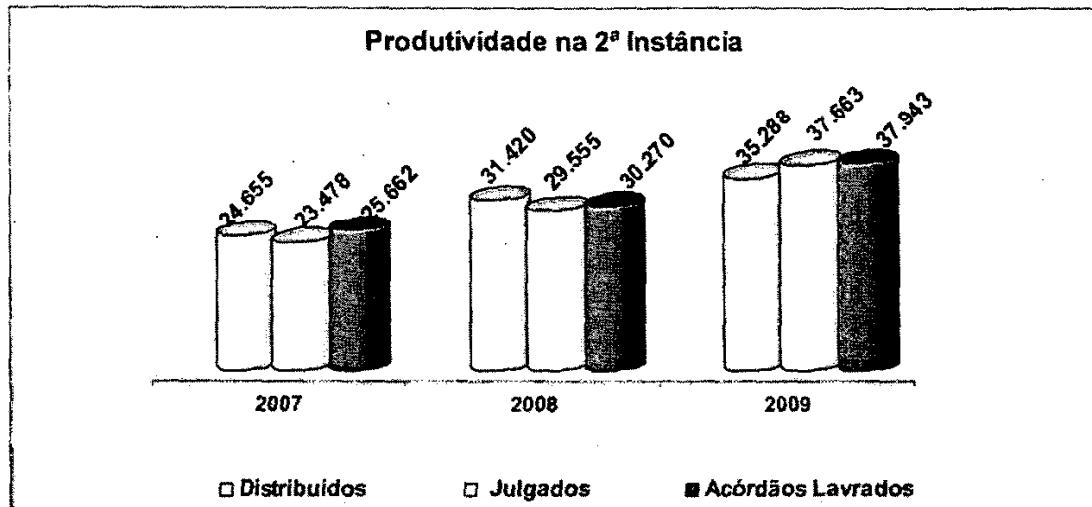
O quadro a seguir sintetiza a atividade jurisdicional da Corte nos últimos anos:

**Tabela 24 - Produtividade da 2ª Instância**

Feitos	2007	2008	2009	Variação 08/09
Processos Distribuídos	24.655	31.420	35.288	12,31%
Processos Julgados	23.478	29.555	37.663	27,43%
<b>Sentenciados / Julgados</b>	<b>95,23%</b>	<b>94,06%</b>	<b>106,73%</b>	-
Acórdãos Lavrados	25.662	30.270	37.943	25,35%

*Fonte: Sistema de Acompanhamento Processual de 2ª Instância – SISPL*

**Gráfico 15 - Produtividade na 2ª Instância**



*Fonte: Sistema de Acompanhamento Processual de 2ª Instância – SISPL*

O gráfico demonstra, em relação a 2008, um incremento na distribuição de processos, no número de processos julgados e no de acórdãos lavrados em 2009. A produtividade no Segundo Grau foi de 106,73%, indicando um declínio no número de processos em tramitação.

**Tabela 25 - Demonstrativo da Distribuição por Órgãos Julgadores**

Ano	2007	2008	2009	Variação 08/09
Presidência	28	42	34	-19,05%
Conselhos	1.114	1.727	1.058	-38,74%
Câmara Criminal	295	454	557	22,69%
Câmaras Cíveis	593	524	561	7,06%
Turmas Criminais	5.984	7.474	8.801	17,75%
Turmas Cíveis	16.641	21.199	24.277	14,52%
<b>Total</b>	<b>24.655</b>	<b>31.420</b>	<b>35.288</b>	<b>12,31%</b>

*Fonte: Sistema de Acompanhamento Processual de 2ª Instância – SISPL*

Com exceção da Presidência e dos Conselhos, todos os órgãos da 2ª Instância apresentaram acréscimo na quantidade de processos distribuídos.

**Tabela 26 - Demonstrativo de Julgados por Órgãos Julgadores**

Ano	2007	2008	2009	Variação 08/09
Presidência	6	10	7	-30%
Conselhos	861	1.133	1.970	73,87%
Câmara Criminal	265	238	363	52,52%
Câmaras Cíveis	551	495	520	5,05%
Turmas Criminais	5.429	6.843	8.718	27,4%
Turmas Cíveis	16.366	20.836	26.085	25,19%
<b>Total</b>	<b>23.478</b>	<b>29.666</b>	<b>37.663</b>	<b>27,43%</b>

*Fonte: Sistema de Acompanhamento Processual de 2ª Instância – SISPL*

Da análise dos dados acima, verifica-se um substancial incremento no julgamento de processos na 2ª Instância, com exceção apenas na Presidência. Importante salientar que uma parte dos resultados positivos alcançados pode ser creditada a implantação do Projeto Acórdão em Tempo Real, que conferiu celeridade no julgamento dos feitos.

### 5.3. METAS DE NIVELAMENTO DO JUDICIÁRIO NACIONAL

Em dezembro de 2004, após a promulgação da Emenda Constitucional N. 45, foi firmado, pelos chefes dos três Poderes, o Pacto Republicano de Estado, por um sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo. Desde então, e com a criação da Secretaria de Reforma do Judiciário no Ministério da Justiça, a prioridade é articular e sistematizar propostas de aperfeiçoamento normativo e de acesso à Justiça.

A efetividade das medidas adotadas indica que tais compromissos devem ser reafirmados e ampliados para fortalecer a proteção aos direitos humanos, a efetividade da prestação jurisdicional, o acesso universal à Justiça e também o aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito e das instituições do Sistema de Justiça.

Em 2009, foi assinado o II Pacto Republicano de Estado com os seguintes objetivos:

- I. Acesso universal à Justiça, especialmente dos mais necessitados;
- II. Aprimoramento da prestação jurisdicional, momente pela efetividade do princípio constitucional da razoável duração do processo e pela prevenção de conflitos;
- III. Aperfeiçoamento e fortalecimento das instituições de Estado para uma maior efetividade do sistema penal no combate à violência e à criminalidade, por meio de políticas de segurança pública combinadas com ações sociais e proteção à dignidade da pessoa humana.

Diante da relevância do tema, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por seu turno, apresentou, durante o 2º Encontro Nacional do Judiciário, um conjunto de dez metas que deveriam ser cumpridas por todos os Tribunais do país, até o final de 2009. As metas previam a modernização e a integração das justiças estadual, federal, do trabalho, eleitoral e militar, respeitando as particularidades de cada Justiça e de cada região do país, no intuito de proporcionar maior agilidade e eficiência à tramitação dos processos, melhorar a qualidade do serviço jurisdicional e ampliar o acesso do cidadão brasileiro à justiça.

Outra preocupação do CNJ tem sido a de evitar o processo de descontinuidade administrativa existente, atualmente, no Judiciário Nacional, em virtude da alternância de gestores. Para tanto, propôs a elaboração de planejamentos estratégicos, alinhados ao Plano Estratégico Nacional, com abrangência mínima de 5 (cinco) anos.

A seguir são listadas as 10 metas nacionais de nívelamento a serem alcançadas pelo judiciário no ano de 2009:

1. Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 05 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial;

2. Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores);
3. Informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-las ao respectivo tribunal e à rede mundial de computadores (*internet*);
4. Informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos;
5. Implantar sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias;
6. Capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de rotinas;
7. Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (*internet*), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça;
8. Cadastrar todos os magistrados como usuários dos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais (Bacenjud, Infojud, Renajud);
9. Implantar núcleo de controle interno;
10. Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias.

Dentre essas metas, a mais desafiadora e que causou maior preocupação foi a Meta “2”, justificada pelo comando constitucional “da duração razoável do processo e de priorização dos mais antigos de forma a fomentar uma política de redução do tempo de tramitação”.

No 3º Encontro Nacional do Judiciário realizado em fevereiro de 2010, o CNJ apresentou o balanço final do cumprimento das metas. Ao todo, 2,72 milhões de processos anteriores a 31 de dezembro de 2005 foram julgados desde o estabelecimento da Meta “2” do Judiciário, em fevereiro do ano passado. Como resultado do esforço conjunto, 60,74% dos processos alvos da Meta “2” foram concluídos, e 67% dos 91 tribunais brasileiros cumpriram mais de 70% da meta.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios participou ativamente para o atingimento das metas nacionais de nivelamento do Poder Judiciário para o ano de 2009, definidas pela N. 70/09, do CNJ, sendo que das dez metas nacionais, oito foram integralmente cumpridas.

Uma delas, a meta "8" encontra-se em andamento, restando tão somente o acesso ao sistema INFOJUD, que não pôde ser disponibilizado por razões alheias ao Tribunal de Justiça, já que depende de certificação eletrônica junto à unidade certificadora.

Quanto à meta "2", é de se destacar que até o dia 31.12.2009, que foi a data limite definida pelo Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal obteve o percentual de 52%, aproximando-se da média nacional.

Apesar do empenho de todos os magistrados e servidores que atuaram de forma decisiva para o alcance dos índices apresentados, sem prejuízo da demanda a que são submetidos, diariamente, em suas atividades, não foi possível o atingimento integral dessa meta. O crescimento dos níveis de produtividade tem sido, ao longo dos anos, uma constante preocupação da Administração do Tribunal, reforçado no Plano Estratégico 2010/2016, na busca da melhoria da eficiência e da qualidade em sua atuação.

#### **5.4. INDICADORES DO CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA – CNJ**

A partir da Resolução N. 15, do CNJ, editada em 20 de abril de 2006, os Órgãos do Sistema Judiciário Nacional ficaram obrigados a fornecer, semestralmente, indicadores estatísticos sobre os resultados alcançados em cada gestão. Assim, com o fito de atender de forma objetiva e com precisão às exigências insculpidas nessa Resolução, desde a formulação dos conceitos até a definição da metodologia para obtenção de dados estatísticos, o Tribunal de Justiça concebeu o Manual Prático para o Levantamento de Dados para o Sistema de Estatístico do Poder Judiciário – CNJ, estabelecendo critérios a serem observados para a sua apuração.

Segundo o CNJ, "os indicadores permitem que seja traçado um perfil da justiça como um todo, e, por sua ampla abrangência de informações, permite a construção de métricas que avaliam os tribunais não somente no quesito litigiosidade, mas também nas matérias financeira e de acesso à justiça, além de relacionar esses dados com o perfil de cada região jurisdicional, com base nas informações sobre sua

população e economia. A construção desses indicadores representa uma tentativa de criar uma cultura judicial de planejamento e gestão estratégica em um contexto político-econômico de recursos escassos."

Em 2008, considerando a necessidade de regulamentar critérios, conceitos, prazos e aperfeiçoar o Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário – SIESPJ, o CNJ editou a Resolução N. 76/09, com objetivo de concentrar, analisar e consolidar os dados a serem, obrigatoriamente, encaminhados por todos os órgãos do Poder Judiciário do país. Em consequência disso, determinou a criação de Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, unidade administrativa competente para geração, consolidação e análise crítica dos dados estatísticos de cada órgão do Poder Judiciário, considerando a importância das estatísticas para fundamentar decisões em matéria de políticas públicas do Poder Judiciário.

Tendo em vista a relevância na prestação de contas à sociedade, a Administração desta Casa de Justiça apresenta os indicadores encaminhados ao CNJ, os quais demonstram a otimização dos resultados do TJDFT, no último exercício, conforme relacionado a seguir:

**Tabela 27 – Indicadores apresentados ao Conselho Nacional da Justiça – CNJ**

<b>Elementos Estatísticos</b>					
<b>Dados Externos</b>		<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	
h1	Número de Habitantes	2.455.030	2.557.158	2.606.885	
h2	Número de Habitantes por 100.000	24,6	25,6	26,1	
<b>Recursos Humanos</b>					
<b>1º Grau</b>		<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	
Mag1º	Total Magistrados no 1º Grau	209	216	242	
MagJE	Total de Magistrados nos Juizados Especiais	36	37	40	
MagTR	Total Magistrados nas Turmas Recursais	5	-	12	
Mag2º	Total de Magistrados no 2º Grau	34	34	35	
<b>1º Grau</b>		<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	
CNc1º	Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	99.928	115.997	131.844	
Cnex1º	Casos Novos de Execução em 1º Grau	17.905	38.501	59.313	
Cpc1º	Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau	208.791	225.440	252.342	
Cpex1º	Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	134.766	160.118	168.184	
Exejud1º	Execuções Judiciais em 1º Grau	9.558	10.366	13.941	

Exejudp1º	Execuções Judiciais pendentes em 1º Grau	26.993	28.948	29.602
Incexe1º	Incidentes de Execução no 1º Grau	2.728	2.539	2.652
Incexep1º	Incidentes de Execução no 1º Grau pendentes	8.034	8.617	8.852
Exesus1º	Execuções sobrestadas e suspensas em arquivo provisório	391	958	986
Tbaixc1º	Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	139.231	146.134	155.658
Tbaixex1º	Total de Processos de Execução Baixados no 1º Grau	32.917	36.229	81.967
Rintc1º	Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	1.774	2.382	3.052
Rintcp1º	Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento Pendentes	372	972	1.567
CNexf1º	Casos Novos de Execução Fiscal em 1º Grau	10.163	30.450	49.446
Cpexf1º	Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º Grau	96.926	99.132	99.183
Exesusf1º	Execuções Fiscais Sobrestadas e Suspensas em Arquivo Provisório	45	562	629
Rsup1º	Recursos à Instância Superior no 1º Grau	-	-	37
Dec1º	Decisões no 1º Grau	303.652	338.946	395.051
Rintc1º	Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	1.774	2.382	3.052
Sent1º	Sentenças de 1º Grau	119.915	129.261	145.741
<b>Juizados Especiais</b>		<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
CNcJE	Casos Novos de Conhecimento de Juizado Especial	106.481	67.563	66.378
CpcJE	Casos Pendentes de Conhecimento de Juizado Especial	39.472	40.803	40.328
CNexJE	Casos Novos de Execução em Juizado Especial	13.049	11.201	10.725
CpexJE	Casos Pendentes de Execução no Juizado Especial	73.763	86.101	97.460
ExejudJE	Execuções Judiciais no Juizado Especial	4.452	3.385	2.067
ExejudpJ	Execuções Judiciais Pendentes no Juizado Especial	6.134	5.775	4.933
IncexeJE	Incidentes de Execução no Juizado Especial	128	120	113
IncexepJE	Incidentes de Execução no Juizado Especial	102	108	115
ExesusJE	Execuções sobrestadas e suspensas em arquivo provisório	53	58	90
TbaixcJE	Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais	87.006	87.532	71.970
TbaixexJE	Total de Processos de Execução Baixados no Juizado Especial	14.774	14.989	13.585
RintcJE	Recursos Internos no Juizado Especial na Fase de Conhecimento	540	610	498
RintcpJE	Recursos Internos Pendentes da Fase de Conhecimento no Juizado Especial	53	122	184

			2007	2008	2009
DecJE	Decisões no Juizado Especial	176.477	161.593	170.122	
RintcJE	Recursos Internos no Juizado Especial na Fase de conhecimento	540	610	498	
SentJE	Sentenças nos Juizados Especiais	153.932	135.833	131.805	
RsupJE	Recursos à Instância Superior nos Juizados Especiais	4.896	8.963	4.759	
	<b>2º Grau</b>				
CN2º	Casos Novos de 2º Grau	24.521	31.167	35.046	
Rint2º	Recursos Internos no 2º Grau	5.278	6.455	7.835	
Tbaix2º	Total de processos baixados no 2º Grau	32.114	33.476	37.513	
Rsup2º	Recursos à Instância Superior no 2º Grau	7.289	5.449	3.811	
Apublic2º	Acórdãos Publicados no 2º Grau	21.888	25.324	31.937	
RpAI 2º	Recursos das decisões de 2º Grau Providos pelo STJ em Agravos de Instrumento(ainda que parcialmente)	258	339	277	
RpEsp2º	Recursos das decisões de 2º Grau Providos pelo STJ em Recurso Especial(ainda que parcialmente)	349	382	379	
RpExt2º	Recursos das decisões de 2º Grau Providos pelo STF em Recurso Extraordinário (ainda que parcialmente)	12	11	38	
RjAI2º	Recursos de Agravos de Instrumento JULGADOS pelo STJ. Todos os acórdãos e decisões monocráticas aos recursos de Agravos de Instrumento julgados pelo STJ	2.960	2.252	2.288	
RjEsp2º	Recursos Especiais JULGADOS pelo STJ. Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos Recursos Especiais julgados pelo STJ	921	1.054	1.252	
RjExtº	Recursos Extraordinários JULGADOS pelo STF. Todos os acórdãos e decisões monocráticas aos Recursos Extraordinários julgados pelo STF	396	138	135	
Cp2º	Casos Pendentes no 2º Grau	2.833	5.122	11.100	
Rintp2º	Recursos Internos no 2º Grau pendentes	2.595	2.754	3.809	
Dec2º	Decisões no 2º Grau	26.179	31.305	39.354	
	<b>Turmas Recursais</b>				
CNTR	Casos Novos de Turma Recursal	4.550	8.657	4.471	
CpTR	Casos Pendentes de Turma Recursal	1.518	5.058	2.984	
DecTR	Decisões nas Turmas Recursais	4.499	9.026	4.901	
RintpTR	Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	-	41	1	
RintTR	Recursos Internos nas Turmas Recursais	567	1.332	505	
RjExtTR	Recursos Extraordinários julgados pelo STF	6	8	4	

RjINJE	Ressarcimentos Inominados julgados pelas Turmas Recursais	4.602	8.778	4.442
RpExtTR	Recursos das decisões de Turmas Recursais providos pelo STF em Recurso Extraordinário (ainda que parcialmente)	-	1	-
RpINJE	RjINJE - Ressarcimentos Inominados julgados pelas Turmas Recursais	4.602	8.690	4.350
TbaixTR	ThaixTR – Total de Processos Baixados na Turma Recursal	2.765	6.862	5.089

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG

**Tabela 28 – Indicadores apresentados ao Conselho Nacional da Justiça – CNJ**

<b>Indicadores</b>				
	<b>Indicadores relativos à litigiosidade - 1º Grau</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Ch1º	Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau	4.798	6.042	7.333
Cm1º	Casos Novos por Magistrado no 1º Grau	564	715	787
Kc1º	Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	1.487	1.596	1.607
Kex1º	Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	955	1.125	1.163
K1º	Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau	2.442	2.721	2.770
Rx1º	Recorribilidade Externa de 1º Grau	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Indicadores relativos à litigiosidade - Juizados Especiais</b>				
		<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
ChJE	Casos Novos por 100.000 habitantes nos Juizados Especiais	4.867	3.080	2.958
CmJE	Casos Novos por Magistrado nos Juizados Especiais	3.320	2.129	1.928
KcJE	Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais	4.071	2.949	2.685
KexJE	Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais	2.710	2.882	2.883
KJE	Carga de Trabalho dos Magistrados nos Juizados Especiais	6.781	5.831	5.568
RxJE	Recorribilidade Externa dos Juizados Especiais	3%	6%	3%
<b>Indicadores relativos à litigiosidade - 2º Grau</b>				
		<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Ch2º	Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau	998	1.219	1.344
Cm2º	Casos Novos por Magistrado no 2º Grau	721	917	1.001
K2º	Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau	1.036	1.338	1.651
Rx2º	Recorribilidade Externa de 2º grau	28%	17%	10%
<b>Indicadores relativos à litigiosidade - Turmas Recursais</b>				
		<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
ChTR	Casos Novos por 100.000 habitantes nas Turmas Recursais	185	339	172
CmTR	Casos Novos por Magistrado nas Turmas Recursais	910	Indisponível	360
KTR	Carga de Trabalho dos Magistrados nas Turmas Recursais	1.327	Indisponível	663

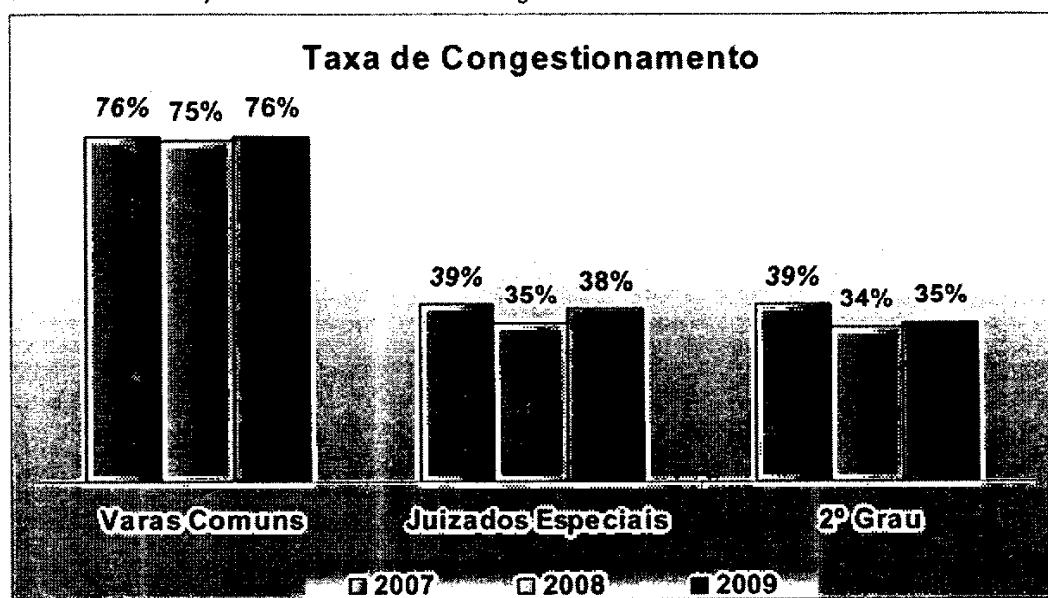
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG

**Nota:** Os indicadores foram calculados com fundamento em informações fornecidas pelas Unidades Administrativas do Tribunal de Justiça. Os indicadores não são os mesmos que foram apresentados ao TCU em 2007 e 2008 em virtude da publicação da Resolução 76/09 do CNJ que alterou os indicadores do Justiça em Números.

#### 5.4.1. Análise Geral dos Indicadores

Segundo dados apresentados pela Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG do Tribunal, a taxa de congestionamento no 1º Grau sofreu um pequeno aumento entre 2007 e 2009. No entanto, no 2º Grau houve redução, conforme se pode visualizar no gráfico a seguir:

**Gráfico 16 - Acompanhamento da Taxa de Congestionamento**



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG

Essa pequena variação na taxa de congestionamento, apesar de positiva, não reflete a real produtividade do Tribunal. Isso ocorre pelo fato de a taxa de congestionamento ser afetada tanto pelo número de processos julgados quanto pelo número de processos novos, efeito que o TJDFT não tem controle.

Entre 2007 e 2009, o número de processos que entraram no TJDFT aumentou 36% nas Varas Comuns e 43% no 2º Grau, enquanto nos Juizados Especiais foi decrescente. O quantitativo de processos julgados aumentou 15% nas Varas Comuns e 60% no 2º Grau, conforme as tabelas abaixo:

**Tabela 29 - Número de Processos Distribuídos no TJDFT**

<b>Processos Distribuídos</b>			
	Varas Comuns	Juizados Especiais	2º Grau
<b>2007</b>	193.523	174.130	24.655
<b>2008</b>	232.453	138.244	31.420
<b>2009</b>	263.785	138.081	35.288

*Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG*

**Tabela 30 – Número de Processos Julgados no TJDFT**

<b>Processos Julgados</b>			
	Varas Comuns	Juizados Especiais	2º Grau
<b>2007</b>	168.712	158.091	23.478
<b>2008</b>	189.814	142.771	29.555
<b>2009</b>	194.706	140.307	37.663

*Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG*

Em 2009, o número de processos julgados, tanto nos Juizados Especiais quanto no 2º Grau, foi superior ao número de casos novos. Porém, o estoque de processos de anos anteriores e o quantitativo insuficiente de magistrados impedem que o Tribunal reduza ainda mais a sua taxa de congestionamento.

## **6. ÁREA ADMINISTRATIVA**

---

A área administrativa tem como função básica oferecer os elementos necessários ao desempenho das atividades dos órgãos integrantes do Tribunal, contribuindo para o perfeito funcionamento da atividade-fim da Instituição.

O TJDFT, por meio da Secretaria de Recursos Humanos, tem buscado equalizar o interesse público – alvo maior de alcance da Instituição – com a vontade do servidor.

Uma das perspectivas da política de gestão de pessoas é a preocupação com a satisfação do colaborador com seu local de trabalho. Nesse sentido, o servidor tem a sua disposição duas ferramentas valiosas que primam pelo reconhecimento de suas competências e pela valorização de sua força de trabalho: Banco de Oportunidade de Localização – BOL, que permite a permuta entre servidores de várias unidades e a Seleção Interna, que busca identificar o perfil mais alinhado às atribuições e desafios de cada unidade.

Aliada à gestão de recursos humanos, algumas medidas relacionadas ao espaço físico e ao mobiliário das unidades judiciais, assim como à formação de servidores para o trabalho em gabinete dos magistrados, entre outras, estão sendo objeto de estudos e de iniciativas, por constituir, igualmente, prioridades administrativas.

Com essas providências, a Administração continua empenhada no compromisso de racionalidade, transparência e eficiência de suas ações estratégicas e gerenciais, ao mesmo tempo em que reafirma a prioridade do Primeiro Grau de Jurisdição, sempre com o objetivo de proporcionar, por meio de condições de trabalho condignas para magistrados e servidores, uma Justiça eficaz e de qualidade para a população do Distrito Federal.

O Tribunal, em 2009, teve quatro projetos incluídos no Banco de Boas Práticas do CNJ: "Projeto de Definição de Atribuições para Funções Comissionadas e Cargos em Comissão", "Gestão por Competências", "Projeto de Reestruturação do Programa de Estágio Supervisionado com Foco na Seleção Pública de Estagiários", na categoria "Gestão de Pessoas", e o "Programa Justiça Comunitária", indicado na categoria "Responsabilidade Social".

Na área de Tecnologia da Informação, dois projetos desenvolvidos pelo TJDFT receberam os diplomas Prêmio TI & Governo 2009: "Acórdão em Tempo Real" e "SISTJ Web - Módulo VEP/VEPEMA".

## **6.1. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

### **6.1.1. Quantitativo de Pessoal**

A gestão dos recursos humanos do Tribunal está a cargo da Secretaria de Recursos Humanos – SERH, responsável por planejar, coordenar e definir as políticas, as diretrizes, as estratégias de treinamento e a capacitação dos servidores, entre outras.

Cabe ressaltar que, após a aprovação da Lei N.11.697/08 – Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, o Tribunal vem, conforme cronograma definido nos seus anexos, efetuando o provimento das vagas ali autorizadas.

No bojo do normativo federal, foi prevista, ainda, a implantação de novas Varas e Unidades Administrativas, bem como a distribuição anual de 562 cargos, sendo 210 de Analista Judiciário e 352 de Técnico Judiciário, para suprir a carência de servidores, observando-se as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Para determinar a Lotação de Referência para as unidades administrativas e judiciais, foi publicada, em 2008, a Portaria Conjunta N. 13, que estabeleceu normas e diretrizes para localização de servidores no âmbito do TJDFT, posteriormente, alterada pelas Portarias Conjuntas N. 50/09 e N.72/09.

Em 30 de dezembro de 2009, a Portaria GPR N. 1531 definiu as áreas e as especialidades dos 562 cargos a serem providos em 2010, determinando que 70% dos servidores sejam localizados na área-fim e 30% na área-meio, bem como seja priorizada a localização de servidores nas unidades constantes das seguintes áreas de atuação:

- 1º Grau de Jurisdição – Varas;
- 1º Grau de Jurisdição – Juizados Especiais;
- 1º Grau de Jurisdição – Turmas Recursais;
- 2º Grau de Jurisdição – Gabinete de Desembargadores;
- 2º Grau de Jurisdição – Conselho Especial e da Magistratura, Turmas e Câmaras.

Com a instituição de uma política de racionalização e melhor alocação de recursos humanos, a Administração do Tribunal reafirma o compromisso com a realização de sua Missão Institucional.

Nos quadros a seguir, demonstra-se o quantitativo de pessoal ativo, inativo e pensionistas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, bem como o número de servidores sem vínculo e cedidos:

**Tabela 31 - Pessoal Ativo**

<b>Cargos Efetivos</b>	<b>2007</b>		<b>2008</b>		<b>2009</b>	
	<b>Providos</b>	<b>Vagos</b>	<b>Providos</b>	<b>Vagos</b>	<b>Providos</b>	<b>Vagos</b>
Auxiliar Judiciário (*)	30	6	29	7	27	9
Analista Judiciário (**)	1.398	62	1.651	859	1.866	644
Técnico Judiciário (**)	2.772	67	3.160	1.439	3.525	1.074
Desembargador	34	1	34	1	35	0
Juiz de Direito	151	27	149	106	161	94
Juiz de Direito Substituto	94	51	104	103	123	84
Juiz de Direito Temporário	0	0	0	0	0	0
Juiz de Direito dos Territórios	0	9	0	9	0	9
<b>Total</b>	<b>4.479</b>	<b>223</b>	<b>5.127</b>	<b>2524</b>	<b>5.737</b>	<b>1.914</b>

**Fonte:** Lei de Organização Judiciária do DF e dos Territórios/ Secretaria de Recursos Humanos - SERH

(\*) Conforme art. 8º da Resolução N. 02/2000

(\*\*) Reserva de vagas em virtude de anulação de nomeação, ação cautelar e ação ordinária.

O quadro acima demonstra que, em 2009, o quantitativo de servidores sofreu um incremento de 11,9%, nos cargos providos em relação a 2008. Após os levantamentos indicados e seguindo o cronograma definido na Lei, o Tribunal poderá nomear servidores na ordem de 20% pelos próximos 3 anos.

A nova Lei de Organização Judiciária possibilitou a criação de 77 novos cargos de juiz de direito, 62 de juiz de direito substituto, 1.050 de analista e 1.760 de técnico judiciário, bem como a criação do Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa. O principal objetivo desse incremento e dessa reestruturação é o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

**Tabela 32 - Quadro de Pessoal Ativo (Em Extinção)**

<b>Cargos</b>	<b>2007</b>		<b>2008</b>		<b>2009</b>	
	<b>Providos</b>	<b>Vagos</b>	<b>Providos</b>	<b>Vagos</b>	<b>Providos</b>	<b>Vagos</b>
Analista Judiciário	27	-	25	-	23	-
Técnico Judiciário	74(*)	-	74	-	73	-
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>-</b>	<b>99</b>	<b>-</b>	<b>96</b>	<b>-</b>

**Fonte:** Secretaria de Recursos Humanos – SERH

(\*) Dados incluem 4 cargos oriundos de Territórios

**Tabela 33- Quadro de Pessoal Inativo**

Cargos	2007	2008	2009
Desembargadores	32	36	35
Juizes de Direito	53	56	56
Juizes de Direito Substituto	02	02	02
Juizes de Direito Temporário	03	03	03
Analista Judiciário*	423	428	440
Técnico Judiciário**	244	253	267
Servidores Extrajudiciais***	66	66	66
<b>Total</b>	<b>823</b>	<b>844</b>	<b>869</b>

*Fonte: Secretaria de Recursos Humanos – SERH*

(\*) No Relatório de Prestação de Contas anterior, foi informado 424 em 2007. A modificação da informação deveu-se ao falecimento do servidor Manoel Adjard, ocorrido em 18/11/2007, comunicado posteriormente ao fechamento do relatório de 2007.

(\*\*) No Relatório de Prestação de Contas anterior, foi informado 246 em 2007. A modificação da informação é em virtude do falecimento dos servidores Simão Pereira da Cunha, ocorrido em 16/12/2007, e Gilda Maltauro Pereira, ocorrido em 20/06/2007, comunicado somente no ano de 2008 pelo Ofício N. 299/2008 do Cartório Marcelo Ribas.

(\*\*\*) No Relatório de Prestação de Contas anterior, foram informados 69 em 2007 e 67 em 2008. A modificação da informação deveu-se a uma automatização do controle de quantitativos que proporcionou um ajuste.

**Tabela 34 - Quadro de Pessoal - Outros Cargos**

Cargos	2007	2008	2009
Instituidores de pensão*	223	226	229
Pensionistas**	329	327	320
Servidores sem vínculo	46	37	41
Servidores cedidos ao TJDF	176	177	173
<b>Total</b>	<b>774</b>	<b>766</b>	<b>763</b>

*Fonte: Secretaria de Recursos Humanos – SERH*

(\*) No Relatório de Prestação de Contas anterior, foi informado 221 em 2007. A modificação decorreu da instituição de duas pensões no ano de 2008, com efeitos a partir das datas dos óbitos ocorridos no ano de 2007, conforme Portaria GPR Nº 34 de 10/01/2008 com efeitos a partir de 18/11/2007, e Portaria GPR Nº 91 de 29/01/2008 com efeitos a partir de 16/12/2007.

(\*\*) No Relatório de Prestação de Contas anterior, foram informados 316 em 2007 e 326 em 2008. A modificação em 2007 decorreu da Instituição de pensões no ano de 2008, com efeitos financeiros retroativos às datas dos óbitos ocorridos no ano de 2007, conforme Portaria GPR Nº 34 de 10/01/2008: institui pensão civil para a esposa e os sete filhos do servidor falecido, com efeitos a partir de 18/11/2007; Portaria GPR Nº 91 de 29/01/2008: institui pensão civil para a esposa, ex-esposa e para a filha do servidor falecido, com efeitos a partir de 16/12/2007; Portaria GPR Nº 869 de 19/08/2008: institui pensão civil para dois menores sob guarda, com efeitos a partir de 13/08/2007; Em relação a 2008, a divergência é em decorrência de uma pensão concedida no ano de 2009, com efeitos financeiros retroativo a 15/09/2008, conforme Portaria GPR Nº 1066 de 08/09/2009: institui pensão civil para Benedita Afonso de Abreu, com efeitos a partir de 15/09/2008.

### **6.1.2. Recrutamento e Seleção**

Em relação ao provimento de cargos, a Lei sancionada propiciou em 2009 a continuidade na readequação do quadro de servidores, conforme demonstrado a seguir:

**Tabela 35 - Quadro de Pessoal - Provimento de Cargos**

Ano	Convocação	Nomeação	Em exercício
2007	52	31	30
2008	891	845	775
2009	1.017	909	802
<b>Variação 08/09</b>	<b>14,14%</b>	<b>7,57%</b>	<b>3,48%</b>

*Fonte: Secretaria de Recursos Humanos – SERH*

O Tribunal vem adotando, nos últimos anos, um programa voltado à seleção interna, utilizado por gestores e autoridades para escolha de ocupantes de funções comissionadas e cargos em comissão ou para a composição da equipe de trabalho, que visa a uma alocação mais eficiente dos servidores. Essa estratégica representa para o TJDFT a possibilidade de retenção de talentos e a transparência na política de movimentação. Em relação ao ano anterior, foram oferecidas em 2009 mais do que o triplo do número de vagas, conforme quadro a seguir:

**Tabela 36 – Seleções Internas – Quadro Geral/Vagas com FC/CJ**

Ano	Vagas Gerais	Vagas FC/CJ	Total
2007	59	27	86
2008	38	54	92
2009	147	131	278

*Fonte: Secretaria de Recursos Humanos – SERH*

### **6.1.3. Estágio Supervisionado**

O TJDFT, em atendimento ao disposto na Lei N. 11.788/08, editou a Portaria GPR N. 080/2009, com o objetivo de estabelecer normas e critérios para regulamentar o Programa de Estágio Supervisionado – PROEST no âmbito do Tribunal.

Foi instituído o processo seletivo público, a fim de credenciar e classificar estudantes para as vagas de estágio do TJDFT. De acordo com a nova sistemática, o processo deverá ser amplamente divulgado nos meios de comunicação e todos os candidatos terão a mesma possibilidade de concorrer, com a adoção de critérios objetivos para o preenchimento das vagas de estágio.

O Programa de Estágio Supervisionado para universitários tem sido uma ferramenta destinada ao estudante no aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Em 2009, o Tribunal tornou pública a realização de processo de seleção de estudantes do ensino médio e do ensino superior, sendo contratada, por meio de licitação, a Fundação Conesul de Desenvolvimento para intermediar a relação de estágio entre os estudantes, as Instituições de Ensino e o TJDFT.

**Tabela 37 - Programa de Estágio Supervisionado para Universitários**

Ano	Secretaria	Corregedoria	Total
2007	145	599	744
2008	143	701	844
2009	158	493	651
<b>Variação 08/09</b>	<b>10,49%</b>	<b>-29,67%</b>	<b>-22,87%</b>

**Fonte:** Secretaria de Recursos Humanos – SERH/SERSE/SUDEP

Em 2009, houve um decréscimo de 22,87% nas vagas para estagiários universitários em relação ao ano anterior, em virtude das adequações aos ditames da nova Lei.

A repercussão positiva do Programa de Estágio Supervisionado para universitários suscitou a criação de vagas para estudantes de nível médio, com o objetivo de consolidar ainda mais a parceria do TJDFT com as instituições de ensino, reforçando o envolvimento com a responsabilidade social.

**Tabela 38 - Programa de Estágio Supervisionado para Estudantes de Ensino Médio**

Ano	Secretaria	Corregedoria	Total
2007	146	166	312
2008	127	185	312
2009	168	194	362
<b>Variação 06/07</b>	<b>32,28%</b>	<b>4,86%</b>	<b>16,03%</b>

**Fonte:** Secretaria de Recursos Humanos – SERH/SERSE/SUDEP

Em comparação com 2008, houve em 2009 um incremento de 50 vagas (16%) para estagiários de ensino médio, com adequações à nova Lei. Desse modo, o Tribunal contribui efetivamente para o aprendizado e a inserção no mercado de trabalho.

#### **6.1.4. Capacitação de Recursos Humanos**

Foi prevista, na nova Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal, a criação do Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa do Tribunal, cuja missão é a de "proporcionar a magistrados e servidores um ambiente de educação continuada que promova oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento profissional necessários ao cumprimento da missão institucional".

O principal desafio é tornar o Tribunal reconhecido pela sociedade do Distrito Federal como uma Instituição de excelência na prestação de seus serviços, por meio da atuação de profissionais capacitados e valorizados.

Com sede no Fórum de Brasília, o Instituto conta com o auditório "Sepúlveda Pertence", que tem capacidade para 245 pessoas, três laboratórios de informática, duas salas de aula e um mini auditório para 70 pessoas. Além da Secretaria do Instituto, o órgão é composto por outras quatro subsecretarias que auxiliam na gestão e no bom funcionamento da unidade: a Subsecretaria de Pesquisa, Planejamento e Avaliação – SUPAV, a Subsecretaria de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – SUMAG, a Subsecretaria de Desenvolvimento de Competências de Servidores – SUSER e a Subsecretaria de Soluções Instrucionais – SUSOI.

Entre as suas atribuições, encontra-se a realização de cursos de aperfeiçoamento e atualização de magistrados, composto de aulas teóricas e práticas forenses, visando à promoção e ao vitaliciamento dos Juízes Substitutos, conforme prevê o artigo 93, IV, da Constituição Federal.

No exercício de 2009, o total de participação do quadro funcional em eventos internos e externos quase quadriplicou (298,49%), se comparado a 2008, considerando os promovidos com a participação de instrutores internos e externos.

**Tabela 39 - Participações em eventos de capacitação**

Ano	Eventos Internos	Eventos Externos	Misto	Total
2007	2.321	1.452	-	3.773
2008	1.499	1.957	-	3.456
2009	6.301	7.438	33	13.772

*Fonte: Instituto de Formação, Desenvolvimento e Pesquisa do TJDF*

**Tabela 40 - Total de horas-aula em capacitação**

Ano	Total
2007	9.105
2008	8.158
2009	7.432

*Fonte: Instituto de Formação, Desenvolvimento e Pesquisa do TJDFT*

O quadro a seguir demonstra o público-alvo das ações de capacitação no ano de 2009, contemplando servidores da área-fim, com o intuito de aperfeiçoar o atendimento da prestação jurisdicional e servidores administrativos com o objetivo de prestar o suporte necessário à Instituição.

**Tabela 41 - Participações em eventos de capacitação em 2009**

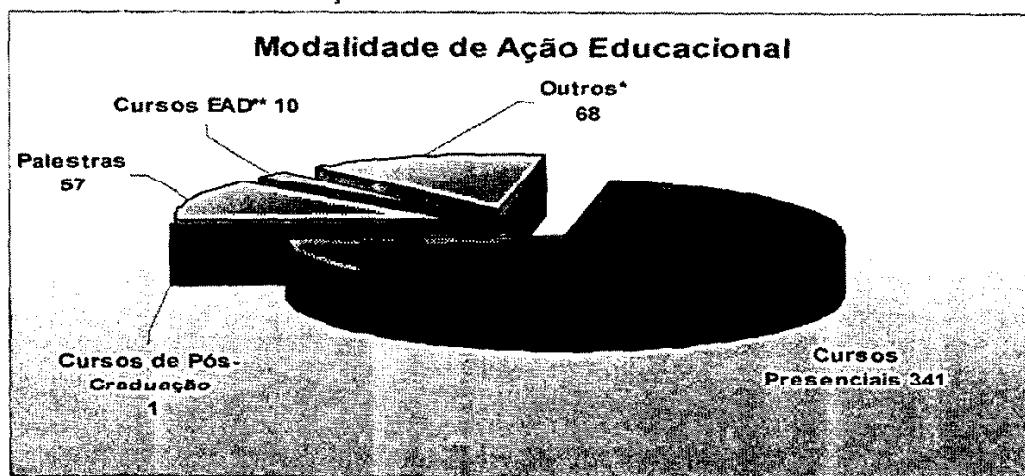
Público Alvo	Eventos Internos	Eventos Externos	Misto	Total
Magistrados	573	1010	33	1.616
Servidores	5.405	6.340	-	11.745
Convidados	323	88	-	411
<b>Total</b>	<b>6.301</b>	<b>7.438</b>	<b>33</b>	<b>13.772</b>

*Fonte: Instituto de Formação, Desenvolvimento e Pesquisa do TJDFT*

Alguns desses eventos foram abertos à comunidade, prática que tem aproximado o TJDFT da sociedade e expandido sua Missão Institucional, ao atuar como agente disseminador de conhecimento junto à população do Distrito Federal.

Alinhado ao Plano de Ações do TJDFT, o Instituto estabeleceu como meta para 2009, o oferecimento de uma programação diversificada que contemplasse cursos sólidos e consistentes, como também cursos rápidos de atualização para alcançar maior número de participantes. Além de oferecer mais de 20 mil vagas em ações de capacitação, o Instituto desenvolveu seu sítio eletrônico, permitindo a publicidade na internet e na intranet de todas as informações dos eventos e a realização de inscrições por meio eletrônico.

O quadro a seguir demonstra a produtividade do Instituto no ano em tela:

**Gráfico 17 – Modalidade de Ação Educacional**

*Fonte: Instituto de Formação, Desenvolvimento e Pesquisa do TJDFT*

(\*) A modalidade "outros" corresponde a Congressos, Encontros, Workshops, Seminários etc.

(\*\*) EAD – Ensino a distância

O Instituto dedicou-se, também, ao desenvolvimento do Espaço Educacional *On-line*, inaugurado com o "Programa de Educação Continuada para Líderes", com conteúdos da escola de negócios "Harvard Business School Publishing". O curso inclui o programa "Café com Líderes" – encontros presenciais para avaliação e discussão dos módulos.

Outros destaques foram o "Curso Carreira da Magistratura", ministrado aos novos Juízes de Direito Substitutos do DF, e a apresentação do grupo "Treinadores da Alegria" no Mês da Responsabilidade Socioambiental do TJDFT, além de inúmeros outros cursos, palestras e seminários, a partir da contratação de renomados especialistas, notáveis doutrinadores e aplicadores do Direito, reconhecidos nacionalmente.

O Instituto contribuiu para o atingimento da Meta "6" proposta pelo Conselho Nacional da Justiça – CNJ para 2009, referente ao desenvolvimento profissional de gestores, *in verbis*:

*"Capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de rotinas".*

Visando ao alcance da citada meta, o Instituto ofereceu, ao longo do ano, ações em gestão de pessoas e de processos, disponibilizando um total de 4.560 vagas e 433 horas de capacitação.

## 6.2. GESTÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS

O modelo tecnológico do TJDFT é constituído de computadores-servidores localizados no CPD de Brasília, que mantêm em funcionamento os sistemas e serviços disponíveis a toda a rede do Tribunal no Distrito Federal. Em Brasília, existe uma rede local principal, com protocolo TCP/IP, com mais de 3.000 pontos de conexão e nas cidades satélites, redes locais interligadas de mesmo protocolo, com aproximadamente 200 pontos de acesso em cada local. Esse aparato permite acesso mútuo aos andamentos dos processos judiciais e outros serviços de informática, por intermédio de mais de 4.300 microcomputadores, bem como aos sistemas corporativos, administrativos e judiciais.

As ações de informática previstas no Plano de Ações do Tribunal estão voltadas à modernização institucional, com a incorporação de novas rotinas e processos de trabalho. Em 2009, as iniciativas concentraram-se, basicamente, em alguns projetos visando à melhoria do parque computacional, ao aprimoramento dos sistemas de informática em uso na Corte, ao treinamento em novas tecnologias e ferramentas, além da padronização de procedimentos de qualidade de software.

Alguns desses produtos têm servido de modelo para outros órgãos do Judiciário. Esse compartilhamento de conhecimentos promove a interação tecnológica entre os Tribunais, refletindo numa justiça mais acessível, célere e eficiente a todos os brasileiros.

Um exemplo disso é a disponibilização do Diário de Justiça em meio eletrônico (DJ-e). Adotado, integralmente, pela Justiça do DF, desde março de 2008, além de atender aos requisitos legais e de segurança, chamou a atenção de outros órgãos do Judiciário devido à economia que proporciona. Mas não é só o DJ-e que tem despertado interesse. Diante dos resultados satisfatórios proporcionados pelo Acórdão em Tempo Real e pelo SISPL (Sistema de Andamentos Processuais da 2ª Instância), ambos desenvolvidos pelo TJDFT, o Tribunal de Justiça da Paraíba também resolveu adotar esses dois sistemas para oferecer a seus jurisdicionados uma Justiça mais rápida e transparente.

### **6.2.1. Infraestrutura Tecnológica**

A Secretaria da Tecnologia da Informação – SETI, em conformidade com o planejamento anual aprovado pela Administração e com cronogramas compatíveis com os volumes orçamentários disponíveis é responsável pelo planejamento, manutenção e atualização da infraestrutura de informática.

Os grandes sistemas corporativos são desenvolvidos a partir de uma demanda dos gestores, aos quais compete a coordenação, a implantação, a manutenção e a otimização dos sistemas, bem como a manutenção das tabelas e a orientação quanto à implementação de novas rotinas ou do aumento de sua abrangência.

Em 2009, o TJDFT instalou sete novos computadores-servidores que trarão mais eficiência aos serviços prestados pelo Tribunal. As novas máquinas, com capacidade superior às atuais, foram alojadas na "sala-cofre" e se unirão às 65 já existentes, para realizar os serviços de "virtualização" de equipamento que hospedam sistemas informatizados do TJDFT, gerando economia de recursos. Cada computador-servidor tem capacidade para realizar o trabalho desempenhado por dez máquinas.

Com a virtualização, o Tribunal incorpora o que de mais moderno existe no mercado, adequando-se, assim, aos novos tempos. Para o usuário, os ganhos são imediatos, já que, com máquinas mais rápidas, os serviços de informática são mais eficientes.

### **6.2.2. Segurança das Informações**

Está em andamento na SETI, a realização de projeto de gestão de segurança da informação no TJDFT, para a proteção dos ativos (computadores-servidores, estações de trabalho, sistemas, informação etc.) contra ameaças, buscando a diminuição das ocorrências, dos impactos e dos riscos.

Uma das formas de alcançar esses objetivos é descobrir e tratar as diversas vulnerabilidades, implementando proteções ou corrigindo as que possuem alguma falha. Nesse contexto, a SETI realizou uma série de procedimentos que visam levantar todos os aspectos relevantes para a segurança da informação, de forma a implementar as melhorias que se fizerem necessárias.

Na primeira etapa, estão sendo efetuadas análises nos equipamentos, nos ambientes de trabalho, bem como entrevistas com usuários, para averiguar os riscos existentes no parque computacional. Em seguida, esses riscos serão avaliados, a fim de nortearem os próximos passos, que certamente contribuirão para o aumento efetivo da segurança dos recursos computacionais deste Tribunal.

### **6.3. GESTÃO DE RECURSOS PATRIMONIAIS**

A atual Administração do Tribunal, visando à agilização dos serviços jurisdicionais para a população do Distrito Federal, busca a melhoria contínua das condições de trabalho de todos os magistrados e servidores da Casa.

Compete à Secretaria de Recursos Materiais – SEMA planejar, dirigir e coordenar as atividades relacionadas à aquisição de bens e contratação de obras e serviços em geral, incluindo a instrução dos processos para a compra de materiais de consumo e permanentes, necessários ao regular funcionamento do Tribunal. Além disso, a SEMA realiza a definição de leiautes dos mobiliários nas diversas unidades administrativas e atua na instrução de penalidades decorrentes da inexecução total, parcial ou com atraso das obrigações da contratada.

A SEMA encontra-se subdividida em Subsecretaria de Compras – SUDEC, Subsecretaria de Bens de Consumo – SUBEC e Subsecretaria de Bens Patrimoniais – SUPAT.

**Tabela 42- Resumo Geral das Licitações realizadas em 2009**

<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Concorrência</b>	<b>12</b>
<b>Dispensa</b>	<b>45</b>
<b>Inexigibilidade</b>	<b>185</b>
<b>Inexigibilidade Pró-Saúde</b>	<b>270</b>
<b>Pregão Eletrônico</b>	<b>123</b>
<b>Pregão Presencial</b>	<b>42</b>
<b>Tomada de Preços</b>	<b>03</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>680</b>

Fu..

de Recursos Materiais - SEMA

**Tabela 43 - Quantitativos relativos às atividades básicas do SERLIC**

Atividade	Quantitativos
Ofícios enviados	170
Memorandos enviados	23
Transmissão de NEs por fax	584
Emissão de atestado de capacidade técnica	73
Emissão de declaração de prestação de serviços	03
<b>TOTAIS</b>	<b>859</b>

*Fonte: Secretaria de Recursos Materiais - SEMA*

**Notas:**

- a) Não são feitos enquadramentos para Adesões, Dispensa e Inexigibilidade. Informados na instrução do processo.
- b) Todas as instruções feitas neste exercício foram contabilizadas, inclusive aquelas referentes aos processos enquadrados no final do exercício anterior.

### **6.3.1. Imóveis**

A estrutura física dos imóveis que compõem o Tribunal vem merecendo da atual Administração a devida atenção. As principais ações desenvolvidas em 2009 foram:

- Ampliação do berçário para atendimento dos filhos dos servidores e magistrados;
- Instalação do Protocolo Expresso Brasília;
- Construção e Montagem do Fórum do Meio Ambiente;
- Elaboração de Projetos de Arquitetura e de instalações para um Galpão no intuito de atender ao SEGD;
- Instalação de mezaninos com prateleiras nos depósitos do SERABE, no SERMOB/SUPAT;
- Instalação do Protocolo no Fórum de Taguatinga e Ceilândia;
- Reforma do Fórum de Taguatinga Norte e do Fórum da Ceilândia;
- Reforma para instalação do restaurante do Tribunal.

### **6.3.2. Outras ações de destaque:**

Destacam-se também as ações atinentes aos Projetos Institucionais:

- Instalação de estrutura tipo porta-paletes, com 140 espaços para alocação de materiais;

- Aquisição de empilhadeira tracionaria PT1645, marca Paletrans, com capacidade de elevar materiais paletizados a 4.900 m de altura;
- Instalação de estrutura tipo mezanino, com prateleiras para 2.424 posições de estocagem;
- Recebimento de 572.573 unidades de materiais de consumo, que inclui o recebimento inicial do bem, a identificação individual com etiquetas e o armazenamento;
- Elaboração de 316 relatórios de execução de contratos;
- Atendimento de 1.278 requisições, com a movimentação de 7.919 itens, relativos a todos os materiais exclusivos das áreas de manutenção predial, de copa e cozinha, da área médica, da área de transporte e, também, requisições de transferência entre almoxarifados;
- Distribuição de mais de 7.000 canecas ecológicas aos magistrados, servidores e funcionários terceirizados;
- Substituição de 94,76% de papel branco formato A4 por papel reciclado;
- Recebimento, triagem e encaminhamento de pilhas e baterias usadas recolhidas em todo o TJDFT;
- Realização de campanha de conscientização dos servidores e magistrados quanto à questão ambiental, com soluções integradas para sustentabilidade corporativa e social;
- Atendimento de 2.894 ordens de serviço referentes a solicitações de reforma de bens permanentes, alteração de layouts e divisórias, confecções de cercas, confecção de tribunas para atender eventos oficiais. Foram executadas, ainda, 268 ordens de serviço referentes à marcenaria.

## **7. PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS**

O desafio atual das instituições governamentais é atender às necessidades e expectativas da sociedade de forma célere e com a racionalização dos recursos públicos. Diante disso, torna-se imprescindível a adoção de métodos eficazes de gestão, como o Planejamento Estratégico.

A razão de ser do TJDFT é proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à Justiça e a resolução de conflitos. Para tanto, busca atuar de forma dinâmica, responsável e comprometida com a adoção de práticas modernas e sustentáveis.

A fim de alcançar esses objetivos, esta instituição realiza programas, projetos e ações com vistas a proporcionar um atendimento de qualidade, trâmites processuais mais ágeis e tecnologias inovadoras. A utilização racional de recursos e a valorização dos servidores e magistrados também são importantes para o aperfeiçoamento contínuo da atuação do Tribunal.

Durante o biênio 2008/2010, o TJDFT colocou em prática seu Plano Estratégico, por meio de ações e projetos que viabilizaram o alcance dos objetivos traçados. Alguns desses projetos já foram concluídos e outros terão continuidade no ano de 2010. O fato é que todos eles têm contribuído sobremaneira para alavancar o processo de melhoria da Instituição.

### **7.1. PROGRAMA VIVER DIREITO**

O planeta Terra vive um momento crítico. A preservação do meio ambiente e dos recursos naturais e a definição consciente da destinação dos resíduos advindos do alto consumo de produtos industrializados estão na pauta do dia. É um momento de escolhas para o futuro. A CARTA da TERRA, divulgada em 2000 pela ONU, já dizia: Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros.

Nesse contexto, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, como instituição pública, enfrenta o desafio de manter a sua função primordial de garantia dos direitos, da cidadania e da paz social, objetivo máximo da prestação jurisdicional, de modo responsável, justo e equilibrado.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios já desenvolve grandes ações de Responsabilidade Socioambiental. São ações rotineiras implementadas em busca da excelência na prestação de seus serviços. Para o biênio 2008/2010 o Tribunal, além de integrar suas ações, elencou várias outras já em processo de implantação, confirmando, assim, o compromisso com a vida, com o meio ambiente e com a preservação permanente desses valores.

Grandes avanços, vinculados ao planejamento e à coordenação de ações, podem ser ressaltados, especialmente os relacionados à agilização dos trâmites processuais, promovidos pela adoção de tecnologias inovadoras e que trouxeram benefícios inquestionáveis ao jurisdicionado. O pensamento estruturado e sistêmico e a consciência da necessidade de atuar de forma responsável, promovendo valores ligados ao respeito à vida e ao meio-ambiente, foram traduzidos em Objetivos e Ações que constituem a estratégia de atuação do TJDFT, aos quais estão associados projetos de valorização das pessoas e a utilização racional de recursos com metas ligadas à redução do impacto ambiental.

## 7.2. PROJETOS INSTITUCIONAIS

### 7.2.1. Projeto de Construção do Prédio queabrigará as Varas de Fazenda Pública, adotando Padrão de Edificação Sustentável Ambiental – PBVFP

Está prevista para o Biênio 2008/2010, a edificação do 1º prédio do Poder Público Nacional com processo de construção totalmente sustentável. Em local já definido, será instalado o Fórum do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fazenda Pública do Distrito Federal, unidade criada pela nova Lei de Organização Judiciária do DF, Lei N. 11.697/08, de iniciativa desta Corte de Justiça.

Além da própria edificação, serão internalizados os padrões adotados nos quesitos sustentabilidade, eficiência energética, energias alternativas e outros conceitos adotados na construção e que passarão a nortear os projetos futuros da Administração.

O ambiente de trabalho será privilegiado pelo conforto das instalações e da própria edificação. O TJDFT irá utilizar materiais certificados como ecologicamente corretos em todos os estágios da obra, inclusive na área de tecnologia. Os materiais a serem empregados na construção deverão ser oriundos de regiões próximas, para evitar deslocamento e a consequente emissão de poluentes.

**Resultados alcançados:**

- Contratação de empresa para prestação de consultoria e assessoramento especializado em sustentabilidade, eficiência energética e certificação LEED – *Leadership in Energy and Environmental Design*. PA 9676/2008;
- Contratação de empresa para Projeto de Arquitetura e Projetos Complementares de Engenharia, com foco em eco-sustentabilidade e eco-eficiência para a construção do edifício-sede do Fórum do Meio-Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fazenda Pública e Assuntos Fundiários do Distrito Federal. PA 12.776/2008;
- Contratação de empresa para execução de obras, montagem e comissionamento do edifício. PA 2970/2009;
- Obra em execução, com praticamente toda a estrutura pronta e iniciando a fase de instalações e acabamento.

**7.2.2. Projeto de Reforma do Posto de Abastecimento da Frota de Veículos do TJDFT – PROPOST**

O posto de abastecimento de veículos do Tribunal será dotado de sistema de automação que permitirá a detecção de qualquer extravasamento de combustíveis, tendo, ainda, a readequação ao volume demandado. Além disso, com o objetivo de reduzir em 10% o consumo de água potável utilizado na lavagem de veículos, o posto irá captar, em épocas com índice pluviométrico considerável, água da chuva para lavagem da frota. Também será possível reciclar a água utilizada na lavagem dos veículos com a implantação de máquina recicladora de água.

**Resultados alcançados:**

- Posto construído e inaugurado;
- Licença Prévia emitida (Aguardando emissão da Licença definitiva);

- Aquisição de uma máquina recicladora de água e captação pluvial. O objetivo da reforma é reduzir, em média, 90% do consumo de água. Além disso, toda captação será por meio da força gravitacional, tornando o projeto ainda mais viável ambientalmente. Os descartes de água e dos resíduos de lubrificantes e derivados são processados em caixas separadoras, de modo a serem tratados antes de serem lançados na rede de esgoto. Em outubro de 2009, a economia foi de 63.000 (sessenta e três mil) litros de água, comparado ao mesmo período do ano anterior.

### **7.2.3. Projeto de Redução do Consumo de Combustíveis Fósseis Poluentes – PFOSSIL**

O Projeto enfatiza a responsabilidade em reduzir o impacto ambiental, pela utilização de veículos mais econômicos e menos poluentes.

Mais uma vez o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios dá exemplo de responsabilidade socioambiental. Este ano, o Tribunal adquiriu novos veículos, totalmente adequados às normas ambientais, que serão utilizados no transporte de magistrados e servidores da Casa.

Os novos veículos substituirão outros carros da frota que se encontram obsoletos tecnologicamente ou que não são econômicos, e permitirão uma economia superior a 10% nas despesas com combustíveis e acima de 30% com manutenção de veículos.

Os veículos atendem plenamente às normas da ABNT, na Lei N. 8.723/93 – que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências –, bem como à Resolução CONAMA fase IV, emitindo, portanto, baixíssimos níveis de poluentes.

Vale ressaltar que os veículos de transporte coletivo, em especial os ônibus, destacam-se por possuir espaço para cadeira de rodas e porta exclusiva com elevador automático para o embarque e desembarque de deficientes físicos, segundo o disposto nas normas de acessibilidade.

Com mais esta ação vinculada ao Programa de Responsabilidade Socioambiental do TJDF, o Viver Direito, a Instituição reafirma sua postura inovadora, consciente e voltada para a preservação do meio ambiente, a economia de recursos

públicos e a sustentabilidade do planeta, sem esquecer a busca pela melhoria dos serviços prestados aos magistrados e servidores.

Resultados alcançados:

- Aquisição de veículos flex, com baixo consumo de combustível;
- Substituição de cinco (5) ônibus por dois (2) ônibus e quatro (4) micro-ônibus com tecnologia moderna e menos agressiva ao meio ambiente;
- Utilização do álcool como combustível, em substituição ao óleo diesel e à gasolina;
- Economia, em 2009, de 6% no consumo de óleo diesel e 12% no consumo de gasolina, se comparado ao ano de 2008.

#### 7.2.4. Projeto de Monitoramento de Energia Elétrica – PROMEE

O Projeto tem por objetivo automatizar o controle de consumo de energia elétrica de todos os prédios do TJDFT, com a implantação de tecnologia específica, de forma a subsidiar o planejamento de ações, visando à redução do impacto do uso desse tipo de recurso.

Resultados alcançados:

- Compra de equipamentos: termovisor portátil, terrômetro e analisador de rede trifásico. PA N. 1219/2009;
- Vistorias nos principais quadros de energia elétrica dos prédios do TJDFT;
- Controle de faturas de energia elétrica;
- Ajustes de demanda nos contratos de fornecimento de energia elétrica;
- Intervenções nas instalações (remanejamento de banco de capacitores, balanceamento de fases);
- Redução das multas pagas em média por mês pelo TJ nas faturas da CEB:

**Tabela 44 – Redução de multas pagas em média por mês à CEB**

2007	2008	2009 - até setembro
R\$ 11.231,14	R\$ 5.732,51	R\$ 4.637,84

*Fonte: Secretaria de Administração Predial*

- Eliminação de multas pagas por problemas no fator de potência no Fórum de Samambaia;
- Redução nos gastos com energia elétrica, melhoria na qualidade da energia disponível nas instalações. O dinheiro economizado pode ser aplicado em outras ações de interesse da Justiça no Distrito Federal.

#### **7.2.5. Projeto de Redução do Impacto Ambiental Provocado pelo Uso de Papel – PRIMA**

As medidas adotadas pelo Projeto visam minimizar o impacto do consumo de papel no TJDFT, além de atender ações estabelecidas no Programa Viver Direito. O TJDFT consome aproximadamente 100 mil resmas de papel A4 por ano. O grande volume deve-se ao tipo de trabalho exercido pela Instituição – processos judiciais, administrativos e outros que requerem registro oficial impresso. O papel reciclado, por sua vez, tem sido usado prioritariamente na impressão de calendários institucionais, agendas de audiência, formulário carta-resposta da Ouvidoria-Geral e outros documentos nos quais a impressão em outro tipo de papel é facultativa. A substituição do material leva em conta a reposição gradativa do estoque existente de papéis comuns no TJDFT, e será ampliada. A meta descrita no Projeto é substituir 5% dos papéis 90, 180 e 240 gramas comuns por reciclado de mesma gramatura, percentual ultrapassado já no primeiro ano do Projeto..

##### **Resultados alcançados:**

- Em 2008 foram substituídos 14,48 % dos papéis 90, 180 e 240 gramas comuns por reciclado de mesma gramatura;
- Em 2009 foram substituídos 29,33% dos papéis 90, 180 e 240 gramas comuns por reciclado de mesma gramatura.

**Tabela 45 – Substituição de papeis branco por papel reciclado**

**Mapa de substituição dos papéis off-set branco 90, 180 e 240 gramas por papel reciclado no ano de 2009.**

Gramatura	Tipo do Papel	Quantidade de Folhas	Porcentagem %
90 g.	Off-set branco	25.199 folhas	40,23
	Reciclado	37.443 folhas	59,77
180 g.	Off-set branco	2.406 folhas	20,57
	Reciclado	9.286 folhas	79,43

240 g.	Off-set branco	87.599 folhas	98,78
	Reciclado	1.090 folhas	1,22

*Fonte: Secretaria de Administração Predial*

#### **7.2.6. Projeto de Redução do Impacto Ambiental Causado pela Utilização de Bens de Consumo – PRIAC**

A proposta do Projeto insere-se como iniciativa eco-sustentável e tem por objetivos a entrega de canecas aos servidores, em substituição aos copos plásticos de 180 ml, bem como a substituição de aquisição de papel A4 branco, de gramatura 75, por papel reciclável, em consonância com a Resolução N. 11, de 22 de maio de 2007, do Conselho Nacional de Justiça.

Resultados alcançados:

- 94,76% de substituição de papel A4 (75g) até dezembro de 2009;
- 7250 canecas ecológicas distribuídas;

#### **CANECA ECOLÓGICA DO TJDFT**

EM NOSSAS MÃOS, O MUNDO QUE QUEREMOS DEIXAR PARA AS GERACÕES FUTURAS

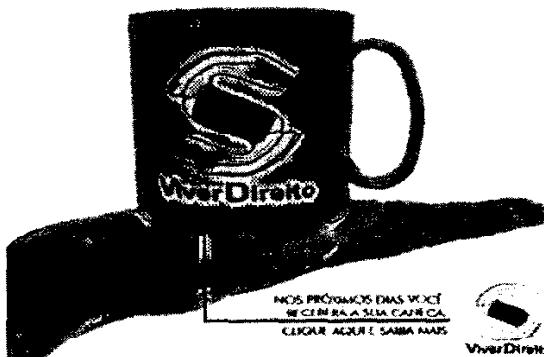
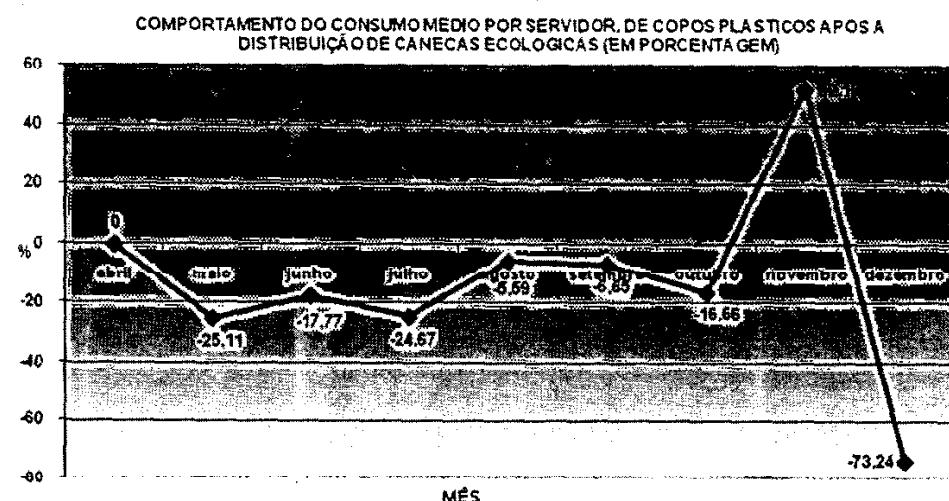


Imagen de divulgação da entrega das Canecas Ecológicas  
Fonte: <http://www.tjdft.jus.br/ViverDireito/vd.asp>, acessada em 8/1/2010

- Em abril de 2009, quando se começou a medir a redução de consumo de copos, observou-se que houve uma redução média de consumo por servidor da ordem de 14,7%.

**Gráfico 18 – Consumo Médio por Servidor de Copos Plásticos**

**Fonte:** Secretaria de Recursos Materiais

#### Observações:

O Projeto tem como meta a redução de 30% do consumo de copos descartáveis. O mês de abril serve como linha de base para a medição do consumo de copos plásticos, que foram consumidos em demasia no mês de novembro por ser este um mês atípico, uma vez que antecede o período de fechamento do almoxarifado para inventário. Já em dezembro, outro mês atípico, houve uma redução de 73,24% no consumo de copos plásticos, devido à suspensão das atividades de almoxarifado por 20 dias para a realização do inventário anual.

#### 7.2.7. Projeto de Acessibilidade para Portadores de Necessidades Especiais – PRAPNE

Em conformidade com o objetivo estratégico do TJDFT – Atender com excelência – e com o Pedido de Providência N. 1236, do CNJ, o projeto visa prover as instalações do Tribunal das condições de acessibilidade necessárias para facilitar o acesso aos usuários portadores de necessidades especiais – PNEs, e reforçará a imagem institucional do órgão quanto ao cuidado desta organização no atendimento às necessidades do público.

#### Resultados alcançados:

- Estudo sobre normas e legislação realizado;

- Processo licitatório encerrado. PA N. 8825/2008;
- Empresa vencedora do processo licitatório, para executar os projetos executivos, contratada.

#### **7.2.8. Projeto de Inclusão de Servidores e Magistrados com Deficiência – PROIND**

O PROIND é um projeto que visa conhecer o perfil dos servidores do TJDFT ocupantes de vagas reservadas às pessoas portadoras de deficiência, o seu contexto de trabalho e suas principais demandas funcionais, a fim de subsidiar ações da Administração voltadas para a inclusão.

O Projeto coloca o TJDFT em posição de vanguarda, se comparado aos demais tribunais, ao propiciar a adoção de políticas de inclusão do servidor com deficiência e fomentar a definição de uma política mais ampla que atenda também o cidadão com deficiência usuário da Justiça.

Para atingir esse objetivo, foi realizada a pesquisa Conhecer para Incluir, que coletou informações específicas a fim de delinear um conjunto de ações concretas que viabilizassem o desenvolvimento de práticas e valores organizacionais em consonância com os movimentos sociais e as demandas legais. Foi criado, ainda, o Núcleo de Inclusão – NIC.

##### **Resultados alcançados:**

- A pesquisa realizada, Conhecer para Incluir, permitiu à Casa ter acesso à percepção dos servidores e gestores a respeito do contexto de trabalho, das relações profissionais estabelecidas, da gestão de desempenho adequada e de providências a serem adotadas pelo TJDFT, de acordo com as especificidades de cada servidor, tipos de deficiência e contexto de trabalho. As ações se subdividem em três grandes eixos: acessibilidade, suporte institucional e gestão de pessoas;
- A proposição e criação do Núcleo de Inclusão – NIC, vinculado à Presidência da Casa, que se concretizou por meio da Portaria GPR N. 811/2009;
- O Projeto de Gestão de Pessoas com Deficiência elaborado.

### **7.2.9. Projeto de Reaproveitamento dos Resíduos Recicláveis do TJDFT – PROECO**

O PROECO visa à inserção do TJDFT na gestão ambiental promovendo a redução de custos, o reaproveitamento dos resíduos e a mudança comportamental dos servidores, magistrados e prestadores de serviço do Órgão em relação ao meio ambiente. Outro ponto de destaque no projeto é a inclusão social dos catadores de resíduos, para os quais a venda do material recolhido contribui para o aumento da renda familiar.

Resultados alcançados:

- Aquisição e distribuição de cerca de 1200 coletores de material reciclável;
- Convênio firmado com a Central das Cooperativas de Catadores de Material Reciclável de Brasília - CENTCOOP DF (Termo de Convênio N. 06/09);
- Divulgação da Ação e conscientização do público interno sobre a importância de realizar a Coleta Seletiva;
- Coleta Seletiva implantada e em funcionamento em todas as unidades do TJDFT, com reaproveitamento quase total do material reciclável descartado.

### **7.2.10. Projeto de Divulgação do Programa Viver Direito – PRODVD**

O Projeto de Divulgação do Programa Viver Direito – PRODVD tem por objetivo promover na Instituição uma nova cultura de responsabilidade socioambiental, sensibilizando servidores e magistrados para as questões relacionadas a esses temas.

Por intermédio da utilização de técnicas de marketing e comunicação social e da integração com os setores responsáveis pelas ações que resultam em impacto social ou ambiental, a estratégia do projeto passa pela conscientização do público interno, valendo-se da ampliação da cobertura jornalística nos canais internos (*webmail* e *Intranet*) e na mídia impressa (jornais e revista).

O projeto foi concluído com a entrega de uma pesquisa realizada para avaliar os resultados do projeto de divulgação, e agora passa a ser uma ação permanente a ser divulgada pelo Programa Viver Direito.

**Resultados alcançados:**

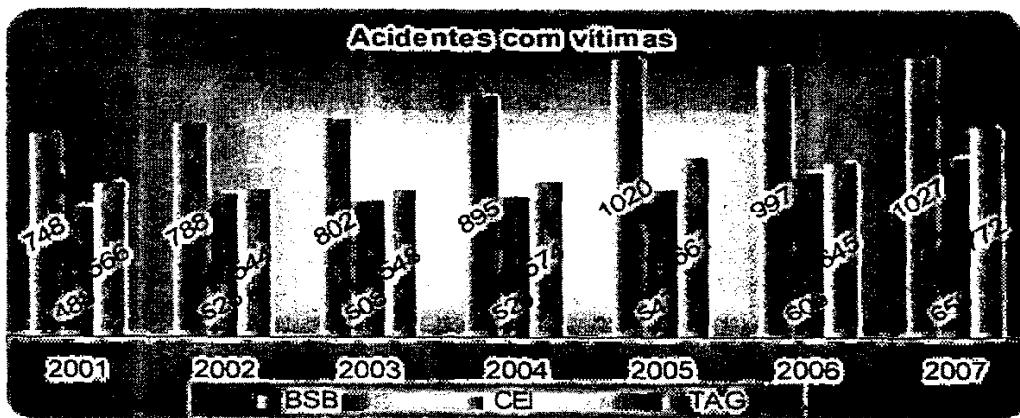
- Matéria de página inteira no Correio Braziliense sobre a coleta de pilhas no TJ;
- Destaques no blog do CNJ;
- 8 matérias/mês publicadas nas Últimas Notícias, que tem índice médio de 44 mil acessos/mês, conforme estatística da Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI.

**7.2.11. Projeto de Expansão do Juizado Especial de Trânsito – PROJET**

O número de veículos em circulação no DF, em maio de 2008, atingiu o total de 1.003.422. Evidentemente esse número concorre para o aumento de acidentes de trânsito, com e sem vítimas.

Com dados extraídos do DETRAN-DF, o gráfico abaixo apresenta o total de acidentes com vítimas ocorridas em Brasília, Taguatinga e Ceilândia, sendo as duas últimas, foco desse Projeto de expansão.

**Gráfico 19 - Acidentes com vítimas em Brasília, Taguatinga e Ceilândia**



*Fonte: Departamento de Estatística do DETRAN-DF*

O Projeto tem a finalidade de instalar Postos de Juizado de Trânsito em Taguatinga e Céilandia, de modo a diminuir o número de processos judiciais em razão de acidentes de trânsito em que não haja vítimas.

**Resultados alcançados:**

- Solicitação de Recursos Humanos à Secretaria de Recursos Humanos – PA 13804/2008;
- Processo de Aquisição de Unidades Móveis – Pregão Eletrônico 15/2009 homologado – PA 14.722/2008;
- Designados executores do contrato de aquisição de Unidades Móveis.

**7.2.12. Projeto de Instalação de Cabines do Protocolo Expresso em Brasília, Taguatinga e Ceilândia – PRO-EXPRESSO**

É constante a preocupação do Tribunal em relação ao cumprimento do disposto em sua Missão Institucional, principalmente, no que se refere ao acesso à justiça e resolução de conflitos por meio de um atendimento de qualidade aos jurisdicionados.

Esse Projeto visa à instalação de cabines, semelhantes às existentes em sistemas de pedágio, no estacionamento do Ginásio Nilson Nelson e nas circunscrições de Taguatinga e Ceilândia. As novas instalações acarretarão maior conforto e rapidez no atendimento aos usuários, repercutindo, positivamente, na satisfação desses. Registra-se, ainda, que o novo ambiente trará benefícios, também, aos servidores que prestarão serviços no referido Posto, já que as condições de trabalho serão mais adequadas, com climatização do ambiente, mobiliário e equipamentos compatíveis, entre outros.

**Resultados alcançados:**

- Processo de Contratação de Empresa homologado – PA 5252/2009;
- Obras de construção das cabines do Protocolo Expresso ao lado do Ginásio Nilson Nelson e nos Fóruns de Ceilândia e Taguatinga em andamento.

### **7.2.13. Projeto de Implantação da Central de Conciliação dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília – PROCECOJE**

A Central de Conciliação dos Juizados Especiais Cíveis – CCOJE teve sua origem instituída por meio do Ofício GC N. 1377/2008, de 24 de setembro de 2008, subscrito pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves, Presidente deste Tribunal de Justiça, e pelo Processo Administrativo N. 11.875/2008 em conjunto com o Projeto de Implementação da Central de Conciliação dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília – PROCECOJE, incluído no Plano de Gestão do Biênio 2008/2010.

O objeto primordial para sua instituição consubstanciou-se na unificação dos procedimentos que precedem à atividade de conciliação e de controles a que estão sujeitos os conciliadores, bem como a ampliação das condições de produtividade, com a consequente redução na demanda dos serviços cartorários.

O seu efetivo funcionamento somente se deu em 13 de abril de 2009, no Bloco 04, 1º Andar, do Fórum José Júlio Leal Fagundes, compondo, a princípio, a estrutura organizacional da Corregedoria deste Tribunal, nos termos da Portaria Conjunta N. 023, de 05 de maio de 2009, posteriormente, alterada pela Portaria Conjunta N. 77, de 5 de novembro de 2009, que promoveu a sua reclassificação institucional de “Área Meio – Gestão Estratégica – Corregedoria” para “Área Fim – Apoio ao 1º Grau de Jurisdição”, em resposta ao Processo Administrativo N. 15.767/2009, instaurado por meio do MEM./CENTRAL DE CONCILIAÇÃO/N. 006/2009.

#### **Resultados alcançados:**

- 4ª Semana Nacional da Conciliação, realizada no período de 07 a 11 de dezembro de 2009, que teve como fundamentos a Portaria Conjunta N. 75, de 28 de outubro de 2009, em referência ao Ofício/Circular/N. 009/2009, subscrito pelo Juiz Coordenador dos Juizados Especiais, Dr. Flávio Fernando Almeida da Fonseca, bem como a Recomendação N. 08, de 27 de fevereiro de 2007, e o Ofício N. 025/COMJE/2009, do Conselho Nacional de Justiça. A ação obteve os seguintes resultados:

**Tabela 46 – Resultados da 4ª Semana da Conciliação**

DIA	Audiências Designadas	Qtde média de audiências realizadas	Partes atendidas	Total de Acordos	Média diária de Acordos	Total de Aud. Inst e Julg.	Total de Conciliações Remarcadas
07/12	140	93	227	30	32%	50	12
08/12	143	82	211	17	21%	50	08
09/12	142	86	211	22	26%	52	11
10/12	141	94	220	32	34%	48	12
11/12	153	102	239	34	33%	50	13
<b>TOTAL</b>	<b>719</b>	<b>457</b>	<b>1.108</b>	<b>135</b>	<b>29%</b>	<b>250</b>	<b>56</b>

Fonte: Secretaria-Geral da Corregedoria

- **Curso de formação de conciliadores:**

A organização desse curso compete, atualmente, ao Instituto de Formação Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro. Anteriormente, era de competência da Coordenadoria da Central de Conciliação dos Juizados Especiais Cíveis.

Tratando-se de atividade para cuja execução é necessária formação específica e especializada, decidiu-se pela alteração do formato do curso anteriormente ministrado, tanto no que se refere ao conteúdo quanto ao número de horas/aula.

O Curso promoveu formação da quase integralidade dos servidores, estagiários e conciliadores voluntários da Central de Conciliação, tornando-os aptos ao exercício da atividade conciliatória.

**Tabela 47 - Audiências de Conciliação realizadas entre 13 de abril a 18 de dezembro de 2009:**

Mês	Qtde de dias úteis no mês	Audiências Designadas	Qtde média audiências realizadas por dia	Partes atendidas	Total de Acordos	Média mensal de Acordos	Total de Aud. Inst e Julg.	Total de Conciliações Remarcadas	Precosas Devolvidas Juizado de Origem Para Desp / Julg. antecip
<b>Abril</b>	13	1102	85	não registrado	171	26%	444	132	445
<b>Maio</b>	20	1894	95	2871	292	24%	754	177	695
<b>Junho</b>	21	1675	80	2641	273	24%	758	146	553
<b>Julho</b>	23	1261	55	2035	219	25%	611	108	381
<b>Agosto</b>	21	1766	84	2744	295	24%	877	102	523
<b>Setembro</b>	21	2134	102	3347	361	25%	892	126	604
<b>Outubro</b>	20	1862	93	2900	324	24%	714	117	505
<b>Novembro</b>	20	1806	90	2944	341	25%	758	116	431
<b>Dezembro</b>	13	1584	121	2604	290	26%	654	108	464
<b>TOTAL</b>	<b>172</b>	<b>15.084</b>	<b>805</b>	<b>22.086</b>	<b>2.586</b>	<b>25%</b>	<b>6.462</b>	<b>1.132</b>	<b>4.601</b>

Fonte: Secretaria-Geral da Corregedoria

- Padronização dos procedimentos cartorários e especificamente atinentes à atividade de conciliação;
- Qualificação do atendimento ao jurisdicionado, mediante a disponibilização de estrutura adequada à resolução do conflito de interesse por esse vivenciado;
- Garantia de tempo hábil para a realização da audiência de conciliação, gerada pela presença vinculativa dos estagiários e dos conciliadores responsáveis pelo ato;
- Imediata resolução dos incidentes ocorridos durante a audiência conciliatória, uma vez que, ao não haver acordo, a decisão passa a ser de competência do Magistrado lotado na Central de Conciliação, ou do Juiz Substituto presente no respectivo Juizado Especial, o que ocasionou, nas Varas Cíveis de Brasília, efetiva celeridade ao procedimento das demandas afetas, mediante o acolhimento imediato dos pedidos de inclusão/exclusão de parte, de emenda da inicial, de homologação de desistência e de acordos, entre outros.

#### **7.2.14. Projeto de Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade com Certificação ABNT NBR ISO 9001:2000 – PGQ**

Vinculado ao Objetivo Estratégico “Otimizar os Procedimentos Administrativos”, o projeto PGQ visa implementar no TJDFT, um Sistema de Gestão da Qualidade em relação a duas rotinas específicas da 2ª. Instância – Recurso e Feito Originário. Esse trabalho pretende atender às exigências e requisitos estabelecidos pela Norma ABNT NBR ISO 9001:2008, dotando a Secretaria Judiciária de mecanismos eficientes e eficazes na implantação e manutenção da gestão da qualidade.

Dessa forma, esse projeto pretende dar continuidade ao padrão de excelência da prestação jurisdicional do TJDFT, demonstrando o compromisso público com as necessidades e expectativas da sociedade do Distrito Federal e oferecendo uma abordagem sistêmica de planejamento do contínuo crescimento, modernização e aprimoramento desta Casa.

O PGQ constituiu-se de duas fases: Implementação e Certificação.

Na etapa de implementação, foi realizado diagnóstico por meio de consultoria especializada, para auxiliar na identificação do escopo da certificação que, por sua vez, deve estar vinculado e em harmonia com objetivos estratégicos do Tribunal; execução das atividades e tarefas necessárias para adequação das rotinas judiciárias de 2ª Instância aos requisitos da Norma ABNT NBR ISO 9001:2008; bem como o nivelamento de conhecimentos a respeito do processo e importância de um Sistema de Gestão da Qualidade. Essa etapa constituiu-se de 5 (cinco) fases, a saber: Diagnóstico; Estruturação; Implantação; Auditoria Interna; e Preparação para as auditorias externas.

Na etapa de certificação são realizadas a avaliação e a certificação de conformidade do Sistema de Gestão da Qualidade implantado, por entidade certificadora devidamente credenciada, conforme os requisitos da citada norma. Etapa a ser realizada em concomitância com a etapa de implementação – segunda fase – que está em período de execução.

Resultados alcançados:

- Alteração do fluxo das rotinas por meio de aquisição de máquinas numeradoras automáticas, o que gerou maior celeridade na prestação dos serviços;
- Realização de 4 (quatro) eventos de capacitação, dos quais participaram 131 servidores envolvidos na execução do Projeto:
  - Seminário sobre o Sistema de Gestão da Qualidade ABNT NBR ISO 9001:2008;
  - Curso de Interpretação, Implementação e Certificação da Norma ABNT NBR ISO 9001:2008;
  - Curso de formação de auditores internos; e
  - Seminário de capacitação dos colaboradores em cumprimento aos requisitos da Norma ABNT NBR ISO 9001:2008.
- Documentação do Sistema de Gestão da Qualidade validada pelo Comitê da Qualidade e disponibilizada para acesso a todos os servidores por meio da *intranet* deste Tribunal:
  - 13 (treze) Instruções de Trabalho: descrevem as rotinas de trabalho de cada Setor e fornecem informações sobre como

- realizar atividades operacionais no âmbito das Unidades Organizacionais abrangidas pelo escopo;
- 5 (cinco) Procedimentos Documentados: fornecem informações sobre como realizar as atividades relacionadas aos processos do Sistema de Gestão da Qualidade;
  - 26 (vinte e seis) Formulários: subsidiam a operacionalização dos processos do Sistema de Gestão da Qualidade.
  - Manual da Qualidade: fornece as informações sobre a estruturação do Sistema de Gestão da Qualidade da Secretaria Judiciária e sobre o atendimento aos requisitos da norma ABNT NBR ISO 9001:2008. Em fase de elaboração.

**Observação:**

A fim de obter a Certificação ao final do processo, é preciso a contratação de uma empresa certificadora que realizará auditorias com o objetivo de verificar se este Tribunal atendeu aos requisitos da norma, assim como realizar os serviços de Auditoria de Manutenção anual dos certificados obtidos. Os procedimentos para contratação da empresa já estão em andamento. O prazo de validade da Certificação é de 3 (três) anos, contados a partir da data do último dia da Auditoria de Certificação.

**7.2.15. Projeto de Finalização de Obras (Fórum José Júlio, Fórum de São Sebastião e Bloco A) – POBRAS**

Esse projeto visa concluir as obras do Bloco A, do Fórum José Júlio Leal Fagundes e do Fórum de São Sebastião. Além da significativa redução de custos com prédios alugados, a realização das obras – com recursos planejados de construções, redes e instalação de mobiliários – dá suporte racional a uma prestação jurisdicional de qualidade.

**Resultados alcançados:**

- O Fórum de São Sebastião foi inaugurado;
- O Fórum José Júlio Leal Fagundes foi inaugurado;
- As obras do Bloco A encontram-se parcialmente finalizadas tendo em vista a rescisão do contrato com a empresa responsável.

#### **7.2.16. Projeto de Desenvolvimento e Racionalização do Fluxo dos Procedimentos de Contratação/ Aquisição – PRAFP**

O projeto tem como objetivo promover a otimização dos procedimentos e rotinas relativas à contratação/aquisição, contribuindo para a celeridade na obtenção do material e/ou serviço demandado pelas unidades administrativas, por meio de racionalização do fluxograma.

O tempo mediano de tramitação dos processos de contratação/aquisição no âmbito do TJDFT, no período de 01/07/2008 a 31/12/2008, foi de 120 (cento e vinte) dias. Houve uma redução de 20% (vinte por cento), se comparado ao mesmo período do ano de 2007, ou seja, de 01/07/2007 a 31/12/2007, em que o tempo mediano era de 150 (cento e cinquenta) dias.

O projeto consistiu na apresentação de diagramações denominadas "fluxogramas", contendo a tramitação dos processos administrativos de contratações devidamente rationalizados, ou seja, a representação gráfica da maneira como esses processos devem ser executados.

A parte inicial do projeto, qual seja, o desenvolvimento dos fluxogramas, tornou possível implantar no TJDFT uma diagramação coerente com a melhor tramitação dos processos administrativos de contratações, sejam estas efetuadas mediante Licitação, Contratação Direta (Dispensa e Inexigibilidade) ou Registro de Preços. Os fluxogramas inicialmente elaborados passaram por um período de 2 meses de monitoramento, para eventuais melhorias.

A parte final do Projeto referiu-se à racionalização dos fluxogramas desenvolvidos. Nessa fase, foram identificadas – por meio da análise dos processos de 2007 previamente selecionados por amostragem, bem como por emissão de relatórios – as disfunções do processo, ou seja, as razões da morosidade na tramitação. Foram implementadas as melhorias, minimizando-se substancialmente o problema com a definição de estratégias específicas de prevenção, entre elas, a implementação de ações voltadas à intensa capacitação de servidores (treinamento) e à orientação permanente, por parte da Secretaria de Controle Interno – SECI, aos dirigentes das Unidades Administrativas.

Assim, o relatório elaborado sobre a análise desses processos resultou em instrumento de suma importância para o TJDFT, inclusive para a verificação do

funcionamento das atividades pertinentes à contratação e respectivos resultados a serem alcançados. Como restou comprovado, observou-se sensível melhora na tramitação dos processos, que se tornou mais célere e eficiente, graças, inclusive, à participação efetiva dos gestores envolvidos.

Encerrada a fase de monitoramento, os fluxogramas foram homologados e amplamente divulgados às Unidades Administrativas, inclusive por meio da *intranet*.

Cumpre mencionar que, com o intuito de aperfeiçoar ainda mais os fluxogramas já homologados, as Unidades Administrativas envolvidas têm promovido constantes diálogos, os quais resultaram – em dezembro último – na 1ª atualização dos fluxogramas, frente às novas dinâmicas operacionais verificadas no TJDFT desde sua homologação – no início de 2009, que decorrem, sobretudo, do constante aperfeiçoamento das rotinas.

Importante mencionar que, tão logo finalizado o exercício de 2009, a Secretaria de Controle Interno pretende promover a apuração do tempo mediano respectivo, com vistas à continuidade da apuração da celeridade da tramitação dos processos de contratação no âmbito do TJDFT.

Diante do sucesso alcançado com as diagramações, algumas Unidades e servidores sugeriram a elaboração de fluxogramas destinados a outras rotinas (p.ex.: execução e alteração contratuais), no sentido de ampliar os benefícios promovidos pelo Projeto, de grande relevância para a sociedade como um todo. Isso porque, não apenas os servidores, mas também a pessoa jurídica/física a ser contratada é indiretamente beneficiada na medida em que a contratação é feita de forma mais célere e eficiente.

Assim, não se pode olvidar que o Projeto consiste, principalmente, na observância de dispositivo constitucional que visa garantir, no âmbito administrativo, a razoável duração do processo, dentro do princípio da legalidade e com os meios adequadamente estabelecidos para imprimir celeridade em sua tramitação.

#### **Resultados alcançados:**

- Agilização no trâmite dos processos;
- Padronização dos procedimentos de contratação;
- Compreensão por parte de todos os interessados da movimentação desses processos, o que os permite acompanhar passo a passo as atividades concernentes à contratação;
- Maior interação e melhor comunicação entre as Unidades Administrativas;

- Maior conhecimento pelas Unidades Administrativas acerca das atividades das demais;
- Conscientização de todos de que os fluxos são ferramentas eficientes para promoção contínua da celeridade processual.

#### 7.2.17. Projeto de Modernização de Arquivos do TJDFT – PROMA

Projeto pioneiro do TJDFT, em implantação desde 2005, promoveu a redução de custos e da necessidade de destinação de espaço físico para a guarda de autos findos, revolucionando a guarda e o arquivamento de processos. Adotando uma Tabela de Temporalidade de Documentos Judiciais, elaborada por uma comissão de Magistrados, promoveu a eliminação de peças processuais e a digitalização das que devem permanecer arquivadas, possibilitando o acesso virtual aos processos judiciais do Tribunal de forma segura e ágil. O projeto prevê a eliminação dos autos de processos judiciais findos destituídos de valor, após uma criteriosa avaliação realizada por equipe especializada, que define quais processos podem ser eliminados e quais devem ser preservados.

O PROMA foi apresentado pelo Secretário de Gestão Documental do TJDFT, no ECM 2008 – *Enterprise Content Management* (Gerenciamento de Conteúdo das Informações), promovido pela multinacional americana IQPC – *International Quality & Productivity Center*, com o objetivo de oferecer conteúdo atrativo e atualizado para o aprimoramento profissional de executivos de diversos setores da economia. Naquela ocasião, ficou demonstrado que é possível uma instituição pública aderir às metodologias de gerenciamento de projetos, como forma de aprimorar a qualidade dos serviços prestados, dentro de uma visão empresarial dinâmica e eficiente.

Resultados alcançados:

- Tratamento, até 31 de dezembro de 2009, de 90.000 caixas-arquivo de autos judiciais findos, o que corresponde a 100% do total contratado, a cerca de 1.000.000 de processos e a 10,12% do acervo a ser tratado;
- Eliminação, até 31 de dezembro de 2009, de 9.113 caixas-arquivo de autos judiciais findos, o que corresponde a 81.515 processos. Considerando-se que as eliminações tiveram início em abril de 2009, confirma-se a média prevista de 1.000 caixas eliminadas por mês. Com isso, já foi eliminado 12,57% do acervo destinado a esse fim;

- 261 estantes de arquivos (1302 prateleiras) desocupadas;
- 78.152 caixas-arquivo de processos judiciais findos microfilmados e digitalizados;
- Promoção da racionalização do trabalho arquivístico, com a redução de custos e de ocupação de espaço físico;
- Maior precisão na localização de autos judiciais;
- Apresentação instantânea de documentos, sem limites físicos, de modo a reduzir a circulação de autos, num processo de arquivamento/desarquivamento;
- Aproveitamento de espaço físico;
- Prevenção de extravio ou falsificação de documentos e melhora no atendimento aos usuários;
- Ganho de espaço nas Varas;
- Preservação da memória institucional do TJDFT – com a guarda permanente dos processos judiciais de valor histórico;
- Criação do acervo histórico, que serve de fomento para o Espaço Histórico e Cultural e o Centro de Memória Digital do TJDFT.

#### **7.2.18. Projeto de Eliminação dos Processos Judiciais Tratados pelo PROMA – PROELI**

O Projeto, concluído em julho de 2009, cumpriu seu escopo ao realizar dois eventos de eliminação de atos judiciais findos sem valor secundário. O Projeto, além de aplicar critérios de eliminação e eliminar os citados autos, estabelece uma rotina com destacada dimensão social, haja vista o papel fragmentado ser entregue à cooperativa de catadores de papel, o que permite a estes um significativo aumento em suas fontes de renda.

##### **Resultados alcançados:**

- Realização do Curso Arquivo e Memória da Justiça do DF – Elementos de História Contemporânea;
- Elaboração e publicação da Resolução N. 12, de 16/12/2008. Esta dispõe sobre os critérios que definem a atribuição de valor secundário aos autos

- findos, eliminados em obediência à Tabela de Temporalidade Documental – Área Fim, e sobre a preservação permanente desses autos;
- Aquisição de máquina fragmentadora – PA's 2096/2006 e 7964/2006;
  - Realização do 1º e 2º Eventos de eliminação;
  - Eliminação de 3.327 caixas-arquivo – cerca de 30.937 autos judiciais – de um universo de 90.000 caixas-arquivo de processos judiciais findos;
  - 26.765 processos eliminados (triturados) e repassados à CENTCOOP – Central das Cooperativas de Catadores de Papel – conveniada com o TJDFT. Apenas com os 2 primeiros eventos, já foi eliminado um montante de processos corresponde a 14 toneladas de papel, o previsto no escopo do projeto. Ao final de 2009, foram doadas 371 toneladas de papéis triturados.

#### 7.2.19. Projeto de Implantação do Programa Memória do TJDFT – PRO-MEMORIA

O Programa Memória do TJDFT, que compreende o Centro de Memória Digital e o Espaço Histórico Cultural, pretende resgatar e preservar partes da trajetória histórica do Tribunal de Justiça do DF. Devido à importância desta Corte junto à sociedade, essa História merece ser recontada, conservada e divulgada, ampliando conceitos e definições que se apresentam cada vez mais vinculados à memória afetiva da sociedade.

O projeto tem como objetivos criar o site do Centro de Memória Digital disponibilizado na *internet*, instalar o Espaço Histórico Cultural, com locais para exposições temporárias e permanentes, e desenvolver atividades para a comemoração do cinquentenário da Justiça no Distrito Federal.

##### Resultados alcançados:

- Lançamento do sítio eletrônico Centro de Memória Digital, em 08/08/2008;
- O sítio eletrônico tem alcançado o seguinte número médio de acessos:
  - *Internet* = 881,87 acessos/mês;
  - *Intranet* = 348,27 acessos/mês.
- Local já definido para a instalação do Espaço Histórico Cultural, localizado no 10º andar do bloco "A";
- Levantamento e identificação do acervo já concluído;

- A reforma do espaço físico está sendo licitada por meio do PA nº 12.965/2003;
- A aquisição de equipamentos, tais como mobiliário, TV, DVD e a gravação de CD's, está na fase de contratação;
- A confecção de materiais comemorativos, tais como, folders, banners e selo postal, está concluída.

#### **7.2.20. Projeto de Implantação do Instituto de Formação de Servidores – INSTITUTO**

Em atendimento à Lei nº 11.416, de 15/12/2006, e à Resolução N. 8, de 20/12/2006, esse projeto foi idealizado visando institucionalizar o Plano de Capacitação Permanente dos Magistrados e Servidores do TJDFT. A concretização desse objetivo veio com a criação do Instituto de Formação Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, Escola de Administração Judiciária do Distrito Federal.

Contando com o apoio de instrutores internos e com a contratação de renomados especialistas reconhecidos nacionalmente, o Instituto oferece cursos buscando o contínuo aperfeiçoamento profissional dos colaboradores da Casa e, consequentemente, contribuindo para uma prestação Jurisdicional de crescente qualidade.

##### **Resultados alcançados:**

- Instituto de Formação implantado e em funcionamento, contando com a estrutura de dois auditórios, duas salas de aula e três laboratórios de informática, para atender aos cursos de capacitação oferecidos aos servidores e magistrados da Casa;
- Espaço Educacional On-Line já disponível e em utilização;
- Mais de 435 ações de capacitação oferecidas no primeiro ano de funcionamento, entre elas:
  - Programa de Educação Continuada para Líderes (*Harvard Business School Publishing*);
  - Evento Café com Líderes;

- Curso "Carreira na Magistratura do TJDFT – Iniciação e Desenvolvimento" estruturado em 700 horas-aula de formação, distribuídas ao longo de cinco meses letivos;
- Outros cursos voltados principalmente à área jurídica.

#### **7.2.21. Projeto de Redução no Orçamento de Material de Consumo – PROMAC**

O projeto se propõe a recolher todas as impressoras a jato de tinta existentes no TJDFT, e substituí-las por impressoras a laser, uma vez que os consumíveis – cartuchos – daquelas custam, em média, R\$ 0,28 por cópia, enquanto cartuchos de toners custam, em média, R\$ 0,04 por cópia, conforme estudo realizado pela Secretaria de Recursos Materiais.

Resultados alcançados:

- Publicação da Portaria Conjunta N. 55, em 17/12/2008, que dispõe sobre a utilização, destinação, uso, distribuição, alocação e recolhimento regular de equipamentos e recursos de impressão corporativa e dá outras providências;
- Suspensão de aquisição de cartuchos de impressoras a jato de tinta.

#### **7.2.22. Projeto de Realização do Congresso Internacional Psicossocial Jurídico – PCOPSI**

O Congresso Psicossocial Jurídico teve como objetivos: fomentar o desenvolvimento do conhecimento científico nos relevantes temas que foram tratados, oferecendo aos congressistas e aos servidores públicos propostas concretas para a transformação de sua prática nas intervenções realizadas nessas situações; propiciar o desenvolvimento teórico-prático dos servidores públicos que atuam na área psicossocial; divulgar as práticas psicossociais de atenção à população que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios vem oferecendo à comunidade; e fortalecer a imagem desta Casa de Justiça para o público externo, uma vez que suas ações foram conhecidas por profissionais de todos os estados brasileiros.

Resultados alcançados:

- Congresso Internacional Psicossocial Jurídico – Um olhar Pacificador de Uma Nova Justiça – realizado no período de 21 a 24 de outubro, no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21. Principais temas abordados e palestras de maior relevância:
  - o Violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher e a Lei Maria da Penha;
  - o Violência intrafamiliar tendo outras vítimas que não a mulher;
  - o Violência contra o idoso;
  - o Questões do Direito de Família;
  - o Disputa de guarda entre genitores;
  - o Guarda compartilhada;
  - o Proteção à infância e à juventude, dando ênfase a intervenções em situação de violência;
  - o Atuação psicossocial em casos de abuso sexual de crianças e adolescentes;
  - o Abandono, abrigamento e adoção de crianças e adolescentes;
  - o Adoção internacional;
  - o Maus tratos infantis;
  - o Adolescente em conflito com a Lei;
  - o Abrigo de crianças sem convívio familiar;
  - o Justiça Comunitária;
  - o Uso de substâncias químicas ilícitas;
  - o Cumprimento de penas e medidas alternativas;
  - o Reinserção de apenados na sociedade;
  - o Justiça Restaurativa.
- Realização de palestras abordando temas relacionados à violência familiar, drogas, mediação, adoção e rcdcs sociais, violência sexual, "Lei Seca", saúde mental, guarda de menores, transdisciplinariedade na Justiça, ações inovadoras no Judiciário, entre outros;
- Livro compilando as novas propostas e o conhecimento adquirido no Congresso pelos servidores do TJDFT, que visa materializar os frutos do evento para a prestação jurisdicional brasileira. Ainda em fase de edição;

- Parcerias firmadas com a ASSEJUS, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Secretaria da Reforma do Judiciário e Banco Santander;
- O Congresso Psicossocial Jurídico recebeu 112 palestrantes, sendo cinco estrangeiros – dois da Argentina, um de Cuba, um da França e uma da Itália – e 998 inscritos, havendo representantes de todos os estados brasileiros;
- Viabilizou a capacitação de todos os servidores das unidades que assessoram magistrados em temas psicossociais, ao oferecer gratuitamente 7 (sete) cursos em temas altamente relevantes, quatro deles com palestrantes internacionais.

#### **7.2.23. Projeto de Realização de Pesquisa de Clima Organizacional – PCLIMA**

A Pesquisa de Clima Organizacional tem função diagnóstica. A partir das informações nela coletadas, torna-se possível identificar as potencialidades e fragilidades da Casa, o que viabiliza uma reflexão acerca das políticas e práticas adotadas até então, e da perspectiva de aprimoramento das futuras ações.

De forma específica, o objetivo desse estudo é dotar a Administração do TJDFT com informações a respeito da percepção dos servidores em relação às dimensões de comprometimento, equipes de trabalho, práticas gerenciais, suporte e políticas organizacionais, que compõem o instrumento de aferição do clima organizacional de 2009, bem como a comparação com dados da pesquisa realizada em 2006.

Resultados alcançados:

- Pesquisa de Clima Organizacional realizada e relatório divulgado em dezembro de 2009, o que viabilizou uma gestão participativa ao possibilitar a expressão de todos os servidores da Casa. A pesquisa permitiu a aferição da satisfação desses quanto ao ambiente organizacional e ofereceu insumos para uma tomada de decisão mais objetiva e pautada nas forças e fraquezas da Organização;
- A pesquisa contou com 1950 respondentes caracterizando uma taxa de participação de 39,56%. Obteve a participação de servidores de todas as secretarias, assessorias e coordenações, bem como de todos os fóruns do TJDFT;

- Os resultados apresentaram um aumento nas médias de todas as dimensões de clima organizacional quando comparadas com 2006, apontando melhoria no clima de maneira geral;
- O destaque positivo foi o alto comprometimento assinalado pelos servidores. Outros pontos fortes foram as dimensões práticas e valores das equipes de trabalho associadas às práticas gerenciais, os pontos críticos, o suporte e políticas organizacionais.

#### **7.2.24. Projeto de Incrementação do Projeto de Gestão por Competências – PCOMP**

Atualmente, tratado como uma tendência no âmbito das Administrações Pública e Privada, o modelo de Gestão por Competências visa alcançar os objetivos da Organização por meio do alinhamento das estratégias de Gestão de Pessoas à Missão, Visão e Valores institucionais.

No TJDFT, esse processo foi efetivamente iniciado por meio da atuação do PCOMP, que se propôs a mapear os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessários aos servidores para o cumprimento das respectivas funções, sempre norteado pelos objetivos estratégicos do Tribunal. O projeto visa introduzir um novo modelo de gestão de pessoas, com foco em resultados, buscando o desenvolvimento dos servidores e alinhando suas competências às competências da Casa.

Cabe ressaltar que o Projeto consta no site do CNJ como destaque no "Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário" na categoria Gestão de Pessoas.

##### **Resultados alcançados:**

- Entrega dos perfis das competências gerenciais gerais para os gestores titulares e substitutos;
- Realização de um projeto piloto de aferição de competências na Secretaria Psicossocial Judiciária – SEPSI, em que foi realizado o mapeamento das competências técnicas de todos os cargos da unidade, não apenas aqueles de gerência;
- Metodologia do Projeto Gestão de Pessoas por competências iniciada.

**Tabela 48 – Quantitativo de gestores que participaram do mapeamento**

	Gestores Titulares	Percentual	Gestores Substitutos	Percentual
Total de Gestores participantes do 1º Ciclo	480	74,88%	296	47,51%
Total de Gestores que receberam o PERFIL	370	77,08%	170	57,43%
Total de Gestores que não receberam o PERFIL	110	22,92%	126	42,57%

Observação: Para receber o perfil de competências, que apresenta a média entre a autoavaliação do gestor e a avaliação da chefia imediata, é necessário o preenchimento dessas duas avaliações (auto e chefia).

Fonte: Secretaria de Recursos Humanos

#### 7.2.25. Projeto de Promoção de Ações Psicoeducativas no TJDFT – PAPSI

O Projeto de Promoção de Ações Psicoeducativas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal visa promover a melhoria da saúde mental e a qualidade de vida dos servidores da Casa a partir da realização de palestras e atividades de discussão sobre saúde mental. Essas ações objetivam possibilitar aos magistrados e servidores o conhecimento de condições que podem favorecer o bem-estar psíquico do sujeito no trabalho e nas outras esferas de sua vida.

##### Resultados alcançados:

- Palestra sobre Prazer e Sofrimento no Trabalho, ministrada pela Mestra, Doutora e Pós-doutora, Professora Ana Magnólia Mendes, da Universidade de Brasília. A realização dessa palestra visou sensibilizar gestores e demais servidores sobre a importância do prazer no trabalho, na prevenção da saúde mental e para uma prática profissional focada nas dimensões preventivas do processo saúde-adoecimento no trabalho. A palestra teve como foco as relações intersubjetivas que articulam os modos de gestão da organização do trabalho, as vivências de prazer-sofrimento, as mediações e as patologias do trabalho. Buscou ainda sensibilizar os participantes para a importância das vivências de prazer e de sofrimento no trabalho sobre a saúde mental do trabalhador;
- Participação de 170 pessoas no evento, entre elas desembargadores, magistrados, secretários e servidores do TJDFT. A palestra obteve o maior número de inscrições em um único evento esse ano. A apresentação da

professora Ana Magnólia Mendes também teve transmissão simultânea por videoconferência. A palestra Prazer e Sofrimento no Trabalho foi repriseada várias vezes na TV Justiça, o que aponta para sua relevância e para o interesse que a mesma despertou nos servidores da Casa;

- Durante o evento, divulgou-se a formação de um novo grupo de atendimento psicológico, intitulado "Nós e o Trabalho", que focaliza as dimensões subjetivas do trabalho e os fatores associados tanto à promoção da saúde como ao adoecimento a partir do trabalho. Outros grupos, também focados na dimensão do trabalho, se reúnem nos Fóruns de Ceilândia e Samambaia com Oficiais de Justiça, com vistas a promover a superação do sofrimento e promover a satisfação a partir do trabalho, como também a melhoria das condições laborais;
- Realização de eventos de orientação e prevenção acerca de psicopatologias.

#### **7.2.26. Projeto de Implementação de Política de Segurança de TI – PROPOL**

Em atenção às recomendações do TCU, contidas no Acórdão 2471/2008 – Plenário, o Projeto visa elaborar e implementar um conjunto de ações direcionadas a práticas de segurança de informação por meio da normatização e implementação de controles baseados em análise de risco e gestão de continuidade de negócios.

Resultados alcançados:

- Elaboração das minutas de portaria de segurança da informação para usuários, tecnologia de informação, relatório de análise de riscos dos ativos;
- Implementação de controles de segurança, conforme as recomendações contidas nas normas ABNT/NBR, ISO IEC 27005, ISO 27001 e 27002.

#### **7.2.27. Projeto de Incremento dos Níveis de Gerenciamento e Disponibilidade das Informações Corporativas do TJDFT – PINGDI**

O TJDFT possui hoje, tanto na atividade-meio, quanto na atividade-fim, um funcionamento altamente baseado em seus sistemas de informação. Por esse motivo,

garantir uma boa estrutura do *backup* é assegurar a continuidade das operações em face de qualquer contingência que implique em perda ou dano às informações corporativas, bem como a possibilidade de recuperá-las em um momento futuro aumentando a segurança e a disponibilidade das informações.

Com esse intuito, foi criado o Projeto de Incremento dos Níveis de Gerenciamento e Disponibilidade das Informações Corporativas do TJDFT – PINGDI.

Baseado na aquisição de equipamentos de armazenamento de dados em massa e de softwares que permitam efetivamente a criação dos *backups*, o PINGDI pretende assegurar a integridade e a acessibilidade das informações corporativas de forma ágil e segura.

Suas metas incluem o aumento do índice de sucesso na recuperação de *backups* (atualmente em 95%) e a redução, pela metade, do tempo necessário para execução dos *backups*, em termos diários, semanais e mensais, hoje realizado em 15 horas.

#### Resultados alcançados:

- A solução encontra-se instalada e possibilita o armazenamento das informações em discos de alta performance, redundância, durabilidade, com capacidade de armazenamento de até 40 *TeraBytes*. Além disso, proporciona a recuperação rápida das informações institucionais em caso de perdas ou danos, com patamar próximo a 100% de sucesso;
- Depois de implantada a solução, o tempo de recuperação dos dados caiu em aproximadamente 90%;
- Houve, também, aumento no índice de sucesso nas restaurações dos *backups* solicitados, atingindo o patamar de 100% das requisições desse tipo de demanda;
- Verificou-se que o tempo de execução dos *Backups* em termos diários, semanais e mensais está notavelmente mais rápido, tendo sido reduzido em mais de 80%.

#### **7.2.28. Projeto de Implementação de Sistema que Viabilize Controle de Acesso a Rede de Dados do TJDFT – PROACE**

A consolidação da utilização de processos informatizados nas rotinas de trabalho gera um crescente benefício em termos de celeridade e produtividade no tratamento das informações; porém, a utilização de novas tecnologias da informação acabou por trazer novos riscos e ameaças à disponibilidade e integridade das informações corporativas.

Uma das mais efetivas práticas para proteger os ativos digitais de uma organização é feita por meio do controle de acesso à rede de dados. Com isso, o projeto tem a finalidade de criar perfis de autenticação para todos os usuários do TJDFT, a fim de tornar o acesso protegido de ameaças externas.

Resultados alcançados:

- A solução encontra-se parcialmente implantada, tendo sido responsável, em conjunto com a segmentação da rede de Brasília, pela significativa redução de falhas na infraestrutura e redes responsáveis por paralisação de serviços e sistemas;
- Noventa por cento dos usuários do TJDFT autenticados pelo novo padrão de controle de acesso.

#### **7.2.29. Projeto Institucional Audiência Interprofissional Protetiva – PROAIP**

O Projeto tem como objetivo oferecer ambiente privilegiado e profissionais capacitados para auxiliar o magistrado na coleta do depoimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

Relatar para estranhos uma experiência de abuso sexual é uma situação de grande potencial de estresse emocional, especialmente para crianças e adolescentes. No entanto, normalmente esse depoimento é a única forma do ofensor ser judicialmente responsabilizado por seu crime. Por essas razões, foi desenvolvida uma técnica para coletar o depoimento de crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual, de modo a minimizar o sofrimento e os prejuízos emocionais da vítima durante seu relato.

Com a utilização das Audiências Protetivas, o TJDFT entra para o seletí e pequeno número de tribunais brasileiros e internacionais que oferecem um serviço que cuida da saúde emocional das vítimas.

Resultados alcançados:

- Instalação, em dezembro de 2009, de sala com aparelhagem de vídeo e som ligada às salas de audiência das Varas Criminais;
- Em fevereiro de 2010, terão início as audiências protetivas, que deverão ser, a priori, em número de 10 (dez) por semana.

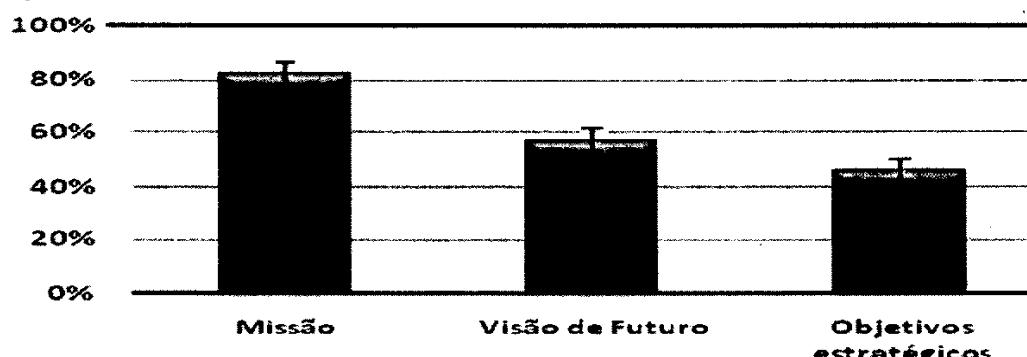
**7.2.30. Projeto de Realização de Pesquisa de Conhecimento sobre o Plano Estratégico – PCONPE**

A pesquisa de conhecimento do Plano estratégico do TJDFT é uma das ações institucionais previstas no Plano de Gestão 2008-2010. Para sua realização, foram selecionados aleatoriamente 670 servidores e magistrados de todos os fóruns do TJDFT. A todos eles foi feito um convite pessoal para, espontaneamente, preencherem o questionário.

Resultados alcançados:

Do universo de pessoas entrevistadas na pesquisa, 83% disseram conhecer a Missão do TJDFT. Em relação à Visão de Futuro e aos Objetivos Estratégicos, as porcentagens foram 57% e 46%, respectivamente, conforme representado no gráfico abaixo.

**Gráfico 20 - Porcentagem dos Entrevistados que conhecem a Missão, a Visão e os Objetivos Estratégicos**



**Fonte:** Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica

Outras informações foram obtidas por meio do levantamento realizado pela Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG, como, por exemplo, a percepção de servidores e magistrados quanto ao processo de elaboração do principal instrumento de planejamento do TJDFT. Pode-se concluir que o projeto cumpriu sua missão de aferir o grau de conhecimento de magistrados e servidores em relação aos elementos do Plano Estratégico do Tribunal e obteve informações que ajudam na construção de um eficiente plano de divulgação da estratégia institucional.

Além disso, essa pesquisa configurou-se como insumo para o desenvolvimento do projeto de revisão do planejamento estratégico do TJDFT, conforme determina a Resolução N. 70 – acessível no sítio:

[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=57](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=57), do Conselho Nacional de Justiça. Os dados sobre o conhecimento de magistrados e servidores em relação ao Plano Estratégico ajudam na constituição de um dos pilares do processo de revisão do planejamento estratégico: a participação dos servidores e magistrados na composição e execução da estratégia no Tribunal. Relatório completo acessível no sítio:

[http://intranet.tjdft.jus.br/intranettjdft/unidades\\_adm/app/app\\_documentos/RelatorioPConPE.pdf](http://intranet.tjdft.jus.br/intranettjdft/unidades_adm/app/app_documentos/RelatorioPConPE.pdf)

#### **7.2.31. Projeto Definição de Atribuições dos Ocupantes de Funções Comissionadas – FCs – e Cargos em Comissão – CJs – PFCCJ**

O presente projeto surgiu da necessidade de padronização das atribuições de servidores que exercem as Funções Comissionadas – FCs – e Cargos em Comissão – CJs, pois atualmente não existe neste Tribunal um manual com a descrição dessas.

No escopo foram definidos 5 grupos: Gabinetes de Desembargadores; Varas; Juizados; Turmas, Câmaras e Conselho Especial; e Turmas Recursais. O produto final servirá de orientador para quem exerce ou deseja exercer FCs ou CJs, além de alimentar o banco de dados da área de Recursos Humanos.

A pesquisa permitiu identificar as atividades realizadas pelos ocupantes de FCs e CJs e gerar um portfólio de perfis exigidos para o exercício dessas funções e cargos. Futuramente o trabalho pode ser continuado, mapeando as atribuições de ocupantes de FCs e CJs das áreas administrativas vinculadas à área meio e à Corregedoria, bem como a área fim de apoio judiciário a 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Instâncias.

Cabe ressaltar que o Projeto consta no site do CNJ no “Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário” na categoria Gestão de Pessoas.

Resultados alcançados:

- Mapeamento das FCs e CJs dos Gabinetes de Desembargadores, Varas e Juizados finalizados em setembro/09.

#### **7.2.32. Projeto de Implantação do Restaurante – PIRES**

O projeto visa atender às necessidades de alimentação de servidores, magistrados e jurisdicionados que utilizam o Fórum de Brasília. O restaurante será localizado no 9º andar do bloco B, terá cerca de 500 m<sup>2</sup>, capacidade para 1.000 refeições por dia, incluindo grelhados e massas. O projeto ainda contempla a construção de uma lanchonete.

Resultados alcançados:

- A licitação da obra foi realizada em 23 de novembro e a empresa BRACEO – Brasil Construtora e Empreiteira de Obras Ltda. sagrou-se vencedora do certame;
- Aguardando assinatura do contrato para posterior emissão da ordem de serviço autorizando o início das atividades pela construtora.

#### **7.2.33. Projeto de Padronização e Reabilitação Arquitetônica dos Ambientes Sanitários do TJDFT – PRASAN**

Os ambientes sanitários (banheiros, lavabos, vestiários e afins) do TJDFT foram construídos em momentos diferentes, em contextos tecnológicos diversos no âmbito da construção civil. o que dificulta sobremaneira a gestão de sua manutenção, devido à diversidade de tipologias construtivas encontradas, o que exige aquisições esparsas de materiais de características diferentes e não intercambiáveis, bem como ocasiona prospecções infrutíferas de materiais fora de linha no mercado. Os ambientes mais antigos possuem padrão arquitetônico desatualizado, por vezes inadequado às atuais normas de acessibilidade para portadores de necessidades especiais – PNE's, e

cujas válvulas de descarga e torneiras antigas estão dimensionadas ainda para padrões elevados de consumo de água.

O projeto objetiva padronizar os materiais e peças dos ambientes sanitários, para racionalizar as aquisições e procedimentos de manutenção, bem como contribuir com a promoção da unidade visual das unidades atendidas, dentro de um padrão arquitetônico contemporâneo. O PRASAN permitirá acesso e utilização por parte de PNE's dentro dos padrões considerados satisfatórios na atualidade, e evitará a exposição do usuário a ambientes antiquados e degradados. Além disso, o projeto contribuirá também para a meta 11.4 do PLABI, reduzindo o consumo de água das edificações do TJDFT, por meio da instalação de registros sanitários e torneiras de lavatórios preparadas tecnologicamente para promover a economia de recursos hídricos.

Resultados alcançados:

- Estudo dos ambientes sanitários elaborado;
- Comissão de padronização formalizada.

#### **7.2.34. Projeto de Criação do Complexo Arquivístico – PROARQ**

A implantação do Complexo Arquivístico visa prover de condições favoráveis o espaço destinado ao arquivo de autos processuais, para que atividades correlatas a esse fim sejam desenvolvidas de forma eficiente. Para tanto, o projeto tem a finalidade de localizar em uma mesma área física galpões com condições adequadas de arquivamento e busca de processos.

O projeto proporcionará ganho de espaço físico nas Varas de todas as Circunscrições Judiciais do TJDFT, com a transferência de processos mais antigos para o novo arquivo; conservação e armazenamento adequados do acervo documental; melhor acesso para os usuários; condições de trabalho saudáveis para os servidores e a preservação da memória institucional do TJDFT, com a guarda permanente de documentos de valor histórico.

Resultados alcançados:

- Construção de um Galpão para instalar a Subsecretaria de Gestão de Arquivo Intermediário de Brasília, seus respectivos serviços e depósito de processos. A contratação já foi efetivada por meio do PA n. 10.277/2009 e

no momento aguarda-se o início da construção, com conclusão prevista para, no máximo, junho de 2010;

- Aquisição de 02 conjuntos de estantes com mezanino para equipar o novo galpão e para reaparelhar o Arquivo do Fórum de Brasília. As contratações já foram realizadas. Aguarda-se a entrega do 1º jogo para 20 de fevereiro de 2010 e a previsão de conclusão da instalação para 90 dias após essa data;
- O 2º jogo de estantes já se encontra contratado, porém a entrega aguardará o andamento da construção do galpão novo.

#### **.2.35. Projeto de Reestruturação do Programa de Estágio Supervisionado com Foco na Seleção Pública de Estagiários – PREPES**

O Projeto de Reestruturação do Programa de Estágio Supervisionado com Foco na Seleção Pública de Estagiários – PREPES – tem como finalidade regulamentar regras básicas, de natureza administrativa e operacional, capazes de disciplinar o preenchimento de vagas do Programa de Estágio no Tribunal por meio de critérios claros e objetivos.

O sistema de ingresso de estagiários no Tribunal passa a ser realizado por meio de uma seleção pública. Além de ampla divulgação nos meios de comunicação, todos os candidatos têm a mesma possibilidade de concorrer, participando de uma eleição em que são adotadas regras objetivas.

Com a igualdade de oportunidade e de tratamento, assegura-se a transparência no preenchimento das vagas de estágio, garante-se o princípio da isonomia e impede-se a prática do nepotismo no Poder Judiciário.

Regulamentado pela Portaria GPR N. 725, de 25 de novembro de 2003, o Programa de Estágio disponibiliza vagas para estudantes de nível médio e superior, que correspondem aos clientes externos. Como clientes internos, são beneficiários diretos do projeto todas as unidades administrativas e judiciárias interessadas em receber estagiários.

O PREPES está incluído no Banco de Boas Práticas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – na categoria Gestão de Pessoas.

Resultados alcançados:

- Portaria GPR N. 080, de 23 de janeiro de 2009, regulamentando procedimentos e critérios objetivos para a realização de seleção pública de estagiários do programa de estágio do TJDFT;
- Realização de processo seletivo;
- Convocação de 696 candidatos aprovados na seleção.

#### **7.2.36. Projeto de Expansão do Programa de Comunicação e Divulgação Integrados – Procedi**

Esse projeto busca a modernidade e é responsável pela edição, produção e transmissão de vídeos, eventos e matérias jornalísticas para a TVTJ, TV Justiça, Rádio Justiça e Rádio TJ.

Resultados alcançados:

- O Procedi vem sendo desenvolvido em parceria com áreas de tecnologia do TJ, e foi instalado em 2006;
- Neste ano, foram produzidas 54 matérias para a TV Justiça e 3 interprogramas, bem como filmadas e transmitidas posses e eventos.

#### **7.2.37. Projeto de Adoção das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário da 1ª Instância – PROAT1 e Projeto de Adoção das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário no Sistema Informatizado de 2ª Instância – PROAT2**

Em conformidade com a Resolução CNJ N. 46, de 18 de dezembro de 2007, os projetos tratam da adoção das tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário na Primeira e na Segunda Instância. Essas iniciativas proporcionarão uma melhoria na administração da justiça e na prestação jurisdicional, a partir da padronização nacional das atividades relacionadas à classificação processual, de assuntos, movimentação e fases processuais. Nesse contexto, a implantação desses projetos assume grande relevância, uma vez que, além de melhorar os serviços prestados pela Justiça aos jurisdicionados, aprimora a coleta de informações estatísticas essenciais ao planejamento estratégico deste Tribunal e do Poder Judiciário.

**PROAT1**

- Sistemas Informatizados adaptados – 50% de progresso.

**PROAT2**

- Realização de estudo para a padronização das tabelas;
- Migração para o sistema informatizado das tabelas que já foram padronizadas;
- Processo de alteração das tabelas de andamentos, cadastro do julgamento e cadastro de decisões e despachos em andamento;
- Definição dos relatórios que serão modificados.

**7.3. OUTRAS AÇÕES REALIZADAS PELAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS****7.3.1. Projeto de Implantação da SUGAI – Subsecretaria de Gestão de Arquivos Intermediários**

O presente projeto visa coordenar os arquivos intermediários judiciais e administrativos de todo o TJDFT, inclusive dos Fóruns de 2<sup>a</sup> Instância.

**Resultados alcançados:**

- Criação e implantação da própria SUGAI e mais 04 Serviços e 13 Postos de Serviços de Arquivos Intermediários (um em cada Circunscrição Judiciária), àquela subordinados. A criação da SUGAI e seus Serviços se deu em função da publicação da Resolução N. 05, de 07 de maio de 2009, e as respectivas implantações em junho de 2009. Todos esses Serviços e Postos já se encontram em funcionamento;
- Diagnóstico do acervo documental do TJDFT e acompanhamento da sua evolução;
- Transferência de processos das Varas para os arquivos de acordo com cronograma pré-estabelecido, evitando-se assim o acúmulo de caixas nos Cartórios e prejuízo na execução dos serviços cartorários. Nos primeiros meses de implantação da SUGAI, foram transferidas mais de 12.000 caixas de processos do Fórum de Brasília;

- Eliminação de mais de 500 caixas de documentos administrativos do PRÓ-SAÚDE e da Subsecretaria de Protocolo Administrativo – SUPRA também já foi realizada.

### **7.3.2. Campanhas de Apoio à Divulgação**

Campanhas de apoio às diversas unidades e ações institucionais do TJDFT, por meio da produção de matérias internas e externas e de peças de publicidade em formatos e mídias específicas conforme cada serviço e produto. Foram atendidas: a Presidência e suas diversas unidades, a Vice-Presidência e a Corregedoria.

### **7.3.3. Sistema da Vara de Execuções Penais – VEP e da Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas – VEPEMA**

O projeto tem como objetivo cumprir uma das dez metas estabelecidas pelo CNJ para o ano de 2009, a fim de disponibilizar uma gestão eletrônica da execução penal e mecanismos de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias, bem como uma gestão processual, por meio da automatização da distribuição de processos de execução penal e do registro de atos processuais. Permite, ainda, a geração de relatórios diagnósticos e prognósticos inerentes ao acompanhamento da pena.

Os benefícios advindos com a implantação do módulo VEP/VEPEMA abrangem não só a esfera da administração pública, mas também todo um contexto que envolve o atendimento aos jurisdicionados, levando em consideração a qualidade, a segurança e a economia de recursos. O módulo VEP/VEPEMA trouxe, ainda, vários benefícios aos processos de trabalho, entre eles, a celeridade processual, uma vez que automatiza a distribuição, a tramitação e a expedição de atos dos processos.

O sistema aprimora o acompanhamento das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos pelo Estado, e possibilita a emissão dos Atestados de Pena a Cumprir para que sejam enviados aos apenados. Esse ainda possibilita a geração da conta de liquidação.

O módulo foi construído de forma que as informações nele cadastradas possam facilmente ser enviadas a outros órgãos do governo, sempre com vistas a garantir agilidade, eficácia e economia de recursos da administração pública. Atualmente, o módulo está preparado para o envio eletrônico dos mandados de prisão e

alvarás de coltura à Polícia Civil do DF, o que possibilita, além da celeridade no cumprimento da determinação judicial, economia com impressões e com envios de mandados e alvarás por meio de malote ou oficial de justiça. Além disso, o sistema já está cumprindo as resoluções 46 e 65 do CNJ, as quais dispõem sobre as tabelas e numeração unificadas, respectivamente.

O módulo VEP/VEPEMA ainda foi contemplado com o Prêmio TI & Governo 2009, oferecido aos melhores projetos de governo eletrônico no Brasil.

#### **7.3.4. Sistema da Vara de Execução Fiscal – VEF**

O sistema tem a finalidade de cumprir as orientações de padronização e informatização delineadas pelo CNJ, implantando o processo eletrônico para a execução fiscal no âmbito da recém-criada Vara de Execução Fiscal – VEF – do TJDFT. Os processos totalmente eletrônicos pouparão tempo e espaço físico do TJDFT, uma vez que se torna possível peticionar por meio da *Internet*.

Além do trâmite e armazenamento eletrônico dos processos de execução fiscal, o Módulo VEF possibilitará o envio eletrônico de petições iniciais por parte da Procuradoria Fiscal do GDF. Haverá a possibilidade de peticionamento eletrônico, ou seja, as petições interlocutórias por parte dos procuradores e advogados do pólo passivo poderão também ser feitas por meio da *internet*.

#### **7.3.5. Sistema do Protocolo Integrado**

O sistema visa instalar rotinas *drive-thru* nas Circunscrições de Brasília, Taguatinga e Ceilândia, automatizando a rotina de protocolização e processamento das informações, adotando código de barras em substituição aos relógios hora-datador, com vistas a atender demanda do Fórum de Brasília e das novas cabines do PRO-EXPRESSO que serão instaladas no Ginásio Nilson Nelson. Outra finalidade desse projeto é a automação de todo o Protocolo Integrado, expandindo o sistema informatizado para o Setor Comercial Sul e demais circunscrições do Distrito Federal, e substituindo a rotina manual adotada com uso dos relógios hora-datador, em todo o TJDFT.

O sistema possibilita a devolução de processos de maneira mais célere, uma vez que permite ao advogado realizar a devolução de processos em sua carga em

qualquer circunscrição no Distrito Federal, e não mais somente na circunscrição a que o processo está vinculado.

A primeira etapa do projeto abrange os seguintes produtos: protocolar processos e petições; consultar andamentos e petições; consultar protocolo e excluir protocolo; relatório de comprovante de recebimento detalhado para processo, petições e processos/petições; relatório de comprovante de recebimento resumido para processo, petições e processos/petições; relatório de estatística geral (quantidade de processos e petições protocoladas).

#### **7.3.6. Escaninho Digital (STJ)**

Essa ação foi desenvolvida para possibilitar o envio de processos digitalizados (Recurso Especial – RES – e Agravo no Recurso Especial – AGS) do TJDF ao STJ, por meio da ferramenta SUNOPSIS.

O Escaninho Digital visa aumentar a celeridade processual e a economia de recursos do tribunal, bem como minimizar o impacto causado ao meio ambiente, uma vez que disponibiliza os documentos por meio eletrônico.

O sistema encontra-se em funcionamento e obtendo bons resultados.

#### **7.3.7. Grupo de Reflexão com Usuários sobre a Responsabilização das Drogas**

Esse trabalho tem como objetivo proporcionar aos jurisdicionados, encaminhados pelos Juizados Especiais Criminais e pelas Varas de Entorpecentes, um espaço de reflexão acerca dos fatores que contribuíram para a transgressão e, consequentemente, para o seu envolvimento com a Justiça.

Um levantamento estatístico elaborado pela equipe profissional demonstrou que a maioria dos usuários de substâncias químicas que chega ao Serviço de Atendimento a Usuários de Substâncias Químicas – SERUQ – possui uma visão distorcida a respeito da lei, do que vem a ser a transgressão cometida e das implicações de suas escolhas, denotando não considerarem as consequências de suas atitudes, tanto para si como para os outros e a sociedade. Diante disso, fez-se necessário estabelecer um programa que favorecesse a troca de experiências, a expressão das idéias e conceitos arraigados e construídos no contexto de vida. Nesse

cenário, a atividade em grupo, focal e breve, foi a melhor alternativa para que a atuação da Secretaria pudesse:

- Atingir um grupo maior de beneficiários;
- Proporcionar a compreensão acerca dos diversos fatores que envolvem o uso de substâncias químicas e sua consequente repercussão na sociedade, num prazo que preserve a celeridade do processo judicial;
- Sensibilizar os beneficiários quanto aos fatores de risco e proteção relativos à droga, ampliando a compreensão acerca do seu papel na sociedade, por meio de um atendimento de qualidade;
- Estabelecer bases sólidas acerca da cidadania e compromisso com o outro no ambiente social, com o objetivo de manter a paz social num contexto de complexa interação. Com isso, a Secretaria Psicossocial Judiciária – SEPSI tem sua atuação alinhada aos objetivos do Tribunal, oferecendo aos magistrados assessoramento célere e de qualidade, e, aos beneficiários, uma resposta efetiva para questões que comprometem sua qualidade de vida.

#### Resultados alcançados:

- Implantação dos grupos de reflexão nos Fóruns de São Sebastião, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Guará, Taguatinga, Gama, Ceilândia;
- Manutenção do trabalho nos Fóruns de Brasília e Núcleo Bandeirante, com atendimentos quinzenais;
- Realização, em 2009, de 248 (duzentos e quarenta e oito) grupos de reflexão sobre drogas nas diversas Regiões Administrativas.

#### 7.3.8. Projeto Rede de Enfrentamento da Violência

O Projeto tem como objetivo fomentar a articulação entre instituições governamentais e não-governamentais que atendem famílias em situação de violência no Distrito Federal, concretizando uma das ações previstas na Lei 11.340/06, que trata da violência contra a mulher e prevê o encaminhamento da vítima, do agressor e de seus familiares para acompanhamento psicossocial.

Parte-se do princípio de que para o enfrentamento da violência doméstica faz-se necessário um conjunto de ações integradas entre os vários setores que prestam

assistência direta ou indiretamente às pessoas envolvidas nessa problemática. O Serviço de Atendimento a Famílias em Situação de Violência – SERAV, da SEPSI, assessora os magistrados dos quatro Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do TJDFT, e, para isso, se vale de ações voltadas ao trabalho de articulação em rede. Dessa forma, o SERAV promove uma ação integrada entre a decisão judicial, a intervenção psicossocial e a inclusão dos jurisdicionados em programas de atenção às famílias em situação de violência, e mantém a prestação jurisdicional em conformidade com o que está previsto na Lei 11.340?06.

Quanto ao impacto para a sociedade, registra-se uma maior proximidade entre as instituições e a população daquela localidade e uma maior mobilização da comunidade na luta pela efetivação das políticas públicas de saúde, segurança, educação e assistência.

#### Resultados alcançados:

- Criação da Rede Social de Ceilândia;
- Participação na criação da Rede Social de São Sebastião;
- Participação do SERAV na Rede de Enfrentamento à Violência do Governo do Distrito Federal.

#### **7.3.9. Palestra para Ex-Casais em Disputa Judicial sobre o Impacto do Divórcio Destruutivo na Vida dos Filhos**

O Serviço de Atendimento a Famílias com Ação Cível – SERAF, o qual assessora os Juízes de Varas de Família, implantou um trabalho com o par parental encaminhado para a SEPSI, para a realização de estudo psicossocial, visando esclarecer ao juiz qual parte possui melhores condições de promover o desenvolvimento adequado das crianças em questão.

São palestras que antecedem o estudo e têm por objetivo sensibilizar as partes para o fenômeno do divórcio destrutivo e seus desdobramentos na vida familiar e no desenvolvimento dos filhos. Busca-se, com isso, prepará-los para uma reflexão acerca do papel de cada um na construção do conflito e no estabelecimento de um acordo que privilegie a saúde dos filhos.

Do ponto de vista institucional, almeja-se a redução no número de atendimentos às partes, o que leva à diminuição de tempo na elaboração do estudo

psicossocial e, consequentemente, na resposta ao magistrado. As partes que litigam em ações que tramitam em Varas de Famílias em geral perdem a noção das consequências destrutivas desse processo para os vínculos familiares e, sobretudo, para o bem-estar das crianças nesse envolvidas.

As palestras sobre disputas judiciais da guarda de filhos permitem maior celeridade da Justiça e um número menor de contestações de sentença, uma vez que propiciam a compreensão da importância da interrupção do litígio para o bem-estar da criança.

Com a realização das palestras, observa-se um maior comprometimento das partes no estudo psicossocial e um deslocamento do foco, antes voltado para questões passadas da vida do ex-casal, para um projeto atual de cuidados em relação aos filhos.

#### **7.3.10. Implantação do Serviço de Perícias Judiciais**

A implantação desse Serviço visa oferecer perícia judicial célere, neutra e imparcial nas áreas de psiquiatria, psicologia e serviço social, em processos cíveis.

Diversos processos cíveis, ressaltando-se os Processos de Interdição, aguardavam até dois anos a realização de uma perícia psiquiátrica no IML que subsidiasse a decisão do magistrado de modo imparcial. Com o Serviço de Perícias Judiciais, a perícia é feita em 90 dias por um servidor da justiça.

Desde sua criação, em outubro de 2008, até 18 de dezembro de 2009, foram realizadas 872 perícias judiciais de interdição, garantindo a celeridade, a neutralidade e a imparcialidade da prestação jurisdicional.

#### **7.3.11. Programa Qualidade de Vida**

O serviço médico do TJDFT, com vistas a acelerar o processo de cura do servidor, bem como a prevenção de doenças, promove terapias ocupacionais, como ginástica laboral, oferecida aos cartórios e demais setores deste Egrégio Tribunal de Justiça. A Secretaria de Saúde – SESA também disponibiliza uma equipe multidisciplinar composta por médicos, psicólogos e fisioterapeuta, a fim de reintegrar o servidor às atividades do órgão que são de sua responsabilidade.

### **7.3.12. Programa Medicina Preventiva**

O Programa tem como objetivo a prevenção de doenças e a redução do número de licenças médicas. O serviço médico da Secretaria de Saúde do TJDFT realizou Campanhas de Vacinação antigripal atingindo um número de 3.500 servidores vacinados em todos os fóruns e unidades do TJDFT. Ofereceu atendimentos com Florais de Bach a 345 servidores e Terapia Crânio Sacral a 322 servidores no ano de 2009. Ainda realizou o Programa Saúde em Dia no Fórum do Paranoá.

### **7.3.13. Projeto de Substituição do Mobiliário com Adoção de Princípios de Ergonomia**

Desde 2007, o Tribunal tem substituído o mobiliário de grande parte dos setores da Casa. Atendendo aos padrões de ergonomia e postura, foram instaladas estações de trabalho modernas, práticas e funcionais, oferecendo melhores condições para que os servidores desenvolvam suas atividades laborais.

O projeto tem como objetivo padronizar os móveis – estações de trabalho – e divisórias do tipo piso-teto, mais adequadas às atividades desempenhadas por servidores e magistrados. Essas estruturas permitem maior flexibilidade de arranjos e otimização do espaço físico das Unidades Administrativas do Tribunal, considerando modernos pressupostos de ergonomia, arquitetura e normas aplicáveis, de forma a proporcionar a melhoria das condições e ambientes de trabalho, conforme Portaria Conjunta N. 005/2007.

A meta é reestruturar os setores administrativos e judiciais, mediante a instalação de novo mobiliário e divisórias, considerando a disponibilidade de recursos orçamentários.

Em 2009, foram investidos R\$ 4.124.094,53 (quatro milhões, cento e vinte e quatro mil, noventa e quatro reais e cinquenta e três centavos) na troca do mobiliário dos seguintes locais: Edifício Sede – Blocos A, B, C e D, Fóruns José Júlio Leal Fagundes, Júlio Fabrini Mirabete e do Núcleo Bandeirante.

Também foram investidos recursos na aquisição de divisórias tipo piso-teto, totalizando R\$ 1.993.011,61 (um milhão, novecentos e noventa e três mil, onze reais e sessenta e um centavos), que foram instaladas no Fórum José Júlio Leal Fagundes –

Blocos 2, 3 e 4, e, no Edifício Sede, Blocos B (3º e 7º pavimentos) e A (8º andar), e alguns acréscimos em layouts existentes.

#### **7.3.14. Projeto de Atualização Bibliográfica do Acervo do TJDFT**

Tendo em vista as diversas alterações legislativas, é de extrema importância que haja sempre atualização do acervo bibliográfico desta Corte. Assim, com intuito de auxiliar os Magistrados e servidores na prestação jurisdicional à sociedade, foi adquirido um total de 7.678 (sete mil, seiscentos e setenta e oito) obras jurídicas no ano de 2009, distribuídas aos miniacervos das Circunscrições Judiciais do Distrito Federal, Biblioteca Desembargador Antônio Mello Martins, Gabinetes de Desembargadores, Varas, Juízes Substitutos e Unidades Administrativas.

#### **7.3.15. Criação do Serviço de Apoio às Sessões de Julgamento**

Esse Serviço é coordenado pelo SERACI – Serviço de Acompanhamento das Sessões de Julgamento e Informativo, que se utiliza de analistas do SERACO – Serviço de Análise de Acórdão, presentes em todas as sessões. Esses analistas estão aptos a oferecer pesquisas jurisprudenciais imediatas aos Desembargadores que as solicitarem durante as sessões. Nos casos de pesquisas mais complexas, pesquisadores do SERJUR – Serviço de Jurisprudência – são contatados “on-line” por meio de moderna tecnologia para efetuarem as buscas, permitindo que o resultado seja impresso imediatamente nas salas de sessões.

Esse Serviço pretende auxiliar na agilização da prestação jurisdicional, permitindo, por exemplo, que sejam reduzidos os pedidos de vista, já que eventuais dúvidas surgidas durante o julgamento dos recursos podem ser sanadas pouco tempo após as solicitações dos julgadores. Esse serviço encontra-se em curso perante todas as turmas, contudo, ainda não foi oficialmente lançado em face de dificuldades técnicas surgidas.

#### **7.3.16. Acompanhamento de Feitos do TJDFT perante o STF e STJ**

A Secretaria de Jurisprudência e Biblioteca – SEBI está desenvolvendo relatório que possibilitará informar, em curto espaço de tempo, aos Desembargadores desta Corte todas as decisões definitivas prolatadas pelos ministros daqueles tribunais,

com relação a feitos originados no TJDFT. Essa iniciativa busca tornar mais ágil a disseminação do pensamento jurídico do STF e STJ, permitindo um alinhamento do entendimento deste Tribunal, reduzindo o número de recursos encaminhados àquelas Casas de Justiça.

### **7.3.17. Pesquisa de Remissivos no Informativo Jurisprudencial**

As matérias do Informativo de Jurisprudência são colhidas pelos analistas de jurisprudência nas sessões de julgamento dentre aquelas consideradas relevantes, e inseridas na página da Jurisprudência, quinzenalmente, antes da sua publicação no Diário de Justiça.

A partir de março de 2009 (INFORMATIVO 162) iniciou-se um trabalho de pesquisa de análise das matérias remissivas de outros informativos, antes de sua inserção na página, pesquisando a pertinência com tema constante do julgamento a ser noticiado.

As matérias remissivas foram incluídas nos textos dos Informativos de Jurisprudência, a partir da edição N. 162, totalizando a análise de 246 julgados.

### **7.3.18. Reforma dos Fóruns de Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho e Planaltina**

As edificações dos Fóruns de Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho e Planaltina necessitam de reparos tanto nas fachadas como internamente. São prédios antigos e que nunca passaram por uma reforma de grande vulto. As fachadas dos Fóruns de Taguatinga e Ceilândia apresentam vários problemas, tais como infiltrações, manchas no concreto aparente e descolamento de pastilhas. Já nos Fóruns de Sobradinho e Planaltina, além de as fachadas apresentarem manchas no concreto aparente, não há rampa de acesso para portadores de necessidades especiais. Internamente, o tribunal do júri, os sanitários públicos e a garagem dos Fóruns também apresentam elevado grau de deterioração. Em vista do estado em que se encontram suas instalações, a reforma desses Fóruns é de extrema necessidade.

Em relação aos Fóruns de Taguatinga e Ceilândia, a licitação das obras aconteceu no dia 09 de dezembro. A empresa Construtora Queiroz Oliveira Ltda. sagrou-se vencedora do certame para a reforma do Fórum de Taguatinga e a empresa Davos Engenharia e Representação Ltda. sagrou-se vencedora do certame para a

reforma do Fórum de Ceilândia. No momento, aguarda-se assinatura do contrato para posterior emissão da ordem de serviço autorizando o início das atividades pelas construtoras.

Já em relação aos Fóruns de Sobradinho e Planaltina, o projeto básico já foi concluído, e, no momento, aguarda-se publicação do edital.

#### **7.3.19. Programa de Assistência Materno Infantil – PRO-AMI**

O Programa de Assistência Materno Infantil – Pro-Ami – tem por objetivo proporcionar à mãe magistrada, servidora ou ocupante de cargo de natureza especial, atividades que visem ao bem-estar no período gestacional, preparando-a, por meio de palestras, aulas de *yoga* e massoterapia, para a chegada do bebê. Além de propiciar verdadeiro estabelecimento do vínculo mãe-filho em sua gestação, o Pro-Ami também oferece suporte à mãe em seu retorno ao trabalho, após o término de sua licença-maternidade, disponibilizando um berçário que até setembro/09 ofereceu vagas para até 40 crianças.

Durante dois meses do ano de 2009, o berçário esteve fechado para reforma, e, em 05 de novembro de 2009, houve a inauguração das obras de ampliação, passando o berçário a oferecer, além das 40 vagas para crianças de até doze meses, mais 40 vagas para crianças de até dois anos de idade.

O berçário possui uma equipe multidisciplinar composta por Coordenadora, Médico Pediatra, Nutricionista, Pedagoga, Psicóloga, entre outros profissionais que realizam atendimento às crianças, com o intuito de promover o saudável desenvolvimento delas, com a realização de atividades lúdicas de acordo com sua faixa etária, fornecendo alimentação adequada, atendimento médico e medicação, quando necessários, atendimento e acompanhamento psicológico durante a fase de adaptação da criança ao berçário, bem como atendimento aos pais, fornecendo-lhes as orientações necessárias.

Em 2009, o berçário proporcionou atendimento a 124 crianças.

#### **7.3.20. Programa Cidadania e Justiça nas Escolas**

O Programa Cidadania e Justiça nas Escolas foi criado pela Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios – AMAGIS/DF – em parceria com o TJDFT

e a Secretaria de Estado da Educação. O programa, destinado aos alunos da 4<sup>a</sup> série fundamental do sistema público de ensino, possibilita aos professores e estudantes, no processo educacional, a assimilação de conceitos de cidadania, ética e justiça.

Já no primeiro semestre de 2009, foi elaborado um plano de trabalho, em que foram alterados alguns procedimentos do programa, com a finalidade de se obter melhores resultados em sua execução.

Foi acrescentada ao plano de trabalho a realização de reuniões com os professores, a fim de despertar o interesse desses profissionais em fazer parte do programa como agentes pró-ativos, em participar do aprofundamento e reforço do conteúdo da cartilha da justiça em sala de aula, e em estimular os alunos participantes a se tornarem agentes multiplicadores dos assuntos ali tratados. Nas referidas reuniões, foi apresentado o regulamento do concurso e realizada a distribuição das cartilhas.

O concurso de redação também foi ampliado para uma Mostra de Talentos Mirim – TALMIRIM, envolvendo cinco categorias de participação: música, dança, teatro, literatura e cartazes, nas modalidades individual e em grupo. Essa ampliação visou aprofundar o aprendizado da cartilha, estimular a criatividade do aluno e, consequentemente, contemplar um número consideravelmente maior de crianças com a premiação.

No dia 23 de abril, foi realizada a abertura solene do programa no Auditório Sepúlveda Pertence, com a presença da convidada especial, membro do Conselho Nacional de Justiça, Dra. Andréa Pachá, que falou aos Magistrados, Professores, Alunos da Universidade de Brasília e demais convidados sobre a importância do Programa.

Foi realizado inicialmente um encontro com os coordenadores das seguintes regionais de ensino: Samambaia, Recanto das Emas, Plano Piloto, Ceilândia, Planaltina, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Gama, Brazlândia, Sobradinho, Paranoá, São Sebastião, Guará e Santa Maria. Na sequência, foram realizados outros encontros com professores das regionais de Samambaia, Recanto das Emas, Plano Piloto, Ceilândia, Planaltina, Núcleo Bandeirante e Brazlândia, em que foram apresentadas as diretrizes e os objetivos do programa e feita a distribuição das cartilhas aos respectivos professores.

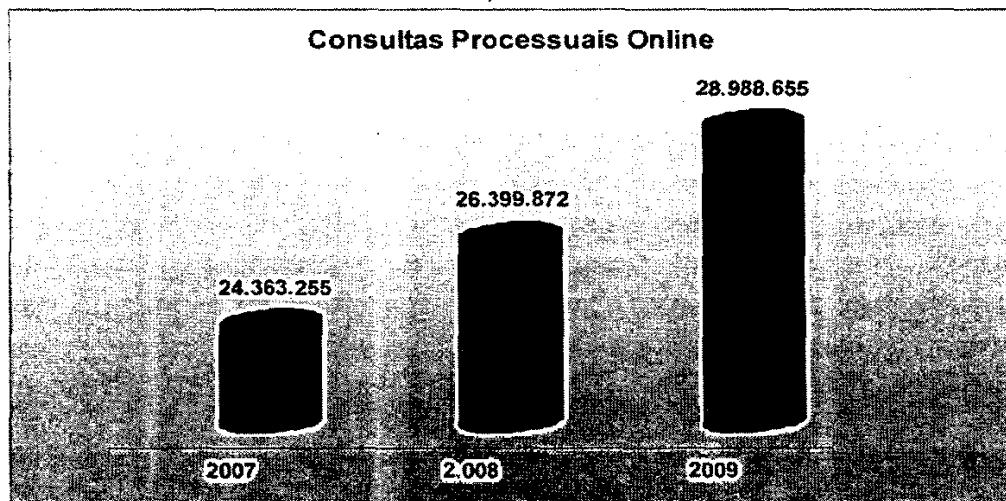
Os encontros foram realizados com alunos das seguintes regionais: Samambaia, Recanto das Emas, Plano Piloto, Ceilândia, Planaltina, Núcleo

Bandeirante, Brazlândia, São Sebastião e Taguatinga. Em Samambaia, Brazlândia e Planaltina, os encontros ocorreram nos fóruns das respectivas cidades.

### 7.3.21. Consulta Processual Online

A Internet possibilitou ao Tribunal ser o pioneiro na disponibilização de andamentos processuais, com o inteiro teor de acórdãos, sentenças e decisões.

**Gráfico 21 - Quantitativo anual de consultas processuais**

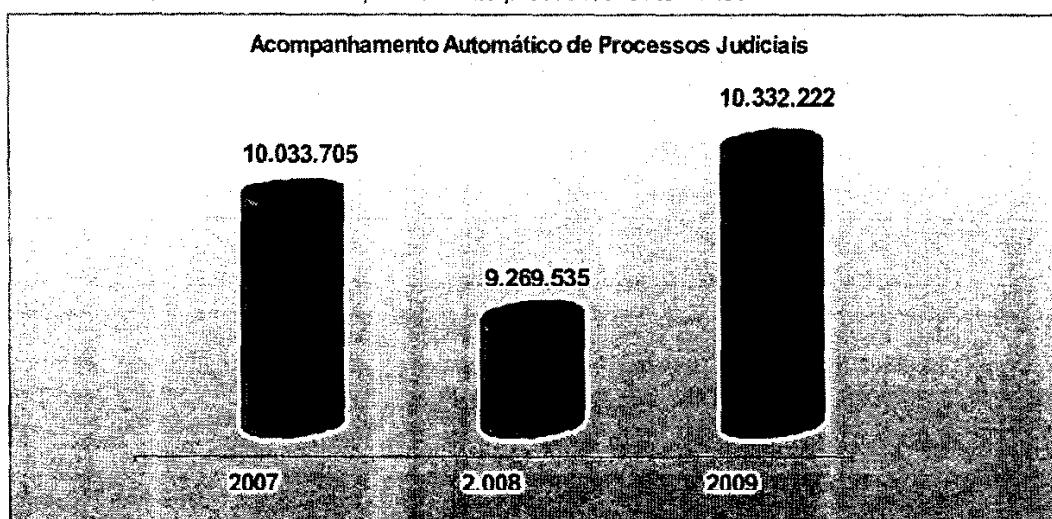


*Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI*

No período de 2007 a 2009, houve um incremento nas consultas processuais online de aproximadamente 19%, o que demonstra a confiabilidade do público no procedimento e a facilidade de acesso às informações.

### 7.3.22. Acompanhamento Automático de Processos Judiciais

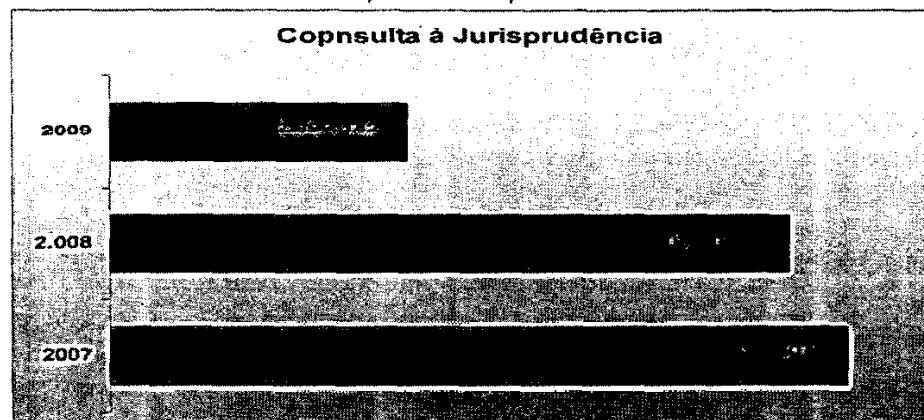
A adoção de um sistema que envia mensagens eletrônicas via Internet, comunicando as alterações ocorridas no andamento dos processos judiciais que tramitam no Tribunal, facilitou o acompanhamento, pelos escritórios advocatícios, de todos os processos sob sua responsabilidade, oferecendo maior conforto e segurança aos advogados.

**Gráfico 22 - Quantitativo de acompanhamento processual automático**

*Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI*

### 7.3.23. Jurisprudência

O Tribunal disponibiliza à sociedade uma das mais amplas bases de consulta à jurisprudência, o que o faz por meio de Certificação Digital, a fim de oferecer aos usuários do serviço a certeza de fidedignidade do documento consultado, afastando qualquer possibilidade de alteração posterior.

**Gráfico 23 - Quantitativo de acompanhamento processual automático**

*Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI*

### 7.3.24. Ouvidoria-Geral

A Ouvidoria-Geral é a unidade administrativa do TJDFT que corporifica o princípio da participação popular na gestão pública, consagrado na Constituição de

1988. Sua atuação está intrinsecamente ligada à sociedade, não importando se o cidadão é usuário interno ou externo. Pauta-se, sobretudo, como meio eficaz na prevenção e mediação de conflitos, mas também tem como função produzir informações, estatísticas e relatórios que tornem transparentes as percepções sobre os serviços prestados pelo Tribunal, sempre com vistas a contribuir para o aprimoramento dos serviços sob a ótica de seus usuários, colaborando, assim, para o fortalecimento dos direitos do cidadão.

As manifestações dos usuários relativas ao TJDFT podem ser encaminhadas por quatro canais de acesso: Ouvidor Virtual, Alô Justiça, Selo Justiça e Atendimento Pessoal.

O quadro abaixo mostra a quantidade geral das manifestações registradas no SERCOU e atendidas no ALÔ TJ:

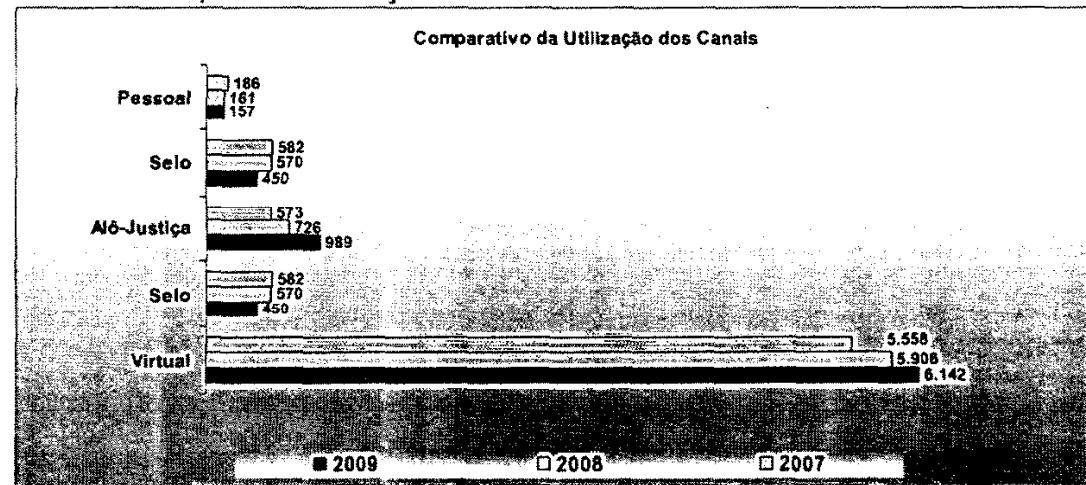
**Tabela 49 – Total de Manifestações em 2009**

Registradas SERCOU (reclamações, denúncias, elogios, dúvidas e sugestões)	7.738
Atendidas ALÔ TJ:	120.972

**Fonte:** Ouvidoria-Geral do TJDFT

O Serviço Central da Ouvidoria – SERCOU possui quantitativamente o menor volume, entretanto, é ele que desenvolve as atividades típicas da Ouvidoria, possibilitando a detecção de aspectos que podem ser aprimorados ou mantidos. De outro lado, o Alô TJ atende grande parte da demanda, possuindo, todavia, uma função mais prática, de pronto atendimento das manifestações.

**Gráfico 24 - Comparativo da utilização dos canais da Ouvidoria**

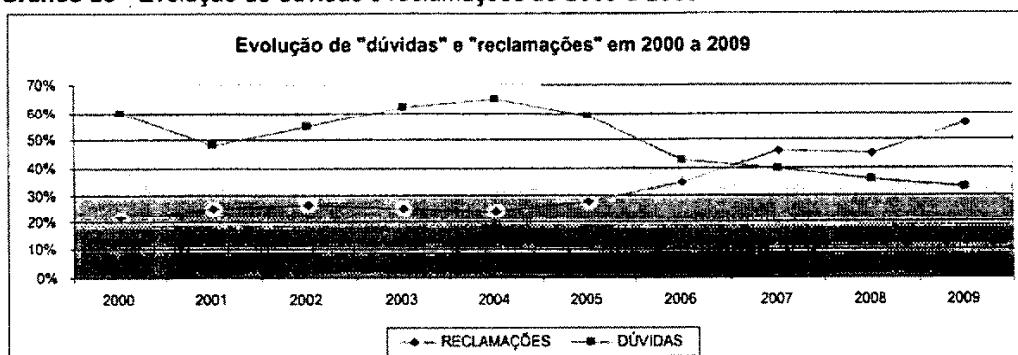


**Fonte:** Ouvidoria-Geral do TJDFT

As unidades responsáveis pelo cadastramento e tratamento das manifestações apresentadas à Ouvidoria são, respectivamente, o Serviço de Teleinformação ao Cidadão – SERTIC – e o Serviço Central de Ouvidoria – SERCOU.

O funcionamento do SERTIC consiste basicamente no atendimento telefônico da Central 0800 614646, por meio do qual as informações institucionais de interesse público são prontamente prestadas e, na hipótese de essas informações produzirem outro tipo de manifestação – reclamação, sugestão, dúvida, elogio –, tornam-se ocorrências que serão cadastradas e transcritas para o Sistema Informatizado da Ouvidoria – SISOUV, recebendo um número sequencial referente ao ano.

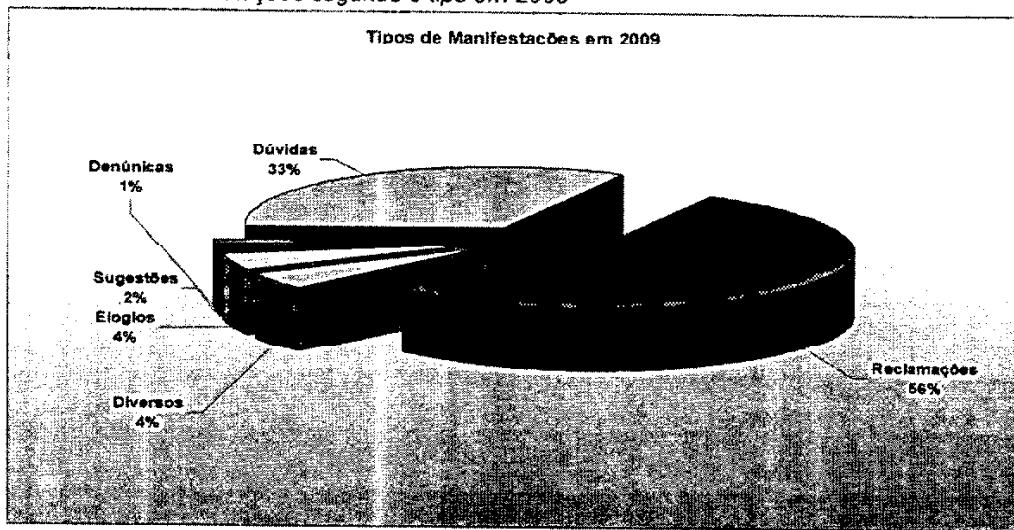
**Gráfico 25 - Evolução de dúvidas e reclamações de 2000 a 2009**



**Fonte:** Ouvidoria-Geral do TJDFT

Ao Serviço de Gestão da Informação – SERGIN, de acordo com o disposto na Resolução N. 5/09, cujo teor trata da reorganização administrativa da Presidência do TJDFT e a qual a Ouvidoria é subordinada, compete dotar os demais serviços integrantes da Ouvidoria-Geral de todas as informações necessárias ao bom desempenho de suas atividades. Os registros e atualizações de informações no SISOUV, as pesquisas internas e externas, a produção de relatórios quantitativos e qualitativos das manifestações e a elaboração de peças de divulgação interna dos trabalhos desenvolvidos na unidade são também de sua competência.

Todas as manifestações que se tornam ocorrências são lidas, analisadas e categorizadas quanto ao TIPO (reclamação, dúvida, sugestão, elogio, denúncia), CANAL (Alô Justiça, Ouvidor Virtual, Selo Justiça, Atendimento Pessoal), GRUPO (judicial, administrativo e órgãos externos), SUBGRUPO (Atendimento Público Pessoal, Acompanhamento de Processo de 1º e 2º graus, exercício do direito, etc.), ITEM (Demora no atendimento, Demora no Andamento com Magistrado etc.), e ÁREA (setor a que se refere à manifestação).

**Gráfico 26 – Manifestações segundo o tipo em 2009**

*Fonte: Ouvidoria-Geral do TJDFT*

Após leitura e análise do conteúdo da manifestação, é feita uma criteriosa pesquisa que permite, inicial e preferencialmente, fornecer ao usuário, no menor espaço de tempo, uma resposta com a solução de seu problema. Para tanto, o contato com as unidades solucionadoras é feito eliminando-se burocracias desnecessárias e, nas hipóteses em que é imprescindível posicionamento formal da unidade, o encaminhamento é documentado produzindo-se um Procedimento Administrativo próprio. Além disso, em sua faceta proativa, a Ouvidoria cuida também de propor Ações Administrativas que venham a eliminar ou minimizar os problemas apontados recorrentemente, evitando, assim, outras manifestações sobre os mesmos temas.

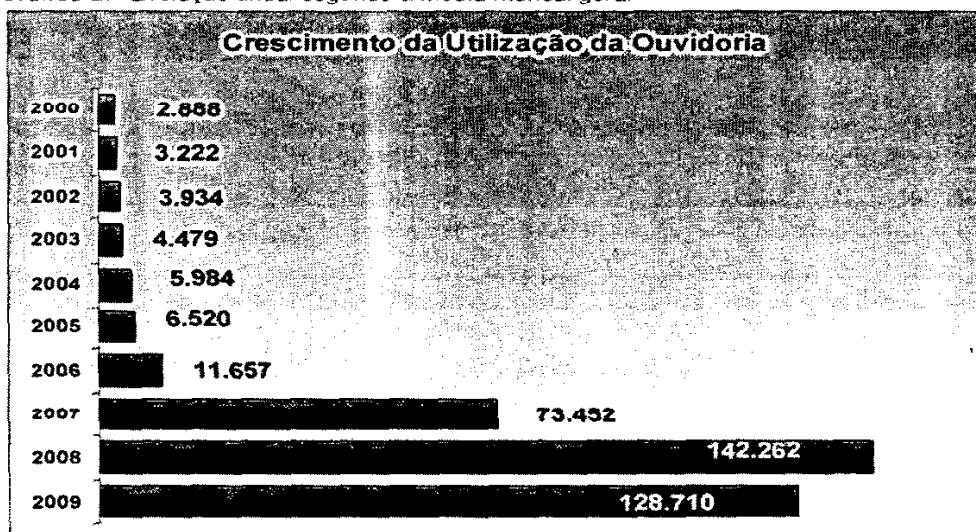
Assuntos cuja competência não seja da Ouvidoria-Geral ou mesmo do Tribunal são esclarecidos de modo a fornecer a maior quantidade possível de informações que permitam ao usuário buscar a unidade ou órgão responsável por solucionar seu problema, ou, sempre que possível, o direcionamento imediato da proposição ao setor ou órgão competente.

Cerca de 90% das manifestações cadastradas no SISOUV/SERCOU são respondidas diretamente pela Ouvidoria, num prazo máximo de 48 horas. O restante, dada a complexidade e exigência de estudo ou apuração de responsabilidades, é encaminhado formalmente aos setores solucionadores e, para o usuário, a Ouvidoria assume o compromisso de cobrar as providências adotadas quanto ao caso ou as razões da impossibilidade de adotá-las.

O acompanhamento desses encaminhamentos é feito sistematicamente com as unidades solucionadoras, de modo a não descumprir o compromisso assumido com o cidadão. A burocracia institucional, por vezes inevitável, pode inviabilizar que a efetiva resposta seja fornecida na data aprazada. No entanto, a Ouvidoria-Geral, como porta-voz do cidadão usuário e consciente de que ele desconhece as nossas regras burocráticas, cumpre rigorosamente o compromisso de noticiar-lhe, na data estabelecida, o resultado do encaminhamento e/ou os entraves que impossibilitaram o resultado efetivo.

Após o retorno final ao usuário e feitas todas as anotações no SISOUV, a manifestação recebe a sinalização do STATUS (resolvida, encerrada sem retorno, pendente ou aguardando providências).

*Gráfico 27- Evolução anual segundo a média mensal geral*



*Fonte: Ouvidoria-Geral do TJDFT*

Quase 56% do trabalho realizado pelo SERCOU em 2009, consistiu em tratar as reclamações feitas pelo usuários. Entretanto, se num primeiro momento isso tenderia a ser visto como um dado negativo acerca dos serviços do TJDFT, deve ser ressaltado que a melhoria contínua dos serviços prestados pela Instituição está justamente na possibilidade de conhecimento do que vem sendo percebido pelo público como problemático. São essas percepções que criam a oportunidade de que retornos sejam dados às unidades, de modo a aprimorar a Instituição.

**Gráfico 28 – Comparativo dos Tipos de Manifestação**

*Fonte: Ouvidoria-Geral do TJDFT*

Em uma análise comparativa, depreende-se que tanto em 2008 quanto em 2009, quase 60% das manifestações referem-se ao grupo judicial. Olhado esse dado separadamente, a única inferência a fazer é pela sua obviedade, já que a atividade-fim do órgão refere-se justamente à atividade judicante. Assim, foi feita uma correlação entre TIPO e GRUPO, considerando-se apenas os tipos mais demandados (dúvida e reclamação), para saber se o grupo judicial ocupa também grande parte da demanda.

**Tabela 50 – Manifestação segundo o Grupo**

MANIFESTAÇÃO SEGUNDO O GRUPO REFERENTE AO PERÍODO 2008 - 2009					
	Grupo	Judicial	Administrativo	Órgãos Externos	Demais assuntos
	Quantidade	4.205	2.333	701	97
2008	Percentual	57%	32%	10%	1%
	Grupo	Judicial	Administrativo	Órgãos Externos	Demais assuntos
2009	Quantidade	4.609	2.236	714	150
	Percentual	60%	29%	9%	2%

*Fonte: Ouvidoria-Geral do TJDFT*

### 7.3.25. Central de Precatórios

Partindo-se da premissa de que a utilização de modelo conciliatório para pagamento de precatórios é a melhor e mais recomendada forma de solução de conflitos de interesses, foi criada, no final do ano de 2006, a Coordenadoria de Conciliação de Precatórios – COORPRE. Essa iniciativa contribuiu com a busca de um

modelo de gestão que privilegia a agilidade na prestação jurisdicional e promove a efetiva justiça social.

Concomitantemente à criação da COORPRE, foi firmado convênio com o Distrito Federal com vistas à quitação de suas obrigações. No ano de 2007, o Distrito Federal adimpliu Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV – na ordem de R\$ 1.675.652,89 (um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e oitenta e nove centavos). Não foram realizados pagamentos pelas autarquias.

Em 2008, o ente estatal quitou R\$ 6.016.564,50 (seis milhões, dezesseis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) em Precatórios e RPV. No primeiro semestre, o TJDFT firmou convênio com o Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF –, o que possibilitou o pagamento de R\$ 557.430,76 (quinhentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e trinta reais e setenta e seis centavos) ao longo de 2008.

No ano de 2009, o Distrito Federal satisfez o pagamento de suas obrigações no valor de R\$ 9.255.341,71 (nove milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e setenta e um centavos). O DETRAN-DF desobrigou-se, por pagamento, da quantia de R\$ 1.152.569,95 (um milhão, cento e cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

Desde a criação da COORPRE, o valor pago pelo Distrito Federal em precatórios e RPV foi de R\$ 19.959.204,00 (dezenove milhões, novecentos e cinquenta e nove mil e duzentos e quatro reais). Já o DETRAN-DF quitou obrigações no valor de R\$ 1.710.000,71 (um milhão, setecentos e dez mil e setenta e um centavos).

No decorrer desses anos, não ocorreram pagamentos por parte das demais autarquias estatais. Este Tribunal tem-se esforçado para promover convênios com vistas à quitação de obrigações de entes devedores. Está prevista a formalização de convênio com o DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal.

Atualmente, o TJDFT possui 3.812 processos entre Precatórios e Requisições de Pequeno Valor dos diversos órgãos do Distrito Federal. São aproximadamente 16.500 credores divididos entre obrigações devidas pelo Distrito Federal e suas autarquias.

Cabe ressaltar que existe uma diferença importante entre as conciliações de precatórios e os acordos comuns feitos na Justiça. No caso de precatórios, o

magistrado já define a conciliação nos exatos limites da obrigação devida, ou seja, o credor nunca recebe valor menor do que seu crédito. Além disso, todas as dívidas são pagas em valor integral, com juros e correção monetária.

### 7.3.26. Plantão Judicial de 1<sup>a</sup> Instância

O Plantão Judicial de 1<sup>a</sup> Instância é um serviço prestado pelo TJDFT para garantir que as causas urgentes possam ser apreciadas com rapidez e segurança por Juízes de Direito nos horários em que as demais varas não se encontram disponíveis.

A partir de setembro de 2009, os horários de funcionamento do plantão judicial de Primeira Instância foram alterados pelo Provimento de N. 9, de 13 de agosto de 2009, ocorrendo aos sábados, domingos e feriados, das 13h às 19 h, no Fórum Des. Leal Fagundes – SMAS Trecho 3, Lotes 4/6 – Bloco 1 – térreo. Excetua-se à regra anterior o período de Recesso Forense, quando o Plantão Judicial conta com estrutura e escala de funcionamentos próprios, definidos por meio de Portaria.

Os Juízes Plantonistas são designados pela Corregedoria do Tribunal, dentre os Juízes de Direito Substitutos, mediante sistema de revezamento, observada a ordem do mais moderno para o mais antigo, sendo escalado um Juiz para cada período de plantão.

Para apoiar os trabalhos do Plantão de 1<sup>a</sup> Instância, o Núcleo de Plantão Judicial – NUPLA, composto por sete (07) servidores, presta auxílio aos juízes platonistas, viabilizando o atendimento aos jurisdicionados, e permitindo o acesso à Justiça quando do ingresso de medidas judiciais urgentes, especificadas a seguir, conforme Artigo 72 do Provimento N. 09, da Corregedoria, de 13 de agosto de 2009:

I – apreciar pedidos de habeas corpus;

II – decidir sobre pedidos de prisão preventiva ou temporária, busca e apreensão de instrumentos e produtos de crime;

III – receber comunicação de prisão em flagrante e apreciar sua legalidade;

IV – decidir sobre pedidos de liberdade provisória, com fiança ou sem ela, desde que a competência já não esteja afeta, por prevenção, a outro juízo;

V – decidir sobre as medidas urgentes de que trata a Lei N. 11.340, de 7 de agosto de 2006;

VI – decidir sobre pedidos de liberdade, em caso de prisão civil;

VII – decidir medidas urgentes de natureza cível, estritamente nos casos de risco concreto de perecimento do direito, de lesão grave ou de difícil reparação; e

VIII – decidir medidas urgentes de competência da Vara da Infância e da Juventude.

§ 1º. Consideram-se medidas de caráter urgente as que, sob pena de dano irreparável ou de difícil reparação, tiverem de ser apreciadas, inadiavelmente, fora do horário de expediente forense, ainda quando requeridas mediante carta precatória.

Poderão ser apreciadas outras medidas urgentes, a critério do Juiz Plantonista designado, que não possam aguardar o dia ou o horário regular do expediente forense.

#### 7.3.27. Plantão Judiciário de 2ª Instância

Em sete de janeiro de 2009, entrou em funcionamento o Plantão Judiciário de 2ª Instância, estabelecido pela Portaria N. 1.387, de nove de dezembro de 2008, que fixou o início do plantão e a escala semanal dos magistrados nos termos do Ato Regimental N. 4, de 10 de setembro de 2008. Esse ato regulamentou a decisão do Pleno Administrativo do TJDFT e adotou o procedimento em razão da Resolução N. 36/07, do Conselho Nacional de Justiça.

Todos os Desembargadores do TJDFT participam do plantão. Em um primeiro momento, o atendimento foi realizado em dois turnos, das 19h à 1h30 e da 1h30 às 8h, no hall de entrada do Palácio da Justiça, localizado na Praça da Municipalidade. A Portaria n. 776/2009, no art. 3º, alterou o horário do plantão dos Desembargadores, que passou a ser de três horas diárias após o expediente, ou seja, das 19h às 22h.

Para apoiar os trabalhos do novo plantão foi instalado o Núcleo de Apoio aos Desembargadores Plantonistas, responsável pelo atendimento, pelo recebimento das petições referentes às medidas urgentes e pelo seu encaminhamento ao Desembargador plantonista. O horário de funcionamento desse Núcleo é das 18h às 24h.

Durante os plantões, são atendidas somente medidas urgentes, como: pedido de liminar em habeas corpus, de liminar em mandado de segurança, e de comunicação de prisão em flagrante e nos crimes de competência originária do Tribunal. Ainda, podem ser apreciadas outras medidas urgentes, a critério do

Desembargador designado, que não possam aguardar o dia ou o horário regular do expediente forense. Antes de serem submetidas ao Desembargador de plantão, as petições são protocoladas e, depois de apreciadas, submetidas à regular distribuição na primeira hora do expediente forense seguinte, vedada a entrega ao advogado ou à parte.

#### **7.3.28. Sistema de Múltiplas Portas de Acesso à Justiça**

O Sistema de Múltiplas Portas de Acesso à Justiça objetiva implantar um sistema que ofereça possibilidades abrangentes de construção do consenso, tornando a prestação jurisdicional mais ágil e efetiva e reduzindo o número de conflitos judiciais. Esse sistema é dirigido por um Colégio de Magistrados nomeado e submetido à Presidência do TJDFT.

Ao Colégio de Magistrados do Sistema Múltiplas Portas de Acesso à Justiça compete coordenar, planejar e avaliar as atividades integrantes do Sistema, em especial, a sua articulação com as atividades jurisdicionais e com entidades externas ao TJDFT.

O Sistema Múltiplas Portas de Acesso à Justiça é composto pelas seguintes unidades:

- Coordenadoria do Sistema Múltiplas Portas de Acesso à Justiça;
- Serviço de Apoio ao Programa Justiça Restaurativa;
- Serviço de Apoio ao Programa Justiça Comunitária;
- Serviço de Apoio à Central Judicial do Idoso;
- Serviço de Apoio aos Núcleos de Mediação Cível e de Família.

#### **7.3.29. Programa Justiça Restaurativa**

Em 04 de junho de 2004, mediante a publicação da Portaria Conjunta N. 15, este Tribunal demonstrou interesse em conhecer os novos modelos de solução de conflitos penais implantados com êxito em diversos países, inclusive com o Estímulo da Organização das Nações Unidas – ONU, conforme consta da Resolução ONU 12/02. A Portaria N. 15/04, instituiu em seu artigo 1º, Comissão para o estudo da adaptabilidade da Justiça Restaurativa à Justiça do Distrito Federal e desenvolvimento de ações para implantação de um projeto piloto na comunidade do Núcleo Bandeirante.

O Projeto Piloto começou a funcionar em 2005, no âmbito dos Juizados Especiais de Competência Geral do Fórum do Núcleo Bandeirante, sendo aplicado aos processos criminais passíveis de composição civil e de transação penal.

O Serviço de Apoio ao Programa Justiça Restaurativa tem como objetivo geral ampliar a capacidade de resolução de conflitos no âmbito dos crimes de menor potencial ofensivo. Esse trabalho se cumpre pela intervenção de mediadores treinados por este Tribunal com o propósito de favorecer uma participação mais efetiva das próprias partes envolvidas no conflito, na construção do acordo que deverá ser homologado pelo magistrado.

A atuação do Serviço de Apoio ao Programa Justiça Restaurativa tem caráter preventivo e pedagógico, à medida que atua nos conflitos, evitando que esses avancem em sua dinâmica espiral, ou seja, favorecendo que as interações entre as partes possam ser mais racionais e fornecendo recursos para a construção de um novo repertório para ser usado em outras situações de conflito com a mesma ou outra pessoa da comunidade.

Sua atuação ainda visa resgatar o sentido de comunidade, no qual se reconhece uma interdependência no bem estar das pessoas de uma mesma comunidade. Sentido que tem se tornado desgastado em nossa sociedade, dando margem ao aumento dos conflitos que ingressam neste Tribunal.

#### **7.3.30. Programa Justiça Comunitária**

Projeto pioneiro, desenvolvido pelo TJDFT desde 2001, busca aumentar a capacidade de resolução dos conflitos pelos próprios membros da comunidade, democratizando o acesso à justiça. O projeto ainda confere independência e auto-sustentabilidade às comunidades que o praticam, tornando-as capazes de gerar cidadãos mais plenos e conscientes dos seus direitos e deveres.

Os agentes comunitários são credenciados no Programa por meio de um processo de seleção levado a efeito por uma equipe psicossocial. Posteriormente, participam de um programa de capacitação na Escola de Justiça e Cidadania, onde recebem noções básicas de Direito, treinamento em técnicas de mediação comunitária e de animação de redes sociais, além de participação nos debates sobre direitos humanos.

A atuação desses agentes é acompanhada por uma equipe interdisciplinar, composta de advogados, psicólogos, assistentes sociais, artistas e duas juízas que coordenam o Programa. As atividades desenvolvidas pelos agentes comunitários são informação jurídica, mediação comunitária e formação e/ou animação de redes sociais. Possui financiamento do Ministério da Justiça, que adotou o programa como modelo a ser implantado em outros estados.

O Programa conta com um grupo de teatro que se apresenta em eventos institucionais e comunitários, suscitando debates sobre os direitos dos cidadãos. A peça teatral "A teia da vida" é uma homenagem à obra de Fritjof Capra, cujo roteiro, além de esclarecer o funcionamento do Programa Justiça Comunitária, desperta a reflexão para o tema da "grilagem" de terras e consagra a imagem do Agente Comunitário como verdadeiro tecelão da trama social.

É importante salientar que o Programa vem se consolidando na promoção da justiça preventiva e conquistando o respeito e o reconhecimento da comunidade como alternativa de democratização no acesso à justiça, tanto que consta no site do CNJ como destaque no "Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário" na categoria Responsabilidade Social.

Os quadros a seguir mostram a evolução dos resultados alcançados pelo Programa Justiça Comunitária com dados de até 2009:

**Tabela 51 - Programa Justiça Comunitária – Resultados em 2009**

Circunscrição	Sessões de Mediação	Atendimentos em Pré-mediação e Encaminhamentos	Total
Ceilândia	54	247	301
Taguatinga	24	123	147
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>370</b>	<b>448</b>

*Fonte: Coordenação do Programa Justiça Comunitária*

**Tabela 52 - Programa Justiça Comunitária – Pessoas atendidas até 31/12/2009**

Número de pessoas atendidas	Diretamente	Indiretamente
Número de pessoas mobilizadas durante visitas à comunidade e divulgação do Programa, por meio da distribuição de material de divulgação.	8.933	17.866
Número de pessoas presentes nas apresentações do teatro	2.180	4.360
Número de pessoas beneficiadas com a Mediação – considerando 02 pessoas envolvidas em cada conflito	1.248	2.496
Número de pessoas beneficiadas com atendimentos em Pré-mediação e Encaminhamento Sócio-Jurídico	3.096	6.192
<b>Total</b>	<b>15.457</b>	<b>30.914</b>

*Fonte: Coordenação do Programa Justiça Comunitária*

Vale salientar que, em 2009, o Programa recebeu as visitas de representantes do Governo do Rio de Janeiro, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Ministério Público de Pernambuco, Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Defensoria Pública de Diadema, Defensoria Pública de Tocantins, Defensoria Pública do Maranhão e uma Comitiva composta de 12 representantes de instituições do Equador, que vieram conhecer o Programa para possível implantação.

Essa iniciativa faz parte das ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Governo Federal, que apontou o Programa Justiça Comunitária como referência na mediação de conflitos, e tem incentivado a criação de novos núcleos em outros estados do Brasil. A Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro pretende implantá-lo em duas regiões, que estão entre as mais violentas do Estado: Complexo do Alemão e Cidade de Deus.

Já foram instalados núcleos no Rio Grande do Sul, Fortaleza e Recife, e fortalecido o do Acre. A meta é que até 2010 sejam implantados ou fortalecidos 25 núcleos de Justiça Comunitária em todo o país.

#### Resultados alcançados:

- O Programa Justiça Comunitária foi apresentado pela Supervisora do Programa, Sra. Sonia Maria V. Veiga, no intercâmbio sobre Mediação promovido pelo EUROSocial/Justiça, em Fortaleza, no período de 08/06/2009 a 10/06/2009;
- Foram realizadas 52 reuniões na comunidade, incluídas Escolas Públicas, Diretoria Regional de Ensino, Conselho Tutelar e ONG's, com os objetivos de reforçar vínculos agente-comunidade; conhecer rede – serviços públicos, privados e movimentos sociais; mapear problemas; captar demandas qualificadas para o Programa Justiça Comunitária; identificar as lideranças comunitárias; visualizar possíveis candidatos à agente comunitário e conhecer espaços físicos para mediação. Nessas visitas foram mobilizadas 3.581 pessoas;
- Foi realizado, no período de 01 a 07 de julho de 2009, um curso de mediação comunitária com o professor Juan Carlos Vezzulla, com carga horária de 56 horas para os integrantes da equipe multidisciplinar do Programa, a fim de que eles atuem como multiplicadores. O curso foi

custeado com recursos da Secretaria de Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça, mediante convênio;

- O Programa, recebeu em 20 de março de 2009, a visita de representantes da Embaixada dos Estados Unidos, para conhecer o trabalho dos agentes comunitários;
- O Programa Justiça Comunitária do TJDFT foi apresentado no I Congresso de Saúde Mental do Cerrado, realizado pela Universidade de Brasília, entre os dias 25 e 28 de março. O Congresso tem o apoio do Ministério da Saúde e faz parte da última etapa do Curso de Especialização *Latu Sensu* em Saúde Mental promovido pela UnB;
- Foi finalizado o processo seletivo para Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania de Samambaia, em que foram selecionados 37 novos voluntários;
- Foi exibida, no Jornal Nacional, no dia 20 de maio de 2009, matéria sobre a atuação do Programa Justiça Comunitária como um modelo para resolução dos problemas da Justiça brasileira. A matéria faz parte de uma série de reportagens do jornal sobre os problemas enfrentados pela justiça no Brasil e as iniciativas que estão sendo tomadas para resolvê-los. A matéria mostrou as questões que levam à demora dos processos nos tribunais e colocou a Justiça Comunitária em patamar de destaque, como uma boa alternativa de solução;
- Foi construído, pelo Centro de Formação e Pesquisa em Justiça Comunitária, sistema de avaliação dos Agentes Comunitários e realizada a avaliação da atuação no primeiro semestre de 2009;
- Foi ministrado, aos Agentes Comunitários de Samambaia, Curso de Mediação Comunitária, com carga horária de 48 horas/aula. O Curso foi elaborado por membros da equipe multidisciplinar do Programa Justiça Comunitária;
- Em 19 de outubro de 2009, foi realizada cerimônia de credenciamento de novos Agentes Comunitários de Samambaia, que contou com a presença de diversas autoridades e representantes da comunidade local. Foram credenciados 37 novos Agentes Comunitários que passaram a atuar na cidade;

- O Programa Justiça Comunitária do TJDFT foi apresentado no Congresso Internacional Psicossocial Jurídico, realizado pelo TJDFT, entre os dias 28 e 31 de outubro;
- O Programa Justiça Comunitária do TJDFT foi apresentado no I Seminário da Rede Social de Ceilândia, com o tema “Mobilização Social: Construindo Cidadania”, realizado pela rede social de Ceilândia, da qual o Programa é integrante, entre os dias 19 e 20 de novembro;
- O Programa Justiça Comunitária foi apresentado pela Supervisora Substituta do Programa, Vera Lucia Muniz de Carvalho, no evento promovido pelo Ministério Público de Pernambuco, Órgão responsável pela implantação do Justiça Comunitária em Recife, no dia 23 de novembro de 2009;
- O Programa Justiça Comunitária foi apresentado pela Coordenadora do Programa, Dra. Carla Patrícia N. Frade Lopes, no evento "Negociação, Mediação e Conciliação: meios alternativos de solução de conflitos", promovido pela Escola de Magistrados da Justiça Federal de SP, em dezembro de 2009.

#### **7.3.31. Serviço de Apoio à Central Judicial do Idoso**

A Central Judicial do Idoso – CJI – é fruto de um convênio firmado entre o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que conta, ainda, com a cooperação técnica do Núcleo de Assistência Jurídica de Defesa do Idoso – CEAJUR – e da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF.

O trabalho da Central Judicial do Idoso é interdisciplinar e destina-se aos idosos do Distrito Federal que tenham seus direitos ameaçados ou violados e que necessitem de orientação e atendimento na esfera da Justiça. Seus principais objetivos são:

- Garantir a efetiva aplicação e cumprimento do Estatuto do Idoso;
- Prover a comunidade do Distrito Federal de informações sobre os idosos, com vistas a assegurar o cumprimento de seus direitos por toda a sociedade;
- Desenvolver estratégias para o atendimento interdisciplinar ao idoso;

- Promover articulação com as diversas instituições governamentais e não-governamentais, com vistas a estabelecer ações de parceria para o atendimento das demandas apresentadas pela população idosa;
- Disponibilizar legislação referente aos direitos dos idosos, pesquisas, indicadores e resultados das atividades praticadas e demais informações pertinentes ao tema;
- Fomentar ações importantes, tais como: pesquisas sociais, estatísticas, seminários e campanhas educativas que objetivem erradicar a violência e os maus tratos contra os idosos;
- Assessorar autoridade competente, por meio de ações que viabilizem atendimento e garantia dos direitos da pessoa idosa vítima de violência, baseado na Lei nº. 10741/03, do Estatuto do Idoso, e em outros atos legais.

Além desses atendimentos, foram ajuizadas 107 ações judiciais pelo Núcleo de Assistência Jurídica de Defesa do Idoso – CEAJUR, parceiro do Programa, com vistas à garantia, busca e proteção dos direitos dos idosos. Pelo Núcleo, foi dada palestra no Hospital Geriátrico, bem como na Secretaria de Estado dos Transportes do DF, sendo que nesta última o assunto em pauta foram os cuidados com a pessoa idosa no uso do transporte público no Distrito Federal. Ainda foram ministrados cursos, como o Curso Avançado de Direitos Humanos, na UNIDF, e o Curso de Formação de Direitos Humanos da Força de Segurança Nacional, bem como foi realizada a Conferência Nacional do Idoso, no Hotel Nacional.

A Central Judicial do Idoso realizou, ainda, por seu Núcleo Psicossocial, dezenas de visitas domiciliares e elaborou diversos relatórios Psicossociais. Proferiu, por intermédio de seu corpo funcional, palestras tanto para grupo de idosos quanto para profissionais que trabalham com essa clientela, a fim de divulgar e debater o Estatuto do Idoso e legislações correlatas nas diversas instituições governamentais e não-governamentais do Distrito Federal.

Destaca-se que a CJI participou ativamente dos eventos promovidos pela rede social do Distrito Federal envolvendo a temática do Idoso, estabelecendo interfaces com Secretarias de Estado de Saúde, Assistência Social, Transportes, Educação, Justiça e Direitos Humanos, Conselho de Idosos, entre outros.

A Central também promoveu, em setembro de 2009, evento em comemoração ao Dia do Idoso, sob o tema: "O Envelhecimento em Foco – Direitos e Garantias". Para a concretização do evento, que atingiu um público de cerca de 300 idosos, servidores da CJI realizaram visitas prévias de divulgação a grupos de idosos em todo o Distrito Federal, além de visitas a instituições que compõem a rede social do DF.

A CJI participou, ainda, do Congresso Internacional Psicossocial Jurídico – "O olhar pacificador de uma nova justiça", contribuindo da seguinte forma:

- Participação na comissão organizadora e científica do evento;
- Elaboração de três artigos para o livro "Aplicação da lei em uma perspectiva interprofissional: Direito, Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social e Ciências Sociais na prática jurisdicional";
- Participação na organização do referido livro;
- Elaboração de artigo para o livro institucional distribuído no Congresso Internacional Psicossocial Jurídico;
- Entrevista à rádio RBV de profissional da área da psicologia sobre a temática do idoso – setembro;
- Participação de profissionais na mesa redonda "Intervenção Psicossocial e Jurídica no atendimento ao idoso".

Cabe ressaltar que as atividades desenvolvidas pela Central Judicial do Idoso são relevantes para a população idosa do Distrito Federal, haja vista ser um programa que tem como diretrizes: a defesa dos direitos dos idosos e do idoso como sujeito protagonista de sua própria história; a divulgação do Estatuto do Idoso; o reforço à autonomia emocional e social dos idosos; uma postura dialógica intergeracional; a valorização do idoso em relação aos novos papéis sociais a que ele está apto a desempenhar, especialmente no contexto familiar e a pacificação social.

Ressalta-se ainda que a CJI tem como proposta a ampliação do olhar da sociedade sobre o envelhecimento populacional no Distrito Federal, o que busca fazer por meio da realização de ações de prevenção de riscos, promoção dos direitos e reforço à autonomia do cidadão idoso.

### **7.3.32. Serviço de Apoio aos Núcleos de Mediação Cível e de Família**

Um dos objetivos estratégicos do novo Plano Estratégico do TJDFT 2010/2016, é "Estimular formas alternativas de resolução de conflitos". Para tanto, o Serviço de Apoio aos Núcleos de Mediação Cível e de Família ganha extrema importância.

Com metas propostas para aumentar o número de mediações em 10% no primeiro biênio, 20% no segundo biênio e 30% no terceiro biênio, o Serviço buscará formar e treinar mediadores; desenvolver estudos e pesquisas com vistas ao aprimoramento contínuo de técnicas e métodos de mediação adequados à realidade local e promover debates e seminários que possam contribuir para o alcance dos fins acima referidos.

### **7.3.33. Virtualização do Processo Judicial**

Além de otimizar o aproveitamento do quadro de colaboradores do TJDFT, a virtualização do trâmite judicial também facilitou a vida dos usuários. A diminuição de jurisdicionados que se deslocam pessoalmente para resolver suas demandas nos fóruns contribui para reduzir a emissão de poluentes oriundos de combustíveis fósseis e a utilização de papel para impressão de informações sobre os processos que tramitam na Casa. A seguir são explanadas as principais iniciativas nesse sentido:

### **7.3.34. Acompanhamento Processual Online via *Internet* e nos Terminais de Autoatendimento Instalados no TJDFT**

Permite aos interessados a visualização de documentos e peças processuais por meio de sistemas simples e autoexplicativos.

### **7.3.35. Sistema Push**

Permite ao interessado se cadastrar para receber os andamentos processuais pela *Internet*. O sistema envia ao usuário cadastrado, via e-mail, os andamentos dos processos de seu interesse. Trata-se de serviço auxiliar e informativo complementar, já que não dispensa o uso dos meios formais de comunicação para produção de efeitos legais.

**7.3.36. Sessões de Julgamento ao Vivo na Internet**

O áudio e o vídeo das sessões de julgamento dos órgãos colegiados do TJDFT são transmitidos via *Internet*.

**7.3.37. Acompanhamento do Andamento Processual via SMS**

Os advogados interessados podem receber automaticamente, por meio de mensagens SMS, o andamento processual dos autos que tramitam na 2<sup>a</sup> Instância.

**7.3.38. Guia de Custas Judiciais com Código de Barras**

Implantada desde agosto de 2004, eliminou a impressão de várias folhas de papel, acabou com filas e facilitou a rotina dos advogados no pagamento das custas judiciais. O projeto está sendo aperfeiçoado, para possibilitar a emissão das guias via *Internet*.

**7.3.39. Peticionamento Eletrônico**

Os recursos ao Segundo Grau do TJDFT poderão ser peticionados pela *Internet*, oferecendo mais uma opção aos operadores do Direito de praticarem seus atos sem a necessidade de virem ao Tribunal. Atualmente, o projeto encontra-se em homologação/implantação.

**7.3.40. Acórdão em Tempo Real**

Iniciado em 2006 e implantado em todas as Turmas, Câmaras Cíveis e Criminais da 2<sup>a</sup> Instância e no Conselho Especial, o sistema permite o julgamento e a publicação dos acórdãos unânimes em tempo real. Na prática, os votos do relator e, eventualmente, do revisor, são redigidos em servidor corporativo, e não mais em computador individual, permitindo aos demais Desembargadores o acesso ao voto, eletronicamente, durante a sessão de julgamento. Em decisão unânime, sem debates, os demais votos são cadastrados no sistema, automaticamente, em um único ato. O relator assina digitalmente os acórdãos que são certificados eletronicamente. O acórdão é, então, encaminhado eletronicamente ao órgão julgador para impressão e juntado ao

processo. Sua publicação é enviada à Imprensa Nacional pela Internet e ao mesmo tempo é disponibilizada no Setor de Jurisprudência para consulta e cópia.

O projeto automatizou 80% dos processos. As publicações dos julgamentos, que em média demoravam três meses, passaram a ser feitas em 48 horas, proporcionando, ainda, uma significativa redução de cópias impressas de votos e decisões. Na área criminal, existem algumas peculiaridades na implantação do Acórdão em Tempo Real, que impossibilitam a publicação do resultado na mesma hora. Nos processos em que há previsão e pedido de sustentação oral, o pronunciamento do advogado deve passar por revisão taquigráfica e o acórdão é assinado pelo sistema virtual após a liberação.

Premiado no III Encontro Nacional de Juízes Estaduais, em 2007, como uma das melhores práticas do Judiciário Nacional na categoria Informática, o Acórdão em Tempo Real também foi destaque na área de Gestão e Estratégia do Poder Judiciário, durante a 8ª Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade do Judiciário. Justo reconhecimento para um trabalho que reflete o interesse unânime de se avançar na busca de uma justiça célere e moderna. Com esse projeto, o Tribunal inova mais uma vez, contribuindo com as políticas públicas esperadas para o Judiciário Nacional, haja vista a preocupação com a celeridade e transparência e com o cumprimento dos direitos dos cidadãos do Distrito Federal.

Outra premiação recebida foi o Prêmio TI & Governo 2009, oferecido aos melhores projetos de governo eletrônico no Brasil e publicado no Anuário TI & Governo, do mesmo ano.

#### **7.3.41. Mandados Digitais**

Em 2009, foi realizada uma prova de conceito utilizando-se mandados digitais. O objetivo desse projeto é prover maior controle e agilidade na execução de mandados judiciais desde o gerenciamento dos mandados – geração, triagem, cálculo de rotas – até o colhimento de assinaturas – fotos, coordenadas geográficas – e transmissão eletrônica das informações coletadas. Após a prova de conceito ser concluída com sucesso, iniciou-se o procedimento para implantação dos mandados digitais.

## 7.4. AÇÕES DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – VIJ

### 7.4.1. Festa “Viva a Vida da Criança”

A 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF idealizou, em outubro de 2005, a "Festa Viva a Vida da Criança" que, periodicamente, é realizada próximo ao dia das crianças. Essa ação pioneira e inovadora reúne cerca de 600 crianças de abrigos do Distrito Federal, na faixa etária entre 03 e 12 anos de idade, com a finalidade de levar momentos de lazer e descontração a essa parcela da população que não usufrui da convivência familiar, por se encontrar em situação de risco. De outro lado, a iniciativa visa proporcionar uma integração dos servidores da Vara que atuam como voluntários no trato e cuidado com as crianças, para que se sintam valorizadas e lembradas. O momento também contribui para aproximar os servidores daquelas crianças cujas vidas são decididas diuturnamente nos processos que tramitam no Juízo da Infância e da Juventude, possibilitando que as decisões sejam mais personalizadas.

O evento conta com o apoio e patrocínio de empresas e instituições públicas e privadas, a fim de garantir às crianças alimentação, animação, brinquedos, decoração da festa, espaço amplo e arejado e transporte.

Resultados alcançados:

- A festividade serviu para modificar positivamente a visão das crianças em relação à 1ª VIJ. Antes, elas sentiam medo em comparecer à Vara. Agora, é perceptível o modo distinto como chegam à 1ª VIJ, seja para atendimento pelos técnicos ou para audiências;
- A aproximação trouxe tranquilidade, destemor e confiança, porque as crianças se deparam com servidores com os quais já tiveram contato por ocasião da festa.

### 7.4.2. Centro de Referência para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual – CEREVS

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno de alta incidência no Brasil, tendo-se tornado desde a década de 90 do século XX uma questão social e de saúde pública. A intervenção da Justiça nesses casos se faz tanto pela responsabilização quanto pela proteção, cabendo esta última ao sistema de proteção e

garantia de direitos da criança e do adolescente, do qual faz parte a Vara da Infância e da Juventude.

Ao lidar com fenômeno de tal natureza, a Justiça se depara não apenas com questões objetivas e legais, mas também do âmbito relacional, histórico, social e econômico o que requer uma atuação interdisciplinar. Nesse sentido, o legislador previu a participação de outros olhares e saberes para assessorar os magistrados nas difíceis decisões que lhes cabem, conforme Art. 150 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é o único Tribunal no Brasil a contar, entre tantas ações inovadoras, com um Centro de Referência para Violência Sexual – CEREVS, cuja equipe técnica tem treinamento especializado para oferecer subsídios técnico-científicos ao magistrado para uma atuação mais abrangente e eficaz.

Considera-se que, primordialmente, o trabalho do CEREVS destina-se à prestação jurisdicional de alta qualidade, mas também à população em situação de violência sexual jurisdicionada pela 1ª Vara da Infância e da Juventude, garantindo-se a humanização e complementaridade entre a prática jurídica e outras áreas do conhecimento, como a Psicologia e Serviço Social. Ademais, as atividades se destinam também à comunidade profissional e científica que, em sua troca diária com a equipe do CEREVS, pode, ao mesmo tempo, se beneficiar e contribuir para a construção de novas práticas e de conhecimento que evitem a reprodução de velhas ideologias na construção de um mundo mais justo.

O CEREVS tem, portanto, o objetivo de fornecer subsídio técnico-profissional para a decisão da Autoridade Judicial, por escrito ou verbalmente, quanto aos casos em que há denúncia de violência sexual, planejar e desenvolver ações preventivas, aconselhamento, orientação, encaminhamentos de acordo com o Art. 151 do Estatuto e fortalecer a Rede de Atendimento no DF, entre outras, no cumprimento do ECA.

O Centro de Referência para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual realiza, por determinação judicial, o estudo psicossocial das situações que envolvem denúncia de violência sexual, tendo como diretriz a Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Acolhe, por determinação judicial, as pessoas envolvidas em situação de violência sexual e avalia o contexto e as demandas de atendimento (jurídico, social, médico, entre outras) das pessoas

envolvidas em situação de violência sexual, por meio de visitas domiciliares, entrevistas individuais e/ou familiares; executa atividades grupais de acolhimento, orientação e sensibilização junto às famílias atendidas; sugere a aplicação de medidas protetivas preconizadas no ECA, conforme as demandas apresentadas nos casos em que se confirmar a violação de direitos; encaminha as pessoas envolvidas para a rede de atendimento no Distrito Federal, após determinação de medidas protetivas pela Autoridade Judicial, bem como acompanha os encaminhamentos e ações desenvolvidas pela rede de atendimento junto à(s) vítima(s), agressor(es) e familiares.

Além disso apresenta proposta de trabalho em rede às várias instituições públicas, privadas e do terceiro setor que desenvolvem ações de garantia de direitos, convocando e garantindo a sua livre associação e participação, no âmbito de sua competência na rede; compartilhar e manter o fluxo das informações de encaminhamento com toda a Rede, resguardando-se o sigilo; criar fóruns para encontros presenciais e/ou virtuais e circulação de informações da rede; oferecer capacitação, treinamento e troca de conhecimento com profissionais das várias áreas de atendimento na abordagem do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em suas várias formas; realizar pesquisas quantitativas, qualitativas e teórico-metodológicas dos casos atendidos pelo CEREVS, bem como criar e manter o banco de dados desses casos, contemplando as informações quantitativas e qualitativas que envolvem o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes; desempenhar quaisquer outras atividades inerentes a este Centro de Referência e propor ao Juízo e à Diretoria Geral Administrativa ações que visem à otimização e qualidade na atuação da Justiça da Infância e da Juventude junto à população do DF que se encontra em situação de violência sexual.

#### Resultados alcançados:

- 299 processos recebidos em 16 meses;
- 183 casos em acompanhamento para garantia de cumprimento de medidas protetivas;
- Reversão do quadro de apenas 25% de medidas cumpridas – decorridos 12 meses de sua aplicação para 72%;

- Construção do Banco de Dados sobre o fenômeno da violência sexual, sua incidência, perfil do agressor e vítima, dinâmica e características do fenômeno;
- Ampliação do número de parceiros do Estado, da sociedade civil e profissionais autônomos, juntamente com a Rede Solidária Anjos do Amanhã, na busca da garantia de acesso a serviços básicos, cultura, esporte, qualificação profissional, entre outros;
- Treinamento e capacitação;
- Realização de 27 encontros/ palestras no período de 12 meses com o objetivo de esclarecer, trocar informações, treinar e capacitar profissionais de diversas áreas de atuação e de conhecimento que atuam na área da infância e da juventude;
- Sítios de interesse:  
[http://www.tjdft.jus.br/trib/vij/docVij/artigos/fenomeno\\_protecaointegral.pdf](http://www.tjdft.jus.br/trib/vij/docVij/artigos/fenomeno_protecaointegral.pdf)  
<http://www.congpsicossocialjuridico.com.br/palestrajan.asp?tipo=g>

#### **7.4.3. Programa Gente de Sucesso**

O Programa Gente de Sucesso foi criado pela Companhia Energética de Brasília – CEB, em parceria com o Instituto de Integração Social e de Promoção da Cidadania – INTEGRA e a 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF – 1ª VIJ, destinado a algumas crianças com perfil de vulnerabilidade pessoal e social, atendidos pela Vara.

O projeto tem por objetivo promover a ascensão social de crianças e adolescentes, mediante o compromisso de propiciar aos participantes do Programa o acesso às condições básicas de sobrevivência, incluindo a assistência à saúde e à educação sistemática (ensino fundamental, ensino médio e universidade ou profissionalizante) até 21 anos ou até 24 anos se for universitário, desde que o participante do Programa atenda aos requisitos estipulados pela CEB, pelo INTEGRA e pela 1ª VIJ, que irão desenvolver conjuntamente o Programa.

O presente Programa foi avaliado como uma proposta de grande interesse para a Justiça Infanto-Juvenil, pois, além de representar a possibilidade de atingir resultados mais eficazes na abordagem às crianças e adolescentes em situação de risco ou fragilidade social, tal ação promove uma maior visibilidade das ações desta Casa de Justiça, quanto ao compromisso e a seriedade com que investe na relação

com seus jurisdicionados, os quais muitas vezes necessitam de um acompanhamento biopsicossocial de longo prazo.

O trabalho desenvolvido pelo presente Programa tem como impacto para a sociedade a formação de cidadãos capacitados para promover suas famílias a melhores condições humanas e financeiras.

**Resultados alcançados:**

- O Programa já existe há 8 anos e está investindo em 45 crianças, e conta com resultados promissores, uma vez que as famílias das crianças e adolescentes contempladas recebem assistência integral por parte de pedagogos, assistentes sociais, médicos e oftalmologistas. Uma nova consciência dos beneficiados cresce com o passar dos anos, ao tempo em que fortalecem o compromisso de permanecerem vinculados ao Programa, como condição indispensável para alcançar o objetivo proposto;
- Há crianças que ganharam prêmios esportivos e foram selecionadas para participação das Olimpíadas;
- A clientela beneficiada encontra-se em fase de formação educacional nos ensinos fundamental ou médio e realizam atividades sócio-educativas;
- Avaliação do desempenho do público infanto-juvenil trimestral.

#### **7.4.4. Rede Solidária Anjos do Amanhã**

A Rede Solidária Anjos do Amanhã é um programa de voluntariado criado em 2006 pela Primeira Vara da Infância e da Juventude – 1ª VIJ. Hoje, faz parte da sua estrutura organizacional e tem como missão gerar oportunidades para que crianças adolescentes em situação de vulnerabilidade social, residentes no DF, possam ter acesso aos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O programa nasceu da idéia de reunir e cadastrar ações voluntárias e cruzar com as necessidades apresentadas pelos jurisdicionados da 1ª VIJ, de modo a lhes oferecer os recursos adequados ao seu pleno desenvolvimento físico, psíquico e social.

Desse modo, a Rede vem ao encontro da postura proativa do Poder Judiciário, que se reveste de caráter preventivo e alternativo de cumprimento de medidas protetivas e sócio-educativas. A intenção não é substituir as políticas públicas, mas incentivar a co-responsabilidade entre Estado e sociedade, tendo

beneficiários diretos as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade social, bem como suas famílias e as instituições a que estão vinculados, tais como: abrigos, casas de semiliberdade e de internação, instituições sócio-educativas em meio aberto, creches e projetos sociais que desenvolvem ações de proteção no Distrito Federal.

Graças à credibilidade e à seriedade marcantes em seu trabalho, a Rede Solidária vem se firmando como referência de responsabilidade social e inspira cada vez mais reconhecimento e apoio da população do DF. Ao favorecer o acesso de crianças e adolescentes jurisdicionados pela 1ª Vara da Infância e da Juventude aos serviços que lhes são assegurados pela Constituição Federal, tais como: saúde, educação, formação profissional, inclusão digital, lazer, creches, dentre outros, que serão oferecidos por instituições governamentais e não-governamentais e complementados por instituições da sociedade civil que se tornarem parceiras da Rede Solidária Anjos do Amanhã. A fim de propiciar a realização das demandas solicitadas por este público, destaca-se a atuação do voluntariado como estratégia de efetivo acesso aos direitos que lhes são assegurados pela Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente.

As ações da Rede garantem os encaminhamentos dos jovens jurisdicionados da 1ª VIJ/DF aos serviços na área de saúde, educação, profissionalização e outras formas de assistência ou de aplicação de medidas protetivas, por meio de ações voluntárias. Tais ações contribuem para uma imagem de uma Justiça proativa, cujo exercício extrapola a função meramente judicante e aproxima a população do Poder Judiciário.

As atividades da Rede envolvem gerenciar um cadastro de pessoas físicas e instituições que desejam doar algum tipo de recurso a quem necessita, permitindo articular tais recursos e as necessidades de seu público, por meio do cruzamento de informações. Além disto, são incentivadas as ações de voluntariado, as quais são aproveitadas em suas iniciativas.

#### Resultados alcançados:

- Ações da Rede Solidária Anjos do Amanhã, os principais produtos e resultados alcançados são:

- Acesso aos serviços médico-odontológico e psicoterápico;
- Profissionalização e colocação no mercado de trabalho por meio de programas de estágio;
- Acesso às oportunidades de lazer, recreação e cultura;
- Reforço das atividades escolares;
- Apoio e fortalecimento das estruturas familiares por meio de voluntários da área da psicologia;
- Doações de bens diversos.
- Instituições e projetos sociais beneficiários da Rede que desenvolvem programas de proteção a crianças e adolescente vulneráveis, os principais produtos e resultados são:
  - Capacitação de dirigentes, técnicos e profissionais por meio de palestras, cursos em temas de interesses variados (elaboração de projetos sociais, capacitação de recursos, articulação de parcerias, protagonismo juvenil, violência sexual, dentre outros);
  - Capacitação e apoio às mães sociais das instituições de abrigo;
  - Doações de bens diversos: alimentos, equipamentos de informática, mobiliário, dentre outros.
- Acordo de cooperação entre o TJDFT, vários Tribunais Superiores, CNJ e OAB/DF:
  - Disponibilização de vagas de estágio de nível médio e fundamental para encaminhamento de adolescentes;
  - Acompanhamento dos adolescentes pela Rede Solidária.

#### **7.4.5. Projeto Sala de Espera – Atendimento Humanizado na 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF**

Uma das primordiais preocupações da atual Administração da 1ª VIJ/DF é atender bem aos jurisdicionados que demandam junto a essa Vara Especializada.

Para isso, vêm sendo implementadas, desde o ano de 2005, ações e reformas visando à melhoria do atendimento aos jurisdicionados, as quais compõem o Programa Atendimento Humanizado.

A melhoria na qualidade e na rapidez do atendimento ao cliente é desafio que todas as organizações modernas estão enfrentando. Nesse contexto, o serviço público tem procurado abandonar a tradição de deixar sua clientela em segundo plano, comportamento esse, que afirma, na essência, o conceito de qualidade.

A qualidade de atendimento ao público deve ocupar um grau de elevada atenção dos dirigentes dos órgãos públicos, principalmente quando nos reportamos à prestação jurisdicional no âmbito da justiça de primeiro grau, uma vez que estão alí entrelaçados os direitos de cidadania, dignidade e bem estar do povo brasileiro.

Com base nessas premissas tem-se constatado, ao longo dos anos, um aumento significativo na demanda da população do Distrito Federal à 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF, seja essa demanda de natureza judicial ou de natureza espontânea.

Tal fenômeno pode ser atribuído a alguns eixos motivacionais, a saber: o aumento da violência doméstica e sexual praticada contra crianças e adolescentes; o aumento da violência urbana praticada por adolescentes; o empobrecimento da população que favorece o crescimento no índice de abandono, negligência e maus tratos na família; e a maior consciência por parte das pessoas acerca dos seus direitos à garantia de cidadania.

No âmbito dessa Justiça especializada, o impacto é percebido tanto no aumento vertiginoso do número de processos judiciais em tramitação, como na constante procura por parte da população aos serviços da equipe técnica interprofissional dessa Vara, compostas por psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. Em consequência disso, o número de audiências realizadas nesse Juízo também vem crescendo progressivamente, e também a quantidade de pessoas que transitam, diariamente, para esse fim. A concentração dos jurisdicionados que aguardam a realização de audiência acontece em uma sala de espera, por onde passam uma média de 90 (noventa) pessoas por dia. Essa parcela da população, na sua maioria, é proveniente de classe baixa e normalmente vem acompanhada por seus filhos ou dependentes – que são crianças e/ou adolescentes, e, por vezes, está representada por pessoas da faixa da terceira idade. Há, ainda, os adolescentes em conflito com a Lei, que são ouvidos pela autoridade judiciária, diariamente, que permanecem em local próprio para essa categoria. Considerando-se que o custo com o transporte para o Juízo da Infância e da Juventude é elevado, que o tempo de

permanência dessas pessoas nas dependências da Vara é longo e que é grande a distância que percorrem até aquele destino, sendo que muitas vezes saem de seus lares ainda pela manhã sem, sequer, se alimentar, há que se oferecer a essas pessoas condições físicas e estruturais mais adequadas.

É sobre esse foco que se debruça a presente ação, coordenada e administrada pela Diretoria-Geral Administrativa da Vara. Trata-se de um lanche, o qual já é servido há cinco anos aos jurisdicionados, por duas vezes durante o período vespertino. Essa iniciativa, apoiada pelo Juiz titular da Vara, veio contribuir sobremaneira com a tranquilidade no ambiente da sala de espera das audiências, além de trazer maior harmonia durante as audiências, diminuindo o nervosismo entre as partes. Essa informação foi relatada pelos Magistrados e servidores que atuam diretamente com os jurisdicionados. Tratar as pessoas com mais cidadania, respeito e cortesia enaltece a justiça infanto-juvenil da capital do país, sem, contudo onerar os cofres públicos, pois gasta-se R\$ 9.000,00 ao ano com esse lanche. É uma ação simples, mas que faz a diferença.

**Resultados alcançados:**

- Reforma dos *halls* de entrada da Vara, com construção de balcões de atendimento/informação para melhor atendimento aos jurisdicionados;
- Espaço Criança – Berçário para recepção de bebês e crianças, enquanto os escus responsáveis estão em atendimento ou audiência;
- Construção de fraldário na ala da sala de espera, destinado ao uso do público e reforma e adequação dos banheiros com pias e vasos sanitários infantis e espelhos na altura das crianças;
- Sala de Atendimento Lúdico – Decorada e montada para que as crianças, vítimas de violências física e/ou sexual, sintam-se mais acolhidas e confortáveis ao relatar as questões aos psicólogos e assistentes sociais;
- Reforma e ampliação da sala de espera para as audiências, dobrando a capacidade de acomodação dos jurisdicionados, com ambiente mais agradável, aprazível e acolhedor;
- Reforma das salas de audiências, equipando-as com sistema de reconhecimento à distância do adolescente infrator, o que possibilitou evitar o temor da vítima;

- Construção de corredor exclusivo ao trânsito de adolescente infrator, o qual dá acesso direto da cela às salas de audiências, sem que aquele transite pelas dependências da Vara, evitando o seu constrangimento e o temor dos transeuntes;
- Implementação de sala lúdica no Programa VIJuventude, destinada ao atendimento individualizado adequado de crianças e adolescentes. Para auxiliar e suavizar o diálogo com o público infanto-juvenil, o espaço foi equipado com pufes, mesas, brinquedos, livros e materiais educativos e de entretenimento.

#### **7.4.6. Programa Apadrinhamento Afetivo**

O objetivo geral do projeto é contribuir para que crianças e adolescentes vinculados a instituições de acolhimento institucional, com possibilidades remotas de colocação em família substituta e/ou reintegração familiar, possam usufruir o direito à convivência familiar e comunitária. A idéia é proporcionar algumas das condições necessárias ao seu desenvolvimento pessoal e social, possibilitando a construção e manutenção de vínculos afetivos significativos entre crianças e adolescentes e padrinhos/madrinhas voluntários, previamente selecionados e capacitados. Além disso, a finalidade do Programa é dar sequência ao acompanhamento da criança/adolescente por ocasião da reintegração familiar.

O Apadrinhamento Afetivo é voltado para as crianças e adolescentes sob medida de acolhimento institucional que não têm perspectivas de reintegração familiar, em curto prazo, e que possuem poucas possibilidades de acolhimento por famílias substitutas, via adoção.

Nesse sentido, famílias se habilitam a proporcionar um cuidado afetivo para essa clientela, possibilitando uma vivência afetiva, mesmo diante das perdas ocorridas ao longo da vida. Assim, o direito à convivência familiar recebe uma nova configuração capaz de assegurar ao público-alvo esse direito, fundamental para o seu pleno desenvolvimento.

Resultados alcançados:

As instituições de acolhimento Sociedade Cristã Maria e Jesus – Nosso Lar e Casa da Criança Batuira são as que participaram do projeto neste ano, com respectivamente 10 e 02 crianças atendidas. Conforme informações obtidas junto a

essas entidades, o projeto tem repercutido de forma positiva na vida dos apadrinhados, visto que esses podem usufruir de realidades sociais diferentes das suas e, efetivamente, ampliam sua convivência comunitária.

Contudo, dentro do universo de 700 crianças e adolescentes sob medida de acolhimento institucional, observa-se que a capacidade de abrangência do programa é bastante limitada. Segundo informações repassadas pela equipe coordenadora do Projeto, a restrição deve-se à localização das entidades, o que muitas vezes pode ocasionar dificuldades de locomoção para alguns participantes do Projeto enquanto padrinhos afetivos, e por outro lado, a limitação de pessoal para atender esse amplo universo no atendimento de demais abrigos em que se encontram essas crianças e adolescentes com o perfil para participação no Apadrinhamento Afetivo.

#### **7.4.7. Publicações de Orientações e Procedimentos para a Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente**

Trata-se de uma ação globalizada, empreendida pela 1ª Vara da Infância e da Juventude, com o intuito de auxiliar a Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente. O projeto nasceu dos frequentes questionamentos dirigidos à Vara por escolas, abrigos, hospitais ou conselhos tutelares, os quais detinham pouca ou equivocada informação acerca de como agir em diversas situações com crianças e adolescentes.

Visando formar uma integrada e unificada Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente, a Vara, juntamente com os parceiros dessa Rede, passou a publicar e distribuir orientações e procedimentos que envolvem o público infanto-juvenil seja na escola, no abrigo, no hospital ou em outros ambientes em que se encontrem.

Inicialmente, a idéia surgiu da demanda da própria Rede Pública Hospitalar. Assistentes Sociais e equipe médica, frequentemente, suscitavam dúvidas junto à 1ª VIJ/DF, quanto às providências a serem tomadas. Violência praticada contra criança ou adolescente, adoção e guarda, ausência de documentação e de representante legal e o que fazer quando uma genitora pretende entregar o filho à adoção após dar à luz, figuram como exemplos. Assim, foi editada, em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde, a primeira de uma série de publicações: "Orientações e Procedimentos para a Rede Hospitalar". A Vara realizou visitas a todos os hospitais públicos do DF, com a

finalidade de promover fóruns de debates com assistentes sociais, enfermeiros, médicos e outros profissionais.

A 1ª VIJ-DF já lançou edições dirigidas aos Hospitais Públicos e Entidades de Abrigos (disponíveis em [www.tjdft.jus.br/vij](http://www.tjdft.jus.br/vij)). A próxima publicação de orientações será dirigida aos Conselhos Tutelares. Essas orientações funcionam como verdadeira ferramenta facilitadora aos profissionais das diversas áreas que passam a lidar, de forma mais preparada, com crianças e adolescentes, pois permite a pronta identificação da atitude mais apropriada em cada caso.

Desse modo, imprime-se celeridade e adequação no atendimento a essa parcela da população, em consonância com a doutrina da Proteção Integral, protagonizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### **7.4.8. Publicações de Orientações e Procedimentos para a Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente**

Essas publicações têm como objetivo orientar e agilizar as ações dos profissionais que atuam na garantia dos direitos da criança e do adolescente, proporcionando uma célere resposta aos questionamentos que porventura surjam no exercício de suas atividades. Serve como um canal de comunicação para a sociedade e a rede atendimento de proteção da criança e do adolescente, com o escopo de definir rotinas de procedimentos. As orientações possuem esta estrutura:

Volume I – Orientações de Procedimentos para a Rede Hospitalar;

Volume II – Orientações de Procedimentos para as Entidades de Abrigo do DF;

Volume III – Orientações de Procedimentos para os Conselhos Tutelares (já está pronto, mas ainda não foi lançado).

**Resultados alcançados:**

- Colaboração com a ação cotidiana dos profissionais envolvidos na construção de uma sociedade mais participativa frente às questões sociais.

#### 7.4.9. Projeto de Cooperação Técnica

Em 02 de abril de 2009, a 1ª Vara da Infância e da Juventude (1ª VIJ) colocou em prática o projeto "Cooperação Técnica", destinado a promover capacitação continuada aos técnicos das 20 instituições de abrigos do DF, onde vivem cerca de 800 meninos e meninas em situação de risco. A proposta visa proporcionar qualidade de atendimento e diminuição do tempo de permanência de crianças e adolescentes nesses instituições.

A alta rotatividade empregatícia, a complexa realidade das crianças abrigadas, a insuficiência de recursos, a pouca atualização de conhecimentos específicos são alguns dos problemas que impedem as entidades de lidar de forma célere e desembaraçada com a situação infanto-juvenil. Embora haja empenho de seus profissionais, não raro, a elaboração ou complementação de relatórios ficava a cargo da 1ª VIJ, com vistas a não tornar o procedimento de definição da criança ainda mais moroso.

A idéia do projeto surgiu após constatar que é preciso instrumentalizar os técnicos dos abrigos para que se sintam seguros em propor soluções criativas aos entraves institucionais. Até porque há casos complexos, a exemplo da iniciação ao namoro e à sexualidade pelos abrigados, que levam à necessidade de discussão em equipe multiprofissional, para comparar situações semelhantes e encontrar a alternativa adequada.

Todo mês, durante uma tarde, a 1ª VIJ traz um palestrante para expor assuntos ligados aos abrigos. Em um segundo momento, acontece uma dinâmica de grupo, onde as situações concretas são compartilhadas entre as instituições, palestrante e equipe técnica da Vara, de modo a trazer uma solução mais efetiva às crianças e adolescentes. Ao final, dirigentes, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos avaliam a palestra, por meio de um formulário elaborado pela Seção.

Iniciativas como essa da 1ª VIJ vêm de encontro com a perspectiva de envolver e articular os atores responsáveis pelas políticas públicas que visam assegurar direitos às crianças e aos adolescentes, de modo a realizar o modelo da "proteção integral", tão propalado pela Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### 7.4.10. Programa VIJuventude

O Programa VIJuventude é voltado para a inclusão social de crianças e adolescentes que vivem em situação de rua na área central de Brasília. O Programa tem como meta desenvolver um conjunto de ações que permitam o acesso dessas crianças e adolescentes a oportunidades e serviços, a fim de garantir seus direitos e assegurar-lhes as devidas condições para o seu pleno desenvolvimento.

O grande diferencial do trabalho do VIJuventude é o atendimento individualizado, a partir do qual se procura detectar os motivos, problemas ou dificuldades que levaram a criança ou adolescente para a rua, com o intuito de se buscar soluções ou alternativas que melhorem suas condições de vida e também as de sua família, para que o atendido não precise mais viver em situação de risco social.

O VIJuventude trabalha por meio do acompanhamento sistemático de cada criança ou adolescente por comissários de proteção da infância e da juventude. Com ações integradas à rede de atendimento, busca reinserir as crianças e os adolescentes no meio familiar e realizar parcerias para o oferecimento de cursos profissionalizantes e de capacitação, atividades de educação, cultura, esporte e lazer.

Para fortalecer a rede de apoio às suas ações, o VIJuventude conta também com a atuação de outro programa da 1ª Vara da Infância e da Juventude: a Rede Solidária Anjos do Amanhã, que tem como missão gerar oportunidades para que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Distrito Federal possam ter acesso aos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A iniciativa de criação do VIJuventude surgiu da assinatura de um Protocolo de Intenções firmado em outubro de 2008 entre o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Governo do Distrito Federal (GDF), com o objetivo de conjugar esforços no sentido de promover medidas de proteção à infância e à juventude.

O Programa iniciou suas atividades no dia 18 de agosto de 2009, com a inauguração do Posto de Atendimento da 1ª Vara da Infância e da Juventude no Núcleo de Ação Integrada (NAI), onde atua conjuntamente com a Subadministração da Área Central de Brasília, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Conselho Tutelar de Brasília.

## **8. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

A Lei N. 11.897, sancionada em 30 de dezembro de 2008, LOA 2009, consignou ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios a importância de R\$ 1.395.361.147,00 para a consecução das ações previstas em seu Programa Finalístico, qual seja: **Prestação Jurisdicional no Distrito Federal.**

Os recursos foram alocados ao Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios e à Justiça da Infância e da Juventude, assim distribuídos:

Unidades Orçamentárias:	Valor
16.101 - Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios	R\$ 1.391.985.959,00
16.103 - Justiça da Infância e da Juventude	R\$ 3.375.188,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.395.361.147,00</b>

Conforme a natureza econômica da despesa:

Natureza	Dotação Inicial
1. Despesas Correntes	R\$ 1.330.215.150,00
1.1 Pessoal	R\$ 1.168.606.795,00
1.1.1 Ativos	R\$ 807.325.466,08
1.1.2 Inativos e Pensionistas	R\$ 208.442.853,00
1.1.3 Encargo Patronal – PSSS	R\$ 152.838.475,92
1.2 Outras Despesas Correntes	R\$ 161.608.355,00
2. Despesas de Capital	R\$ 65.145.997,00
<b>Total do Órgão 16.000 – TJDF</b>	<b>R\$ 1.395.361.147,00</b>

### **8.1. Programação e Execução Orçamentárias**

A programação e a execução orçamentárias serão detalhadas na Tabela 1 e na Tabela 2, quanto à alocação e utilização da dotação líquida de R\$ 1.419.012.883,10<sup>13</sup> (um bilhão quatrocentos e dezenove milhões doze mil oitocentos e oitenta e três reais e dez centavos), distribuída nas ações orçamentárias – atividades, projetos e operações especiais, sob a responsabilidade do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e da Vara da Infância e da Juventude.

<sup>13</sup> Incluídos os valores recebidos por meio de destaque

Do total executado em 2009, 84,20% dos gastos foram realizados com pessoal e encargos sociais, no montante de R\$ 1.194.740.247,00, incluindo-se as despesas com inativos e pensionistas civis, cujo valor foi de R\$ 221.342.853,00, representando 15,60% do total aplicado no grupo Pessoal e Encargos Sociais.

A aplicação de R\$ 56.136.758,37 em investimentos representou 3,96% do total do orçamento executado pelo TJDFT, e as despesas com outros custeios, no montante de R\$ 168.135.601,39, corresponderam a 11,85%.

Pelos dados apresentados, concluiu-se haver sido executada a dotação orçamentária alocada para a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em sua totalidade, com exceção do valor de R\$ 276,34, que não foi realizado, sendo R\$ 275,59 da Justiça da Infância e da Juventude e R\$ 0,75 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Destaca-se, ainda, o contingenciamento orçamentário do valor de R\$ 2.771.893,90, referente a recurso de convênios (fonte 181), tendo em vista a frustração da previsão de arrecadação.

Detalhou-se na Tabela 1 e na Tabela 2 a programação e a execução orçamentárias.

Tabela 1:Programação Orçamentária

**Tabela 2: Execução Orçamentária**

Prestação Jurisdicional no Distrito Federal											
Código, Província, Região Jurisdicional ou Unidade Administrativa		Número da Unidade Administrativa		Nome da Unidade Administrativa		Número do Censo		Nome do Censo		Número da Unidade Administrativa	
0567-01 HB 0000	Córdoba, Província, Região Jurisdicional ou Unidade Administrativa - Nacional	02 031	1	100	6184177500	0.00	1.197.464.720,10	1.197.464.443,76	10,0%	1.142.244.009,60	93,4%
0567-11H 0053	Continuação da Unidade Administrativa - Nacional	02 122	1	100	69 01601000	6184177500	00,0%	6184177500	00,0%	6184177500	00,0%
0567-11BW 0053	Continuação da Unidade Administrativa - Vara de Fazenda e Patentes	02 122	1	400	20.589.285,00	20.589.285,00	00,0%	4.516.058,01	22,2%	4.576.056,91	22,2%
0567-11D 0053	Continuação da Unidade Administrativa - Juizado Especial Fazenda e Patentes	02 122	1	400	3.980.479,00	3.980.479,00	00,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-12 J 0000	Continuação da Unidade Administrativa - Juizado Especial de Cível, da Infração e do Trânsito	02 126	1	400	500.000,00	500.000,00	00,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-12A9K 0000	Continuação da Unidade Administrativa - Juizado Especial de Ofício, Procedimento, Execução Física - Distrito Federal	02 122	1	100	10.256.760,00	10.256.760,00	00,0%	10.258.760,00	00,0%	10.258.760,00	00,0%
0567-12B 0000	Continuação da Unidade Administrativa - Juizado Especial de Ofício, Procedimento, Execução Física - Nacional	02 126	1	300	11.042.350,00	0,00	11.042.350,00	11.042.350,00	10,0%	9.729.886,97	88,1%
0567-20003 00001	Continuação da Unidade Administrativa - Juizado Especial de Fazenda e Patentes - Nacional	02 126	1	400	8.805.850,00	8.809.850,00	00,0%	7.919.972,66	85,5%	6.919.972,62	82,8%
0567-20003 00002	Continuação da Unidade Administrativa - Juizado Especial de Fazenda e Patentes - Nacional	02 126	1	400	2.233.000,00	2.232.951,40	100,0%	2.222.916,29	99,9%	2.227.916,29	99,8%
0567-20003 00003	Assistência Médica e Odontológica dos Servidores, Empregados e Dependentes - Distrito Federal	02 301	2	300	6.918.380,00	6.918.380,00	00,0%	6.547.114,26	91,9%	6.450.279,40	91,3%
0567-20003 00004	Assistência ao Preceptor dos Representantes dos Servidores - Distrito Federal	02 345	1	300	6.501.917,00	6.501.917,00	00,0%	6.501.917,00	100,0%	6.501.917,00	100,0%
0567-2011 0053	Auxílio-Transportes Servidores e Empregados - Distrito Federal	02 331	1	300	209.527,00	209.527,00	00,0%	99.649,83	47,6%	99.649,83	47,6%
0567-2012 0053	Auxílio Alimentação dos Servidores e Empregados - Distrito Federal	02 306	1	300	43.323.800,00	43.323.800,00	00,0%	43.323.800,00	100,0%	43.323.800,00	100,0%
0567-3761 0053	Imprensa de Vozes Comuns e deslizamentos Espíritos Crônicos - Distrito Federal	02 122	1	400	110.024,00	110.024,00	00,0%	1.189.769,62	00,0%	1.072.680,96	00,0%
0567-3751 0053	Imprensa de Vozes Comuns e deslizamentos Espíritos Crônicos - Distrito Federal	02 061	1	100	19.000,00	19.000,00	00,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-3751 0053	Modernização de Arquivos de Processos Judiciais e Administrativos - Distrito Federal	02 126	1	300	7.455.800,00	7.465.800,00	00,0%	6.294.095,83	84,4%	5.650.572,100	75,7%
0567-3752 0053	Modernização de Arquivos de Processos Judiciais e Administrativos - Distrito Federal	02 124	1	300	30.750.000,00	30.750.000,00	00,0%	2.892.347,78	92,3%	2.662.668,74	93,9%
0567-4091 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	861.345.467,10	861.345.467,10	100,0%	831.013.981,52	82,7%	827.314.656,52	96,5%
0567-4234 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	752.7258,00	752.7258,00	00,0%	750.571.027,29	99,9%	751.666.335,61	99,9%
0567-4235 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	61.667.204,00	61.667.203,83	00,0%	58.801.230,24	89,9%	53.319.899,67	98,5%
0567-4236 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	19.500.820,00	19.500.820,00	00,0%	18.815.015,81	96,3%	15.771.302,07	80,9%
0567-4237 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	45.927,00	45.927,00	00,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4238 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	15.215.070,00	15.215.070,00	00,0%	14.875.914,62	98,0%	14.788.148,42	99,9%
0567-4239 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	3.700.000,00	3.700.000,00	00,0%	3.640.731,16	98,0%	3.617.356,00	98,0%
0567-4240 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	11.228.000,00	11.228.000,00	00,0%	10.257.000,00	99,9%	9.984.531,00	100,0%
0567-4241 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	221.342.000,00	221.342.000,00	100,0%	221.342.000,00	100,0%	221.342.000,00	100,0%
0567-4242 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	4.890.381,00	4.890.381,00	00,0%	4.890.381,00	100,0%	4.890.381,00	100,0%
0567-4243 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	2.16.432.472,00	2.16.432.472,00	100,0%	2.16.347.372,42	99,9%	2.16.347.372,42	99,9%
0567-4244 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	13.100.000,00	13.100.000,00	00,0%	13.000.000,00	00,0%	13.000.000,00	00,0%
0567-4245 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	10.507.941,00	10.507.941,00	00,0%	10.507.941,00	100,0%	10.507.941,00	100,0%
0567-4246 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	96.944.531,00	96.944.531,00	00,0%	96.944.531,00	100,0%	96.944.531,00	100,0%
0567-4247 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4248 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4249 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4250 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4251 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4252 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4253 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4254 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4255 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4256 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4257 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4258 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4259 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4260 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4261 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4262 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4263 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4264 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4265 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4266 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4267 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4268 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4269 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4270 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4271 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4272 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4273 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4274 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4275 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4276 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4277 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4278 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4279 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4280 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4281 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4282 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4283 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4284 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4285 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4286 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4287 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4288 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4289 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4290 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4291 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4292 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4293 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4294 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4295 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4296 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4297 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4298 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
0567-4299 0053	Coordenação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 061	1	100	0,00	0,00	0,				

## 8.2. Restos a Pagar

### 8.2.1. Restos a Pagar Processados

Foi inscrito em 2009 o valor de R\$ 4.450.415,82 em restos a pagar processados, que representa o total de obrigações liquidadas, mas não pagas dentro do exercício. Destaca-se que não há valores inscritos em outros exercícios pendentes de pagamento.

### 8.2.2. Restos a Pagar Não Processados

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios inscreveu em 2009 o montante de R\$ 55.531.536,74 em restos a pagar não-processados, representando o percentual de 3,91% do total da dotação líquida disponível para execução. Desse total, o valor de R\$ 11.228.106,10 representam parte do crédito suplementar solicitado no montante de R\$ 14.000.000,00, liberado apenas em 20 de novembro de 2009.

Importante salientar que parte do montante inscrito em restos a pagar foi consequência do contingenciamento imposto ao Órgão, ocorrido durante as avaliações bimestrais, que bloquearam dotações no decorrer de 2009, liberadas apenas no último bimestre do ano.

Observe-se que o valor de R\$ 846.436,03, inscrito em restos a pagar em 2009, teve sua vigência prorrogada para 31/12/2010, conforme Decreto da Presidência da República N. 7.057/2009.

**Tabela 3: Inscrição de Restos a Pagar Processados**

Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	R\$ 4.450.415,82	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.450.559,72
2008	R\$ 3.470.503,37	R\$ -	R\$ 3.470.503,37	R\$ -
2007	R\$ 7.189.184,64	R\$ 89.818,92	R\$ 7.099.365,72	R\$ -

**Tabela 4: Inscrição de Restos a Pagar não Processado**

Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	R\$ 55.531.536,74	R\$ -	R\$ -	R\$ 55.531.536,74
2008	R\$ 23.971.227,90	R\$ 309.402,26	R\$ 22.794.386,72	R\$ 867.438,92
2007	R\$ 78.936.929,01	R\$ 2.563.379,80	R\$ 76.373.549,21	R\$ -

## 8.2. Restos a Pagar

### 8.2.1. Restos a Pagar Processados

Foi inscrito em 2009 o valor de R\$ 4.450.415,82 em restos a pagar processados, que representa o total de obrigações líquidadas, mas não pagas dentro do exercício. Destaca-se que não há valores inscritos em outros exercícios pendentes de pagamento.

### 8.2.2. Restos a Pagar Não Processados

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios inscreveu em 2009 o montante de R\$ 55.531.536,74 em restos a pagar não-processados, representando o percentual de 3,91% do total da dotação líquida disponível para execução. Desse total, o valor de R\$ 11.228.106,10 representam parte do crédito suplementar solicitado no montante de R\$ 14.000.000,00, liberado apenas em 20 de novembro de 2009.

Importante salientar que parte do montante inscrito em restos a pagar foi consequência do contingenciamento imposto ao Órgão, ocorrido durante as avaliações bimestrais, que bloquearam dotações no decorrer de 2009, liberadas apenas no último bimestre do ano.

Observe-se que o valor de R\$ 846.436,03, inscrito em restos a pagar em 2009, teve sua vigência prorrogada para 31/12/2010, conforme Decreto da Presidência da República N. 7.057/2009.

**Tabela 3: Inscrição de Restos a Pagar Processados**

Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	R\$ 4.450.415,82	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.450.559,72
2008	R\$ 3.470.503,37	R\$ -	R\$ 3.470.503,37	R\$ -
2007	R\$ 17.189.184,64	R\$ 89.818,92	R\$ 17.099.365,72	R\$ -

**Tabela 4: Inscrição de Restos a Pagar não Processado**

Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	R\$ 55.531.536,74	R\$ -	R\$ -	R\$ 55.531.536,74
2008	R\$ 23.971.227,90	R\$ 309.402,26	R\$ 22.794.386,72	R\$ 867.438,92
2007	R\$ 78.936.929,01	R\$ 2.563.379,80	R\$ 76.373.549,21	R\$ -

### 8.3. Execução Financeira

O TJDFT iniciou o exercício de 2009 com um saldo financeiro de R\$ 32.319.533,47, proveniente do exercício de 2008, constante da conta contábil **112.160.400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento**, retratando numerário disponível para pagamentos durante o exercício em análise. Ainda, no decorrer do exercício, houve ingressos no total de R\$ 1.381.973.194,96.

Desses valores, foram realizados pagamentos no montante de R\$ 1.352.402.216,19, resultando na transferência do saldo de R\$ 61.890.512,24, na citada conta, para a efetivação de pagamentos no transcorrer do exercício de 2010.

### 8.4. Suprimentos de Fundos

As despesas realizadas pelo TJDFT, sob a modalidade em referência, foram no montante de R\$ 47.420,99 e mostraram-se irrelevantes, diante do total dos gastos com outras despesas correntes, que somaram R\$ 168.135.601,39, o que representou cerca de 0,029% desses gastos.

Observe-se que a cada ano o TJDFT tem diminuído as despesas realizadas com suprimento de fundos, conforme se depreende dos dados apresentados na Tabela 5.

Repise-se que desde 2007 o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios mantém no *link* transparência a relação dos gastos com as despesas decorrentes de suprimento de fundos, o qual permite ao cidadão acompanhar pela *internet* os dispêndios realizados pelo Tribunal, assim como a relação dos itens adquiridos nesta modalidade de despesa.

**Tabela 5: Despesa com Suprimento de Fundos**

Exercício	Pronto Pagamento em Espécie	Cartão de Crédito						Total Suprimento de Fundos	
		Fatura (A)		Saque (B)		Total c/ Cartão (C)=(A)+(B)			
		Valor	%	Valor	%				
2007	R\$ 4.206,31	R\$ 48.234,78	73,7%	R\$ 17.205,09	26,3%	R\$ 65.439,87	R\$ 69.646,18		
2008	R\$ 550,00	R\$ 35.905,67	70,0%	R\$ 15.388,14	30,0%	R\$ 51.293,81	R\$ 51.843,81		
2009	R\$ 0,00	R\$ 38.351,89	80,9%	R\$ 9.069,10	19,1%	R\$ 47.420,99	R\$ 47.420,99		

### 8.5. Principais Ações Orçamentárias

A Lei N. 11.653, de 07 de abril de 2008, que instituiu o Plano Plurianual para o período de 2008/2011 contemplou a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios com o programa **Prestação Jurisdicional no Distrito Federal (0567)**, cujo objetivo coincide com sua missão institucional, qual seja: o de proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à justiça e a resolução de conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social.

O público alvo do programa é a população do Distrito Federal e também os cidadãos do Entorno do DF, que, também, recorrem aos serviços disponibilizados pelo TJDFT.

Estabeleceu-se como indicador do Programa a taxa de solução de processos na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, cuja apuração é de responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG com a colaboração da Corregedoria e da Secretaria Judiciária – SEJU do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Para desenvolver seu objetivo, o Programa conta com 15 ações orçamentárias, dentre atividades, projetos e operações especiais, incluindo as sob a responsabilidade da Vara da Infância e da Juventude.

Apresentam-se, a seguir, os resultados auferidos nas principais ações orçamentárias em relação às metas físicas e financeiras. Os resultados das ações padronizadas da União constam da Tabela 7 deste relatório.

#### **8.5.1. Capacitação de Recursos Humanos**

Funcional Programática	02.128.0567.4091.0053
Decisões Estratégicas	Gerenciamento ou Execução
Secretaria Geral	Instituto Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro
Execução Financeira	Execução Física
Despesa Autorizada	R\$ 3.075.000,00
Despesa Realizada	R\$ 3.075.000,00
Índice de Utilização	100%
Produto/Indicador	Servidor capacitado
Meta Programada	2778
Meta Realizada	12685

O Instituto Luiz Vicente Cernicchiaro é o responsável pelo gerenciamento e execução das ações de treinamento, de forma a proporcionar a magistrados e servidores um ambiente de educação continuada que promova oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento profissional necessários ao cumprimento da missão institucional do Órgão.

O Instituto superou em 356,62% a meta física estabelecida na Lei Orçamentária Anual – LOA em número de participações em ações educacionais, no total de 13.772 participações, em diferentes áreas do conhecimento, de forma a promover a aquisição e o aperfeiçoamento de habilidades e atitudes em diversos tipos de ação: cursos de formação e aperfeiçoamento, palestras, seminários e congressos e pós-graduação.

De acordo com o Relatório Anual de Atividades 2009<sup>14</sup>, do total de eventos realizados, 249 foram externos, com carga horária equivalente a 5.446 horas-aula, 227 internos, com 1968 horas-aula e 1 mista com 18 horas-aula. No total dos eventos promovidos, foram registradas 11.745 participações de servidores, 1.616 de magistrados e 411 de cadeia de valor.

A adesão de magistrados e servidores em programas de capacitação foi bastante significativa com a participação de 66% do total de servidores que compõem o quadro funcional do tribunal e 67% dos magistrados.

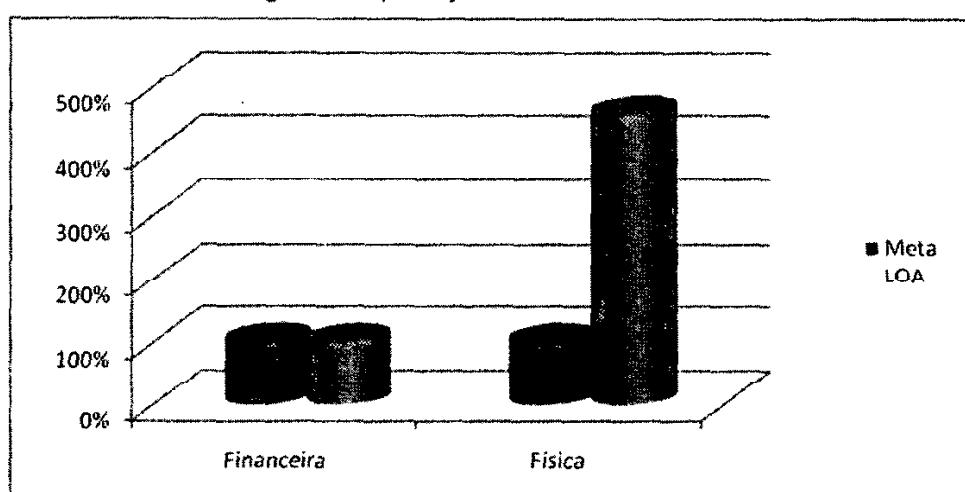
Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se àquelas voltadas para a ambientação de novos servidores, em que se transmitem os valores do Órgão, com foco no comprometimento organizacional.

O “Boas-Vindas” é caracterizado por um conjunto de palestras direcionado aos novos servidores e apresentam conteúdos diversificados relacionados a temas como progressão/promoção na carreira, legislação de pessoal, Pró-saúde, pagamento e educação corporativa. Além da ambientação, foi disponibilizado o curso de “Práticas Cartorárias” aos servidores lotados nas Varas Cíveis e Criminais ou Juizados Cíveis.

Também foram oferecidos cursos voltados para a área-fim do Tribunal, com a atualização em diversos ramos do Direito, bem como para a administrativa em vários temas, em função das peculiaridades e da área de atuação dos servidores. As ações da área jurídica concentraram-se nos processos relativos à área finalística do Tribunal, que proporcionaram a atualização em diversos ramos do Direito.

Destacam-se o inicio do Curso Extensivo em Direito, com carga horária equivalente a 828 horas, assim como a contratação de duas turmas de cursos de pós-graduação em Direito, exclusivas para o Tribunal.

Figura 1: Capacitação de Recursos Humanos



Promoveu-se pela primeira vez o curso para magistrados recém-empossados, levando-se em consideração as orientações da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, estruturado com 700-

horas aula. O curso tem por objetivo integrar os novos magistrados às atividades diárias da magistratura, além de proporcionar-lhes a fundamentação multidisciplinar necessária para enfrentar os desafios da judicatura.

Por fim, proporcionou-se, no decorrer de 2009, palestras em diversas áreas do conhecimento, com participação expressiva dos servidores do Órgão.

#### **8.5.2. Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal**

<b>Decisões Estratégicas</b>		<b>Gerenciamento ou Execução</b>	
Secretaria Geral		Secretaria Geral	
<b>Execução Financeira</b>		<b>Execução Física</b>	
Despesa Autorizada	R\$ 857.948.779,10	Produto/Indicador	Processo julgado
Despesa Realizada	R\$ 857.948.779,10	Meta Programada	460.001
Índice de Utilização	100%	Meta Realizada	362.465

O objetivo primordial da ação é o de assegurar condições necessárias ao desenvolvimento das atividades inerentes às áreas administrativas e judiciárias, a fim de garantir a consecução dos objetivos finalísticos do Órgão.

A meta física prevista na LOA 2009 era alcançar 460.001 processos julgados e a dotação disponibilizada foi da ordem de R\$ 857.948.779,10. Em relação ao cumprimento da meta física, o TJDFT alcançou 362.465, ou seja, 78,80% da programada na LOA. O não atendimento completo da meta física não resultou em prejuízo aos objetivos descritos na ação, uma vez que o número de processos sentenciados superou o de 2008.

Observe-se que na aquisição e fornecimento de bens, serviços e execução de obras foram realizados diversos procedimentos licitatórios: 123 pregões eletrônicos, 42 pregões presenciais, 12 concorrências, 3 tomadas de preços, 185 inexigibilidades, 270 inexigibilidades pró-saúde e 45 dispensas.

A modalidade de pregão foi a responsável pela maioria das contratações realizadas pelo TJDFT, por ser procedimento mais rápido e por propiciar ao Órgão a captação de preços mais competitivos e vantajosos, tendo havido redução de até 20,56% do valor líquido estimado.

Destaca-se, ainda, a aquisição de 7.678 exemplares de obras jurídicas, que foram encaminhadas para a Biblioteca Desembargador Antônio Mello Martins e para os mini acervos mantidos nas Circunscrições Judiciárias de Brazlândia, Ceilândia, Gama, Juizados Especiais Cíveis, Núcleo Bandeirante, Planaltina, no Fórum Julio Fabbrini Mirabete, Samambaia, Santa Maria, Sobradinho e Taguatinga.

Proseguiu-se com a substituição do mobiliário com aquisição de estações de trabalho, certificadas por padrões de ergonomia que favorecem uma melhor postura e condições satisfatórias para o desenvolvimento de atividades laborais dos servidores do TJDFT. A meta é reestruturar todos os setores administrativos e judiciais, mediante a instalação de novo mobiliário e divisórias.

O Tribunal adquiriu 78 veículos, no exercício de 2009, o que representa a renovação de 25% da frota de carros oficiais do órgão. Os novos veículos permitirão uma economia superior a 10% nas despesas com combustíveis e acima de 30% com manutenção de veículos.

Foram adquiridos 52 veículos Fiat Uno Way, 20 Fiat Siena, dois ônibus, cada um com capacidade para 48 passageiros sentados, e quatro micro-ônibus com capacidade para 26 passageiros sentados. Esses veículos substituirão outros carros da frota que se encontram obsoletos tecnologicamente ou que não são econômicos.

Adquiriram-se microcomputadores, notebooks, scanners de mesa e softwares. Realizaram-se contratações para instalação de *appliance – hardware e software* e para manutenção dos sistemas Institucionais legados (*mumps*), contratação de análise de riscos com o licenciamento de ferramenta de gestão de riscos, suporte, manutenção e atualização de versões e *releases* disponíveis.

Deu-se seguimento ao projeto de gerenciamento de impressão, expandindo para todos os Fóruns do Distrito Federal, a fim de permitir maior agilidade aos trabalhos de impressão de documentos, bem como diminuir custos.

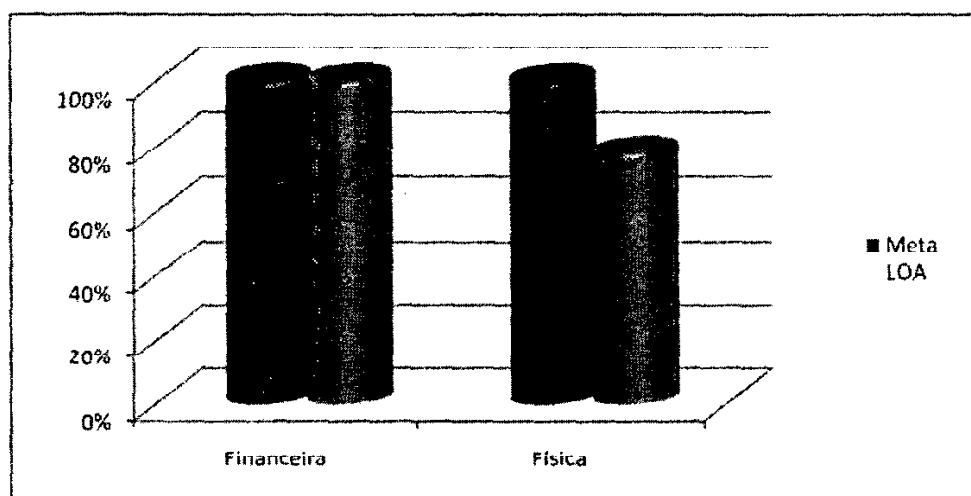
Foram destinados recursos para o Projeto Reviver que está promovendo a revitalização dos fóruns das circunscrições judiciais do DF, a fim de proporcionar mais conforto aos magistrados e servidores da Justiça e melhorar o atendimento aos jurisdicionados.

Ressalte-se, também, a disponibilização de recursos para dar início às obras do Protocolo Expresso de Brasília, Ceilândia e Taguatinga. O serviço facilitará o trabalho dos advogados, que não precisarão mais sair de seus carros para protocolizarem processos ou petições interlocutórias de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Instâncias, evitando problemas de estacionamento e filas nos balcões das Varas.

Para a unidade do Protocolo Expresso de Brasília será transferido o *Drive-Tru* de Petições, atualmente funcionando no térreo do Bloco B do Fórum de Brasília. Estão previstas duas cabines de atendimento, que tornará o atendimento ao jurisdicionado mais eficaz e rápido. Para a segurança do local, serão instalados equipamentos de monitoramento e segurança, que funcionarão todos os dias de semana.

Por fim, deve-se enfatizar que as despesas com os contratos com fornecedores públicos e privados, notadamente os de fornecimento de água, luz, telefonia, serviços gerais e de manutenção continuam tendo grande relevância na programação orçamentária do Órgão, nessa atividade.

**Figura 2: Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal**



### 8.5.3. Construção do Edifício-sede das Varas de Fazenda Pública e de Execução Fiscal

Funcional Programática

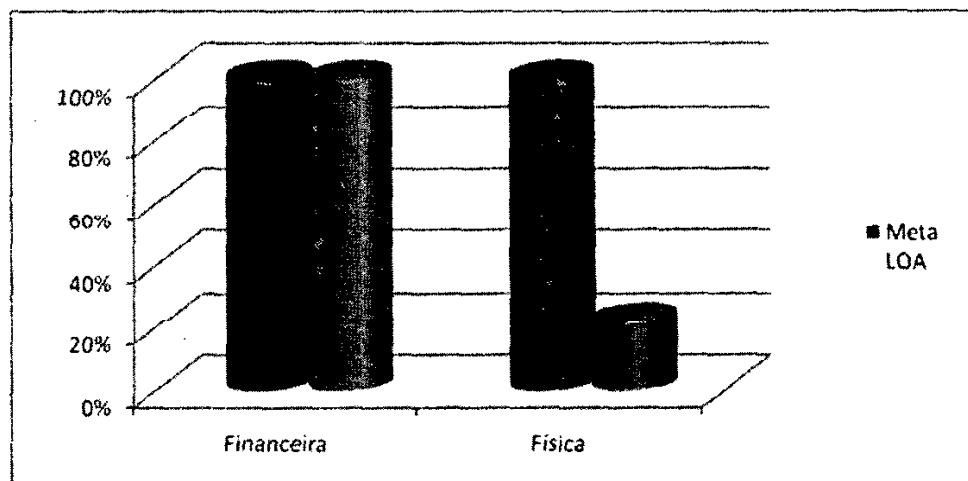
02.122.0567.11TH.0053

Decisões Estratégicas	Gerenciamento ou Execução
Secretaria Geral	Coordenadoria de Projetos e Gestão de Contratos de Obras
<b>Execução Financeira</b>	<b>Execução Física</b>
Despesa Autorizada	R\$ 20.589.285,00
Despesa Realizada	R\$ 20.589.285,00
Índice de Utilização	100%
Produto/Indicador	Construção %
Meta Programada	100
Meta Realizada	22,24

O Projeto de construção do Fórum do Meio Ambiente foi incluído na Lei Orçamentária de 2009 e tem como finalidade construir um edifício com 6.000 m<sup>2</sup> destinado a abrigar as Varas de Fazenda Pública e de Execução Fiscal, a fim de promover a melhoria do serviço público e aumentar a satisfação do jurisdicionado.

O Edifício será o primeiro do Poder Judiciário com critérios de responsabilidade social e ambiental, adotando padrão de edificação que considere a sustentabilidade ambiental.

**Figura 3:** Construção do Edifício-sede das Varas de Fazenda Pública e de Execução Fiscal



Foram realizados estudos técnicos e de viabilidade, elaboração de projetos e caderno de especificações, contratação para execução da obra e certificação LEED<sup>15</sup> da edificação.

No exercício de 2009, os serviços de terraplanagem, de fundação e escavação foram finalizados. A meta física não foi completamente atingida, no entanto, os serviços de estrutura do prédio foram finalizados e as obras prosseguem com as fases de instalação e acabamento. A previsão é de que a obra esteja concluída até o primeiro semestre de 2010.

O índice de desempenho da ação orçamentária foi de 22,24%.

Foram inscritos R\$ 16.000.000,00 em restos a pagar.

#### **8.5.4. Construção e Instalação de Galpão para Armazenamento de Processos Judiciais**

Funcional Programática

02.122.0567.118W.0053

Decisões Estratégicas

Gerenciamento ou Execução

Secretaria Geral

COB e SEGD

Execução Financeira	Execução Física
Despesa Autorizada	Produto/Indicador
R\$ 3.980.479,00	Construção %
Despesa Realizada	Meta Programada
R\$ 3.980.478,25	100
Índice de Utilização	Meta Realizada
100%	0

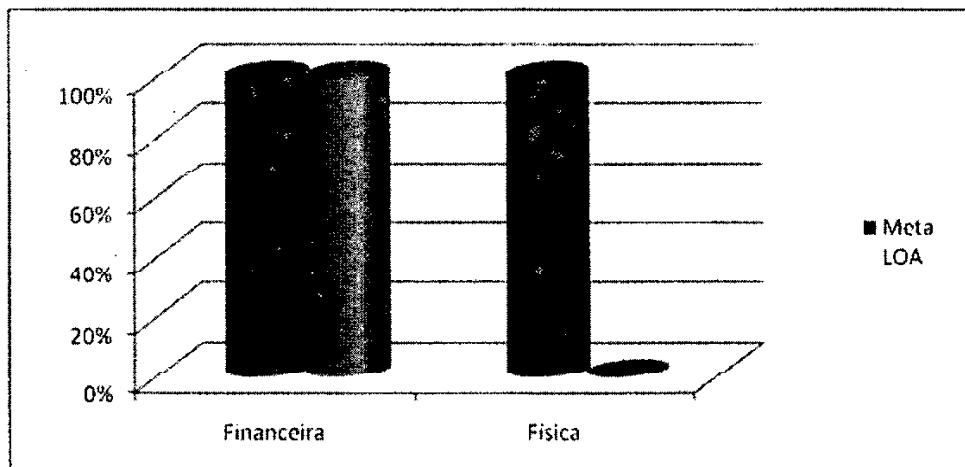
O Projeto visa à construção de Galpão no SAAN, com 1.800 m<sup>2</sup>, e instalação de estanterias, para o armazenamento de processos judiciais, a fim de diminuir o número de caixas arquivos existentes nas Varas da Circunscrição Judiciária de Brasília.

Foi contratada empresa especializada, por meio de licitação, para a execução da obra e a instalação de estanterias. A previsão é que até o primeiro semestre de 2010 a obra esteja finalizada.

<sup>15</sup> O LEED – *Leadership in Energy and Environmental Design* é um selo (sistema de avaliação) internacional instituído pelo USGBC – United States Green Building Council com o objetivo de verificar o grau de adequação ambiental do projeto, da construção e da operação de edifícios.

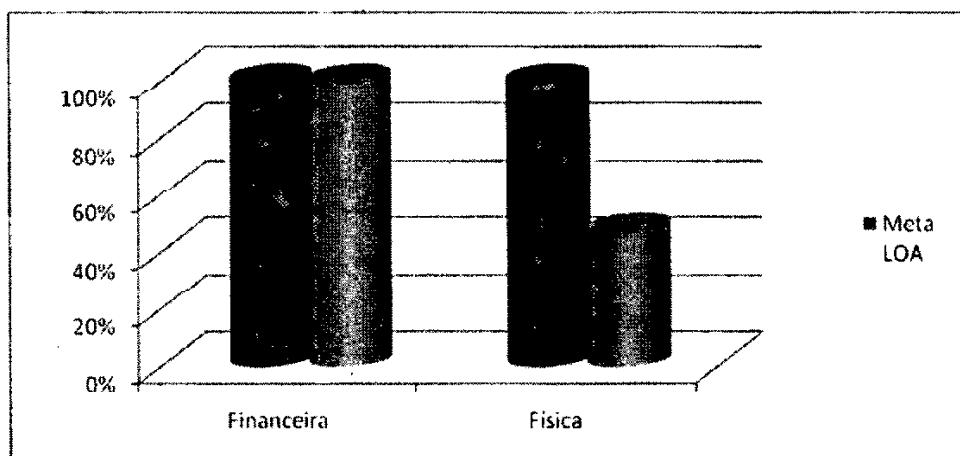
O não atendimento completo da meta física dcvcu-sc ao atraso no cronograma de elaboração e aprovação dos projetos, assim a licitação só pôde ser realizada no mês de dezembro. Os recursos foram inscritos em restos a pagar.

**Figura 4:** Construção e Instalação de Galpão para Armazenamento de Processos Judiciais



#### **8.5.5. Implantação de Varas Comuns e de Julzados Especiais Cíveis e Criminais**

Funcional Programática		02.122.0567.3751
Decisões Estratégicas	Gerenciamento ou Execução	
Secretaria Geral	COB	
Execução Financeira	Execução Física	
Despesa Autorizada	R\$ 1.310.024,00	Varas Implantadas
Despesa Realizada	R\$ 1.310.024,00	Meta Programada
Índice de Utilização	100%	Meta Realizada

**Figura 5: Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais Cíveis e Criminais**

O projeto visa promover a implantação de varas comuns e de juizados especiais cíveis e criminais, para oferecer à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso a prestação jurisdicional. Foram instaladas oito varas no exercício de 2009, representando 44,44% da meta física.

Estava prevista a contratação de obra relativa à Construção do Fórum do Riacho Fundo, não sendo possível realizá-la, dado o contingenciamento de dotações destinadas ao projeto, que inviabilizou a contratação dos serviços, bem como problemas ligados ao gabarito do lote destinado à construção.

#### **8.5.5.1. Juizado Especial de Competência Geral do Riacho Fundo**

No decorrer de 2009, foi possível instalar o Juizado Especial de Competência Geral do Riacho Fundo, em um prédio de 290 m<sup>2</sup>, cedido sem custos pelo GDF ao TJDFT. A localização é apropriada aos jurisdicionados, o que facilita o acesso aos serviços disponibilizados pelo Juizado.

Antes as ações de competência dos Juizados Especiais eram atendidas pelo ônibus do Juizado Itinerante do TJDFT. O juizado tem a competência de julgar as ações cíveis e criminais nas causas de menor potencial ofensivo, com penas de até dois anos de reclusão, conforme preceitua a Lei N. 9.099/95, e atenderá a população do Riacho Fundo I e II.

O Juizado de Competência Geral contará com órgãos auxiliares da justiça, Defensoria, Ministério Público, OAB, bem como toda a estrutura da Corregedoria – distribuição, redução a termo e conciliação.

O prédio onde o juizado irá funcionar foi totalmente reformado pelo Tribunal de Justiça, por meio da equipe da Secretaria Predial – SEAP e da Subsecretaria de Manutenções – SUMAN, sem custos de contratação de empresas terceirizadas. O TJDFT será responsável apenas pelo pagamento de água e luz<sup>16</sup>.

Ressalte-se, por oportuno, que não foi possível cumprir a meta de dar inicio as obras do Fórum do Riacho Fundo, tendo em vista a ocorrência do contingenciamento das dotações, que impôs ao TJDFT a revisão do cronograma de obras planejadas para o exercício.

#### **8.5.5.2. 1ª Vara de Execução Fiscal do DF**

Também foi instalada a primeira Vara de Execução Fiscal do DF, cuja competência é a de julgar as ações de execução de dívida ativa em todo o Distrito Federal. A 1ª Vara de Execução Fiscal funciona na cobertura do Fórum Julio Fabrine Mirabete, localizado no SRTVS, Edifício Intercom.

A criação da nova vara estava prevista na Lei de Organização Judiciária do DF e tem como principais objetivos viabilizar o trâmite regular dos executivos fiscais e desafogar as Varas de Fazenda Pública do Tribunal. Cerca de 200 mil processos foram assumidos pela nova unidade especializada. O estoque de débitos da dívida ativa supera a casa dos sete bilhões de reais.

O Tribunal de Justiça está desenvolvendo sistema informatizado para que os processos em andamento sejam gradativamente inseridos à nova plataforma. A tecnologia vai auxiliar na instauração e tramitação dos executivos fiscais que se darão por meio eletrônico.

#### **8.5.5.3. Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal**

Em maio de 2009, foi instalada a Vara do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal, cuja competência é o julgamento de causas relativas ao meio ambiente natural, urbano, cultural, às relacionadas à ocupação do solo urbano ou rural e parcelamento do solo para fins urbanos.

Segundo informativo da Assessoria de Comunicação Social do TJDFT, cerca de 300 processos oriundos das varas da Fazenda Pública e de outras varas cíveis foram distribuídos a nova Vara, e em geral versam sobre litígios coletivos tendo por objeto terras públicas e privadas, e também questões coletivas relacionadas a danos ao meio ambiente natural e urbano.

A vara especializada permitirá o julgamento mais célere dos conflitos por meio da mediação, que é sempre mais vantajosa, pois as próprias partes constroem o acordo.

A Vara do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal foi implantada por meio da Portaria Conjunta N. 14, de 06 de abril de 2009.

#### **8.5.5.4. 3ª Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Circunscrição Judiciária de Brasília**

O TJDFT continuou investindo em 2009 em ações que contribuam com a proteção as vítimas de violência doméstica. Para isso, implantou mais um Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na Circunscrição de Brasília, cuja competência é a de processar e julgar os casos previstos na "Lei Maria da Penha".

O TJDFT foi o primeiro Tribunal do país a contar com uma vara especializada no tema, instalada no dia seguinte à sanção da Lei N. 11.340, em setembro de 2006. Desde sua criação já foram distribuídas mais de 14.064 ações nas varas em funcionamento em todo o Distrito Federal.<sup>17</sup>

A 3ª Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Circunscrição Judiciária de Brasília foi implantada pela Portaria Conjunta N. 14, de 06 de abril de 2009.

#### **8.5.5. Quatro Varas na Circunscrição Judiciária do Núcleo Bandeirante**

A instalação da Circunscrição Judiciária do Núcleo Bandeirante foi oficializada em 2009, com a instalação de 4 varas, descritas a seguir:

- Vara Cível, de Família, Órfãos e Sucessões;
- Vara Criminal e do Tribunal do Júri;
- 1º Juizado Especial de Competência Geral;
- 2º Juizado Especial de Competência Geral.

Todas as varas da Circunscrição Judiciária do Núcleo Bandeirante foram instaladas por meio da Portaria Conjunta N. 76, de 29 de outubro de 2009.

#### **8.5.6. Modernização de Arquivos de Processos Judiciais e Administrativos**

Funcional Programática	02.126.0567.3753.0053
Décisões Estratégicas	Gerenciamento ou Execução
Vice-Presidência do TJDFT	Secretaria de Gestão Documental
Execução Financeira	Execução Física
Despesa Autorizada	R\$ 7.465.800,00
Despesa Realizada	R\$ 7.465.800,00
Índice de Utilização	100%
Produto/Indicador	Sistema Implantado
Meta Programada	26
Meta Realizada	26

O Projeto de Modernização dos Arquivos – PROMA<sup>18</sup> vem sendo desenvolvido desde julho de 2006, com a finalidade de aperfeiçoar os espaços reservados ao arquivamento de autos judiciais, promover a melhoria do acesso às informações, a segurança das informações contidas nos autos e a viabilização da implantação de suma sistemática digital que venha a substituir os procedimentos realizados em papel.

O gerenciamento e a execução estão sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão Documental – SEGD, subordinada a vice-presidência do TJDFT. Segundo dados da SEGD, em dezembro de 2009 foi realizada a última etapa dos trabalhos iniciados em 2006, relativos ao PROMA, tendo sido concluído o tratamento das 90.000 caixas de processos objeto do contrato firmado com o Consórcio Digiware. Foram trabalhados pelo Consórcio, no biênio, cerca de 50.000 caixas de processos.

Dentro do escopo do PROMA, o TJDFT deu inicio em 2009 à eliminação de processos, registrando-se até o final de 2009, a eliminação de 9.113 caixas, o que corresponde a 81.515 processos. A atividade está sendo efetuada de forma contínua, numa média de 10.000 processos eliminados mensalmente<sup>19</sup>.

A eliminação dos processos seguiu as regras estabelecidas no 1º Edital de Eliminação de Processos Judiciais Findos, publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e, Edição N. 29, de 11 de fevereiro de 2009) e encontra-se embasado pela Legislação Federal que regula a matéria (Lei N. 8.159 de 09 de janeiro de 1991), bem como pelas Resoluções N. 08, de 31 de agosto de 2005 e N. 12, de 16 de dezembro de 2008, deste Tribunal de Justiça.

Antes de serem eliminados, os processos foram devidamente classificados e avaliados de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos do TJDFT – Área Judiciária desenvolvida a partir de um intenso trabalho realizado por uma comissão formada por juízes e servidores especializados

Para definir os processos que seriam eliminados, foi necessário, primeiramente, verificar o possível valor histórico de cada um dos autos, a fim de determinar sua correta destinação. Os processos tiveram suas principais peças digitalizadas e armazenadas em arquivo eletrônico, que poderá ser consultado pelos interessados a qualquer tempo. Em se tratando de processos históricos, além de ter todas as peças digitalizadas e guardadas eletronicamente, os processos físicos também foram e serão preservados, visando resguardar a memória do Judiciário do Distrito Federal.<sup>20</sup>

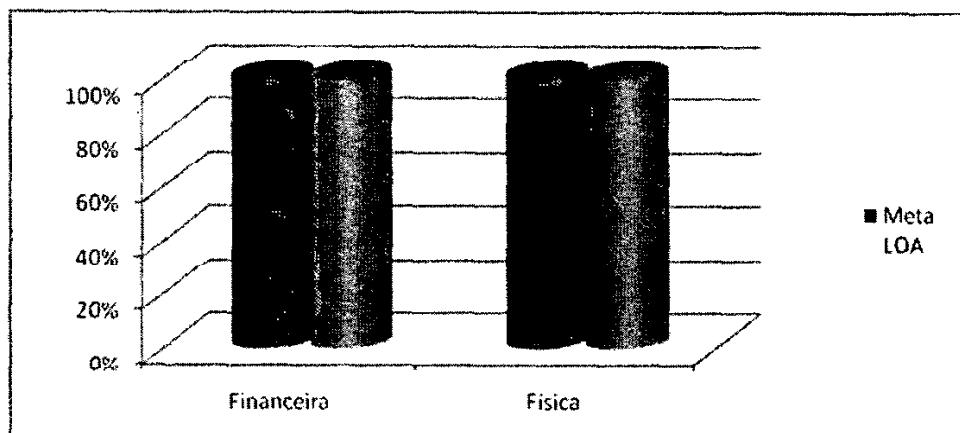
<sup>19</sup> Conforme Relatório de Atividades da Secretaria de Gestão Documental

<sup>20</sup> Dados divulgados pela Assessoria de Comunicação Social do TJDFT

A execução do PROMA transcorreu sem transtornos de ordem técnica ou operacional, concluindo todas as etapas programadas no cronograma físico-financeiro para o exercício de 2010.

O índice de desempenho da ação orçamentária foi de 100%.

**Figura 6:** Modernização de Arquivos de Processos Judiciais e Administrativos



#### 8.5.7. Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional (e-Jus)

Funcional Programática

02.126.0567.123R.0001

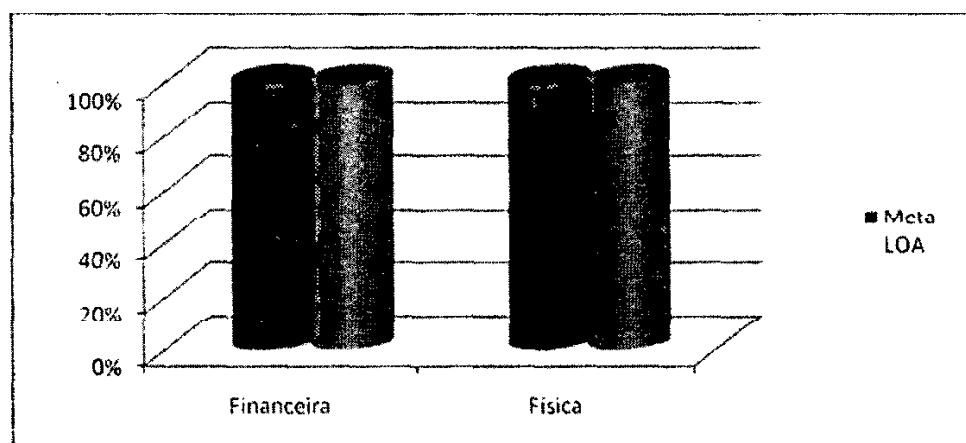
Decisões Estratégicas	Gerenciamento ou Execução	
Secretaria Geral	Secretaria de Tecnologia da Informação	
<b>Execução Financeira</b>		<b>Execução Física</b>
Despesa Autorizada	R\$ 500.000,00	Produto/Indicador
Despesa Realizada	R\$ 500.000,00	Meta Programada
Índice de Utilização	100%	Meta Realizada
		Sistema Implementado %
		7
		7

Para informatizar e modernizar as ações empreendidas pelo Poder Judiciário da União foi proposta a criação de um Projeto de Modernização do Poder Judiciário – o E-Jus. Foi concebido para fomentar o uso de novas tecnologias de gestão da informação e a integração dos órgãos judiciais para o desenvolvimento e disseminação de práticas modernizadoras.

Em 2009, o TJDFT por meio de solicitação de crédito especial incluiu o E-Jus em sua programação orçamentária, com o oferecimento de R\$ 500.000,00 relativo ao excesso de arrecadação da Fonte 150.

O recurso foi utilizado para a aquisição de computadores, compatível com o escopo do E-Jus. O índice de desempenho da ação foi de 100%.

**Figura 7: Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional (e-Jus)**



#### **8.5.8. Apreciação e Julgamento de Causas - Vara da Infância e da Juventude**

Funcional Programática

02.061.0567.4234.0053

Decisões Estratégicas

Gerenciamento ou Execução

Secretaria Geral

Diretoria Geral Adm. Da VIJ

Execução Financeira

Execução Física

Despesa Autorizada

R\$ 3.396.688,00

Produto/Indicador

Processo julgado

Despesa Realizada

R\$ 3.396.495,45

Meta Programada

9275

Índice de Utilização

100%

Meta Realizada

12153

A missão institucional da Vara da Infância e da Juventude é "garantir os direitos da criança e do adolescente, no âmbito do Distrito Federal, por meio da prestação jurisdicional, assegurando-lhes condições para o seu pleno desenvolvimento individual e social" e tem como instrumento norteador o

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N. 8.069, de 13 de julho de 1990.<sup>21</sup>

Para cumprir a sua missão institucional, a Vara da Infância utilizou recursos orçamentários visando à ampliação das instalações físicas, bem como sua adaptação às necessidades do público-alvo atendido pela Vara da Infância e a crescente demanda jurisdicional.

A quase totalidade dos recursos executados pela Vara da Infância e Juventude (87%) foi empregada em despesas de custeio para atender a programação prevista nos contratos de manutenção de limpeza, de máquinas e equipamentos, segurança, bem como fornecimento de energia elétrica, água e telefonia.

O restante dos recursos (13%) foi destinado às despesas de capital, alocadas em ações voltadas para o aparelhamento da Instituição, a recuperação e adequação das instalações físicas e a modernização do parque tecnológico, objetivando melhorar o atendimento da população, com serviços mais rápidos e eficientes.

No que concerne à atividade-fim da Vara da Infância e Juventude, a unidade registrou 10.473 processos distribuídos, dos quais 7.806 representaram atos infracionais. Foram realizadas 3.678 audiências e proferidas 10.211 sentenças.

**Tabela 6:** Distribuição e Julgamento de Processos na Vara da Infância e da Juventude

Processos	Vara da Infância		
	2008	2009	Variação
Distribuídos	11.968	10.473	-12,5%
Sentenciados	8.388	10.211	21,7%

Foram implementadas, ainda, atividades paralelas para fazer face às necessidades de atendimento da população, cuja demanda cresce a cada ano, que não envolvem necessariamente dispêndios orçamentários, mas que contribuíram com a qualidade dos serviços jurisdicionais ofertados à sociedade do Distrito Federal, os quais se destacaram:

<sup>3</sup> O valor de R\$ 3.202,00 foi descentralizado para execução na UO 16101.

<sup>21</sup> Relatório de Gestão da Vara da Infância e da Juventude referente ao exercício de 2008.

**8.5.8.1. Projeto “Rede Solidária – Anjos do Amanhã”**

Foram firmados acordos de cooperação entre o TJDFT e vários Tribunais Superiores, CNJ e OAB/DF, em que caberá aos órgãos jurisdicionados disponibilizarem vagas de estágio de nível médio e fundamental para que a rede solidária encaminhe adolescentes ao cumprimento de medidas socioeducativas e sob medidas protetivas, a fim de inseri-los no estágio. Cabe a Rede Solidária realizar o acompanhamento desses adolescentes.

Foram desenvolvidas ações preventivas e interventivas de assistência e promoção social da população infanto-juvenil vulnerável, destacando-se o atendimento médico-odontológico, atendimento psicológico, fisioterapia, exames laboratoriais, cursos de capacitação e profissionalização de adolescentes, realização de cursos, palestras e treinamento de profissionais, técnicos e dirigentes de instituições e projetos sociais beneficiários da Rede, capacitação de mães sociais, dentre outras ações;

**8.5.8.2. Projeto “Sala de Espera: Humanizando o atendimento na VIJ – DF”**

Proporcionou complementação da alimentação e do transporte destinado às crianças e adolescentes, assim como para seus pais e responsáveis, quando da realização das audiências e atendimentos técnicos, fornecendo a essa clientela lanche 2 vezes ao dia, e aos mais carentes a passagem de volta ao domicílio. Foram destinados R\$ 9.000,00 de recursos para o lanche.

Foi realizada a reforma dos *halls* de entrada da Vara, com construção de balcões de atendimento/informação para melhor atendimento dos jurisdicionados.

**8.5.8.3. Publicações e Orientações**

A 1º Vara da Infância e da Juventude publicou e distribuiu orientações e procedimentos que envolvam o público infanto-juvenil, seja na escola, no abrigo, no hospital ou em outros ambientes em que se encontrem.

A 1º VIJ DF já lançou edições dirigidas aos Hospitais Públicos e Entidades de Abrigos, disponíveis em [www.tjdft.jus.br/vij](http://www.tjdft.jus.br/vij). A próxima publicação de orientações será dirigida aos Conselhos Tutelares.

Volume I – Orientações e Procedimentos para a Rede Hospitalar;  
Volume II – Orientações e Procedimentos para as Entidades de Abrigo do DF;  
Volume III – Orientações e Procedimentos para os Conselhos Tutelares (em vias de lançamento).

#### **8.5.8.4. Centro de Referência para Proteção Integral da Criança e do Adolescente em Situação de Violência Sexual**

O TJDFT é o único Tribunal do Brasil a contar com um Centro de Referência para Violência Sexual, cuja equipe técnica tem treinamento especializado para oferecer subsídio técnico-científico ao magistrado para uma atuação mais abrangente e eficaz.

As atividades do CEREVS destinam-se à comunidade, de forma a garantir a humanização do atendimento e a complementaridade necessária entre a prática jurídica e outras áreas do conhecimento, como a Psicologia e Serviço Social.

Nos últimos 16 meses foram recebidos 299 processos e encontram-se em acompanhamento 183 casos para garantia de cumprimento de medidas protetivas.

#### **8.5.8.5. Apadrinhamento Afetivo**

O Apadrinhamento Afetivo é voltado para as crianças e adolescentes sob a medida de acolhimento institucional que não têm perspectivas de reintegração familiar, em curto prazo, e que possuem poucas possibilidades de acolhimento por famílias substitutas, via adoção.

Assim, famílias se habilitam a proporcionar um cuidado afetivo para essa clientela, possibilitando uma vivência afetiva, mesmo diante das perdas ocorridas ao longo da vida.

**8.6. Demonstrativo da Execução dos Programas do Exercício**

**Tabela 7. Demonstrativo da Execução dos Programas do Exercício**

Programa/Ação	Financeira			Física			Meta 2010
	Autorizado	Realizada	%	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	
<b>0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União</b>	R\$ 221.342.853,00	R\$ 221.342.853,00	100,0%				
005 0001 Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão	R\$ 4.890.381,00	R\$ 4.890.381,00	100,0%				
0396 0053 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	R\$ 216.452.472,00	R\$ 216.452.472,00	100,0%	Pessoa beneficiada (unidade)	1150	1150	100,0% 1185
<b>0367 Prestação Jurisdicional no Distrito Federal</b>	R\$ 1.120.236.614,00	R\$ 1.127.464.443,76	99,8%				
20AK 0001 Contribuição da União	R\$ 10.258.760,00	R\$ 10.258.760,00	100,0%				
2003 0001 Ações de Informática	R\$ 11.042.850,00	R\$ 11.042.766,96	100,0%				
2004 0053 Assistência Médica e Odontológica	R\$ 16.918.380,00	R\$ 16.918.380,00	100,0%	Pessoa beneficiada (unidade)	17013	17013	100,0% 17193
2010 0053 Assistência Pré-Escolar	R\$ 6.501.972,00	R\$ 6.501.972,00	100,0%	Criança atendida (unidade)	1204	1204	124,4% 1177
2011 0053 Auxílio Transporte	R\$ 205.527,00	R\$ 205.527,00	100,0%	Servidor beneficiado (unidade)	420	406	94,5% 426
2012 0053 Auxílio-Alimentação	R\$ 43.323.800,00	R\$ 43.323.800,00	100,0%	Servidor beneficiado (unidade)	5303	5812	109,6% 5563
4091 0053 Capacitação de Recursos Humanos	R\$ 3.075.000,00	R\$ 3.075.000,00	100,0%	Servidor capacitado (unidade)	2778	12685	456,6% 11981
4234 0053 Apreciação e Julgamento de Causas	R\$ 864.117.361,00	R\$ 864.345.274,55	99,7%	Processo julgado (unidade)	469276	372678	77,9% 3595880
11TH 0053 Construção do Edifício-sede das Varas de Fazenda	R\$ 20.589.265,00	R\$ 20.589.265,00	100,0%				
11BW 0053 Construção e Instalação de Galinão	R\$ 3.980.479,00	R\$ 3.980.478,25	100,0%	Construção %	100	22,24	22,2% -
3751 0053 Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais	R\$ 1.119.024,00	R\$ 1.119.024,00	100,0%	Varas implantadas (Un.)	17	8	47,1% 1
3751 0058 Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais	R\$ 191.000,00	R\$ 191.000,00	100,0%	Varas implantadas (Un.)	1	0	0,0% 1
3753 0053 Modernização de Arquivos	R\$ 7.405.890,00	R\$ 7.463.800,00	100,0%	Sistema implantado	26	26	100,0% 22
0C04 0001 Criação e/ou Provimento de Cargos	R\$ 61.841.775,00	R\$ 61.841.775,00	100,0%				
09HR 0001 Contribuição da União	R\$ 149.101.601,00	R\$ 149.101.601,00	100,0%				
123R 0001 Implantação do Sistema e-Jus	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	100,0%	Sistema implantado (%)	7	7	100,0% 7
<b>0665 Gestão da Política Nacional sobre Drogas</b>	R\$ 38.260,00	R\$ 38.260,00	100,0%				
8236 0001** Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional sobre	R\$	R\$					
<b>1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania</b>	R\$ 167.050,00	R\$ 167.050,00	100,0%				
8857 0001*** Apoio à implementação de Políticas de Segurança Pública	R\$	R\$					

\* Percebe diferença entre o autorizado e o executado devido ao cronograma de execução.  
\*\* Estação é da responsabilidade do Fundo Nacional Antidrogas, das cedidas ao TJDFT por meio da Lei Orgânica.  
\*\*\* Execução é da responsabilidade do Ministério da Justiça, das centralizadas ao TJDFT por meio da Lei Orgânica.  
\*\*\*\* Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAF e LOA/2009.

## 8.7. Notas Explicativas Às Demonstrações - Gestão Tesouro Nacional<sup>22</sup>

Preliminarmente, observa-se que as notas explicativas referem-se a aspecto relevante e material das demonstrações contábeis, as quais abrangem a gestão orçamentária, financeira e patrimonial das seguintes Unidades Gestoras do SIAFI, integrantes do órgão 16.000 – Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

- a) 100001 – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, vinculada à Unidade Orçamentária 16.101;
- b) 100009 – Vara da Infância e Juventude, vinculada à Unidade Orçamentária 16.103; e
- c) 100011 – Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, cuja atividade se resume à arrecadação e repasse, a quem de direito, das custas judiciais e emolumentos de 1ª Instância, consoante dispõe a legislação própria, não sendo, pois, unidade executora de recursos orçamentários.

### 8.7.1. Balanço Patrimonial - Art. 105 Da Lei 4.320/64

Retrata a composição patrimonial da Entidade, constituída de bens e direitos (elementos ativos) e obrigações (elementos passivos), bem como pelo patrimônio líquido que, em se tratando de órgão da Administração Pública Federal, resume-se à diferença entre o Ativo Real e o Passivo Real.

#### 8.7.1.1. Ativo Financeiro

##### CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO

##### DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL – R\$1.573.258,79

Corresponde, basicamente, às disponibilidades existentes em Outras Contas, mantidas na Caixa Econômica Federal, Banco de Brasília e Banco do Brasil, originárias de custas e emolumentos judiciais, arrecadadas em dezembro/09, pela UG 100011 – Corregedoria da Justiça do DF e dos Territórios, as quais foram repassadas aos destinatários legais (OAB, Cartório de Distribuição, Tesouro Nacional) em janeiro do exercício seguinte.

##### LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO - R\$ 61.890.512,24.

Refere-se ao limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, destinado ao pagamento de despesas orçamentárias e extra-orçamentárias (depósitos de terceiros), remanescentes do exercício/2009, das Unidades Gestoras Executoras Orçamentárias 100001 e 100009.

#### **8.7.1.2. Ativo Não Financeiro**

##### CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO

###### ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS – R\$ 2.893.182,76

Refere-se a saldo remanescente de adiantamentos realizados a pessoal, relativo a férias e gratificação natalina.

###### OUTROS CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO – R\$ 1.007.478,40

Trata-se de créditos a receber por cessão de pessoal e junto à ex-servidores, oriundos de acertos financeiros decorrente de desligamento.

###### BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO – R\$ 5.693.711,90

Referem-se aos estoques de material de consumo, R\$ 5.666.149,90, e valores (vales-transportes), R\$ 27.562,00.

###### ATIVO PERMANENTE - R\$ 358.088.261,68

São valores correspondentes ao acervo de bens móveis, R\$ 84.225.958,54, e imóveis, R\$ 273.862.303,14, do TJDFT, incluindo aqueles inscritos no SPIUnet, no total de 26 (vinte e seis) obras em andamento e instalações. Ressalta-se que os valores estão conciliados e compatíveis com os relatórios de inventário.

#### **8.7.1.3. Passivo Financeiro**

##### DEPÓSITOS – R\$ 2.397.822,18

Corresponde a valores de terceiros, originários da execução orçamentária e extra-orçamentária. Dentre estes, destacam-se os recursos do Tesouro Nacional/Municipal, relativos a indenizações e restituições e a tributos e contribuições tributárias, retidos de pagamentos realizados a fornecedores de bens e serviços e valores arrecadados em dezembro/2009 pela UG 100011, relativo a custas e emolumentos judiciais.

##### OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO

###### RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – R\$ 4.450.415,82

São valores a pagar a fornecedores, correspondentes a despesas liquidadas com fornecimento de bens/serviços, empenhadas no exercício, R\$ 4.396.134,78, e em exercícios anteriores, R\$ 21.002,09 e débitos diversos a pagar, R\$ 33.278,15.

#### RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR – R\$ 56.377.972,77

Referem-se a valores empenhados e não liquidados, no exercício de 2009, no valor de R\$ 55.531.536,74 e remanescente de 2008, no valor de R\$ 846.436,03, cuja inscrição antes válida até 31.12.09, foi prorrogada até 31.12.10, pelo Decreto Presidencial N. 7.057/2009.

#### VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS – R\$ 1.553,20

Corresponde a apropriações para pagamento de faturas do cartão de crédito do Governo Federal, relativos a despesas realizadas com suprimento de fundos.

#### VALORES DIFERIDOS – R\$ 276,34

Refere-se ao saldo financeiro não utilizado na execução orçamentária e que foi diferido para o exercício seguinte, coincidindo com o saldo remanescente não utilizado da dotação orçamentária efetivamente disponibilizada ao TJDFT.

#### **8.7.1.4. Passivo Não Financeiro**

##### RETIFICAÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR – R\$ 56.377.972,77

Esta conta refere-se a registro realizado pela Coordenação de Contabilidade da STN/MF para eliminar o efeito no passivo financeiro da inscrição de restos a pagar não processados que não representam obrigação efetiva, evitando-se assim que altere o valor real do resultado financeiro, utilizado pelo Tesouro Nacional para concessão de créditos adicionais.

##### PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$ 424.296.338,23

Corresponde à diferença entre o Ativo Real, R\$ 431.146.405,77, e o Passivo Real, R\$ 6.850.067,54. Refere-se ao Patrimônio efetivo da Justiça do Órgão 16.000 – Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, representado, basicamente, pelo seu Ativo Permanente (bens móveis e imóveis). Ressalta-se a inclusão no Patrimônio Líquido, do resultado patrimonial do exercício, R\$ 45.236.900,85.

##### ATIVO E PASSIVO COMPENSADOS – R\$ 248.759.876,10

Compreendem os registros com função precípua de controles relacionados a atos praticados pelo Gestor Público que, apesar de não resultarem, de imediato, em mutações no Patrimônio, podem vir, direta ou indiretamente, a afetá-lo. Abrangem, dentre

outros, os valores relativos a contratos/acordo de cooperação técnica, cessão de uso de bens a terceiros e garantias contratuais.

#### **RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado Financeiro é apurado pela diferença entre o ativo e o passivo financeiro e visa demonstrar a sobra ou déficit de recursos para atendimento das obrigações assumidas.

Pois bem, o Balanço Patrimonial, apresenta um ativo financeiro de R\$ 63.463.771,03 e um passivo financeiro de R\$ 63.228.040,31, demonstrando assim um superávit financeiro de R\$ 235.730,72, representando sobra de recursos após liquidação de todas as obrigações assumidas. Adicionando-se ao superávit apurado, o valor relativo à cota deferida de R\$ 276,34, tem-se o total das disponibilidades financeiras remanescentes disponíveis ao término do exercício de 2009, no valor de R\$ 236.007,06, constante da conta contábil 19329.0200 - Disponibilidade por Fonte de Recursos, do Órgão 16000.

#### **8.7.2. Balanço Orçamentário- Art. 102 Da Lei 4.320/64**

Demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas. Destaca-se que, em se tratando de órgão público integrante da Administração Pública Federal, as receitas do Tribunal constituem-se, basicamente, das cotas recebidas do Tesouro Nacional para a execução orçamentária.

##### **8.7.2.1. Da Receita Executada - R\$ 1.418.821.978,47**

Corresponde aos ingressos de recursos ocorridos no exercício em favor do órgão, constituídos como segue:

a) de cotas financeiras recebidas da STN/COFIN, para execução dos créditos orçamentários da fonte Tesouro, no total de R\$ 1.406.251.218,66;

b) de repasse financeiro recebido do Ministério da Justiça, para execução descentralizada, no total de R\$ 205.310,00.

c) receita diretamente arrecadada, por meio de GRU, no total de R\$ 12.365.449,81, sendo:

- R\$ 10.936.067,74, provenientes de convênios realizado com Banco do Brasil, BRB e CEF, apropriados e executados com crédito orçamentário aprovado na fonte 181 – Recursos de Convênios

- R\$ 1.429.382,07, originários de taxas por serviços prestados, por ocupação de imóveis; inscrição em concurso, multas por descumprimento contratual e alienação de bens, apropriados e executados com crédito orçamentário aprovado na fonte 150- Receita Diretamente arrecadada.

Além dessas receitas, o órgão arrecadou ainda a quantia de R\$ 21.000.306,86, relativa a receitas da fonte Tesouro e nessa condição, por falta de previsão legal, não foram incorporados à execução orçamentária do Tribunal, sendo mantidos em poder da Coordenação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tais recursos referem-se a custas e emolumentos da 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup>. Instância, no total de R\$ 18.634.173,62 e a Indenizações e restituições ao Tesouro, recolhidas em folha de pagamento, portanto no ambiente interno da execução orçamentária, no total de R\$ 2.366.133,24.

Assim, conforme demonstra o balanço, excluindo-se as cotas e repasses financeiros recebidos, a receita realizada totalizou a quantia de R\$ 33.365.756,67, arrecadados pelo Tribunal no ambiente externo e interno à execução orçamentária, dos quais R\$ 12.365.449,81, foram diretamente aplicados pelo Tribunal, por advir de seu esforço próprio e haver previsão legal e orçamentária e R\$ 21.000.306,86, mantidos em poder da Secretaria do Tesouro Nacional para execução do Orçamento Geral da União.

#### **8.7.2.2. Da Despesa Executada – R\$ 1.419.012.606,76**

Refere-se à despesa total liquidada pelas Unidades Orçamentárias 16.101 e 16.103, incluindo restos a pagar não processados e créditos provenientes de descentralização externa.

O balanço demonstra que a dotação orçamentária disponibilizada ao órgão, incluindo crédito inicial, suplementares e descentralizados, atingiu o montante de R\$ 1.421.784.777,00. Desse valor, foi utilizado o total de R\$ 1.419.012.606,76, remanescedo a quantia de R\$ 2.772.170,24, da qual R\$ 2.771.893,90, foi

contingenciada pelo Governo Federal. Assim, restou sem execução do orçamento efetivamente disponibilizado apenas a quantia de R\$ 276,34.

Reitera-se que nos valores executados incluem-se a quantia de R\$ 12.365.449,81, proveniente de receita diretamente arrecadada no exercício pelo esforço próprio do órgão, fontes 150 e 181, bem como de saldo de receita arrecadada na fonte 181 e não utilizada em 2008, no valor de R\$ 190.628,29, totalizando assim a quantia de R\$ 12.556.078,10 do orçamento custeado com recursos próprios.

#### **8.7.2.3. Do Resultado Orçamentário – (R\$ 190.628,29)**

O resultado do balanço orçamentário é apurado pela diferença entre a receita e despesa executada,

O balanço apresenta resultado orçamentário deficitário de R\$ 190.628,29, o que implica dizer que a execução da despesa superou as receitas arrecadadas no exercício.

De fato isto ocorreu, mas a despesa não ficou descoberta, ou seja, sem contrapartida financeira, como bem demonstra o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial que, ao contrário, indica superávit financeiro, ou seja, sobra de recursos.

A execução deu-se, assim, como já posto, à conta de sobra de receita de convênio (fonte 181) arrecadada em 2008 e não utilizada em decorrência de cancelamentos de restos a pagar, tratando-se de receita extraorçamentária, que uma vez à disposição do Tribunal e existindo o crédito orçamentário na fonte correspondente, poderia ser utilizada.

O balanço apresenta-se deficitário porque considera apenas os ingressos de recursos orçamentários. Dessa forma, do total de R\$ 12.556.078,10, da despesa custeada com recursos próprios, R\$ 12.365.449,81, refere-se à receita arrecadada no exercício e R\$ 190.628,29, no exercício anterior.

#### **8.7.3. Balanço Financeiro - Art. 103 Da Lei 4.320/64**

O Balanço financeiro demonstra os ingressos e dispêndios financeiros ocorridos no exercício de 2009, decorrentes da execução orçamentária e extra-orçamentária, aliados aos saldos das disponibilidades no exercício anterior (2008) e atual (2009), devendo contemplar todas as receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias realizadas.

Importante ressaltar que, em relação aos ingressos e dispêndios extra-orçamentários, os títulos que os representam figuram no Balanço pelos saldos do exercício anterior (no lado dos ingressos) e do atual (no lado dos dispêndios), de forma que a diferença entre ambos irá representar os ingressos e saídas efetivas de recursos.

#### **INGRESSOS – R\$ 1.717.157.848,63**

#### **ORÇAMENTÁRIOS - R\$ 1.445.066.661,57**

Destacam-se, neste campo, a receita arrecadada pelo órgão, no ambiente externo e interno da execução orçamentária e as transferências financeiras recebidas para execução do orçamento nas fontes tesouro (cotas/repasses).

Têm-se ainda neste campo, para compensar a inclusão também nos dispêndios, os valores de sub-repasses que se referem a transferências financeiras realizadas no âmbito do mesmo órgão, no caso, da UG 100001 para a UG 100009, no exercício de 2009.

#### **8.7.4. Extra-Orçamentários – R\$ 272.091.187,06**

Nos ingressos extra-orçamentários destacam-se os saldos de movimento de fundos a débito, constantes do título transferências diversas recebidas, dos créditos financeiros a receber(limite de saque c/vinc. pago) advindos do exercício anterior (2008); dos recursos de terceiros apropriados no exercício(consignações, recursos do tesouro, depósitos de diversas origens); dos restos a pagar processados e não processados do exercício, aqui incluídos para manter o equilíbrio do balanço, haja vista que, no lado dos dispêndios, é demonstrada toda a despesa executada, incluindo as pagas e não pagas, bem como os cancelamentos de restos a pagar de 2008, que se constituem em ingresso de recursos e o saldo das disponibilidades do exercício anterior.

#### **DISPÊNDIOS – R\$ 1.717.157.848,63**

#### **ORÇAMENTÁRIOS – R\$ 1.424.256.882,01**

Destaca-se, neste campo, como já posto, a despesa total executada (corrente/capital), paga ou não, aliada às transferências de recursos (sub-repasses) realizadas à Vara da Infância e Juventude – UG 100009, constante também no campo dos ingressos, para equilíbrio do balanço, haja vista tratar-se de transferência no âmbito do mesmo órgão.

Observa-se dentre as despesas correntes, os valores constantes do título de "Despesa entre Órgãos do Orçamento" que se referem aos valores executados na modalidade de aplicação 91, relativos à contribuição patronal ao Plano de Seguridade Social do Servidor, e a contratos mantidos com órgãos públicos, integrantes do orçamento da União.

**EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS – R\$ 292.900.966,62**

Incluem as transferências extra-orçamentárias concedidas, constituídas de movimento de fundos a crédito e devolução de transferências recebidas; os saldos de créditos financeiros a receber no exercício (limite de saque c/vinc. pagto.); dos recursos de terceiros advindos do exercício anterior (consignações, recursos do tesouro, depósitos de diversas origens), dos restos a pagar processados e não processados de 2008, das baixas de créditos financeiros a receber (limite de restos a pagar) e o saldo das disponibilidades do exercício encerrado.

**RESULTADO DO BALANÇO FINANCEIRO R\$ 408,95**

O resultado do balanço financeiro é medido pela diferença entre o saldo das disponibilidades do exercício encerrado/2009 - R\$ 1.573.258,79, e do exercício anterior/2008 – R\$ 1.572.786,01, uma vez que ambas são incluídas no lado dos ingressos e dispêndios respectivamente, mantendo-se assim a igualdade do balanço.

O resultado foi superavitário, representando crescimento do saldo das disponibilidades em moeda, entre o exercício encerrado e o anterior. Essas disponibilidades são originárias da arrecadação de custas de 1ª. Instância, mantidas pela unidade gestora 100011, em outras contas (CEF, BRB, BB), correspondendo à arrecadação do mês de dezembro/09, que é repassada aos destinatários no mês seguinte.

Destaca-se que as disponibilidades destinadas ao pagamento da despesa orçamentária não são mantidas na Conta Única da Unidade Gestora, mas, sim, no Tesouro Nacional, sendo geridas pela unidade executora, por meio da conta representativa de recursos especiais a receber denominada "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento", que não é propriamente disponibilidade, ou seja, moeda, mas um limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil.

### **.7.5. Demonstração Das Variações Patrimoniais prevista no Art. 104 Da Lei 4.320/64**

Tem por finalidade demonstrar todas as variações patrimoniais ativas e passivas, ocorridas no período da Gestão, decorrentes da execução orçamentária e extra-orçamentária, constantes dos grupos de contas 3-4-5-6, bem como indicar o resultado patrimonial do exercício.

#### **8.7.5.1. Variações Ativas Orçamentárias – R\$ 1.565.563.894,66**

Estão agrupadas, neste título, as contas representativas de acréscimos ao patrimônio, decorrentes de ingressos financeiros (receitas/cotas/repasses), aquisições de bens(móveis e imóveis), de direitos (adiantamentos) e desincorporação de passivos(retificação de RPNP) vinculados à execução orçamentária do exercício.

#### **8.7.5.2. Variações Ativas Extra- Orçamentárias – R\$ 411.284.782,99**

Também abrange fatos representativos de acréscimos patrimoniais, porém, desvinculados da execução orçamentária do exercício. Contempla o movimento de fundos a débito (valores transferidos ao Tesouro por GRU), as incorporações de bens móveis e imóveis (originárias de liquidação de restos a pagar não processados e registro de imóvel no SPIUnet), incorporação de créditos (valores a receber de ex-servidores e por cessão de pessoal), reavaliações de imóveis (decorrente de lançamento no SPIU de benfeitorias realizadas) e desincorporações de passivos relativos a exercícios anteriores.

#### **8.7.5.3. Variações Passivas Orçamentárias – R\$ 1.422.732.402,98**

Representam decréscimos ao patrimônio, decorrentes da execução orçamentária, com desembolsos de recursos pela realização à vista da despesa e assunção de obrigações pela realização a prazo e sub-repasses realizados à VIJ. Abrange, pois, os valores da despesa executada e das transferências concedidas.

**8.7.5.4. Variações Passivas Extra-Orçamentárias – R\$ 508.879.373,82**

Representam redução ao Patrimônio, decorrentes das desincorporações de bens e direitos e incorporações de passivos, independentes da execução orçamentária.

Constituem-se, basicamente, de transferências financeiras concedidas (recursos de Restos a Pagar cancelados devolvidos ao Tesouro) movimento de fundos a crédito, baixas de bens móveis (realizadas por doação, inservibilidade) e imóveis (ajuste SPIUnet), baixa de direitos (adiantamentos concedidos, créditos a receber) e desvalorização de bens imóveis, decorrentes de ajustes em valores registrados no SPIUnet.

**RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO – R\$ 45.236.900,85**

O resultado patrimonial do exercício é representado pela diferença entre o total das variações ativas e passivas, orçamentárias e extra-orçamentárias.

No exercício de 2009, o resultado foi superavitário, indicando que as incorporações superaram as desincorporações patrimoniais, resultando em aumento do Patrimônio Líquido acumulado do Órgão 16000, que passara de R\$ 379.059.437,38 em 2008, para R\$ 424.296.338,23, em 2009.

## **9. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente documento, ao passo que cumpre determinação constitucional, consolida a preocupação dessa colenda Corte de Justiça em proporcionar aos seus jurisdicionados, serviços dignos, promovendo uma integração entre o Judiciário e a comunidade local.

As ações de modernização institucional e de democratização do acesso à Justiça, instituidas ao longo dos últimos anos, têm o condão de dotar o Tribunal da estrutura necessária ao atendimento das demandas crescentes de uma sociedade cada vez mais conscientizada de seus direitos. O principal foco dessas ações, portanto, é o cidadão do Distrito Federal, que busca na Justiça uma resposta para as suas necessidades.

Assegurar a efetiva gestão dos recursos disponibilizados e contribuir para uma melhor transparência na utilização dos recursos orçamentários é missão de todos os órgãos da Administração Federal. Nesse sentido, o Tribunal vem canalizando esforços para o rompimento da imagem de Justiça morosa, com iniciativas voltadas para a conquista da excelência na prestação jurisdicional.

É o relatório.

Em 25 de março de 2010,

Desembargador **NÍVIO GERALDO GONÇALVES**

**Presidente do TJDFT**

**10. ANEXOS**

---



BANCO FEDERICO - TODOS OS DOCUMENTOS		DEZ/2010	
SUBTÍTULO		FATURAS	
ORDENADOR		14/02/2010	
INGRESSOS		EXPENDITOS	
TÍTULOS	2009	2007	2005
AJUSTES DE DIRETORES E DEPÓSITOS	760.197,00	127.940,95	1.145,15
INCAPACITAÇÕES DE DIRETOR	3,00	94.578,52	
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3,00	94.578,52	
DEPRECIAÇÃO DE DISPOSIÇÕES	760.197,00	33.342,23	
EXTRACONSERVACAO DE DISPOSIÇÕES	31.179,40	13.564,20	
PERCUSAÇÃO DIVERSA A LIBERAR	924.937,60	19.573,95	
DISPONIBILIDADE P/ PERÍODO ANTERIOR	1.215.741,21	652.392,70	
CONTABILIZAÇÃO DO TESOURO NACIONAL	23,76	0,00	
OUTRAS DISPOSIÇÕES	1.015.777,45	652.243,70	
INDISPOSIÇÕES	136.395.979,24	1.317.465.349,16	1.392.020.776,46
TÍTULOS	2009	2007	2005
AJUSTES FINANCEIROS ACEITOS			
CONTABILIZAÇÃO DO TESOURO NACIONAL			
OUTRAS DISPOSIÇÕES			



		EXERCÍCIO ANTERIOR		EXERCÍCIO ATUAL	
		DESEMPENHO		PESO	
SUBTÍTULO		PESO		PAGINA	
ORDENADOR		TÍTULO		TÍTULO	
		TÍTULO		TÍTULO	
		VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
		TÍTULOS		TÍTULOS	
		2009		2010	
		2009		2010	
		VARIAÇÕES PASSIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
CREDENCIAMENTOS		1.390.595.303,73		1.201.516.112,24	
RECETAS CORRENTES		13.457.400,92		1.491.661,23	
RECETA TRIBUTARIA		14.164.507,10		915.820,00	
RECETA PATRIMONIAL		324.483,18		165.274,73	
RECETA DE SERVIÇOS		1.030.697,65		132.475,42	
OUTRA TRANSFERÊNCIAS		2.202.000,00		931.138,57	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.431.169,01		315.945,13	
RECETAS ENTRE ORGANOS DO ORÇAMENTO		1.349.491,45		311.372,37	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.349.491,45		311.372,37	
DESPESA CORRENTE DO ORÇAMENTO		1.349.491,45		311.372,37	
DESPESA ENTRE ORGANOS DO ORÇAMENTO		1.349.491,45		311.372,37	
DESPESA DE SERVIÇOS SOCIAIS		1.349.491,45		311.372,37	
DESPESA DE SERVIÇOS CORRENTES		1.349.491,45		311.372,37	
DESPESA DE CAPITAL		4.614,61		27.234.225,53	
INVESTIMENTOS		4.562,02		27.214.209,69	
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		-316,40		3.347.820,20	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCENTRADAS		2.020,02		3.347.820,20	
SUB-REPÓRTES CONCEDIDOS		2.030.000,00		3.376.389,00	
INTERFERÊNCIAS CONCEDIDAS		-7.233,00		-7.233,00	
VALORES CORRENTE - RECÉM-CRÉDITO		4.674,53		3.954,73	
RECÉM-CRÉDITO		4.674,53		3.954,73	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-316,40		-316,40	
RECÉM-PASSIVA		-316,40		-316,40	
DESCRIÇÃO DOS PATRIMONIAIS		1.163.723,28		9.395,73	
LIGAÇÃO DE CRÉDITOS		1.163.723,28		9.395,73	
RESULTADO EXTRACOMPLEMENTARÍO		90.712,05		16.138.313,85	
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		3.751.929,20		16.138.313,85	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		46,37		324.352,95	
MOVIMENTO DE FUNDO'S FINANCEIROS CONCENTRADOS		0,00		14.500.194,59	
DESCRIÇÃO DOS PATRIMONIAIS		129.324.328,71		15.133.713,89	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-70.322.376,76		208.717.075,43	
RECÉM-PASSIVA		-70.322.376,76		208.717.075,43	
RECÉM-CRÉDITO		-15.572.477,23		-15.572.477,23	
RECÉM-PASSIVA		-15.572.477,23		-15.572.477,23	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-21.538.235,27		-26.494.377,41	
RECÉM-CRÉDITO		-21.538.235,27		-26.494.377,41	
RECÉM-PASSIVA		-21.538.235,27		-26.494.377,41	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-31.258,47		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-31.258,47		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO		-17.934,96		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-17.934,96		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-PASSIVA		-30.193,43		-1.239.346,72	
RECÉM-CRÉDITO - RECÉM-PASSIVA		-30.193,43			

TÍTULO		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO		EXERCÍCIO							
SUBTÍTULO		1920 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (superior)		2009		2010							
CÓDIGO SUPERIOR				EMERGÊNCIA		EMERGÊNCIA							
<b>RECEITA</b>													
TÍTULO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ANUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXERCÍCIO OU Necessidade de Aprovação	TÍTULO	DOAÇÃO INICIAL	EVENÇÃO						
RECEBIDAS CORRENTES	3 897.911,00	3 897.911,00	3 658.577,29	+16.737.865,29	CONTRIBUIÇÕES SUPORTANTES	1.237.741.371,00	1.219.845.367,00						
RECETAS TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00	14.145.517,12	-14.145.517,12	CUSTEIO DE CORPO	1.181.557.280,00	1.139.327.721,95						
RECETAS DE PATRIMÔNIO	151.340,00	151.340,00	151.340,00	-151.340,00	PERSONAL E EXERCÍCIO G.D.C.	1.248.575.384,00	6.956,00						
RECETAS DE SERVIÇOS	1.746.991,00	1.746.991,00	2.020.000,00	271.007,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTE	190.455.126,00	146.250.121,99						
TRANSFERÊNCIAS	2.020.000,00	2.020.000,00	0,00	0,00	DESPESA DE CAPITAL	10.956.612,00	25.915.541,99						
OUTRAS RECEBIDAS CORRENTE	0,00	0,00	1.431.574,61	+1.431.574,61	INVESTIMENTOS	32.956.912,00	25.113.641,09						
<b>SUBTOTAL:</b>	<b>3 897.911,00</b>	<b>3 897.911,00</b>	<b>13.645.577,29</b>	<b>+16.737.865,29</b>	<b>1.237.741.371,00</b>	<b>1.219.845.367,00</b>	<b>233,91</b>						
<b>EXECUÇÃO</b>													
TÍTULO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO							
SUBTÍTULO		EMERGÊNCIA		EMERGÊNCIA		EMERGÊNCIA							
CÓDIGO SUPERIOR													
<b>RECEITA</b>													
RECEBIDAS CORRENTES	3 897.911,00	3 897.911,00	3 658.577,29	+16.737.865,29	CONTRIBUIÇÕES SUPORTANTES	1.237.741.371,00	1.219.845.367,00						
RECETAS TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00	14.145.517,12	-14.145.517,12	CUSTEIO DE CORPO	1.181.557.280,00	1.139.327.721,95						
RECETAS DE PATRIMÔNIO	151.340,00	151.340,00	151.340,00	-151.340,00	PERSONAL E EXERCÍCIO G.D.C.	1.248.575.384,00	6.956,00						
RECETAS DE SERVIÇOS	1.746.991,00	1.746.991,00	2.020.000,00	271.007,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTE	190.455.126,00	146.250.121,99						
TRANSFERÊNCIAS	2.020.000,00	2.020.000,00	0,00	0,00	DESPESA DE CAPITAL	10.956.612,00	25.915.541,99						
OUTRAS RECEBIDAS CORRENTE	0,00	0,00	1.431.574,61	+1.431.574,61	INVESTIMENTOS	32.956.912,00	25.113.641,09						
<b>SUBTOTAL:</b>	<b>3 897.911,00</b>	<b>3 897.911,00</b>	<b>13.645.577,29</b>	<b>+16.737.865,29</b>	<b>1.237.741.371,00</b>	<b>1.219.845.367,00</b>	<b>233,91</b>						
<b>EXECUÇÃO</b>													
TÍTULO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO							
SUBTÍTULO		EMERGÊNCIA		EMERGÊNCIA		EMERGÊNCIA							
CÓDIGO SUPERIOR													
<b>RECEITA</b>													
RECEBIDAS CORRENTES	3 897.911,00	3 897.911,00	3 658.577,29	+16.737.865,29	CONTRIBUIÇÕES SUPORTANTES	1.237.741.371,00	1.219.845.367,00						
RECETAS TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00	14.145.517,12	-14.145.517,12	CUSTEIO DE CORPO	1.181.557.280,00	1.139.327.721,95						
RECETAS DE PATRIMÔNIO	151.340,00	151.340,00	151.340,00	-151.340,00	PERSONAL E EXERCÍCIO G.D.C.	1.248.575.384,00	6.956,00						
RECETAS DE SERVIÇOS	1.746.991,00	1.746.991,00	2.020.000,00	271.007,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTE	190.455.126,00	146.250.121,99						
TRANSFERÊNCIAS	2.020.000,00	2.020.000,00	0,00	0,00	DESPESA DE CAPITAL	10.956.612,00	25.915.541,99						
OUTRAS RECEBIDAS CORRENTE	0,00	0,00	1.431.574,61	+1.431.574,61	INVESTIMENTOS	32.956.912,00	25.113.641,09						
<b>SUBTOTAL:</b>	<b>3 897.911,00</b>	<b>3 897.911,00</b>	<b>13.645.577,29</b>	<b>+16.737.865,29</b>	<b>1.237.741.371,00</b>	<b>1.219.845.367,00</b>	<b>233,91</b>						
<b>EXECUÇÃO</b>													
TÍTULO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO							
SUBTÍTULO		EMERGÊNCIA		EMERGÊNCIA		EMERGÊNCIA							
CÓDIGO SUPERIOR													
<b>RECEITA</b>													
RECEBIDAS CORRENTES	3 897.911,00	3 897.911,00	3 658.577,29	+16.737.865,29	CONTRIBUIÇÕES SUPORTANTES	1.237.741.371,00	1.219.845.367,00						
RECETAS TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00	14.145.517,12	-14.145.517,12	CUSTEIO DE CORPO	1.181.557.280,00	1.139.327.721,95						
RECETAS DE PATRIMÔNIO	151.340,00	151.340,00	151.340,00	-151.340,00	PERSONAL E EXERCÍCIO G.D.C.	1.248.575.384,00	6.956,00						
RECETAS DE SERVIÇOS	1.746.991,00	1.746.991,00	2.020.000,00	271.007,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTE	190.455.126,00	146.250.121,99						
TRANSFERÊNCIAS	2.020.000,00	2.020.000,00	0,00	0,00	DESPESA DE CAPITAL	10.956.612,00	25.915.541,99						
OUTRAS RECEBIDAS CORRENTE	0,00	0,00	1.431.574,61	+1.431.574,61	INVESTIMENTOS	32.956.912,00	25.113.641,09						
<b>SUBTOTAL:</b>	<b>3 897.911,00</b>	<b>3 897.911,00</b>	<b>13.645.577,29</b>	<b>+16.737.865,29</b>	<b>1.237.741.371,00</b>	<b>1.219.845.367,00</b>	<b>233,91</b>						
<b>EXECUÇÃO</b>													
TÍTULO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO							
SUBTÍTULO		EMERGÊNCIA		EMERGÊNCIA		EMERGÊNCIA							
CÓDIGO SUPERIOR													
<b>RECEITA</b>													
RECEBIDAS CORRENTES	3 897.911,00	3 897.911,00	3 658.577,29	+16.737.865,29	CONTRIBUIÇÕES SUPORTANTES	1.237.741.371,00	1.219.845.367,00						
RECETAS TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00	14.145.517,12	-14.145.517,12	CUSTEIO DE CORPO	1.181.557.280,00	1.139.327.721,95						
RECETAS DE PATRIMÔNIO	151.340,00	151.340,00	151.340,00	-151.340,00	PERSONAL E EXERCÍCIO G.D.C.	1.248.575.384,00	6.956,00						
RECETAS DE SERVIÇOS	1.746.991,00	1.746.991,00	2.020.000,00	271.007,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTE	190.455.126,00	146.250.121,99						
TRANSFERÊNCIAS	2.020.000,00	2.020.000,00	0,00	0,00	DESPESA DE CAPITAL	10.956.612,00	25.915.541,99						
OUTRAS RECEBIDAS CORRENTE	0,00	0,00	1.431.574,61	+1.431.574,61	INVESTIMENTOS	32.956.912,00	25.113.641,09						
<b>SUBTOTAL:</b>	<b>3 897.911,00</b>	<b>3 897.911,00</b>	<b>13.645.577,29</b>	<b>+16.737.865,29</b>	<b>1.237.741.371,00</b>	<b>1.219.845.367,00</b>	<b>233,91</b>						
<b>EXECUÇÃO</b>													
TÍTULO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO							
SUBTÍTULO		EMERGÊNCIA		EMERGÊNCIA		EMERGÊNCIA							
CÓDIGO SUPERIOR													
<b>RECEITA</b>													
RECEBIDAS CORRENTES	3 897.911,00	3 897.911,00	3 658.577,29	+16.737.865,29	CONTRIBUIÇÕES SUPORTANTES	1.237.741.371,00	1.219.845.367,00						
RECETAS TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00	14.145.517,12	-14.145.517,12	CUSTEIO DE CORPO	1.181.557.280,00	1.139.327.721,95						
RECETAS DE PATRIMÔNIO	151.340,00	151.340,00	151.340,00	-151.340,00	PERSONAL E EXERCÍCIO G.D.C.	1.248.575.384,00	6.956,00						
RECETAS DE SERVIÇOS	1.746.991,00	1.746.991,00	2.020.000,00	271.007,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTE	190.455.126,00	146.250.121,99						
TRANSFERÊNCIAS	2.020.000,00	2.020.000,00	0,00	0,00	DESPESA DE CAPITAL	10.956.612,00	25.915.541,99						
OUTRAS RECEBIDAS CORRENTE	0,00	0,00	1.431.574,61	+1.431.574,61	INVESTIMENTOS	32.956.912,00	25.113.641,09						
<b>SUBTOTAL:</b>	<b>3 897.911,00</b>	<b>3 897.911,00</b>	<b>13.645.577,29</b>	<b>+16.737.865,29</b>	<b>1.237.741.371,00</b>	<b>1.219.845.367,00</b>	<b>233,91</b>						
<b>EXECUÇÃO</b>													
TÍTULO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO		EXERCÍCIO DA EXECUÇÃO NA FORMULAÇÃO							
SUBTÍTULO		EMERGÊNCIA		EMERGÊNCIA		EMERGÊNCIA							
CÓDIGO SUPERIOR													
<b>RECEITA</b>													
RECEBIDAS CORRENTES	3 897.911,00	3 897.911,00	3 658.577,29	+16.737.865,29	CONTRIBUIÇÕES SUPORTANTES	1.237.741.371,00	1.219.845.367,00						
RECETAS TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00	14.145.517,12	-14.145.517,12	CUSTEIO DE CORPO	1.181.557.280,00	1.139.327.721,95						
RECETAS DE PATRIMÔNIO	151.340,00	151.340,00	151.340,00	-151.340,00	PERSONAL E EXERCÍCIO G.D.C.	1.248.575.384,00	6.956,00						
RECETAS DE SERVIÇOS	1.746.991,00	1.746.991,00	2.										



Of. 8980/10-TJDF E TERRITÓRIOS

## LEGISLAÇÃO CITADA

### LEI N° 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 102. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Art. 103. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

I - O Ativo Financeiro;

II - O Ativo Permanente;

III - O Passivo Financeiro;

IV - O Passivo Permanente;

V - O Saldo Patrimonial;

VI - As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos independente de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediatamente ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

.....

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

.....

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º - Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º - As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Art. 72. A Comissão mista permanente a que se refere o art. 166, §1º, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º - Não prestados os esclarecimentos, ou considerados estes insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.

§ 2º - Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá ao Congresso Nacional sua sustação.

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 1º - Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

§ 2º - Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I - um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antigüidade e merecimento;

II - dois terços pelo Congresso Nacional.

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º - O auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.

.....

Art. 93. Lei complementar, de Iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antigüidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tal requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela freqüência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

d) na apuração de antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

e) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IV previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V - o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

VII o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIIIA a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas a , b , c e e do inciso II; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

X as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XI nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antigüidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XII a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XIII o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XIV os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XV a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição.  
(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

---

**LEI N° 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.**

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

---

**LEI N° 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991.**

Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

---

**LEI N° 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.**

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

---

**LEI COMPLEMENTAR N° 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

---

Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

§ 1º As contas do Poder Judiciário serão apresentadas no âmbito:

I - da União, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, consolidando as dos respectivos tribunais;

II - dos Estados, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça, consolidando as dos demais tribunais.

§ 2º O parecer sobre as contas dos Tribunais de Contas será proferido no prazo previsto no art. 57 pela comissão mista permanente referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente das Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 3º Será dada ampla divulgação dos resultados da apreciação das contas, julgadas ou tomadas.

---

**LEI N° 10.277, DE 10 DE SETEMBRO DE 2001.**

(Vide Medida Provisória nº 355, de 2007)  
Conversão da MPV nº 2.205, de 2001  
Revogado pela Lei nº 11.473, de 2007

---

**LEI N° 10.801, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003.**

Revogado pela Lei nº 11.697, 2008

---

**LEI N° 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.**

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

---

**EMENDA CONSTITUCIONAL N° 45, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004**

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

---

**LEI N° 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.**

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

---

**LEI N° 11.416, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006.**

Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências.

---

**LEI N° 11.697, DE 13 DE JUNHO DE 2008.**

Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003, exceto na parte em que instituíram e regularam o funcionamento dos serviços notariais e de registro no Distrito Federal.

---

**LEI N° 11.723, DE 23 DE JUNHO DE 2008.**

Institui o Dia Nacional do Controle das Infecções Hospitalares.

---

**LEI N° 11.897, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008.**

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.

---

**LEI N° 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.**

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

---

**LEI N° 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

---

Art. 101. As contas de que trata o art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, serão prestadas pelos Presidentes da República, dos órgãos do Poder Legislativo, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, consolidando as dos respectivos Tribunais, e pelo Chefe do Ministério Público da União e deverão ser apresentadas ao Congresso Nacional dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa, que, exceto no caso previsto no § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, as encaminhará ao Tribunal de Contas da União, para elaboração dos respectivos pareceres prévios, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias do seu recebimento.

---



Edição de hoje: 240 páginas

OS: 2010/11728